UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

DOUGLAS ROGÉRIO ANFRA

FRIEDRICH ENGELS: GUERRA E POLÍTICA

Uma investigação sobre a análise marxista da guerra e das organizações militares

Versão corrigida

São Paulo
2013

DOUGLAS ROGÉRIO ANFRA

FRIEDRICH ENGELS: GUERRA E POLÍTICA

Uma investigação sobre a análise marxista da guerra e das organizações militares

Dissertação de mestrado apresentada ao programa de Pós-Graduação em Filosofia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Filosofia sob a orientação do Prof. Dr. Paulo Eduardo Arantes.

Versão corrigida

São Paulo
2013

Se ninguém estudar a guerra, ninguém
vai poder impedi-la. E se ninguém
pode impedi-la, então ninguém vai
querer saber sobre isso.

Heiner Müller

AGRADECIMENTOS

É imprescindível nestas horas lembrar-me de meus pais e daqueles a quem devo importantes subsídios pecuniários e amparo psicológico em momentos de crise como Maria Carlotto, Natália Mello, Thais Carrança, José Calixto Kahil Cohon, Mayra Oi Saito, Gabriela Iglesias e, principalmente, Mariana Toledo, nestes momentos finais. Garantias vivas em momentos cruciais da minha existência física e psíquica, mesmo que não seja possível mensurar esta dimensão em termos quantitativos de amizade, amor e tempo.

De modo completamente distinto também agradeço à constância da agência financiadora CAPES pleiteada junto ao departamento de filosofia, ao qual sou tributário por meu subsídio em dois anos desta pesquisa.

Em outro tipo de apoio substancial relativo à pesquisa como sugestões, apoio e leitura (especialmente do projeto) devo muito, sem dúvida, à paciência de Rafael Ramalhos, o Polaco, novamente, Natália Mello, Ricardo Koba, na qualificação, a Rafael Pereira: e, neste período final, a Gustavo Assano, Messias Basques, Jaime, assim como às pesquisas de Leonardo Masaro, Leo Vinícius, Maria Carlotto, Bruno Hoffig, Fábio Candotti, Rafael Godoi, Laymert Garcia dos Santos, Emanuel Nakamura e também às sábias palavras de Anderson Gonçalves, que estimularam muito a pensar e ampliar aspectos filosóficos, políticos e sociais nem sempre, espero, em vão. Do mesmo modo, Nilton Bispo, Danilo Nakamura, Fernando Sarti - o Ramone - e diversas outras pessoas me forneceram pistas importantes, como Julia Gomes e Souza que me abriu os olhos à obra de Louis Althusser naquilo que me foi importante, assim como Ricardo Rugai, um eterno e portentoso polemizador, especialmente no que toca à contribuição teórica de Proudhon. Devo outro profundo agradecimento neste sentido a Gustavo e Sandra Pedroso, tão solícitos e generosos como sempre são em tudo. Evidentemente, também sou grato à banca de qualificação onde estiveram presentes os professores Jorge Grespan e Homero Santiago, a cujas sugestões tentei seguir onde me foi possível.

Continuando os agradecimentos intelectuais, devo agradecer coletivamente a todos aqueles com quem pude conviver em grupos de pesquisa, seminários, especialmente o “Seminário das Quartas” e dentro deste (mas não exclusivamente) seu “núcleo” pioneiro, composto pelo já citado Anderson, Gilberto, Silvinha, Tati, Zé César, Ludmila, Georgia e Henrique, co-orientadores de minha graduação paralela, somados assim ao grupo de leitura d’*O Capital*, anos atrás, com o professor Eleutério F. S. Prado da FEA, e o grupo de leitura da *Fenomenologia do Espírito* de Hegel, com Silvio Rosa Filho.

Em outro nível - diferente dos demais - agradeço o contato, quando franco, mesmo partilhando uma tensão comum, com diversos lutadores sociais em coletivos, grupos políticos e partidos ainda comprometidos com a luta, aos quais devo muitos dos alvos que mirei com os pressupostos desta pesquisa, seja em movimentos sociais organizados ou em situações específicas como todos os estudantes que um dia foram chamados “Independentes,” o coletivo “Rádio Várzea,” “Canil,” “Rede 2 de Outubro,” MTST, MST, a Rede Extremo Sul, os “Piqueteiros e Lutadores” gestão do Sintusp de 2006-7, a Alternativa Sindical Socialista, a Conlutas, o Passa Palavra, o Movimento Passe Livre, à gestão da APG “Política contra a Barbárie” e ao CAF, em suas múltiplas e respeitáveis formações na luta pela filosofia e pela educação pública e democrática. Cito-os em grupo, como os lembro, pois é a situação de confronto (interna e externa) colocada constantemente frente aos militantes o que mais tornou visível a questão das próprias organizações militares e da política militar para mim. Situações de violência se colocam o tempo todo contra quem reivindica de modo organizado e isto sempre nos assusta, a nós civis, especialmente quando o espectro militar se mantém redivivo como questão.

Outros agradecimentos, agora com um destaque suplementar, são endereçados a Paulo Arantes, pelo vivo e generoso diálogo intelectual estabelecido tanto com ele quanto com as múltiplas figuras sintetizadas por seu pensamento. Em um nível semelhante de débito eu colocaria Franklin Leopoldo e Silva e Ângela Mendes de Almeida que continuam importantes referências éticas e políticas, dignas da mais alta estima, assim como João Bernardo em todos os momentos, seja em concordância ou não.

Acredito ser digno de nota lembrar aqui dos trabalhadores da USP a quem devo a estrutura física e social que partilho, tanto professores, quanto funcionários, especialmente, Ricardo Musse, Magno Carvalho, Aníbal, Lincoln Secco, Leda Paulani, Vera Telles, Chico de Oliveira, Marilena Chauí, Pablo Ortellado, Henrique Carneiro, Brandão e especialmente aos trabalhadores do departamento de Geografia, onde trabalhei por anos até arriscar-me nesta pesquisa, como o Prof. Dieter e o Manoel, Aninha, Selito, Lu, Tião e tantos outros, mas por fim, aos inesquecivelmente dedicados funcionários do departamento de filosofia onde fui aluno de corpo e alma, como Cassius, da seção de alunos, Rubens, Luciana, Maria Helena, Geni, Rose (hoje aposentada) e Mariê.

Neste mesmo sentido, dignos de nota na vida e no pensamento foram meus antigos companheiros de trabalho na indústria química, como Claudinho, Mirão, Rodrigão e outros tantos perdidos no tempo e na vida, assim como aos colegas de CRUSP e das repúblicas por

onde passei, onde se constroem infinitos debates e reflexões coletivas, assim como aos hoje colegas, então estudantes do curso de filosofia e ciências sociais da UNESP Marília pelo incentivo a esta estranha carreira, como Marcelo Massoni Pereira, Dani Silvério, Fernandão e Márcio Ricardo *in memoriam*. E recentemente, deve-se acrescentar a estas pessoas uma multidão de outras com que nos relacionamos teórica e politicamente, separados fisicamente, mas presentes em mídias sociais e outros meios de suporte que sempre esperamos poder evoluir para situações de afeto e mobilização concretas. E, virtualmente, mas ativamente, devo um agradecimento ao site que serve de banco de dados sobre textos de diversos marxistas, o marxists.org que me despertou pela primeira vez o interesse sobre este tema, assombrando pelo volume de material acessível.

Não menos importante, sou agradecido a meu falecido avô, José Anfra, apoiador familiar de primeira hora de minha vinda à filosofia, pois é a favor (e contra) você que penso também nestas questões e, é claro, Sueli, minha tia, Michel, meu irmão e aos meus pais, Roberto Anfra e Helena Ferreira Anfra, que representam um suporte material e imaterial impossível de ser mensurado.

A todos os citados acima, meu mais amplo respeito, gratidão e estima.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	4
RESUMO	8
APRESENTAÇÃO	10
INTRODUÇÃO: GUERRA E REVOLUÇÃO EM MARX E ENGELS	18
ENGELS E OS MARXISMOS: DESAFIOS À INTERPRETAÇÃO	44
I. TRÊS MATRIZES DISCURSIVAS EM MARX E ENGELS	44
II. A ANÁLISE DE CONJUNTURA: MODELO PARA O TEXTO POLÍTICO MARXISTA	51
III. ENGELS AINDA É MARXISTA?	58
IV. A DIVISÃO ENTRE MARX E ENGELS SEGUNDO A TEORIA DO VALOR	65
TEMAS MILITARES EM ENGELS	72
1. ECOS DA REVOLUÇÃO ALEMÃ	73
1.1 APRESENTAÇÕES DA HISTÓRIA	74
1.2 PRESSUPOSTOS POLÍTICOS E SOCIAIS DA CRÍTICA AOS JOVENS HEGELIANOS	81
1.3 HERANÇAS DA MARSELHESA	88
1.4 A CONJUNTURA POLÍTICA DA PRÚSSIA E DOS REINOS ALEMÃES	89
1.5 A REVOLUÇÃO DE 1848	91
1.5 O PARTIDO DOS COMUNISTAS DA ALEMANHA	92
2. AS TÁTICAS DE MASSA	100
2.1 A REVOLUÇÃO PERDIDA	100
2.2 DECIFRAR A POLÍTICA	101
2.3 A CONJURAÇÃO DAS MASSAS	105
2.4 O PROJETO MILITAR PRUSSIANO	111
3. A GUERRA AUSTRO-PRUSSIANA	119
3.1 CONFLITO NA CADEIA DE COMANDO ?	120
3.2 MOLTKE E A REFORMA DO COMANDO MILITAR	121
3.3 INOVAÇÕES TÁTICAS DO EXÉRCITO	122
3.4 CLAUSEWITZ E A POLÍTICA MILITAR	125
3.5 A CONSCRIÇÃO PRUSSIANA	127
4. DIÁRIO DE GUERRA	131
4.1 DIANTE DA GUERRA	131
4.2 A DESCRIÇÃO MILITAR COMO GÊNERO DISCURSIVO	137
4.3 O DIÁRIO DA GUERRA FRANCO-PRUSSIANA	139
4.4 CRONOLOGIA DA GUERRA	144
5. A INDÚSTRIA DA CARNIFICINA HUMANA	146
5.1 O ANTI-DÜHRING	146
5.2 A CRÍTICA DE LUKÁCS	152
5.3 AS DISCUSSÕES EM TORNO DE O ANTI-DÜHRING	155
5.4 OS MEIOS DA GUERRA: ARMAS E POLÍTICA	157
5.5 A DIALÉTICA DO ATAQUE E DA DEFESA	163

5.6 MATERIAL HUMANO	171
5.7 DISCIPLINA	173
6. A MILITARIZAÇÃO DA EUROPA	178
6.1 ENTRE A BARRICADA E A TRINCHEIRA	179
6.2 A EUROPA PODE SE DESARMAR?	186
6.3 A MUDANÇA DE PARADIGMA MILITAR	190
6.4 PERSISTÊNCIA DA IDEIA DE REVOLUÇÃO	192
6.5 O CONTROLE DA POPULAÇÃO ENTRE AS GRANDES POTÊNCIAS	195
6.6 INDÚSTRIA DE GUERRA E DIREITOS SOCIAIS	196
7. CONCLUSÃO	202
8. POSFÁCIO	206
9. APÊNDICE	214
BIBLIOGRAFIA	221

RESUMO

ANFRA, D. R. *Friedrich Engels: Guerra e Política: Uma investigação sobre o materialismo aplicado à análise da guerra e às organizações militares*. 2012. 223 pp. Dissertação (Mestrado) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Filosofia, Universidade de São Paulo, 2013.

Ao longo do presente trabalho procuramos identificar algumas das linhas principais da análise realizada por Friedrich Engels a respeito das instituições militares e da guerra que permeiam parte considerável de sua produção teórica, investigando suas características particulares e o contexto onde foram produzidos. Para realizar tal tarefa tivemos em conta o tipo de discurso (prático ou teórico) e o contexto político e social em que foram escritos os seguintes textos: As **reivindicações do partido comunista da Alemanha** (1848), um panfleto ligado à conjuntura política da Revolução Alemã de 1848; *Notas marginais sobre as táticas de massa*, parte do artigo **Condições e prospectos para uma guerra da Santa Aliança contra a França em 1852** (1852), um texto prospectivo quanto à futura conjuntura militar; **A questão militar prussiana e o partido dos trabalhadores alemães** (1865), que expõe a crítica ao programa militar prussiano ligada ao sentido da conscrição; o **Diário da Guerra Franco-prussiana** (1870-71), a análise de eventos militares na condição de correspondente de guerra a partir de considerações a político-militares; **As táticas de infantaria derivadas de suas causas materiais** (1876), o que expõe um sentido da história segundo um pressuposto materialista válido para eventos fora da economia política, no caso, de uma formação particular dos exércitos regulares, e por fim **A Europa pode se desarmar?** (1893), um esboço de avaliação sobre a mudança das condições políticas frente o desenvolvimento acelerado da indústria bélica e do esforço de guerra que restringiriam os pressupostos de ação democrática. A partir deste repertório realizamos o esboço a respeito da crítica “engelsiana” da guerra, com foco no desenvolvimento técnico das organizações militares, passando principalmente pela análise da conscrição e seus impactos na política.

PALAVRAS-CHAVE: Marxismo, Guerra, Organização Militar, Organização do Trabalho, Revoluções, Dialética, Ideologia, Armamento, Disciplina Militar.

ABSTRACT

Throughout this work, we identify some of the main lines of analysis made by Friedrich Engels on war and on military institutions, which permeate a considerable part of his theoretical work. Our analysis investigates particular characteristics and the context in which these texts were produced. To accomplish this task we consider the type of discourse (practical or theoretical) and the political and social context in which were written the following texts: *The claims of the German Communist Party* (1848), a pamphlet on the political situation of the German Revolution of 1848, the *Marginal Notes on Mass Tactics*, part of the article *Conditions and prospects for a war of the Holy Alliance against France in 1852* (1852), a prospective text about the future military situation; *The Prussian Military Question and the German Workers' Party* (1865), which exposes the criticism of Prussian military program linked to the meaning of conscription, the *Notes on War* (1870-71), an analysis of events from the Franco-Prussian War from the political-military point of view; *Infantry tactics, derived from its material causes* (1876), which elaborates a meaning of history according to a materialistic assumption valid for events outside of political economy, in this case the formation of standing armies, and lastly *Can Europe disarm?* (1893), a sketch of review on the changing political conditions regarding the accelerated development of the defense industry and the war effort that would restrict the assumptions of democratic action. From this repertoire we outline an “engelsian” criticism of war, focusing on the technical development of military techniques, passing mainly through the analysis of the conscription institution and its impact on politics.

KEYWORDS: Marxism, War, Military Organization, Labor Organization, Revolutions, Dialectic, Ideology, Warfare, Military Discipline.

APRESENTAÇÃO

Neste trabalho lidei com alguns aspectos centrais da teoria política de Friedrich Engels a respeito da guerra procurando contornar duas lacunas da historiografia marxista. A primeira lacuna se refere à definição do lugar ocupado hoje por Engels na literatura marxista, lugar amplamente questionado e apartado por alguns daquele atribuído a Marx, enquanto a segunda é representada por um tema geralmente negligenciado nas pesquisas sobre o marxismo: a guerra, questão central em grande parte da produção teórica engelsiana, apesar de ausente no comentário sobre os textos de Marx e Engels¹, e muitas vezes esquecida até mesmo em sua fortuna crítica. A interpretação dos impactos e consequências da guerra permanece um desafio à compreensão da formação intelectual do marxismo, caso entendido como uma teoria voltada para o movimento político, assim como se mostra pertinente à filosofia política e à teoria das ciências humanas na medida em que, apesar de ser um fenômeno social constante na história, o juízo sobre a guerra permanece prisioneiro de formulações obscuras e oscilantes, além de continuar sendo um tema relativamente pouco pesquisado.

Neste sentido, parti de um pequeno levantamento da recepção de Friedrich Engels, assim como de alguns dos questionamentos em relação ao seu lugar ao lado do pensamento de Karl Marx, deixando em aberto a possibilidade de um posicionamento quanto ao “*corpus* engelsiano,” circunscrito a partir de sua interpretação mais geral. Afinal, se muitos comentadores concordam sobre a distinção entre os dois autores, especialmente quando voltados à interpretação de textos de Marx, o mesmo procedimento não é tão claro no sentido inverso, isto é, se podemos ou não utilizar aquilo que definimos como uma obra legítima e diferenciada de Marx para elucidar aspectos que não são apresentados explicitamente na obra de Engels, além de outras situações como os textos trabalhados a duas mãos.

Em si mesmas estas questões se mostrariam relevantes, afinal, os textos de Engels sobre a guerra representam um dos raros esforços analíticos no campo da teoria crítica do capitalismo em busca de um fundamento para explicar os fenômenos militares. A compreensão da recepção e os impactos políticos destes enunciados permitiria, entre outros aspectos, analisar como se fundamentavam os posicionamentos políticos direcionados ao conjunto do movimento socialista ao redor do mundo, especialmente quanto às políticas

1 Um importante balanço sobre a escassa bibliografia relativa ao tema, completamente ausente no Brasil, se encontra no artigo de João Roberto Martins Filho. Engels & Marx: guerra e revolução. **Crítica Marxista**, v. 22, p. 154-160, 2006.

militares adotadas pelos Estados europeus e as diversas guerras, em geral de curta duração, travadas no período.²

Por isso, uma das principais tarefas desta pesquisa foi destrinchar os principais elementos destas relações políticas, entre os quais a dimensão, os atores e as consequências políticas dos eventos relacionados aos textos sobre determinados eventos políticos e guerras, pois acreditamos que estes eventos ilustram parte importante de seu sentido, assim como sua interlocução e os objetivos mais gerais ligados ao que é descrito. A importância de debruçarmo-nos sobre estas referências para explicar os textos, no que diz respeito à produção de Engels, justifica-se pelo fato de que quando escrevia, seu texto adquiria uma relação maior com seu entorno, implicando a teoria em sua prática política revolucionária, o que resulta, para uma pesquisa em filosofia, em dificuldades adicionais a uma abordagem estritamente analítica ou estrutural. Como exemplo, pode-se pensar em como o trabalho de publicistas, jornalistas, assim como de militantes revolucionários e agitadores realizado por Marx e Engels, ainda que se relacionasse com um projeto geral que se modificou com o tempo, também possuía aspectos que poderiam ser elucidados caso fossem circunscritos dentro de uma relativa “linha divisória” adequada ao tipo de produção e em torno de situações particulares em que os textos publicados foram produzidos. Hipótese que fundamentaria em parte o recorte utilizado.

Além das questões relativas ao fundamento teórico, também foi necessário proceder pela investigação sobre a história da recepção dos textos de Engels, pois ela influencia qualquer abordagem no tempo presente e seu reconhecimento pode abrir novas questões, entre as quais, a de pensar os efeitos de seus textos, respondendo assim a importantes provocações como aquelas colocadas por autores recentes, como Ingo Elbe, que sugere uma divisão entre um método propriamente “marxiano” contra outro “engelsiano” atribuindo a Engels a fonte das principais distorções da obra de Karl Marx em períodos posteriores, o que teria resultado em conflitos de interpretação que remontariam principalmente às leituras realizadas no início do século vinte, como a crítica que Gyorg Lukács dedicou aos textos teóricos de Engels como

2 Nossa interpretação nesse sentido é distinta da interpretação dada por Karl Polanyi em *A Grande Transformação*. As origens da nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 2000, p. 17-36, que caracteriza o período de 1815 a 1914 como “cem anos de paz,” principalmente contra a análise de catalogação dos dados de guerra feita por Quincy Wright em seu livro *A Study on War*, e isto é possível observar mesmo se atualizamos os dados com fontes históricas e métodos de aproximação estatística mais precisos, e consideramos o número de mortos em comparação com o volume de pessoas envolvidas nos 320 conflitos do século XIX que compilamos como base inicial a esta pesquisa. Além disso, cabe notar que durante o período ocorreram não apenas os conflitos coloniais mais sangrentos como no Congo, a Guerra da Secessão nos EUA, do Paraguai, na América Latina e a guerra franco-prussiana que se tornaram marcos no desenvolvimento da guerra moderna preparando os meios de destruição das guerras seguintes.

o *Anti-Dühring*, em *História e Consciência de Classe*.

Os juízos resultantes destas leituras prévias podem influir na abordagem dos textos de Engels sobre a questão da guerra, especialmente quando considerada a maneira como o tema aparece relacionado a outros mais comuns na literatura marxista. Uma comparação entre diferentes textos de Marx e Engels se fundamenta no fato de que os críticos de Engels acreditam que, se os temas tratados por Engels fossem abarcados de um modo estritamente fiel à abordagem de Karl Marx, estes assumiriam feição diferente. O que é notável, especialmente na produção teórica dos autores da chamada *Staatsableitung*,³ segundo os quais o problema de se compreender a guerra deveria ser formulado a partir de um método que fosse capaz de explicar primeiro os pressupostos que tornariam possível a guerra, e a seguir derivá-los,⁴ a partir da crítica da economia à política desdobrando-as do “núcleo” da própria teoria marxista, procedimento que busca defrontar-se com as questões metodológicas do marxismo em toda a amplitude de interpretações e consequências políticas centrando-se na crítica do valor.

Para me aproximar do campo no qual se inscrevem estes textos, imaginei “questões limites” perguntando, primeiramente, se seria possível que estes textos portassem uma funcionalidade dentro de um contexto de disputa política e se apoiassem em princípios de análise independentes de outras formulações teóricas principais de Marx e Engels presentes em textos escritos em um mesmo período. Ou ainda, neste sentido, se há um limite entre a caracterização dos textos quanto à sua natureza teórica, política, polêmica, panfletária (ou *manifestária*⁵) etc., considerando que estas questões pudessem atravessar o texto e as intenções de sua escrita. Esta preocupação se coloca, especialmente quando abordamos um conjunto de textos que, sendo parte de uma produção de autores debruçados sobre a política, estão genuinamente vinculados a contextos em que são tecidas as mais diversas relações com

3 A teoria marxista da derivação parte da ideia de que o Estado pode ser deduzido a partir da teoria de Marx, mesmo se não se encontra explícito na teoria, abrindo o caminho para uma análise política marxista que não reconheça uma cisão com os textos maduros, entre os *Grundrisse* e o *Capital*, como se refere Ingo Elbe. São representantes deste grupo: Wolfgang Müller, Christel Neusüss, Elmar Altvater e Joachim Hirsch, que possui livro recentemente lançado no Brasil. Este grupo possui diálogo com os grupos críticos e marxistas em torno da teoria do Estado, entre os quais Bob Jessop, assim como os regulacionistas franceses, trazendo contribuições de François Chesnais, e outros autores.

4 O próprio Engels tentou diretamente uma “derivação,” que é um termo do cálculo diferencial integral das formas militares a partir dos pressupostos militares e seu contexto econômico. No entanto, cabe observar que o pressuposto de onde se deriva no caso de Engels e da *teoria da derivação do Estado* talvez seja distinto. Em um caso, econômico e, em outro, histórico material e científico (ligado a um desenvolvimento da natureza mediado pelo homem).

5 Referimo-me à abordagem de análise empregada por Marcel Burger a respeito da análise do discurso centrada nos manifestos como atividades de comunicação propagandísticas específicas. **Les manifestes: paroles de combat** – De Marx à Breton. Paris/ Lonay (Suisse): Delachaux et Nieslé S.A, 2002.

outros atores e personagens visando estratégias variadas de intervenção. Deste modo, compreender o nível de articulação teórica, em termos mais reconhecidamente filosóficos enquanto fundamentação de princípios de análise, ou mais caracteristicamente intencionais segundo um contexto determinado, envolve compreender politicamente este limite, ou ainda as relações que se estabelecem nestas formulações.

Assim, o contexto (político, social e histórico) foi considerado para reconhecermos o limite da validade de uma formulação, que poderia ir desde a revolução proletária até a estratégia eleitoral, ou desde a análise teórica da economia até o texto jornalístico, ou ainda, desde o comunicado político ao pedido pessoal de recursos, afinal, é recorrente no comentário sobre Marx e Engels que todos estes textos, entre livros, textos jornalísticos e cartas sejam alçados igualmente à condição de parte da obra de Marx e de Engels, ou considerados de importância indispensável ao esclarecimento dos sentidos (supostos) da obra dos dois autores segundo um mesmo estatuto. No entanto, fazê-lo com tamanha indistinção de gênero pode incorrer em distorções sobre o sentido da leitura, o que procurei evitar, traçando uma estratégia de leitura que passasse, por exemplo, no contexto do uso de correspondências, pela reflexão a respeito das cartas quando utilizadas segundo um critério temático definindo um contexto, justamente por tratarem seja a personalidade, pública e privada, seja a relação entre teoria e prática.

Para realizar esta leitura procuro levar em conta, mesmo onde isto não for explicitado, o modelo de abordagem presente nas considerações políticas de Hal Draper em *Karl Marx's Theory of Revolution*, assim como em diversos textos de Michel Löwy, destacando principalmente a articulação metodológica entre o momento histórico e os textos políticos produzidos no período, articulação essa que não nos parece resultado de mero “determinismo sociológico,” mas de um esforço de relacionar a particularidade do momento e a formulação teórica. Como modelos de análise política, podem ser indicados principalmente autores como Herbert Marcuse, em *O Homem Unidimensional*, na reflexão sobre a relação entre a classe trabalhadora e o *Complexo Militar Industrial*, assim como as reflexões críticas de João Bernardo, socialista heterodoxo português, tanto em relação aos pressupostos teóricos de análise dos movimentos anticapitalistas, quanto quando se trata da caracterização de Marx e Engels, com os quais debatemos.

Em outro aspecto, foram importantes as considerações quanto à *forma* utilizando

elementos da análise de Michel Foucault, em *O que é um autor?*⁶ e, principalmente, a concepção bakhtiniana de que "o centro organizador de toda a enunciação, de toda a expressão não é interior: está situado no meio social que envolve o indivíduo"⁷. Estas considerações permitiram pensar em outros termos preocupações presentes em autores como Ruy Fausto⁸, que em seus primeiros textos publicados sobre Marx, os dividia a partir do que entendeu como três formas de discurso: "a lógica," "a histórica" e "a político-estratégica," ou ainda Eike Hennig baseado em uma análise mais detalhada dos textos de natureza política em relação aos demais textos teóricos. E por fim, especificamente sobre o *Manifesto*, foram importantes os livros *Poetry of the revolution – Marx, manifestos, and the avant-gardes* de Martin Puchner e *Les manifestes: paroles de combat – De Marx à Breton*⁹ de Marcel Burger.

Estes pressupostos permitiram uma consideração que acredito conveniente aos textos com os quais trabalhamos, em que a comparação entre textos distintos para diferenciar a forma e o tipo de discurso utilizado, permitiram uma melhor definição de sua natureza e objetivo. Para isso, os textos foram pensados conforme suas características específicas, como estratégias, formas de enunciação, interlocução e contexto. Assim, quando foram utilizadas as cartas, estas somente foram pensadas em relação com as demais cartas de determinado conjunto formado por um assunto e um grupo de interlocutores envolvendo um período e tema, evitando assim, possíveis distorções fáceis de ocorrer em relação a materiais desta natureza. Muitas destas distorções ocorrem quando são induzidos juízos a partir de aspectos recortados e isolados de um contexto, pois cartas podem envolver juízos pessoais e políticos não definitivos, ou ainda, podem expressar opiniões emitidas enquanto representantes de associações de trabalhadores e indivíduos, fruto de acúmulos de discussões e um contexto político mais amplo. Assim surgiu a necessidade de pensar até mesmo qual aspecto ou personalidade é criada em cada contexto, e se isto tem um peso relativo no momento, dado o sentido pessoal ou político da interlocução, o que testemunha argumentos em outros sentidos apresentados pelo mesmo autor. Para panfletos e manifestos políticos, tentei pensá-los em relação ao contexto e interlocução que pôde ser realizada em vista de objetivos práticos pontuais e, portanto, relacionados de forma mais complexa com uma formulação teórica que poderia ser considerada a princípio mais balizada. Grosso modo, consideramos os textos

6 FOUCAULT, Michel. **Ditos e Escritos: Estética** – literatura e pintura, música e cinema (vol. III). Rio de Janeiro : Forense Universitária, 2001, p.264-298

7 BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2011, p.118.

8 FAUSTO, Ruy. **Marx: lógica e política**: investigações para uma reconstituição do sentido da dialética (a). São Paulo: Ed. brasiliense. 2ª. ed., v. 1, 1987, p. 229-231.

9 Recomendação do colega Antonio Fernando Vidal Longo Filho.

teóricos de sentido prático, quando ligados a uma determinada intervenção, como próximos àquilo que os movimentos sociais chamam “análises de conjuntura,” forma teórica utilizada para balizar a prática dos movimentos sociais, partidos e outros grupos políticos, conforme discutido mais a frente. Textos jornalísticos também necessitam para a sua compreensão do contexto político do leitor e do veículo com o qual se relacionam, o que pode diferir por vezes em alguns aspectos das concepções dos autores.¹⁰ E por fim, os textos teóricos, como os demais, serão considerados quanto à data e concepções teóricas definidas em um determinado período e contexto.

O trabalho realizado com os escritos de Engels e Marx quando relacionados aos textos de Engels, foi feito a partir de um grupo de textos que escolhemos entre as obras que tivemos acesso (entre as obras já publicadas pelo MEGA e MEW¹¹), optando por textos de diferentes estratos para tentarmos alcançar um sentido geral do pensamento militar de Engels. Nestes textos identifiquei como aspecto central o esforço de reflexão sobre os meios como eram conduzidas

10 Trotsky em uma resenha sobre os textos jornalísticos de Engels sobre a Guerra Franco-Prussiana já notava a importância da consideração sobre este tipo de produção como algo de natureza distinta de seus demais textos teóricos. “a tarefa Engels consistiu - proveniente da apreciação geral das forças e meios de os dois adversários e depois de dia para dia a maneira de empregar de suas forças e meios - para ajudar a orientar o leitor se no curso das operações militares e mesmo em levantar o chamado véu pouco a pouco ao longo do tempo. [...] É claro que um livro deste tipo não pode ser lido e estudado como as demais obras, puramente teóricas, de Engels. Para entender perfeitamente as ideias e os tipos de avaliações concretas, factuais contidas neste livro, todas as operações da Guerra Franco-Prussiana devem ser seguidas passo a passo sobre o mapa, e os pontos de vista apresentados devem ser acompanhado levando em consideração a última bibliografia sobre história da guerra. O leitor médio não pode, é claro, pôr-se a tarefa de tal trabalho crítico-científico: isso necessita de treinamento militar, um grande gasto de tempo e interesse especial no assunto. Mas será que esse interesse se justifica? Em nossa opinião. Sim. Justifica-se, principalmente do ponto de vista de uma correta avaliação do nível militar e a perspicácia militar de Friedrich Engels em si mesmo. Uma análise aprofundada do texto extremamente conciso de Engels, a comparação de seus juízos e prognósticos com os juízos e prognósticos feitos ao mesmo tempo por escritores militares da época, podia atrair grande interesse, e não apenas ser um contributo valioso para a biografia de Engels - e sua biografia é um capítulo importante na história do socialismo -, mas também como uma ilustração extremamente importante sobre a questão das relações recíprocas entre o marxismo e a profissão militar.” Leon Trotsky. **Engels's War Articles**. Acessado em: <http://www.marxists.org/archive/trotsky/1924/03/Engels.html>. Último acesso: 14/10/2012

11 A *Marx Engels Werke* (MEW) é a coleção da obra de Karl Marx e Friedrich Engels em alemão considerada popular, composta de 43 volumes (em 45 livros) e realizada entre o período de 1956-1990 pelo Comitê Central do Instituto de Marxismo-Leninismo do SED (*Partido Socialista Unificado da Alemanha* que governou a RDA) nos volumes 1-42 e pelo Instituto de História do Movimento Operário (vol. 43), em Berlim (RDA), impresso pela editora Dietz Verlag, utilizamos esta edição como referência principal à edição em língua alemã pela disponibilidade do acesso a uma coleção completa. A *Marx-Engels-Gesamtausgabe* (MEGA), é a edição crítica e histórica dos escritos de Marx e Engels, iniciada em sua primeira versão por David Ryazanov, sendo cancelada durante os expurgos estalinistas. Ela reinicia em 1960 no Instituto de Marxismo-Leninismo no Comitê Central do Partido Comunista da União Soviética e do Comitê Central do SED, depois de 1990 passa aos cuidados de uma Fundação Internacional (o IMES), sendo publicada em Amsterdã sob o cuidado do IISG - Instituto Internacional de História Social (*Internationaal Instituut voor Sociale Geschiedenis*), hoje se associando a outros institutos de pesquisa como a Academia de Berlim-Brandenburgo de Ciências, do Centro de Pesquisa Histórica da Fundação Friedrich Ebert em Bonn e do Arquivo do Estado Russlândische de História Política e Social (RGASPI) em Moscou, além de uma rede de pesquisadores de vários países, mantendo uma importante revista, a *Marx-Engels-Jahrbuch*. Acompanhamos esta edição, que evidentemente seria uma opção preferencial em momentos indicados, quando conseguimos acessar alguns destes volumes presentes na coleção da biblioteca do IFCH na Universidade Estadual de Campinas.

as guerras de modo relacionado às mudanças sociais pressupostas para a sua realização, reflexão que era somada à consideração das implicações políticas e sociais da mobilização da população para a guerra, seja segundo o aspecto de seus pressupostos políticos (como considerações sobre a origem da mobilização em massa na Revolução Francesa, presente nas *Notas Marginais sobre as táticas de Massa*, de 1852, assim como em *Táticas de Infantaria derivadas de suas causas materiais* e no *Anti-Dühring* de 1876), seja segundo a perspectiva de seus textos maduros, onde são abordadas as consequências técnicas da implementação da conscrição universal em um sentido conservador de desenvolvimento social que reverteria a potencialidade das forças produtivas em destrutivas (preocupação presente na *Questão militar prussiana e o partido alemão dos trabalhadores* de 1865, na teoria da violência presente no *Anti-Dühring* de 1876, da *Segunda introdução ao livro Guerra Civil na França* de Karl Marx de 1865, e também em *A Europa pode se desarmar ?* de 1893).

Segundo a hipótese utilizada, as análises militares de Engels adquirem novas configurações com o tempo, mantendo, no entanto, o seu sentido político, bastando para isso levarmos em consideração o contexto, o sentido e a interlocução estabelecida nos textos. Assim, os textos de *As reivindicações do partido comunista da Alemanha* (1848) foi pensado enquanto panfletos ligados à conjuntura política; as “*Táticas de massa*,” parte do artigo *Condições e prospectos para uma guerra da Santa Aliança contra a França em 1852* (1852), como um texto prospectivo quanto à futura conjuntura militar; *A questão militar prussiana e o partido dos trabalhadores* (1865), como a crítica ao sentido do aumento da conscrição e intervenção do partido Socialdemocrata alemão frente ao programa militar do Estado prussiano; no *Diário da Guerra Franco-prussiana* (1870-71), em que nota-se a análise jornalística de eventos a partir de um método crítico de análise das teorias militares; e por fim, *As táticas de infantaria derivadas de suas causas materiais* (1876), em que constata-se o esboço de uma descrição da história segundo um pressuposto materialista válido para eventos externos à economia política, no caso, em uma forma particular de desenvolvimento do exército; e por fim em *A Europa pode se desarmar ?* (1893) e nas introduções aos textos de Marx *Guerra Civil na França* e *Lutas de Classe na França*, em que é observada a crítica de Engels em uma análise de conjuntura que observaria a necessidade de uma mudança dos pressupostos de ação do partido socialdemocrata alemão dentro de um contexto mais amplo de disputas políticas com o Estado Prussiano.

Além disso, especialmente para os textos de intervenção política, tentei uma explicação mínima dos conflitos envolvidos para se medir aquilo que poderia ser considerado

uma decisão do autor e, portanto uma perspectiva particular sobre um evento político, contraposta ao que poderia ser entendido como o reflexo o contexto em que ele intervém. Estes procedimentos mínimos de consideração auxiliar à identificação de expressões ou juízos, evitando tratá-los como opiniões teóricas fundamentadas segundo uma mesma consideração teórica se fará sentir nos momentos em que são esclarecidos os papéis dos atores dentro de um determinado processo político, o que imaginamos ser justificado para a compreensão mínima dos argumentos utilizados por Engels sobre as guerras, organizações militares, levantes e revoluções.

INTRODUÇÃO: GUERRA E REVOLUÇÃO EM MARX E ENGELS

No texto *Para a Crítica da Economia Política*¹² (*Zur Kritik der politischen ökonomie*) escrito por Karl Marx, em 1859, existe uma anotação sobre “pontos que devem ser mencionados” e “não devem ser esquecidos” que expressam uma intrigante relação entre a organização das ações militares aplicadas à guerra e a organização capitalista do trabalho:¹³

A organização da guerra é anterior à da paz; mostrar como certas relações econômicas, tais como o trabalho assalariado, a maquinaria, etc., são desenvolvidas pela guerra e no interior dos exércitos antes de se desenvolverem no seio da sociedade burguesa. Do mesmo modo, o exército ilustra particularmente bem a relação entre as forças produtivas e os modos de troca e de distribuição.

Desta passagem seguem diversas questões relativas à obra de Marx durante o amadurecimento da sua *Crítica da Economia Política*. Afinal, como explicar que haveria um desenvolvimento da maquinaria e do trabalho assalariado nos exércitos, se podemos subentender inclusive as próprias armas como mercadorias da indústria bélica, logo, como extensão da economia?¹⁴ Seria pressuposta para Marx uma exterioridade entre as organizações militares e o Estado? Do mesmo modo, seria possível questionar como o exército poderia ilustrar a relação entre as forças produtivas e os modos de troca e distribuição se, aparentemente, os exércitos estabelecem relações não produtivas em vista de destruir pessoas e bens (inclusive de produção) e não a troca de mercadorias em vista da acumulação de valor.¹⁵

12 A passagem citada foi extraída da tradução direta do alemão da edição mais divulgada no Brasil feita por Edgard Malagodi presente no volume sobre Karl Marx da série os economistas da Editora Abril (MARX, Karl. *Rendimento e suas Fontes: a economia vulgar*. São Paulo: Abril Cultural, 1982, p.19-20). A tradução possui uma versão pouco diferente pela Editora Martins Fontes: *Contribuição à Crítica da Economia Política*. Ed. Martins Fontes, São Paulo, 2003, p. 258-9.

13 Em alemão: “*Notabene in bezug auf Punkte, die hier zu erwähnen und nicht vergessen werden dürfen: 1. Krieg früher ausgebildet wie Frieden; Art, wie durch den Krieg und in den Armeen etc. gewisse ökonomische Verhältnisse wie Lohnarbeit, Maschinerie etc. (sic) früher entwickelt als im Innern der bürgerlichen Gesellschaft. Auch das Verhältnis von Produktivkraft und Verkehrsverhältnissen besonders anschaulich in der Armee.*” (MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. “Karl Marx und Friedrich Engels Ausgewählte Werke,” In Bertram, M., ed., **Digitale Bibliothek Vol 11:** Marx/Engels, Berlim, 1998. 1 CD-ROM. Produzido por: Directmedia, p.2080/ MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Marx und Engels Werke (MEW), Vol. 13.** Dietz Verlag, Berlim, 1961, p. 639).

14 Apesar de o tema ser raro entre os estudiosos, Engels retornou ao tema da complementaridade entre a indústria que produz e a guerra que destrói n’ *O Anti-Dühring*, p. II, cap. III nos seguintes termos: “*A indústria não perde o seu caráter de indústria por se destinarem os seus produtos a destruir e não a criar os objetos,*” no entanto, cabe entender se da argumentação de Marx pode-se afirmar algo semelhante ao que Engels afirmou mais tarde. Vide Friedrich Engels: Herrn Eugen Dührings Umwälzung der Wissenschaft. In: **Marx und Engels Werke (MEW), Vol. 20.** Dietz Verlag, Berlim/DDR. 1962, p.155.

15 Aparentemente, o exército, no máximo, poderia permitir a função de saque ou butim de guerra a ser reabsorvido pela economia em novo período de paz e normalidade da economia.

Mais além, este trecho interessa em mais de um aspecto ao estudo da constituição do corpus marxiano pelo fato desta anotação estar localizada no trajeto compreendido entre suas principais obras, os *Grundrisse* (*Grundrisse zur Kritik des politischen Ökonomie*) e *O Capital*, ressaltando que o próprio texto de *Para a Crítica da Economia Política* é considerado a versão reelaborada¹⁶ da primeira parte dos *Grundrisse* escrito às vésperas d'*O Capital*.

Para considerarmos a menção de Marx ao tema militar, ainda pouco estudado no Brasil,¹⁷ deve-se ter em mente que ela remete não apenas a um apontamento solitário de Marx, mas a uma referência a sua principal fonte de informação no período representada pelo devotado trabalho de Friedrich Engels iniciado quando da sua partida para Manchester na década de 1850, logo após as revoluções de 1848, em que ambos participaram ativamente na organização política da Liga dos Comunistas da Alemanha¹⁸ e no jornal *A Nova Gazeta Renana* (*Neue Rheinische Zeitung 1848-1849*) onde tentavam influenciar setores anti-prussianos da burguesia alemã favoravelmente às pautas específicas dos trabalhadores, mas mantendo certas reivindicações que atendiam anseios comuns aos da tradição democrática e liberal que, naquele momento, nos vários países da Europa, ainda não se dividiam em pautas específicas: nacionais, constitucionais e democráticas.¹⁹

Uma destas tentativas de influenciar o movimento revolucionário aconteciam pelas manifestações da Liga dos Comunistas da Alemanha, escritas entre 21 e 29 de março de 1848, onde é possível destacar a quarta reivindicação, nitidamente contrária à instituição militar, e de certo modo análoga a manifestações de outros pensadores radicais (e anti-estatistas) como

16 Roman Rosdolsky. *Gênese e Estrutura do Capital*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001, p. 25.

17 Como faz notar o único artigo brasileiro que encontramos sobre o tema escrito por João Roberto Martins Filho: "Engels e Marx: guerra e revolução" para a revista *Crítica Marxista*, (n.22, 2006, pp. 154-160), onde o autor cita a inusitada recepção destes textos, como por parte da bibliografia a respeito de história e teoria militar americana, inglesa e israelense iniciada a partir do artigo de 1943 de Sigmund Neuman: *Engels and Marx on Revolution, War*, reimpresso em: PARET, Peter, (eds.) **Makers of Modern Strategy from Machiavelli to the Nuclear Age**. Princeton University Press, New Jersey, 1986.

18 "Primeira organização comunista internacional do proletariado, fundada em 1847 em Londres por Marx e Engels, em consequência da reorganização da Liga dos Justos, associação secreta alemã de operários e artesãos, que surgiu na década de 1830. O lema da Liga dos Comunistas foi: "Proletários de Todos os Países Uní-vos!" e seu programa o "Manifesto do Partido Comunista." Os principais pontos de apoio da Liga se encontravam em Londres, Paris, Bruxelas, na Suíça e na Alemanha. Os membros da Liga tomaram parte ativa na revolução de 1848, principalmente na Alemanha. Marx e Engels se pronunciaram contra a opinião sectária e reformista de alguns membros da Liga. Depois da detenção da maioria de seus ativistas a influência dos oportunistas se reforçou no seio da Liga. Em 1852, a Liga proclamou a sua autodissolução. A Liga dos Comunistas foi a primeira organização proletária que atuou com base nos princípios do comunismo científico e foi a predecessora da Primeira Internacional." Verbete do Dicionário Político do Marxist Internet Archive. Acessado em: http://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/l/liga_comunistas.htm último acesso: 20/12/2011

19 Algo de certa forma já anunciado no manifesto do partido comunista de 1847, onde se definia que "os comunistas apoiam em toda parte qualquer movimento revolucionário contra a ordem social e política existente." (MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Editora Boitempo, 2010 (b), p.69)

William Godwin na Inglaterra, ao conclamar a substituição do exército regular por um sistema de milícias não financiado pelo estado.

Armamento geral do povo. No futuro, os exércitos serão simultaneamente exércitos operários, de modo que o exército deixe de apenas consumir, como no passado, mas produza além do necessário para custear sua manutenção.²⁰

Esta questão seria adotada como um programa que será constante na esquerda revolucionária alemã (com exceção dos lassalleanos) encontrando-se de modo recorrente nos programas de Eisenach (1869), Gotha (1875) e Erfurt (1891).²¹ O que demonstra que esta formulação política será legada como uma herança recorrente de parte das pautas herdadas como programa por esta geração.

No entanto, a fundamentação e a caracterização desta forma de crítica foram reelaboradas de diversas maneiras durante a década de 1850, revelando um acúmulo teórico sobre a instituição militar e o impacto das transformações ocorridas no campo da guerra. Afinal, se havia um programa sobre o que deveria ser feito das instituições militares após derrotá-las, como algum tipo de mecanismo político para a conquista e manutenção de direitos dos trabalhadores contra uma possível reação militar, não é claro o modo de fazê-lo como forma insurrecional ou transicional que poderia definir aquilo que Marx e Engels, na *Mensagem do Comitê Central à Liga dos Comunistas de março de 1850* (*Ansprache der Zentralbehörde an den Bund vom März 1850*), palavra de ordem que dois anos a frente seria chamada de “revolução em permanência” (*Die Revolution in Permanenz*)²². Em outras palavras, não era claro, durante a revolução de 1848, qual a forma insurrecional eficaz para constituir um movimento triunfante sobre as forças políticas e militares dos impérios conservadores do período.

Por mais que este fosse um tópico eminentemente político que demandava a compreensão de uma forma mais eficaz de mobilização dos trabalhadores, a reflexão sobre a

20 MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Lutas de classes na Alemanha**. São Paulo: Editora Boitempo, 2010 (a), p.53.

21 Estas referências podem ser encontradas no volume que reúne a *Crítica do programa de Gotha* e os diversos programas políticos da Socialdemocracia alemã, onde consta na quarta reivindicação do programa de Eisenach “o estabelecimento de uma milícia popular no lugar do exército permanente” (MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Crítica do Programa de Gotha**. São Paulo: Boitempo, 2012, p.84); na terceira reivindicação do programa de Gotha (final) “Preparação militar geral. Milícia popular no lugar do exército permanente” (Idem, p.90) e na terceira exigência do programa de Gotha “Instrução para defesa geral. Milícia popular no lugar do exército permanente. Decisão sobre guerra e paz mediante representação popular. Mediação de todos os conflitos internacionais por tribunais de arbitragem.” (Idem, p.95).

22 MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Lutas de classes na Alemanha**. São Paulo: Editora Boitempo, 2010 (a), p. 75.

revolução derrotada em 1848 envolveu diversos outros aspectos, agora acrescidos de um ângulo militar.²³ Tendo em vista um paralelo entre as jornadas de 1848 e as lutas camponesas de 1525, Engels iniciou uma série de reflexões desde a redação das *Lutas Camponesas na Alemanha* (*Der deutsche Bauernkrieg*, 1850), notando que a derrota nestes eventos “não foram resultado só da disjunção entre a base econômica e a superestrutura política.” pois “muitos erros militares crassos também desempenharam seu papel.”²⁴

Naquele momento, a avaliação da derrota das jornadas revolucionárias de 1848, passa a ser vista não apenas sob a instância de um determinismo de classe como elemento causal único (que pode ser entendida nesse sentido na avaliação da capitulação de classe presente na *Mensagem do Comitê Central de março* de 1850 citada acima), mas também sob outra gama de fatores, como a organização e o aspecto tático-militar. Nesta visão, era especialmente levado em consideração o papel que os exércitos imperiais mostraram ser capazes de exercer contra a política revolucionária em termos de organização, capacidade material de provimento de elementos estruturais e, principalmente, os oponentes e aliados que representavam forças revolucionárias e contrarrevolucionárias dentro do cenário de 1848, do qual faziam parte os demais levantes revolucionários na Polônia, Hungria, Itália, França e Áustria, contra os governos e forças conservadoras representadas pelas dinastias e principados, com destaque ao Império russo. Segundo a concepção de Marx e Engels naquele período, a Rússia era vista como principal fiadora daquilo que entendiam como uma persistência da Santa Aliança²⁵ a favor da manutenção do antigo regime. Em 1884, Engels chegou até mesmo a dizer sobre este período que “O programa político da *Neue Rheinische Zeitung* consistia em dois pontos principais: República alemã democrática, una, indivisível, e guerra com a Rússia, que incluía o restabelecimento da Polónia.”²⁶ A Rússia que mantinha sob seu domínio a Polónia, estendeu

23 Como pode ser visto na carta de Engels para Marx de 3 de abril de 1851, onde se debruça em particular sobre a derrota da revolução húngara sob a luz da intervenção russa em favor do domínio do Império austríaco, evento que inspira o texto *Condições e Prospectos* (1851) Acessado em: http://www.marxists.org/archive/marx/works/1851/letters/51_04_03.htm Disponível em 18/12/2012

24 HUNT, Tristram. **Comunista de Casaca**. A vida revolucionária de Friedrich Engels. Rio de Janeiro: Record, 2010, p.246.

25 Desde a repressão russa à revolução na Hungria que reverteu as vitórias iniciais húngaras e na Áustria este termo se torna de utilização recorrente. Marx o utilizou pela primeira vez no texto A “Nova Santa Aliança” na Nova Gazeta Renana, nº183 de 31/12/1848. “Que entre a Prússia, a Áustria e a Rússia foi concluída há vários meses uma nova “Santa Aliança,” todo mundo já sabe. O próprio tratado também será trazido à luz em breve e poderá ser entregue à opinião pública. A alma dessa aliança dos senhores “pela graça de Deus e do chicote” é a Rússia. Em contrapartida, toda a política e a diplomacia russas assentam por sua vez, com poucas exceções, sobre os ombros dos alemães ou russo-alemães. De fato, em todo lugar onde o absolutismo e a contrarrevolução são atuantes, encontramos sempre alemães, mas em nenhum lugar mais do que no centro da contrarrevolução permanente, a diplomacia russa. Karl Marx. **Nova Gazeta Renana**. São Paulo: Educ., 2010, p. 365.

26 Friedrich Engels. Marx e a Neue Rheinische Zeitung (1848-1849).13 de Março de 1884. Em: <http://www.marxists.org/portugues/marx/1884/03/13.htm> Último acesso: 12/10/2011.

seu apoio aos domínios Habsburgos enviando 300.000 soldados que reprimiram o levante Húngaro e deixando atônitos os revolucionários alemães, para os quais a Rússia passa a ser vista como o epicentro da manutenção de um sistema a um só tempo contrárias aos princípios liberais (constitucionais) e democráticos, a *bête noire* dos dois revolucionários alemães, como apontou Michel Löwy e que organizará parte de suas reflexões políticas.

Politicamente, a possibilidade da revolução na Europa dependeria da resposta a esta situação que articula elementos internos, insurrecionais, e externos, representados pelas organizações políticas previamente dispostas ao confronto e fora da alçada direta dos revolucionários, tornando-se necessário compreender como se relacionavam a dinâmica dos conflitos nacionais e a luta de classes. Para isso, caberia nada menos que definir o papel da luta de classes neste contexto, seja como manifestações de fenômenos internos que subjazem frente à guerra como questão menor, como crê Roman Rosdolsky em *Engels e os povos sem história* e atualmente João Bernardo no capítulo quarto de *Labirintos do Fascismo* chamado “*A nação Proletária*”²⁷, para quem a questão nacional se sobrepunha, em Marx e Engels, à luta de classes, nos principais eventos políticos envolvendo os Estados Nacionais.²⁸

Apesar desta abordagem, é possível considerar que Engels via no elemento externo (o conflito com outros países ou nações) apenas parte da explicação, pois o elemento interno concorria de outro modo, relacionando as classes sociais e a organização política e militar que dependeriam de certa estrutura organizacional. Entendidos deste modo, uma determinada força revolucionária não representa simplesmente um grupo político organizado apenas segundo *princípios* éticos ou morais superiores, na verdade, ao se organizar politicamente para uma sublevação, ela também se arroga ser superior organizacionalmente à organização política da classe dominante contra a qual se opõe, principalmente porque esta força política é detentora do poder de estado o que implica em uma articulação de forças políticas, sociais e econômicas. Esta forma de refletir sobre os eventos políticos considerando o aspecto organizacional no sentido da sua eficácia começa a aparecer em suas reflexões sobre o episódio revolucionário em *Revolução e contrarrevolução na Alemanha (Revolution und Konterrevolution in Deutschland, 1852)*, em que Engels tratou a insurreição como uma relação

27 BERNARDO, João. Labirintos do fascismo: na encruzilhada da ordem e da revolta. [Porto Portugal]:Edições Afrontamento; Biblioteca das Ciências do Homem, 2003, p.402-436.

28 Esta discussão realizada a partir do texto de Rosdolsky se encontra resumida na discussão presente no artigo de João Bernardo **Marxismo e nacionalismo (I): O antieslavismo de Engels e de Marx**. Acessado em: <http://passapalavra.info/?p=4140>, último acesso: 17/10/2011 Este tema é amplamente debatido por Hal Draper no volume 5 de Karl Marx Theory of Revolution (DRAPER, Hal; HABERKERN, E. **Karl Marx's Theory of Revolution. Vol.5: War & Revolution**. New York, NY: Monthly review Press, 2005, p.25-8 e p.80-7) e será discutido adiante nesta dissertação.

com a forma de combate militar:

Ora a insurreição é uma arte, tanto como a guerra ou qualquer outra, sujeita a certas regras de procedimento que, se forem descuradas, produzirão a ruína do partido que as descurar. Essas regras, deduções lógicas da natureza dos partidos e das circunstâncias com que tem de se lidar num tal caso, são tão lhanas e simples que a curta experiência de 1848 tornaram os alemães bastante bem familiarizados com elas. Em primeiro lugar, nunca brincar à insurreição a não ser que se esteja completamente preparado para encarar as consequências da brincadeira. A insurreição é um cálculo com grandezas muito indefinidas, cujo valor pode mudar todos os dias; as forças adversárias têm toda a vantagem da organização, da disciplina e do hábito da autoridade; a menos que contra elas se tragam fortes probabilidades, é-se derrotado e arruinado. Em segundo lugar, uma vez entrado no movimento insurrecional, agir com a maior determinação e na ofensiva. A defensiva é a morte de todo o levantamento armado; está perdido antes de ele próprio se medir com os inimigos. Surpreender os antagonistas enquanto as suas forças estão dispersas, preparar novos êxitos, ainda que pequenos, mas diários; manter o moral ascendente que o primeiro levantamento vitorioso forneceu; reunir, deste modo, do nosso lado, aqueles elementos vacilantes que sempre seguem o impulso mais forte e que sempre procuram o lado mais seguro; obrigar os inimigos a retirar antes de poderem reunir as suas forças contra nós; das palavras de Danton, o maior mestre da política revolucionária até hoje conhecido: de l'audace, de l'audace, encore de l'audace!²⁹

E, mais além, onde seus pressupostos de análise parecem apontar uma forma de compreensão que supera os determinismos de classe, levando em consideração uma correlação que não é imediata entre caráter ou pressuposto político e a forma assumida militarmente pela insurreição, pois a forma específica assumida por um grupamento militar estaria ligada não apenas às forças contra a qual se contrapõe, mas também ao próprio foco da ação do movimento, como a composição de tropas insurrecionais, porém de “corpo compacto.”

Que deveria, então, fazer a Assembleia Nacional de Frankfurt se quisesse escapar à ruína certa de que estava ameaçada? Primeiro que tudo, ver claramente a situação e convencer-se de que não havia agora outra alternativa do que: ou submeter-se incondicionalmente aos governos ou abraçar a causa da insurreição armada sem reserva ou hesitação. Em segundo lugar, reconhecer publicamente todas as insurreições que já haviam rebentado e apelar para que, por toda a parte, o povo pegasse em armas em defesa da representação nacional, pondo fora da lei todos os príncipes, ministros e outros, que ousassem opor-se ao povo soberano representado pelos seus mandatários. Em terceiro lugar, depor imediatamente o Lugar-Tenente Imperial Alemão, criar um Executivo forte, activo, sem escrúpulos, chamar a Frankfurt tropas insurrecionais para sua imediata protecção, fornecendo, assim, ao mesmo tempo, um pretexto legal para o alastramento da insurreição, organizar num corpo compacto todas as forças à sua disposição e, em suma, tirar proveito, rapidamente e sem hesitar, de todos os meios disponíveis para fortalecer a sua posição e enfraquecer a dos seus opositores.³⁰

Cabe observar, no entanto, que na história militar a forma de um “corpo compacto”

29 Friedrich Engels. **Revolução e contrarrevolução na Alemanha (1852)**. Cap. XVII — Insurreição. Em: <http://www.marxists.org/portugues/marx/1852/revolucao/cap17.htm> último acesso: 12/11/2012

30 Idem. Et seq.

está longe de ser meramente uma forma de combate espontâneo e de fácil orientação e disposição para “tropas insurrecionais” recém-formadas.³¹ Portanto, se uma força treinada que pudesse servir de apoio aos insurrectos era demandada como formação que deveria estar previamente disposta antes do confronto, isto demandaria contar com grupos militares profissionais, que só estariam disponíveis se imaginarmos a possibilidade de disputa pela sua insubordinação frente ao serviço ao estado Prussiano e aos pequenos reinados, o que apresentava complicações adicionais que não foram superadas no momento do levante. Talvez este contexto tenha fornecido a primeira questão militar à Engels ligada à política revolucionária, que em uma conjuntura distinta, passaria a ser pensada dentro da análise das organizações sociais e políticas de modo mais geral, levando em consideração as transformações sociais e a forma assumida por sua evolução em diversas instituições, como no exército, onde poderiam ser observados aspectos dos conflitos de classe influenciando em traços determinantes das instituições sociais mesmo que possuíssem natureza aparentemente distinta.

Apesar desta reflexão se iniciar de modo tateante, a notável capacidade de trabalho e o desafio representado (somado ao fato de sua curta experiência prévia servindo ao exército e durante a revolução alemã no período em que passou em Berlim em 1841-42, que coincidiram com seu contato com os jovens hegelianos), levaram a produção de Engels sobre o tema a se tornar tão volumosa, que “seus camaradas o apelidariam de ‘o general’ por causa de sua paixão pelas questões militares.”³² No entanto, ainda por um longo período, esta investigação se materializou na forma de um programa de estudo não sistemático em que seus pressupostos foram definidos de modo progressivo, em relação a sua curta experiência como oficial e também como participante em 1849 dos levantes no episódio de Elberfeld e depois no Baden e na Renânia (Renânia-Palatinado), mas sem uma tentativa de compreensão mais detalhada destes eventos fora dos domínios de uma análise geral da sociedade a partir do conflito entre classes. No entanto, nos meados da década de 1850, Engels adquiriu livros de toda parte sobre o tema, entre os quais a biblioteca de um oficial prussiano reformado, quando a guerra passa a se constituir definitivamente como um “tópico especial” que “com todo o seu rigor típico, ele mergulhou no estudo da liderança, da natureza da estratégia e do papel da topografia, da

31 O que, no caso de Engels, pode ser tomado como uma concessão à forma de conscrição de reserva formada pela *Landwehr*, o corpo de reserva formado nas guerras de libertação que havia sido proibida durante os episódios da revolução de 1848 por ter uma eleição entre o corpo de cidadãos para a constituição de sua hierarquia, o que contradizia o corpo de oficiais dos reinados que compunham os diversos reinos alemães.

32 SERFATI, Claude. **Imperialisme et militarisme** : actualité du XXI^e siècle. Lausanne: Ed. Page deux, 2004, p. 134.

tecnologia e do moral do exército.”³³

Durante este período que coincidiu com a desarticulação da *Liga dos comunistas* e o golpe de Luis Napoleão,³⁴ inicia-se um esboço de compreensão da guerra e das instituições militares cujo testemunho é registrado em uma série de textos e experiências que tentam interpretar os eventos candentes, que se mostrariam uma ameaça latente desde que as potências envolvidas na repressão à revolução de 1848 além de anunciarem a possibilidade de uma solidariedade internacional para a repressão das lutas sociais do período. Nestes textos, mantêm-se elementos comuns, como a reiteração da crença na influência política constante de uma *Santa Aliança* (*Heiligen Allianz*)³⁵ que ameaçaria as lutas sociais e políticas das forças progressistas da Europa³⁶, mas apesar disso, surge outra forma de pensar as organizações militares em relação às mudanças sociais como esboços de análises inconclusas de conjuntura política. Estes textos relacionam classes sociais e organização política e militar tendo em vista a Revolução Francesa de 1789 como motor de uma transformação social que conduziria tanto a uma modificação na relação entre as classes, quanto a uma mudança na tática militar, que, a partir de então, passam a ser vistas por Engels como fatores associados. Deste período, retemos principalmente a passagem das *Notas Marginais sobre as Táticas de Massa*, como momento inicial desta forma de pensar a organização militar.

Após este passo inicial, Engels inicia uma produção que passa por um período de levantamento de informações e fatos que serão depois utilizados para balizar seus argumentos a respeito dos eventos militares, até chegar a um reconhecimento profissional como comentarista militar de diversos jornais em que passa a contribuir, como atesta a produção

33 HUNT, Tristram. Op. Cit., p.246.

34 E, portanto, o período coincide com a escrita de *O Dezoito Brumário de Luiz Bonaparte* em 1851 por Karl Marx.

35 Esta referência não deve ser confundida com a referência presente na primeira linha do *Manifesto do Partido Comunista* de 1848 (*Manifest der Kommunistischen Partei*) cuja primeira frase diz: “Um espectro ronda a Europa – o espectro do comunismo. Todas as potências da velha Europa unem-se numa Santa Aliança (*heiligen Hetzjagd*) para conjurá-lo: o papa e o czar, Metternich e Guizot, os radicais da França e os policiais da Alemanha” (MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Lutas de classes na Alemanha**. São Paulo: Editora Boitempo, 2010 (a) , Op. Cit., p.39), pois neste caso, *heiligen Hetzjagd* refere-se mais a uma “Santa Caçada,” que representa neste caso uma união de combate ao comunismo do que a Santa Aliança (*Heilige Allianz*), que aparece também na Mensagem do *Comitê Central à liga dos comunistas* escrita em março de 1850 (*Ansprache der Zentralbehörde an den Bund vom März*) que caracteriza a união entre “Rússia, Prússia e Áustria, as 3 (três) potências vencedoras da Guerra contra Napoleão Bonaparte, de garantir a realização prática das medidas que foram aprovadas pelo Congresso de Viena, bem como impedir o avanço nas áreas sob sua influência das ideias liberais e constitucionalistas, que se fortaleceram com a Revolução Francesa e que haviam desestabilizado toda a Europa. O bloco militar, que durou até as revoluções europeias de 1848, combateu revoltas liberais e interferiu na política colonial dos países ibéricos, já que era a favor da recolonização.” (SILVA, Guilherme A.; GONÇALVES, William. **Dicionário de Relações Internacionais**. 2ª ed. Barueri: Manole, 2010, p. 250-252).

36 ENGELS, Friedrich. **Conditions and Prospects of a War of the Holy Alliance against France in 1852**. In: *Collected works: 1849-1851*. Moscow: Progress Publ. [u.a.]. v. 10, 1978, p.542 -545.

compreendida entre o período de 1851 a 1862 para o *New York Daily Tribune*.

Em 1854, por exemplo, a guerra da Criméia (de 1853-1856), que opôs o Império russo e as potências aliadas junto ao Império Turco, despertou o interesse de Engels em escrever para jornais que puderam prover assim recursos que foram destinados para o sustento de Marx. Inicialmente rejeitada pelo *Daily News* como de natureza excessivamente especialista no campo militar para seu público, foi posteriormente aceita pelo *New York Daily Tribune* (de propriedade de Horace Greeley que apoiou posições progressistas e liberais radicais) nos termos de contribuições assinadas no nome de Marx a respeito da “dimensão político-diplomática do conflito em curso,” enquanto Engels escreveria “sobre a evolução das operações militares.”³⁷ Inicialmente, Engels viu no episódio a possível ameaça da “Santa Aliança” em relação ao poder Europeu, que, segundo acreditava, colocariam Prússia e Áustria ao lado da Rússia contra a França (principal interessada em exercer sua influência sobre a área dominada pela Rússia), Inglaterra, Sardenha e Turquia, que procuravam reter o avanço do Império russo, perspectiva que aos olhos contemporâneos soa como franco exagero do caráter militar e político da Rússia do período. No entanto, politicamente, mostrou-se para Engels esta ocasião como a oportunidade a ser explorada como forma de propaganda, realizando assim o anúncio da potencialidade de uma “sexta grande potência” em relação à política europeia: o proletariado.³⁸

Posteriormente, no período entre julho de 1857 e novembro de 1860 - que coincide com a redação dos *Grundrisse* e da *Contribuição à Crítica da Economia Política* - Marx e Engels trabalharam debruçados na escrita dos verbetes a respeito de questões militares e diplomáticas que foram publicados para a enciclopédia americana, *New American Cyclopaedia*,³⁹ aprofundando ambas as informações sobre o tema. Sobre a quantidade em termos absolutos, o seguinte quadro dá uma ideia a respeito do volume da produção durante este período:

37 FERREIRA, Muniz Gonçalves. **Mercados, diplomacia e conflitos:** uma abordagem histórica das relações internacionais a partir dos artigos publicados por Karl Marx e Friedrich Engels no *New York Daily Tribune* no período 1851/1862. Tese de doutoramento. Departamento de História – FFLCH/USP. 1999, p. 193.

38 MAYER, Gustav. *Friedrich Engels: una biografía*. México: Fondo de Cultura Económica, 1978, p.416.

39 **The New American Cyclopaedia:** A Popular Dictionary of General Knowledge. No final de 2012, todos os volumes foram digitalizados e estão disponíveis para consulta online. Acessado em: <http://migre.me/cFIXf> (link encurtado) último acesso: 01/01/2012

Tema	Número de Páginas
Diplomacia e Política Internacional	126
Economia e Comércio Internacional	53
Guerras e conflitos entre Estados Nacionais	170
Total	349
Fonte: Muniz Gonçalves Ferreira, 1999, p.80.	

Entre os textos jornalísticos de Engels deste período, que muda de característica, há exemplos interessantes, especialmente por comportarem formas distintas de avaliação dos conflitos em relação à tradição militar, em que são considerados os pressupostos políticos, sociais e materiais das guerras do período.

Para estes comentários e análises, os eventos políticos serviram de inspiração, em geral ligados ainda à conjuntura das relações entre os impérios e nações, posteriormente às revoluções de 1848, como os eventos ligados ao conflito entre Áustria e Itália (durante os eventos que conduziram à segunda guerra de independência italiana), que foram resultantes do apoio de Luís Bonaparte à independência alemã contra a Áustria.

Sobre este evento em particular, Engels se utilizou de um recurso artificioso para intervir no debate de um ponto de vista “estritamente militar” e “realista,” ao partir da questão das fronteiras e concluindo por uma defesa da unificação da Itália e da Alemanha, concluindo que, longe dos interesses expansionistas da França contra a Áustria, a verdadeira causa em jogo na guerra era a da Alemanha e da França, o que tornaria a questão daquela guerra particular algo secundário frente a uma política que poderia estabelecer uma verdadeira segurança armada da região.⁴⁰ Assim, o *Pó e o Reno (Po und Rhein)*, escrito entre fevereiro e março de 1859, foi lançado como um texto anônimo e sob a rubrica de um posicionamento sobre a política nacional a respeito de fronteiras nacionais. Portanto, a perspectiva de quem escreve é a de um personagem, militar, que interviria no debate defendendo as unificações nacionais italiana e alemã, que representaria, entre outros elementos, uma base mais sólida do ponto de vista da “defesa.”

Ninguém vai se aventurar a dizer que o mapa da Europa está definitivamente estabelecido. Mas se tiverem de suportar quaisquer mudanças, devem tender cada vez mais para dar em geral às grandes nações europeias viáveis suas reais fronteiras naturais a serem determinadas pela linguagem e sentimento de companheirismo, enquanto ao mesmo tempo os escombros de povos (*Völketrümmer*) que ainda podem ser encontrados aqui e ali nas nações maiores e que não são mais capazes de existência nacional, ou são incorporados e absorvidos ou são conservados como relíquias meramente etnográficas sem nenhum significado político. Considerações militares podem aplicar apenas secundariamente.

40 E entre outras coisas deixar traçado que o futuro da política europeia se daria pela formação de estados nacionais e não determinados pelos projetos expansionistas dinásticos.

Mas se o mapa da Europa está para ser revisto, nós alemães temos o direito de exigir que isto seja feito de modo exaustivo e imparcial, e que não devem ser feitas, como tem sido o costume, todos os sacrifícios para a Alemanha sozinha, enquanto todas as outras nações se beneficiam, sem dar qualquer coisa que seja. Nós podemos fazer sem um bom negócio que está em nossas fronteiras e nos envolve em questões em que devemos fazer melhor não interferir diretamente. Mas o mesmo se aplica a outros, exatamente da mesma maneira, deixe-nos mostrar o exemplo de altruísmo, ou ficar em silêncio. Mas a soma e a substância deste estudo inteiro é que nós, alemães, faríamos um negócio muito bom se pudéssemos trocar o Pó, o Mincio, o Ádige e todos os despojos italianos pela unidade, o que pode nos proteger de uma repetição de Varsóvia e Bronzell, o que só pode fazer-nos fortes internamente e externamente. Se tivermos essa unidade, a defensiva pode chegar a um fim. Nós não precisaríamos de nenhum Mincio, "nossa natureza inerente" será mais uma vez "atacar," e ainda há alguns pontos fracos em que isso vai ser bastante necessário.⁴¹

Vários problemas podem ser apontados na perspectiva do personagem criado por Engels, como a do perigo da submissão involuntária para a construção do argumento de uma perspectiva política “realista” do estadista mesmo deixando subentendido que a unificação de ambos os países (uma modificação interna dos países que, segundo o entendimento pressuposto de Engels, deveria ser realizado inequivocamente por um meio revolucionário) cumpriria melhor uma finalidade estratégica do ponto de vista externo do que a situação vigente de diversos estados fragmentados entre pequenos reinos e submersas entre formas de poder discricionário e autoritário, que persistiam como indicadores inequívocos do chamado “atraso alemão.”

O comentário resultava em uma sugestão de mudança de estratégia que representaria uma modificação no balanço de poder, “humildemente” sugerida por um militar anônimo (um suposto militar revolucionário?) que, ao mostrar conhecimento das questões militares, insinuava a adoção, “pelo bem dos objetivos estratégicos” de um dos principais objetivos da luta revolucionária alemã de 1848, que unia liberais, socialistas e democratas. Esta proposta deixava subentendidas campanhas militares nada desprezíveis, como uma luta contra as potências reacionárias da Europa central (e, segundo os textos anteriores, com a possibilidade de a Rússia vir em socorro dos domínios da Casa dos Habsburgos na Áustria) visando enfraquecer a Áustria para construir a unificação alemã - incluindo os territórios austríacos de língua alemã – e por fim, auxiliar a independência da Polônia e da Hungria, apesar de deixar em suspenso um destino incerto para as nacionalidades eslavas menores.⁴² O resultado final seria a estabilidade de fronteiras na Europa central e ocidental que passaria a ser criada por

41 ENGELS, Friedrich. **Po und Rhein**. Acessado em: http://www.mlwerke.de/me/me13/me13_225.htm, último acesso em: 12/12/2012.

42 Mais a frente no capítulo sobre a revolução alemã, trataremos do debate a respeito do livro de Rosdolsky “Engels e a questão dos povos sem história,” onde retornaremos à questão do conflito de interpretações a respeito dos tchecos durante a revolução alemã.

afinidades linguísticas e sociais, como era a esperança política em 1848.

A despeito do personagem criado por Engels é difícil imaginar qual o objetivo do “Engels real,” distinto desta outra voz que realiza o comentário neste texto, além de intervir de um modo, algo lúdico, algo político, expondo os efeitos do saber que detinha e que já começava a produzir alguns efeitos notáveis e a responder nos pressupostos do pensamento militar do período. Possivelmente haveria uma estratégia retórica que realiza a cisão entre duas vozes, a do revolucionário e aquele da “geopolítica” que pressupõe a política revolucionária como solução das questões que busca familiaridade com o interlocutor. No entanto, como pressuposto, é possível recorrer ao último programa político prático escrito por Marx e Engels, a *Mensagem do Comitê central à Liga dos Comunistas de março de 1850* em que, ao lado da bandeira da “revolução em permanência,” tendo em vista um possível conflito entre os democratas e os interesses específicos dos proletários, ainda persistia o problema que os unificava como o “da abolição do feudalismo,” que, no caso alemão se colocava nos termos da reivindicação de “uma república alemã una e indivisível, mas, dentro dela, também em favor da mais efetiva centralização.”⁴³ No entanto, como a questão em *O Pó e o Reno* reaparecia sem o amparo do “municipamento de todo o proletariado”⁴⁴ no contexto de uma situação de insurgência com mobilização operária (como acreditavam Marx e Engels, iria acontecer novamente na França a qualquer momento), é difícil a compreensão deste texto, senão como uma intervenção de Engels em um debate público com militares gerando algum ruído que pudesse ser capitalizado em torno das teses revolucionárias e não apenas teses militares defendidas dos autores.

Pensando nos termos dos fundamentos teóricos, é possível observar que a crítica disfarçada de Engels (real) neste período guardava ecos do modelo da crítica dos anos 1840. É possível pensarmos isso, tendo em vista a relação com os temas que voltam à crítica da fragmentação nacional que pode ser incluída no problema do atraso nacional alemão,⁴⁵ enquanto projeto barrado com a derrota da revolução, mas agora, incluindo-se o problema das rivalidades herdadas da revolução de 1848, como o dos tchecos que lutaram para garantir sua autonomia ao lado das potências conservadoras e contra a luta pela emancipação nacional da Polônia e Hungria, estes últimos aliados dos revolucionários alemães. Esta questão foi importante, principalmente na assembleia de Frankfurt, mas não conseguiria se desmembrar

43 MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Lutas de classes na Alemanha**. São Paulo: Editora Boitempo, 2010 (a), p. 72.

44 Idem, p. 68.

45 Seguimos aqui o modelo de Paulo E. Arantes em **Ressentimento da Dialética** (1996).

em seu aspecto definitivo de luta de classes. Pode-se apenas supor que Engels acreditasse que um novo conflito capaz de enfraquecer as potências centrais ligadas à *Santa Aliança*, abriria a possibilidade para uma revolução nacional que, naquele momento, ainda não se distanciava no imaginário político europeu da ideia de uma revolução democrática, apesar das contradições de interesses como os que opuseram poloneses, húngaros e tchecos, que resultaram proveitosas à estabilidade do domínio austríaco sobre todos.

Para Engels, tanto quanto para Marx e demais revolucionários alemães, aparentemente não parecia possível a proposição, ao menos naquele momento, de um projeto modernizante e unificador de uma Alemanha conservadora sob a hegemonia prussiana (que estava a esta altura sendo esboçada por um *junker* prussiano ativo na ala conservadora da revolução de 1848 e partícipe das assembleias), parecendo ser muito mais plausível demonstrar algo, “vestindo a casaca de um militar” liberal, que acreditasse como eles que os objetivos nacionais só poderiam ser cumpridos ao lado da revolução, e anulando a questão tática premente quanto às fronteiras, movendo o problema externo para o interno.

Com todos esses elementos, é curioso como o texto encontrou eco e teve recepção tanto entre militares prussianos quanto italianos, como Mazzini:

Po and Rhine foi um texto tão bem escrito que seu autor anônimo se tornou objeto de muitas brincadeiras de adivinhação no QG. “Seu panfleto é considerado nas altas rodas militares – se não nas mais elevadas – (inclusive, inter alia, aquela do príncipe Carlos Frederico) obra de um general prussiano anônimo,” respondeu um Marx alegríssimo a Engels. Foi frustrante, mas o escriturário de Manchester continuou anônimo.⁴⁶

Apesar de eminentemente voltado a uma intervenção anônima, depois assumida pelo autor, com o ensejo de causar certo impacto, tanto no *Pó e o Reno* quanto em outros textos deste período se desenvolveu uma forma original em relação ao pensamento militar tradicional, buscando traços ligados à economia e à política como elementos determinantes das ações militares. Portanto, utilizando-se das organizações militares como epifenômenos das relações mais profundas e determinantes relativas à dinâmica das classes sociais e servindo às pautas políticas revolucionárias do período.

Em um aspecto mais geral, no entanto, este texto se relaciona com outros de natureza jornalística e de divulgação, como aparece na tese de Muniz Gonçalves Ferreira a respeito dos textos de Marx e Engels deste período “*Mercados, Diplomacia e Conflitos: uma abordagem dos artigos publicados por Karl Marx e Friedrich Engels no New York Daily Tribune no*

46 HUNT, Tristram. Op. cit., p.248.

Período 1851/1862,” onde é possível constatar a permanência de temas comuns:

- a) O enfoque histórico impresso às suas interpretações acerca da evolução do pensamento e da prática militar; b) A correlação estabelecida entre o progresso da máquina de guerra e o desenvolvimento técnico e material no interior de cada país; c) O peso do condicionamento social na caracterização da organização e do potencial combativo de cada exército; d) A valorização de elementos associados às características individuais das tropas e dos comandantes na performance militar dos exércitos.⁴⁷

Certamente, ganha um maior peso o elemento militar nestas exposições públicas dos autores que, apesar de feitas sob encomenda, eram escritas sob sua rubrica e, portanto, ostentavam publicamente sua “marca.” No entanto, ao pensarmos nos termos de uma relação entre esta correspondência sobre a guerra e os principais teóricos militares do período, abre-se de certo modo um distanciamento que não é necessariamente compensado – ao menos ainda – por uma produção original sobre a guerra capaz de fundamentar seus pressupostos de modo inequivocamente distinto das principais teorias militares do período. Ou seja, trata-se de uma análise fundamentada em outros pressupostos, mas que não responde às questões centrais da teoria da guerra, antes buscando na guerra, aquilo que interessa quanto à análise da sociedade.

Aliás, pode-se dizer que os teóricos – considerados por Muniz Ferreira como os principais comentadores militares do século XIX representados principalmente pelo Arquiduque Charles D’Áustria, o barão de Jomini e Karl Von Clausewitz – possuem certa marginalidade entre os escritos de Marx e Engels, quando não uma presença apenas pontual⁴⁸. Pois se comparamos estes textos com outros textos teóricos e políticos de Marx e Engels sobre temas distintos, onde a avidez pela interlocução e crítica de outros autores era notável, poderíamos considerar a guerra como um interesse secundário dentro do projeto crítico de ambos. Especialmente se pensarmos na análise e escolha de fontes de informação, certamente distinto do cuidado dispensado em relação ao repertório vasto de autores presentes na crítica de Marx e Engels contra os teóricos da economia política ou à filosofia especulativa.

Sobre Clausewitz, talvez o nome mais conhecido hoje na teoria militar do século XIX, Marx e Engels tiveram impressões distintas. Marx afirmou não ter tido uma boa impressão quando leu principalmente os diários de campanha: “Eu encontrei Clausewitz quando estava procurando coisas em geral sobre Blücher.”⁴⁹ O sujeito possui um senso comum que beira ao

47 FERREIRA, Muniz Gonçalves. **Mercados, diplomacia e conflitos:** uma abordagem histórica das relações internacionais a partir dos artigos publicados por Karl Marx e Friedrich Engels no New York Daily Tribune no período 1851/1862. Tese de doutoramento. Departamento de História – FFLCH/USP. 1999, p.127.

48 FERREIRA, Muniz Gonçalves. Op. cit., p.104-117.

49 General prussiano que compõe parte dos verbetes escritos para a *New American Cyclopaedia*. Marx

ridículo.”⁵⁰ Engels, pelo contrário, passou as obras de Clausewitz em exame desde 1853, como atestado na carta a Weydemeyer em Nova York, e a Marx em 7 de janeiro de 1858⁵¹ onde relata que:

Estou lendo, *inter alia*, *Da Guerra* de Clausewitz, um modo de filosofar à moda antiga, mas em si muito bom. A respeito da questão sobre se deveríamos falar em arte ou ciência da Guerra, ele diz que, mais que qualquer outra coisa, a Guerra lembra o comércio. O Combate é para a Guerra o que pagamento em espécie é para o comércio, porém raramente tem necessidade de acontecer, na verdade, tudo é direcionado para ele e, finalmente, quando ele é praticamente inevitável e se prova decisivo.⁵²

Em um passo posterior a seus experimentos iniciais, visando avaliar os conflitos com uma precisão cada vez maior, Engels levou em conta elementos aparentemente distintos que eram considerados ao lado dos eventos que compunham os combates em si e tentando ultrapassar uma mera descrição ou comentário militar. Assim, Engels elaborou uma reflexão principalmente a partir da tentativa de elucidar os pressupostos dos conflitos e das instituições militares, como destacou na relação entre as revoluções burguesas e a luta de classes, para ele refletida na conscrição. Engels acreditava que a conscrição, para se realizar, mobilizava fatores modernizantes irreversíveis do ponto de vista organizacional, assim como o desenvolvimento industrial que incidia sobre a logística e a produção de armamentos cada vez mais avançados em relação com seu pressuposto social básico que eram as relações sociais de produção. Elementos geralmente ignorados na análise dos conflitos passaram a ser levados em consideração na análise de Engels segundo seu aspecto social e material, com as exceções da descrição do arsenal que já se utilizava do elemento material como fator importante na descrição dos conflitos, mas muitas vezes envolto em algo que podemos comparar a um "fetiche" em relação ao armamento como determinante principal a despeito das relações sociais na guerra. Ou ainda, para além do armamento, o volume das populações de cada um dos reinos, impérios e nações como potencial fonte de soldados, o que colocava na frente a determinação social como fenômeno material a despeito das relações sociais e políticas pressupostas para esta disposição de soldados para a guerra, que passam então a ser abstraídas.

registra o início das leituras dos diários de campanha em carta a Engels de 31/10/1857: Acessado em: http://www.marxists.org/archive/marx/works/1857/letters/57_10_31.htm último acesso: 12/10/2011

50 Carta de Marx a Engels em 07/01/1858. **MECW, Volume 40**, p. 244 ou MEW, 1963, Berlim: Dietz Verlag, Vol.29, p.256. Pode ser acessada em: http://www.marxists.org/archive/marx/works/1858/letters/58_01_07.htm Último acesso em: 12/10/2011.

51 ENGELS, Friedrich. MECW Volume 40, p. 241 ou MEW, 1963, Berlim: Dietz Verlag, vol.29, p. 252

52 Marx Engels Collected Works Volume 40. New York: International Publishers, 1983, p. 241 Acessado em: [http://migre.me/cGzq3\(url encurtado\)](http://migre.me/cGzq3(url encurtado)) último acesso: 12/12/2012.

Com estes elementos em mente, latentes desde o primeiro esboço quanto ao estabelecimento de uma relação entre a mobilização de massas no exército francês revolucionário no texto (que não chegou a ser publicado) *Notas Marginais sobre táticas de massa*⁵³ em 1852, Engels procurou ir além, mantendo a crença de que a capacidade de modernização e desenvolvimento dos exércitos estava de certo modo apoiada no desenvolvimento e na mobilização das forças progressistas, que emancipavam as classes sociais tornando-as disponíveis para o combate. Algo que certamente Engels pode ter aproveitado da leitura de *Da Guerra*, especialmente no capítulo sobre o *armamento do povo*:

A guerra desimpedida por qualquer restrição convencional havia irrompido em toda a sua fúria elementar. Isto era devido à nova participação dos povos nestes grandes assuntos de Estado, e sua participação, por sua vez, era resultado em parte do impacto que a Revolução tinha nas condições internas de cada Estado e em parte do perigo que a França representada para todos.

Será sempre este o caso no futuro? Daqui em diante será cada guerra na Europa conduzida com todos os recursos do Estado, e, portanto ter que ser travada somente por grandes questões que afetam o povo? Ou iremos ver uma gradual separação acontecer entre governo e povo? Tais questões são difíceis de responder e nós somos os últimos a atrever-se em fazê-lo. Mas o leitor deverá concordar conosco quando nós dizemos que uma vez que estas barreiras – que em um determinado sentido consistem somente na ignorância humana do que é possível – são derrubadas, elas não são tão facilmente levantadas novamente. Ao menos, quando os grandes interesses estão em jogo, a hostilidade mútua em si irá se expressar da mesma maneira como tem feito em nossos dias.⁵⁴

Apesar de não encontrarmos referência explícita, este capítulo de *Da Guerra* certamente deve ter atingido Engels, pois mostra uma concordância de fundamento com um princípio que esboçava desde seus primeiros textos sobre o tema e caro a muitos teóricos militares, ao relacionar a guerra e a revolução enquanto capacidade de mobilização de recursos que ela propiciou, revolucionando os meios de se fazer a guerra. A guerra encontrava assim, uma correlação com a forma política moderna e com a forma econômica do capitalismo, que trazia avanços considerados irreversíveis do ponto de vista tático, ao menos, segundo acreditava, por mobilizar o povo como novo fator dentro do campo de batalha. Estender este raciocínio para as formas sociais relacionando-as à guerra parecia razoável, permitindo como efeito adicional trazer um novo sinal relativamente positivo (e como apresentamos mais a frente nesta dissertação, dialético ao modo particular de Engels), pois mostrava um traço inexorável de progresso organizacional e técnico que demandaria outra correlação política entre as classes. Para o povo combater com toda potencialidade seria

53 Parte do texto *Condições e Prospectos de uma Guerra da Santa Aliança contra a França em 1852*. A análise deste texto está presente no capítulo *As Táticas de Massa* desta dissertação.

54 CLAUSEWITZ, Carl von. **Da guerra**. São Paulo: Martins Fontes. 2. ed., 1984, p.593.

necessário não apenas que aumentasse a capacidade das forças produtivas, mas que ele próprio fosse livre.

Considerando a respeito dos combates descritos na qualidade de jornalista sobre temas militares como a guerra da Criméia (1855), os combates da independência italiana (especialmente o papel das forças garibaldianas) (1860) e a guerra civil americana (1862) para o *Volunteer Journal for Lancashire and Cheshire*, além de textos pontuais para o *New York Daily Tribune*, Engels observou sempre o combate como forma do que parecia, naquele momento, um sinal inexorável da possibilidade das forças progressistas conquistarem avanços livrando-se da conjuntura política conservadora que presidiu a primeira metade do século XIX, onde a participação na guerra era vista como forma de participação política que representaria um contrapeso ou "poder de barganha" em relação à conquista de direitos sociais e políticos para a classe trabalhadora que formalmente ainda não poderiam ser conquistados por outras vias.

Além das formas regulares de combate, Engels também realizou uma análise descritiva dos principais Exércitos da Europa em termos quantitativos e organizacionais, que foi publicada entre agosto e setembro de 1855 para o *Putnam's Monthly*,⁵⁵ e posteriormente uma tentativa de deduzir a forma particular ou as condições de um conflito a partir das condições materiais mais gerais que o determinam, como as condições físicas e geográficas, associadas com o contexto político e social dos combatentes no comentário sobre as *táticas de guerrilha* presente em *A Guerra nas Montanhas antes e depois* (1857),⁵⁶ que certamente dialoga com aspectos da reflexão sobre a defesa realizada por Clausewitz, visando superá-lo, ao destinar um papel original às formações "irregulares."

Neste texto, Engels argumenta sobre a eficácia relativa, ou seja, a capacidade de êxito das formações de guerrilha de forma independente de formações regulares (tema que também trata a respeito das guerras de independência americana e as guerras de libertação napoleônica onde o termo se origina na Espanha). Neste sentido, os casos pensados principalmente sob a luz da sublevação nacional e a guerrilha, eventos eminentemente políticos e com potencial tático revolucionário, trazem importantes elementos para se pensar a forma como posteriormente foram realizados muitos dos levantes proletários e de libertação nacional do

55 **The Armies of Europe.** Acessado em: <http://www.marxists.org/archive/marx/works/1855/armies-europe/index.htm> Último acesso: 21/12/2012. (originalmente publicados no jornal Putnam's Monthly, mensalmente de agosto a dezembro de 1855)

56 ENGELS, Friedrich. *Mountain Warfare in the Past and Present*. (New-York Daily Tribune, January 27, 1857). In: **Collected Works of Karl Marx and Frederick Engels. Vol. 6.** London: Lawrence & Wishart: 1976. Acessível em: <http://migre.me/cGAh3>, último acesso: 12/12/2012.

século XX.

Nos exemplos levados em consideração, Engels expõe a tese sobre a capacidade defensiva maior ou menor de uma região montanhosa como a Suíça que continuava a funcionar segundo um sistema de milícias, mesmo durante o processo de mobilização de exércitos regulares pelas potências militares da Europa, o que, em princípio, quando comparada com tais forças plenamente mobilizadas, as colocaria em franca desvantagem. A forma particular de desenvolvimento miliciano suíço (que persiste, com algumas variações, até hoje), inserido no contexto militar do século XIX, caso representasse uma desvantagem tática, poderia torná-la um alvo potencial de ocupação militar e, portanto, de foco de tensões militares da região alemã. No entanto, a conclusão de Engels era de que a Suíça seria uma região relativamente segura, mesmo tendo em vista sua deficiência em termos bélicos, tanto enquanto arsenal quanto em termo de exércitos regulares, sem prejuízo de sua capacidade de resistência organizativa - que permaneceria relativamente grande -, ainda que isto fosse resultado de uma dependência da geografia montanhosa da região. A eficácia de táticas milicianas, como as das milícias suíças, era relativa, como também foi em outras formações militares exclusivamente irregulares (isto é, quando não atuavam como batedores ao lado de um exército regular, como os cossacos na Campanha da Rússia de 1812), Engels pensa a questão a partir de uma indução a partir de outros exemplos históricos vitoriosos para as formações deste tipo, como por exemplo, a “insurreição tiroleza, a guerrilha dos espanhóis contra Napoleão, a sublevação dos bascos carlistas e a guerra das tribos caucásicas contra a Rússia”⁵⁷ que exigiriam necessariamente, ao menos na Europa, uma região montanhosa. O que o levava a concluir que, até aquele momento, sem modificações impactantes, sua relativa eficácia era assegurada.

Algo interessante a se notar nestes artigos é o fato de que, para a análise desta forma de combate, foi importante pensar em sua composição, representada por cada cidadão armado, o que se mostraria um fator determinante de sua potencial força empregada em combate, inspirando uma reflexão comparativa entre os méritos de um exército profissional contraposto a uma força de voluntários, o que também reduzia a potencialidade de repressão armada das democracias estabelecidas, por parte das forças externas. No entanto, isto já não representa um posicionamento de Engels favorável ao estabelecimento de milícias contra exércitos regulares, como na posição dos suíços, ou de teóricos libertários como William Godwin, mas como uma defesa do povo em armas, consignas dos revolucionários alemães de 1848, que,

57 ENGELS, Friedrich. Idem, p.102-103.

como vimos, permaneceu viva através de lideranças do Partido Socialdemocrata alemão como August Bebel e Wilhelm Liebknecht.

Como é possível observar, apesar de a dedicação ao tema ser aparentemente secundária na formação teórica de Marx e Engels, o interesse de ambos sobre o tema era vívido e reiterado não apenas em Engels, mas também em Marx, como atestam outros indícios, entre os quais uma carta de Marx à Engels de 25 de setembro de 1857, num período após a leitura do verbete *Army* (exército)⁵⁸ escrito por Engels para a *New American Cyclopaedia* (ainda que sob o nome de Marx, que é o único creditado na enciclopédia americana) fazem ver ainda um esforço de articulação teórica do tema.

A história do exército (*Army*)⁵⁹ faz ressaltar com mais nitidez do que qualquer outra coisa a justeza de nosso ponto de vista sobre a conexão entre forças produtivas e relações sociais. De modo geral, o exército (*Army*) é importante para o desenvolvimento econômico. O salário, por exemplo, desenvolveu-se por completo em primeiro lugar no exército entre os antigos. Assim como entre os romanos o *peculium* castrense, primeira forma jurídica reconhecendo a propriedade mobiliária de outras pessoas que não os pais de família. Ou ainda como o sistema corporativo na corporação do *fabri*. E ainda, nesse setor, a utilização de máquinas em larga escala, pela primeira vez. Até o valor específico dos metais e seu uso como moeda parece desde o princípio – desde o final da idade da pedra de que fala Grimm – repousar sobre a importância deles para a guerra.⁶⁰ A divisão do trabalho no interior de um mesmo ramo, igualmente, realizou-se em primeiro lugar nos exércitos. Ademais, toda a história das sociedades burguesas resume-se de modo claro no exército. Se tiver tempo um dia, procure tratar a questão desse ponto de vista.⁶¹

Nesta carta, ressalta-se como o interesse sobre os temas militares aparecia em Marx, não apenas como uma relação entre a organização militar e a organização do trabalho, mas também pelo fato de sua precedência, repondo-se o mesmo exemplo da passagem assinalada do texto *Contribuição à Crítica da Economia Política* (1859), que abre este capítulo, no tocante ao caso do assalariamento e a aplicação da tecnologia na organização militar, a maquinaria. Do mesmo modo, a própria forma de organização cooperativa como é o caso da

58 *Army*. Em: RIPLEY, George; DANA, Charles A., **New American Cyclopedia**. Acessado em: <http://migre.me/cG7u3>, último acesso: 21/12/2012, p.736-754. Também disponível com créditos a Engels em: MEW, Vol. 14. Dietz Verlag, 1961

59 A palavra utilizada no original é o inglês *Army* e não o alemão *Armee*, onde talvez Marx esteja se referindo ao verbete escrito por Engels para a *New American Cyclopedia*. No verbete *Army* escrito por Engels para a *New American Cyclopedia*, Engels define *Army* como o: “*corpo organizado de homens armados que um Estado mantém com propósitos de guerra ofensiva ou defensiva*” Em: MEW, Vol. 14. Dietz Verlag, 1961. Para entender seu sentido, devemos ter em conta que a palavra traz uma ambigüidade entre um sentido mais amplo de “Forças Armadas” como um todo, isto é, reunião de todas as armas, o que incluiria a marinha e um sentido mais restrito de “força militar terrestre,” hoje mais corrente na língua inglesa e alemã

60 Um desenvolvimento interessante a respeito da relação entre guerra e moeda que destaca a correlação material entre a metalurgia que permite a confecção de armas e moedas, focalizado na antiguidade clássica aparece nos *Grundrisse*, especificamente no primeiro livro de notas chamado o *Capítulo sobre o Dinheiro*, no entanto, apesar de parecer um tema correlato, não trataremos deste tema ainda pouco estudado.

61 Carta de Marx à Engels de Londres, 25 de setembro de 1857, MEW, vol. 29. Berlim: Dietz Verlag, p.192, Ed. 1963.

divisão do trabalho num mesmo ramo, isto é, numa mesma atividade social complexa com um fim específico, é novamente lembrada em formas correlatas na organização militar e na organização do trabalho.

Nos *Grundrisse der Kritik der politischen Ökonomie* (de outubro de 1857 a maio de 1858), esta ideia aparece em dois momentos quando o exemplo de períodos anteriores do desenvolvimento histórico das organizações militares serve de demonstração à existência de uma antecipação de formas determinadas das relações sociais que se apresentam no capitalismo. Um deles é quando Marx critica a concepção de Frédéric Bastiat, economista de inspiração socialista, que acreditava que o salário fosse uma forma “fixa de remuneração e, portanto, uma forma muito aperfeiçoada de associação, em cuja forma originária predomina ‘aleatório,’ porquanto, ‘todos os associados ‘estão sujeitos ‘a todos os riscos do empreendimento’.”⁶² Para Marx, o salário era justamente o contrário, a condição e garantia da não fixidez e a condenação do trabalhador à incerteza quanto às garantias de condições mínimas para a sua manutenção:

Todos os economistas, tão logo discutem a relação existente entre capital e trabalho assalariado, entre lucro e salário, e demonstram ao trabalhador que ele não tem nenhum direito a participar das oportunidades do lucro, enfim, desejam tranquilizá-lo sobre seu papel subordinado perante o capitalista, sublinham que ele, em contraste com o capitalista, possui certa fixidez da renda mais ou menos independente das grandes aventuras do capital. Exatamente como Sancho Pança [com a ideia] de que, embora certamente leve todas as surras, ao menos não precisa ser valente.⁶³

Todavia, como uma crítica mais completa demandaria uma série de conceitos e relações a serem explicitadas para que se realizasse a indicação precisa dos elementos em que o comentário de Bastiat se dissolve em “nonsense” (como afirma no final do texto), Marx abandona a crítica a Bastiat, mas não sem antes evocar a antecipação histórica da relação de assalariamento por uma forma reveladora de um processo de controle social que permite a realização de uma maior autonomia dos objetivos sociais globais na busca de resultados contra os interesses particulares ligados à pessoa que ocupa a função de soldado:

Nota: a primeira forma em que o salário se apresenta de modo generalizado é o soldo militar,⁶⁴ que aparece com o declínio dos exércitos nacionais e das milícias de cidadãos.⁶⁵ De início, o soldo era pago aos próprios cidadãos. Logo em seguida,

62 MARX, Karl. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011a, p.32.

63 MARX, Karl. Idem, p.35.

64 No original *militärische sold*

65 No original *nationalheere und bürgermilizen*

foram substituídos por mercenários, que não precisavam ser cidadãos.⁶⁶

Em outros momentos dos *Grundrisse* a guerra aparece relacionada à economia e à preservação das forças produzidas se relacionaria tanto com a possibilidade de crise, pelo fato de drenar da economia vultosas quantidades de dinheiro (um efeito análogo para a economia ao das más colheitas)⁶⁷, ou ainda, na economia da Antiguidade quando as guerras modificam constantemente a moeda utilizada como meio de troca, desmentindo a hipótese de uma predisposição natural do ouro como meio de troca natural, mesmo em vista de sua disponibilidade natural relativa, facilitada por suas propriedades naturais como metal inoxidável e dúctil, que facilitariam segundo os economistas sua eleição como meio de troca.

Para Marx, isto seria comprovado pelas sucessivas cotações, pensadas a partir das referências presentes nos historiadores clássicos, no contexto das guerras, quando realizariam uma constante mudança dos valores dos metais a partir da expropriação como o butim de guerra a partir das moedas de uma dada população ou ainda a destruição de uma região detentora da tecnologia de fundição de metais como a prata. Neste caso, é citado o exemplo de Cartago, em que, após a destruição da cidade ocorreriam duas relações diversas entre a cotação e o valor relativo dos metais. Inicialmente ocorreria uma desvalorização da prata devido à disponibilidade do metal, tornando-o mais barato que o ouro, mais comum entre os romanos, resultando em sua utilização como meio de troca. Depois ocorreria uma valorização relativa da prata, porque Roma ainda não possuía a tecnologia (a força produtiva adquirida), para produzir a prata, o que, com o tempo, tornou-a mais cara em relação aos outros metais.⁶⁸

Além destes fatores, Marx destacou com base nas fontes históricas a importância que a guerra assumia para as formas de associação comunitária da antiguidade, modificando a economia. O sentido organizativo da comunidade primitiva transformaria as relações sociais, a ocupação do solo e influiria na constituição de relações sociais de produção:

A guerra constitui a grande tarefa conjunta, o grande trabalho coletivo exigido seja para ocupar as condições objetivas da existência viva, seja para defender e perpetuar sua ocupação. É por essa razão que a comunidade composta de famílias organiza-se de início como comunidade guerreira – como sistema guerreiro e militar, sendo essa uma das condições de sua existência como proprietária. A concentração de

66 MARX, Karl. Idem, p.35. Um exemplo semelhante se encontra mais a frente nos *Grundrisse*, pois reaparece uma menção a esse respeito que segue a passagem inicial presente na contribuição à crítica da Economia política e que permanece uma tarefa incompleta: “A esse respeito, comentar sobre o contexto do sistema militar antigo, tão logo se converteu em sistema mercenário.” Idem, p.167. Há uma ideia de que ao mesmo tempo em que se forma uma atividade mediada pelo dinheiro, como o soldo, tornam-se latentes como pressuposto as questões sociais da troca tornando o dinheiro como finalidade em si mesma uma potencialidade que ultrapassa a sua função de troca.

67 MARX, Karl. Idem, p.79

68 MARX, Karl. Idem, p.127-131.

domicílios na cidade [é] o fundamento dessa organização guerreira.⁶⁹

Assim, na teoria de Marx a guerra assume o aspecto de um fenômeno social cuja inteligibilidade serve para explicar a economia, vinculado-a à história das formas sociais e econômicas e especialmente aquelas que antecedem o capitalismo. A maioria destas questões, não desenvolvida em textos posteriores, foram deixadas em aberto, ainda que fossem citadas em passagens posteriores, sem uma explicitação quanto à seus pressupostos ou uma análise mais detalhada, o que permite notar não uma explicação clara, mas aberturas para a compreensão da guerra em outros contextos, como a relação entre guerra e crise.

A direção seguida por Engels a partir de então se ligou tanto às características peculiares de seu objeto, quanto ao interesse principal de influenciar o movimento operário a partir da ideia de que ao lado ou resultado indireto das crises, as guerras pudessem gerar novos contextos políticos favoráveis à revolução. Seja pela mobilização do povo (mudando assim a correlação política entre as classes), seja pelo enfraquecimento das grandes potências reacionárias e antidemocráticas da Europa, esta mudança permitiria, dentro daquela correlação particular, a possibilidade de uma revolução dentro dos países mais avançados. Para atingir esse objetivo, a guerra demandava de Engels um domínio crescente da análise militar, o que se tornava mais claro quando as mudanças técnicas das organizações militares influenciavam nos processos políticos, como é o caso da reforma militar prussiana iniciada em 1865, que teve implicações profundas na política interna ao favorecer uma política agressiva de orientação conservadora que aliciou parte das forças que antes lhe faziam oposição, e na política externa, de forma agressiva em relação a todos os demais reinos que compunham a Alemanha.

Engels a esta altura estava confiante dos conhecimentos acumulados e da capacidade de relacionar minimamente os eventos militares ao lado dos temas políticos, ligando-os a seus pressupostos sociais. No entanto, é surpreendido pelas mudanças táticas promovidas pelo exército prussiano. Neste episódio que tratamos no capítulo sobre a guerra austro-prussiana (de 14 de junho a 23 de agosto de 1866),⁷⁰ Engels foi incapaz de compreender a novidade tática da manobra de envolvimento e divisão de forças para se concentrarem no ataque conforme operada por Moltke⁷¹, para o qual teve impacto o desenvolvimento técnico através do sistema de ferrovias. Em sua avaliação sobre a guerra entre a Áustria e Prússia, Engels,

69 MARX, Karl. Idem, p.390-391.

70 Presente no capítulo sobre a Guerra austro-prussiana, nesta dissertação.

71 General prussiano que participou das guerras austro-prussianas (1866) e franco-prussianas (1871) reivindicando-se seguidor de Clausewitz.

opositor político de Habsburgos e Hohenzollern, e por isso, podendo render-se a uma análise desapassionada do episódio, não conseguiu prever a correlação política entre a organização militar prussiana em processo de mobilização baseada em uma agressiva política interna que realizou não o tensionamento, mas a reacomodação entre os grupos sociais que também estudavam as lições deixadas pela Revolução Francesa de 1789, mas em sentido diverso daquele de Engels. O episódio deu a Engels o ensejo de uma nova reordenação de seus conhecimentos para conseguir compreender o efeito de novidade de um projeto de modernização restrito ao exército e trazida justamente por uma das potências mais atrasadas politicamente da Europa.

Apesar do deslize, Marx continuava confiante no tino de Engels quanto às questões militares, tanto que o incentivava a continuar o trabalho sobre o tema. Um indício do que pode ser interpretado como uma divisão de trabalho entre Marx e Engels, no período pouco anterior à publicação da primeira redação d'O Capital (1867), quando Marx se dirige em carta a Engels em 1866, que mostraria sinais de relativo descompasso quanto aos referenciais teóricos comuns a Marx e Engels, principalmente pela diferença de abordagem, a carta alude a uma possível colaboração com Engels a respeito do tema militar, fazendo o que parece ser uma referência ao início da escrita d'O Capital em 1866:

Naturalmente, Bonaparte não quer guerra agora, até que ele introduza a arma-agulha (*needle-gun*)⁷² ou um equivalente. Um Yankee ofereceu ao Ministério da guerra uma espingarda que, conforme certificou um agente prussiano refugiado (Wilke), é superior à arma-agulha como este último 'Old Bess', por força de sua concepção extremamente simples, não susceptibilidade ao aquecimento, reduzida necessidade de limpeza e o fato de ser barato. Onde nossa teoria segundo a qual a organização do trabalho é determinada pelos meios de produção verifica-se de modo mais brilhante do que na indústria da carnificina humana? Na verdade, vale a pena que você

72 Dreyse produziu uma espingarda com um parafuso de abertura simples, que termina numa agulha que penetrou o comprimento de um cartucho para detonar uma cápsula de percussão na base de uma bala Minie. O advento do cartucho de bronze fez o rifle obsoleto, mas ainda os prussianos usou para derrotar os franceses na guerra franco-alemã em 1871. "Para entendermos melhor a evolução do fuzil Mauser, vamos retroceder até 1841, quando a arma longa padrão da Prússia e do Exército Imperial Alemão era o fuzil Dreyse, projetado por Johann Nikolaus von Dreyse, chamado popularmente de "needle-gun" – isso se deve ao sistema pouco comum de percussão que se empregava nos seus cartuchos. O Dreyse utilizava um cartucho de papelão tendo numa das extremidades um projétil de chumbo de 15,4mm de diâmetro. Esse projétil possuía uma espoleta montada em sua base, de forma que para ser atingida, o ferrolho possuía um percussor em formato de longa agulha, a qual perfurava a base do cartucho, atravessava toda a carga de pólvora e atingia a espoleta montada na base do projétil. Apesar de ter sido utilizado na Guerra Franco-Prussiana e era, na sua época, um dos primeiros fuzis de recarga a serem utilizados militarmente, havia problemas crônicos em seu projeto, principalmente no cartucho, inimigo ferrenho da umidade, além de problemas de corrosão que atacava a agulha do percussor, pois a combustão da pólvora se dava com essa agulha no interior do cartucho. Desta forma, substituiu-se o Dreyse pelo Mauser 1871, adotado pelo governo com o nome de *Gewehr 71*. Foi incorporado às fileiras militares do Império Germânico, com exceção da Bavária. Foi um dos primeiros fuzis de cartucho metálico, de repetição, que fizeram sucesso no mundo, tendo chegado à casa de pouco mais de um milhão de armas fabricadas. Era um fuzil de ação por ferrolho, um só cartucho disparado de cada vez, no calibre 11mm (11,15X60R), com carga de pólvora negra." Vide: Weapons A visual history of arms and armour. London: Dorling Kindersley limited, 2006, p.248-249.

escreva a esse respeito (faltam-me os conhecimentos para fazê-lo) e eu integrarei como apêndice em meu livro com sua assinatura. Pense nisso.⁷³

Desta curta passagem, podemos notar que a imagem clara de uma indústria da “*carnificina humana*,” com um enfoque destacado ao aspecto material do consumo de vidas humanas na guerra afasta as referências de um entendimento da guerra como evento heroico ou ainda de uma visão imediatamente “realista” (no sentido de realismo político) dos eventos bélicos.

No entanto, especificamente quanto à ideia de que “a organização do trabalho” seja “determinada pelos meios de produção,” é possível observar uma diferença que se acentua quanto ao entendimento de Marx e Engels quanto à questão, pois, se observarmos o percurso de Engels, especialmente quanto aos textos diretamente voltados a uma teoria sobre as organizações militares escritos posteriormente como “As Táticas de Infantaria derivadas de suas Causas Materiais,” (1876). Nestes textos onde é citado o exemplo do emprego das armas de fogo, longe de uma determinação direta, encontra-se um desenvolvimento organizativo que se prolonga ao menos por trezentos anos no sentido de se desenvolver uma forma social que relacione as formações militares relacionadas ao emprego eficaz de armas de fogo. Portanto, uma forma específica de desenvolvimento militar possui uma resistência à mudança e particularidades que não resultam diretamente de uma determinação externa única como, por exemplo, a condição material dos meios empregados no caso das armas ou econômicas a respeito da garantia de sua existência, apesar desta forma de explicação ser constante no estudo do desenvolvimento militar, quando se coloca o foco no emprego do arsenal. Apesar de Engels utilizar-se em sua explicação dos pressupostos materiais, a organização militar considerada em relação à sua forma específica não poderia ser explicada pela sua determinação direta ou imediata por estes mesmos pressupostos, se sim em relação a seu desenvolvimento concreto específico, abrindo-se, deste modo, à necessidade do conhecimento técnico e da história.

A despeito destas diferenças de Marx em relação à Engels em alguns pontos, cabe notar que se ocorrem estas indicações de análises das organizações militares especificamente relacionadas à organização da sociedade capitalista concomitantes à constituição da obra madura de ambos os autores, como compreender que no interior da principal obra de Karl

73 Carta de Marx a Engels de 7 julho de 1866, Acessado em: <http://www.marxists.org/archive/marx/letters/subject/war.htm> é possível observar a análise do corpus Engelsiano em torno da guerra, tal carta reforça a ideia de que haveria em 1866 um espaço no projeto de escrita de *O Capital* a respeito da guerra e dos conflitos bélicos a ser escrito por Engels. Último acesso: 22/10/2012.

Marx, *O Capital*,⁷⁴ que representa a exposição mais acabada da Crítica da Economia Política, constatamos apenas menções indiretas ao assunto?⁷⁵ Em parte, são estas questões que tentamos abordar inicialmente sob diversos aspectos como a questão do status político, intelectual e teórico da relação entre Marx e Engels, pensada a partir da diferença posta entre o estatuto dos textos militares de Engels com relação aos textos teóricos considerados basilares para a teoria marxistas escritos por ambos os autores.

Visando dar conta dessas questões a presente dissertação prossegue com um comentário sobre a recepção dos textos de Engels em relação ao marxismo sob quatro aspectos, o primeiro, *Três matrizes discursivas em Marx E Engels*, ligado à forma de discurso, o segundo *Um modelo para o discurso político: a análise de conjuntura*, dá destaque ao discurso político como modelo geral dos textos militares de Engels e sua relação com outros textos de Marx próximos, em terceiro, *Engels ainda é marxista?*, sobre as polêmicas ligadas ao lugar de Engels na tradição marxista e por fim, em quarto lugar, *A divisão entre Marx e Engels segundo a teoria do valor*, uma apresentação sumária da crítica a Engels no contexto à crítica do valor, sobre a tradição presente na formação da interpretação da obra de Marx.

A seguir são apresentados alguns aspectos importantes da teoria de Engels relacionando esta produção ao seu contexto, passando pelo período em torno das pautas envolvendo a revolução alemã no capítulo *Ecos da revolução alemã*, seguindo pelo destaque ao primeiro esboço de análise militar engelsiana em *As táticas de massa*, que envolveu a reflexão sobre o engajamento maciço durante a Revolução Francesa e também tratamos sucintamente a importância da análise da política militar para a política defendida pelos socialistas alemães, para a seguir tomaremos o paradigma de uma tentativa de dedução futura de desdobramentos da organização do combate em *A guerra austro-prussiana*. Marcando o período maduro de Engels sobre a guerra, destacamos o momento em que Engels trabalhou como comentarista militar sobre a Guerra Franco-Prussiana no *Diário da guerra*, prosseguindo com os comentários de Engels sobre a relação entre sistema produtivo e desenvolvimento militar no capítulo *A indústria da carnificina humana*, e por fim no capítulo *A militarização da Europa*, tratamos do prognóstico de Engels sobre o possível advento de uma guerra de novo tipo resultante de um desenvolvimento radical das forças produtivas,

74 Isto é, segundo Ruy Fausto. **Marx: Lógica e Política**. Investigações para uma reconstituição do sentido da dialética, Editora Brasiliense, São Paulo, 1987, pg. 5-6 na passagem em que seria apresentado o modelo dos *Grundrisse* e d'*O Capital*.

75 Referimo-nos principalmente a duas citações presentes nos capítulos a respeito da mais valia relativa em *O Capital* que tratam da 11 "Cooperação," 12 "Divisão do trabalho e Manufatura" e 13 "Maquinaria e Grande Indústria" que trataremos mais à frente.

implicando um processo catastrófico de retrocesso político em toda a Europa e os conflitos de Engels com a socialdemocracia alemã.

ENGELS E OS MARXISMOS: DESAFIOS À INTERPRETAÇÃO

I. TRÊS MATRIZES DISCURSIVAS EM MARX E ENGELS

É notório como os textos de Marx e Engels possuem natureza distinta de outras formas de investigação teórica realizada por autores do período em que escreveram, o que se reflete tanto nos objetos abordados, quanto na forma de análise e na exposição. Alguns comentadores, como Ruy Fausto (*Lógica e Política I*, 1987a) procuraram buscar um fundamento para a especificidade destes discursos dividindo-os a partir de sua forma de exposição seguindo modelos distintos, assim, o modelo de um discurso lógico, prático (ou tático) ou histórico encontrariam um princípio para sua legitimidade como discurso rigoroso ao voltarem-se a uma intervenção prática (que transforme os fundamentos daquilo que é analisado) a partir da história. Nesta mesma direção, Eike Hennig (1990) encontra nos textos políticos, um aspecto fundamental da obra de Marx e Engels que resultaria em uma relação mais elaborada entre a teoria e a prática.

Estas formas de leitura permitem observar a natureza dos textos de Engels, de modo análogo, segundo um modelo mais próximo a Marx sob o aspecto político e prático, mesmo sendo possível, como veremos mais a frente, certa diferença no aspecto “lógico” analítico em suas formulações. Apesar disto, a relação específica que se desdobra entre teoria e prática pode oferecer situações que não comprometem o fundamento desta rigorosidade, especialmente se modificamos nosso referencial de análise, ao adicionarmos um maior aprofundamento sobre a natureza teórica pressuposta nos textos políticos.

Longe de representar qualquer inovação para a análise marxiana, a consideração sobre os gêneros discursivos aplicados a Marx e Engels está presente nas preocupações usuais dos seus comentadores quando tratam do estatuto metodológico em reflexões sobre determinados textos, em geral pensados a partir de uma análise que mantém usualmente a obra madura de Marx como uma medida de sua obra anterior, portanto, tendo como finalidade a análise do processo de constituição d’*O Capital*. O resultado permitiu a constatação de formas distintas de análise presentes na obra dos autores, ou modelos críticos, em geral, pensados a partir de duas a três formas de análise crítica presentes na obra de Marx e Engels.

Para Ruy Fausto, existiriam na produção de Marx ao menos três matrizes, ou modelos de discursos, a que chamou de discurso “teórico” (ou lógico), o discurso “histórico” e o “tático-estratégico” que organizam seu sentido geral a partir da questão do destino da

antropologia na obra madura de Marx. O primeiro termo de comparação é entre o discurso histórico, que se apresentaria, por exemplo, em *O Dezoito Brumário* e passagens em que há uma apresentação da história, como no livro I d’*O Capital*, na passagem dos capítulos XI a XIII, e a passagem entre os capítulos onde se apresentaria o discurso lógico, que estaria presente na exposição dialética do capitalismo presente nos *Grundrisse* e em *O Capital*. A explicação destes modos de discurso estaria na função e na forma de articulação entre a teoria e a prática pensadas de um modo não hierarquizado (como se a prática aplicasse a teoria), mas de outro modo, a partir da compreensão destes modelos que seria decisiva para desvendar o sentido geral dos próprios textos, relacionando a sua estrutura interna com certa objetividade específica. Em outras palavras encontrando na exposição a articulação entre história, como pressuposto da política, a própria política e a teoria.

Grosso modo, pode-se dizer que, para Ruy Fausto, estes discursos a partir dos termos que se apresentam e da abordagem dada se relacionam não segundo uma exposição direta, mas enquanto um sistema de pressuposições:

Embora o histórico pressuponha o lógico (há também uma reciprocidade mais “fraca” a ser definida), o tipo de hierarquia que se estabelece não é redutível à relação teoria-aplicação. Isto não só porque a cada um deles correspondem exigências diversas de cientificidade – por exemplo, se nos dois se pode aplicar a distinção essência-aparência, é fácil ver que em cada caso ela ganha um sentido diferente – como também porque a sua significação epistemológica geral não é a mesma.⁷⁶

No mesmo sentido, haveria uma relação entre a história e os discursos práticos, que consideram a história a partir da consciência do proletariado como sujeito político, isto é, a história de suas ações que deve, por este motivo, ser pensada em comparação com o “processo objetivo”⁷⁷ de modo que a ação política situa-se em uma relação com a exposição da história a partir da apresentação da disposição de sua “condição social” objetiva e na medida em que esta condição é o pressuposto para aquilo que se realiza politicamente.

Ao contrário do que constatamos na obra de juventude, a História (como processo objetivo) e a consciência real, que representa um de seus níveis, passa a ser assim o solo dos discursos práticos (da Teoria como quer o historicismo), rompendo a descontinuidade que, no jovem Marx, se estabelecia entre os dois sujeitos, entre o Sujeito e a História (Essa continuidade prolonga outra continuidade que, como vimos, se estabelece, após *coupure* (brecha, fratura), entre a história real e a consciência objetiva). Mas a História é o solo dos discursos práticos, a dependência destes para com ela – dependência que não é só para com um passado imediato – deve ser entendida como uma interiorização de experiências, e não à maneira

76 FAUSTO, Ruy. **Marx: lógica e política**: investigações para uma reconstituição do sentido da dialética (a). São Paulo: Ed. brasiliense. 2ª. ed., v. 1, 1987, p.230

77 FAUSTO, Ruy. Idem, p. 230-231.

positivista, como incorporação à teoria de uma série de experimentos.⁷⁸

Para além de uma mera hierarquização dos discursos para considerarmos esta forma geral de algo semelhante a um regime de discursividade em Marx, é importante notar aquilo que podemos aproximar dos textos de Engels, como o estabelecimento de uma relação cuja rigorosidade e estatuto próprio tratamos nesta dissertação, a partir daquilo que Ruy Fausto chamou de *função prática* do discurso, materializada no assim chamado discurso tático-estratégico. Esta forma de discurso, apesar de representar uma função dependente de outras relações entre análise e interpretação, apresenta-se não como forma autônoma, mas inserida em um sistema de pressupostos teóricos concretos que “tenta se justificar de modo rigoroso.”

Apesar de a história apresentar a condição de dominação e servidão resultante da história das formas de dominação renovadas que emergem de cada derrota na história da luta de classes, para Marx e Engels isto não criaria necessariamente uma objetivação do homem sob a condição de dominado. Pois o desenvolvimento das formas do capitalismo anuncia o acirramento da luta de classes, o modo insustentável como o capitalismo se apresenta em suas crises e massacres que trazem a possibilidade do homem emancipar-se da condição determinada de proletariado, abolindo as classes. A história, ligada ao discurso tático-estratégico apresenta os eventos políticos e sociais não apenas como foram, mas tendo em vista o horizonte, aquilo que deveria ser a emancipação do homem de suas limitações a partir das condições objetivas a ele apresentadas.

A transformação do fundamento subjetivo em horizonte – lugar por excelência da “antropologia” na obra madura – corresponde a emergência de dois discursos, ausentes até aqui, o discurso histórico e o discurso tático-estratégico. A presença de esses dois discursos, cuja natureza passamos a examinar, redefine as relações da consciência no objeto e do objeto em geral com o Sujeito.⁷⁹

Portanto, esta forma de pensar a história apresentaria uma particularidade, como crítica realizada em um momento específico, mas que consideraria seu momento a partir de sua relação com as formas herdadas do passado, apresentando assim uma relação entre o discurso *político* e o *histórico* de modo a apresentar uma crítica da “prática real.” Esta crítica apareceria, por exemplo, na apresentação do proletariado em *O Dezoito Brumário*, considerando não apenas os processos objetivos, mas a partir da divisão entre uma “prática ideal” e “real.” Assim, um modelo de prática ideal, com um sujeito histórico dotado das condições apenas potenciais, como uma consciência de seu papel político e exercendo sua

⁷⁸ FAUSTO, Ruy. Idem, p. 230-231.

⁷⁹ Idem, p.229.

capacidade de ação em um momento decisivo serviriam de critério para analisar o que poderia ter ocorrido na história segundo outra direção, caso seguisse um percurso distinto. Uma posição limiar que pensa segundo a potencialidade do proletariado como um sujeito político anunciado, mas não necessariamente a partir de seus efeitos.

Algo das considerações de Ruy Fausto pode ser observado nos textos de Marx e Engels sobre os processos revolucionários, como o da revolução de 1848, onde o proletariado exercia um papel menor entre outros atores políticos de relevo, situação que se cristaliza no Manifesto Comunista (*Manifest der Kommunistischen Partei*) de 1848, especialmente nas prescrições quanto às condições locais de ação do proletariado em cada país, ou na *Mensagem do Comitê Central à liga dos comunistas* escrita em 1850 e que tanto observa criticamente os eventos de 1848, quanto anuncia as condições necessárias para a ação do proletariado no advento possível de uma próxima revolução, pensada a partir dos eventos na França. Certamente, muitas das considerações de Engels seguem a mesma direção, ao observarem nas crises, guerras e revoluções nacionais a possibilidade da criação de condições objetivas para uma ação política decisiva do proletariado.

Além de Ruy Fausto, Eike Hennig já havia introduzido em período pouco anterior uma discussão semelhante, com maior atenção quanto aos textos de natureza política. Para Hennig, a compreensão destes textos envolve não apenas considerar a relação entre uma matriz gerativa de análise (o discurso lógico) que subsidiaria uma análise histórica e uma intervenção política a ela relacionada, mas observar os textos políticos segundo uma condição própria. Assim, o modelo marxista da história se colocaria segundo o prisma de uma evolução na obra de Marx considerada a partir dos textos maduros que superaria a forma de discurso presente no modelo da *Ideologia Alemã*, pois que ele se constitui como discurso que “pretende ser mais do que simples subordinação de ações políticas e econômicas, de opiniões e de modos de comportamento, sob um conceito de interesses sociais.”⁸⁰

Deste modo, na medida em que permitiria ampliar as possibilidades de ação, a política seria apresentada segundo um modelo que estrutura a apresentação da história para o qual elementos centrais da intervenção política real se colocariam, de forma que o foco político determinaria, acima de tudo, o próprio foco da análise:

80 HENNIG, Eike. Notas introdutórias à leitura dos “Escritos Políticos” de Marx e Engels (Problemas inerentes a uma representação materialista da história). In: REICHELT, Helmut; HENNIG, Eike; SCHÄFER, Gert; HIRSCH, Joachim. **A Teoria do Estado**. Materiais para a reconstrução da Teoria marxista do Estado. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990, p.79.

Os escritos políticos podem ser tomados como testemunhos singulares dos consideráveis esforços despendidos por Marx e Engels para desenvolver teorias que levam em conta os dados concretos; revelam, outrossim, o quanto eles estão preocupados em desvendar as “correntes profundas da sociedade moderna”(Marx) e em mostrar que elas constituem um elemento geral que se revela nas particularidades individuais da “superfície da sociedade”(Marx). [...] A teoria entendida como estratégia política e a estrita observância do elemento concreto, empiricamente representável, convergem na constatação de que as ideias relativas à teoria do Estado desempenham um “papel central no pensamento de Marx”⁸¹

O procedimento essencial e metódico das análises políticas marxistas seria a definição de um tipo de imanência, onde estariam vinculados os sujeitos e os seus pressupostos de suas ações como efeitos causais, mas guardado certo distanciamento devido à consideração das formas sociais enquanto “aparência,” pois a essência seria determinada pela análise como resultado da própria investigação ou dependente de outras análises sobre o processo social em geral, seja em um plano lógico ou ontológico. No entanto, sua apresentação reservaria o cuidado de não se apresentar como um mero determinismo subordinado a um plano causal geral, pela constatação do “fato de não se poder inferir os fenômenos históricos concretos, isto é, as realizações e os ‘acazos’⁸² a partir da lógica do capital em geral.”⁸³

Além disso, a própria análise política seguiria um recorte orientado por uma exigência frente a seus pressupostos de “análise das formas político-estatais e as tradições,” principalmente a partir do “enfoque de seus efeitos sobre a política do movimento operário.”⁸⁴). O que pode ser observado como outro eixo de análise, de certo modo “pragmático” com foco em seus efeitos, perspectiva que valeria para uma ampla gama de textos onde haveria a “exigência de amplos conhecimentos históricos de Marx e de Engels, que procuram convencer profunda e concretamente a classe operária da urgência da pesquisa concreta e da interpretação categorial-conceitual no que diz respeito à discussão de estratégias

81 HENNIG, Eike. Idem, p. 79.

82 Hennig (Idem, p.80) cita aqui a carta de Marx a Kugelmann de 17 de abril de 1871 sobre os eventos de Paris onde ele trata da comuna de Paris, na versão presente no texto citado “[...] Seria extremamente cômodo fazer a história mundial, se a luta se desencadeasse apenas quanto as chances fossem infalivelmente propícias. Entretanto, ela seria algo místico, se as ‘casualidades’ dela estivessem ausentes. Tais casualidades entram naturalmente no processo geral de desenvolvimento, sendo novamente compensadas através de outras casualidades. Entretanto, a aceleração e o retardamento dependem muito de tais ‘casualidades’- entre as quais figura também o ‘acaso’ do caráter das pessoas, que por primeiro se encontram à frente do movimento,” no original em alemão disponível no MEW: “[...] *Die Weltgeschichte wäre allerdings sehr bequem zu machen, wenn der Kampf nur unter der Bedingung unfehlbar günstiger Chancen aufgenommen würde. Sie wäre andererseits sehr mystischer Natur, wenn „Zufälligkeiten“ keine Rolle spielten. Diese Zufälligkeiten fallen natürlich selbst in den allgemeinen Gang der Entwicklung und werden durch andre Zufälligkeiten wieder kompensiert. Aber Beschleunigung und Verzögerung sind sehr von solchen Zufälligkeiten abhängig - unter denen auch der „Zufall“ des Charakters der Leute, die zuerst an der Spitze der Bewegung stehn, figuriert* ” [...]. KARL MARX; FRIEDRICH ENGELS. MEW. Berlim oriental: Dietz Verlag Berlim, 1976 , vol. 33, p. 209.

83 Idem, p.80.

84 Idem, p.80.

e táticas políticas.”⁸⁵ Esta preocupação inscreveria a relação do momento lógico causal da análise com o tempo potencial de realização de efeitos desejados, considerados potencialmente importantes para o movimento operário. Questões que são sistematizadas de modo claro para Hennig nos seguintes termos:

- Análise do Estado e análise das classes (as quais são apresentadas sem levar em conta, de modo geral, análises conjunturais independentes);
- Informação da classe operária na forma de crítica: 1) às formas primitivas da política do Estado social; caracterizada ironicamente como “doçura do regime da burguesia”; 2) à tentativa burguesa de “colocar uma parte dos proletários contra a outra”; 3) à divisão da classe dos trabalhadores de acordo com diferenças étnicas; 4) à posição sindical; 5) à posição anarquista; 6) ao papel da pequena burguesia no que diz respeito ao proletariado.
- Análise da burguesia, isto é, das frações do capital, das suas variadas intenções políticas, bem como das institucionalizações do direito do Estado, e análise dos efeitos da industrialização e do liberalismo político.
- Análise da política internacional, com o intuito de conhecer as condições e perspectivas da política mundial e externa que possam vir a ser úteis para uma revolução socialista.⁸⁶

Os temas tratados por Marx e Engels sobre a política são pensados a partir da antevisão de processos futuros segundo tendências ou ainda, a possibilidade de constituição de um conhecimento que possa lidar não apenas com uma dimensão ontológica (ou lógica) fundamentando todas as formas possíveis da política em geral, mas ao contrário, em um tipo de “dimensão local,” ou “conhecimento tácito” que pode ser compreendido como uma pressuposição de um modelo insurrecional, ligado a uma investigação sobre elementos mutáveis e instáveis, situados em um contexto social, político e temporal.

Um elemento importante da reflexão de Hennig a que se deve destacar é como o Estado aparece como determinante menor dentro dos marcos de uma teoria que diz respeito à guerra e às organizações militares. De certo modo, isto se explica em parte, pelo fato de que o fator determinante das relações sociais seria a contradição de classes, que tem origem na sociedade civil, isto é, nas relações econômicas que emergem dentro do processo social de evolução das contradições sociais:

A distinção entre Estado e sociedade civil tornou-se canônica no século XIX, mesmo para a teoria marxista, que a retoma antes de tudo invertendo a sua relação, ao tornar o Estado ético uma aparência ideológica e a sua teorização por Hegel uma mistificação filosófica do antagonismo de classes da sociedade burguesa, que constitui, este sim, a verdadeira essência do Estado.⁸⁷

85 Idem, p.81.

86 Idem, p.81.

87 MÜLLER, Marcos L. A gênese Conceitual do Estado Ético. In: ROSENFELD, D. et al. **Filosofia**

Como é possível constatar nas referências de Marx quando trata da guerra nos *Grundrisse* a respeito das *Formações econômicas que antecedem o capitalismo*, a guerra é um fenômeno essencial da economia pré-capitalista, no entanto, posteriormente, como *violência*, inverte sua relação como um papel renovado, enquanto forma de acumulação primitiva, mas cujo fenômeno determinante é a forma de exploração capitalista que se constitui a partir dela.⁸⁸ No entanto, como veremos, são possíveis outras formas de compreensão a partir de questões pontuais como a intervenção interna do Estado na repressão e a transformação social, política e ideológica causada pela guerra, que faz parte do repertório presente em Engels, indo além das referências diretas apresentadas por Marx quanto à correlação com as crises e os conflitos internos ao estado, senão de modo indireto. É possível dizer que o Estado está pressuposto, mas não como uma entidade separada dos conflitos de classe, demandando para a sua compreensão os próprios conflitos sociais. Outro caminho é possível, ao se imaginar a guerra “derivada” ou como parte dos elementos ligados às funções realizadas pelo Estado pressupostas à reprodução das classes, como por exemplo, no entendimento de Althusser, ou ainda, segundo a “teoria marxista da derivação do Estado,” que acredita ser possível derivar da análise do *Capital* os conflitos de classe, e destes à forma Estado.

O problema destas interpretações é compreender o que seria este “Estado pressuposto”, seja como multiplicidade derivada das condições históricas do capitalismo na teoria da derivação, seja em Althusser, como fiador de funções ligadas à reprodução das relações capitalistas de produção (aparelhos ideológicos e repressivos). Ainda segundo a interpretação althusseriana, seria possível compreender o Estado baseando-se nas funções consideradas essenciais ao capitalismo (como as instituições que permitem a manutenção dos valores de troca) e aquelas que dizem respeito à manutenção dos pressupostos materiais que garantiriam à sociedade continuar existindo (instituições que garantem as funções sociais e valores de uso).

Por isso, apesar do modelo crítico apresentado para a compreensão de um fundamento comum ou da relação entre textos de natureza aparentemente diversa, pois partiriam de formas de relação entre seus pressupostos de modo distinto, temos de buscar em outro

Política: nova série 2. Porto Alegre: L&PM, 1998, p. 9.

88 Um comentário importante e rigoroso a respeito da presença do Estado e da violência na obra madura de Marx, incluindo um balanço sobre as posições da nova leitura marxista (*Neue Marx Lektüre*) e Ruy Fausto (no capítulo sobre o Estado presente em FAUSTO, Ruy. Marx: lógica e política: investigações para uma reconstituição do sentido da dialética. São Paulo: Ed. brasiliense. 2ª. ed., v. 2, 1987(b), p. 287-329 à luz da tese do Estado de Exceção pode ser encontrada na dissertação de mestrado de Emmanuel Nakamura: NAKAMURA, EMMANUEL Z. C. **Crítica à lei da apropriação capitalista:** a acumulação do capital e a sua zona de anomia. Dissertação apresentada ao depto. de Filosofia. IFCH-UNICAMP, Campinas: março, 2010.

repertório de análise entre a história, a política e a teoria (quanto ao aspecto lógico ou ontológico em que se manifesta do Capital) para conseguirmos compreender um modo em que seja possível fundamentar um juízo que dê conta da dinâmica própria dos movimentos políticos da sociedade. Esta expressão teria de dar conta não apenas da articulação com a história, como busca de um fundamento, pois visa uma estrutura que se transforma, obrigando a uma forma de análise que fosse ela própria dinâmica em relação a seus movimentos, o que poderia ser identificado como um tipo de saber específico sobre a política. Uma forma de saber de natureza provisória e capaz de modificar seus pressupostos tendo em vista seus efeitos em relação a determinados pressupostos.

Uma possível formulação mais precisa em um sentido metodológico capaz de dar conta desta forma de conhecimento pode ser buscada em um tipo de saber até hoje presente na prática de movimentos políticos que busca lidar com tendências a partir de determinados pressupostos, a chamada análise de conjuntura.

II. A ANÁLISE DE CONJUNTURA: MODELO PARA O TEXTO POLÍTICO MARXISTA

Alguns dos textos militares de Engels apresentam uma tentativa de projeção para possíveis desenvolvimentos a partir de determinadas condições dadas como pressupostos materiais e sociais resultantes da história. Deste modo, eram escolhidos e relacionados elementos particulares junto a outros mais gerais segundo uma forma complexa de determinações causais gerando resultados diversos. Mesmo que a história a partir de um ponto de vista permita observar falhas neste processo de análise voltada para potencialidades que poderiam se concretizar ou não, a forma desta tentativa de previsão era distinta de outras mais comuns na filosofia, como a ideia de uma filosofia da história segundo um único fio condutor até um fim determinada. Engels preferia uma visão menos totalizante, destacando elementos considerados mais importantes na medida em que muitos outros desdobramentos se realizariam a partir de determinado contexto. Do mesmo modo, a definição e o escopo, assim como o alcance de uma determinada análise voltada para possíveis desdobramentos em um futuro imediato ou mais distante, seguiria as condições dadas no presente dependentes de outros elementos como a inovação e a transformação geral de todo o “campo” onde se circunscrevem os fatores envolvidos.

Para ilustrar e explicar teoricamente este esforço de análise, nos utilizamos aqui de uma aproximação com outra formulação teórica mais recente voltada para a política, com parentesco com outra metodologia de análise do início do século XX, mas cujos

desdobramentos mais voltados à política demonstram um interessante paralelo. Assim, a *análise de conjuntura*, forma de pensamento orientado à ação e que se debruça sobre um conjunto mutável de elementos pode servir de chave para compreendermos o funcionamento do pensamento de Marx e Engels voltado à política, como veremos a seguir.

Se é possível situar como Ruy Fausto os assim chamados “textos históricos” e “lógico-ontológicos” de Marx dentro de uma categoria relativamente segura, com exemplos claros quanto à forma e métodos de exposição relativamente bem analisados, o mesmo não se pode dizer dos “textos políticos”, afinal, a mera definição de um posicionamento em relação à tática ou estratégia, não permite definir ainda nem o escopo, nem a natureza desta formulação, ou ainda, algo mais importante: sua validade.

Para responder a esta incógnita deixada por esta linha de comentários, outra leitura, de orientação política pode auxiliar a compreensão dos textos políticos de Marx e Engels, especialmente se pensamos no contexto militante que definiu um estatuto particular a esta forma de análise realizada até hoje, a chamada “análise de conjuntura,” um procedimento comum a uma vasta gama de domínios como os militantes de movimentos sociais organizados, políticos e econômicos (voltado à teoria dos ciclos econômicos utilizada hoje até mesmo por investidores financeiros de áreas de risco), e que serve de modelo de um tipo de análise encontrada recorrentemente na política.

No início do século XX⁸⁹ é possível notar a presença de grandes institutos de pesquisa econômica de estado que utilizam a alcunha “conjuntura”, como o *Instituto de Pesquisa de Conjuntura e Preços*, de Varsóvia e o *Instituto da Conjuntura* de Moscou. Segundo este conceito trabalharam importantes economistas marxistas como Tugan-Baranovski e Kalecki, ambos devotados à pesquisa sobre a economia capitalista em que se observava como a sucessão entre expansão e crise da economia capitalista se revezava em fases de ciclos. As fases deste ciclo estariam inseridas em uma dinâmica que poderia ser observada tanto em relação a uma longa duração, quanto a fases de pequena duração dentro de uma tendência maior segundo um padrão cíclico que poderia ser conhecido, assim, as crises poderiam ser pensadas segundo ciclos de suas ocorrências, em variações mais ou menos previsíveis. Além disso, incorporavam outros elementos em suas análises, como a expansão de mercados e da relação dissociada entre produção e consumo (contrariamente à “lei de Say” que reza que a produção geraria o consumo) relacionando a economia capitalista à problemas políticos como a expansão e busca de novos mercados, problema que encontra respostas teóricas e políticas

89 Onde agradecemos as referências e correções de Jorge Grespan presente na banca de defesa.

distintas em outros teóricos e revolucionários como Lênin e Rosa Luxemburg, ao relacionarem a dinâmica da expansão capitalista com a necessidade da integração de novos mercados na economia capitalista geralmente através de gastos do Estado, em geral aplicados na guerra e na colonização.

A conjuntura econômica pode estar ligada à ocasião de um limite da economia capitalista cujo desfecho poderia ser tanto o uso da violência direta por parte do Estado, ajudando a manter em funcionamento a economia capitalista, ou para autores como Kalecki, em políticas de expansão de direitos sociais a partir do pleno emprego e da mudança de foco nos “fatores de desenvolvimento” para sustentar um movimento ascendente a longo prazo⁹⁰, como redução da concentração de capital, aumento da taxa de emprego e desenvolvimento do investimento em inovação na produção. Por muito tempo, para os movimentos políticos de trabalhadores, a interpretação dos gráficos que analisam os ciclos da economia, seja nas curvas descendentes, que representariam os períodos de crise, ainda que inseridas nas oscilações cíclicas da economia dentro de uma reta ascendente, coincidiriam na possibilidade de crises políticas ou irrupções revolucionárias. Enquanto isso as curvas ascendentes poderiam indicar a ocasião de embates políticos no sentido de ganho de aumentos de salários, reposição de poder de compra perdido em um período de crise e outros fatores que orientariam, por exemplo, no ganho de novos direitos sociais. Estes ciclos mais gerais, em outras palavras, a conjuntura, orientariam condições não determinantes, mas pressupostos para a ação mais ou menos favoráveis à possibilidade de reivindicações políticas.

Mas há ainda outra forma de se entender o uso da palavra conjuntura na política de esquerda buscando não condições estruturais, mas pressupostos locais diretamente relacionados à ação política. Sebastião Velasco e Cruz apresenta algumas das principais questões envolvidas na avaliação de uma análise de conjuntura para os movimentos sociais organizados, tendo em mente igualmente o modelo *O 18 de Brumário de Louis Bonaparte* (1852) balizada pela interpretação teórica por parte de marxistas que tiveram extensa atuação política, como Gramsci e Trotsky (como o texto de 1906 *Balanços e Perspectivas*). Os textos que ele enuncia como componentes, ou problemas respondidos pela análise de conjuntura seriam os seguintes:

- 1) Em cada caso, como são definidas internamente, e como são pensadas as relações entre as diferentes esferas do social?
- 2) Com base em que pressupostos são definidos em cada caso os atores significativos e de que maneira são especificadas as relações que entre eles se

estabelecem? Com essa pergunta visamos dois problemas complexos e intimamente associados:

- a) que propriedades um agente dado – individual ou coletivo – deve apresentar para que o tomemos como ator numa conjuntura determinada?
- b) como lidar com a questão da representação, entendida esta como fenômeno sociológico multifforme, e não como efeito institucionalmente produzido através da aplicação obediente da teoria normativa que tendamos a abraçar? [...]
- 3) Na especificação das relações de força, como proceder à determinação do que venham a ser recursos de poder relevantes em cada uma das situações contempladas? Esses recursos são concebidos como um estoque previamente detido por cada ator, gerados no bojo de processos anteriores e externos aos conflitos em causa, ou, pelo contrário, em alguma medida ao menos, como resultado dos processos de luta cuja configuração caracteriza uma conjuntura dada?
- 4) Como é pensada, em cada caso, a prática política? Qual o peso conferido aos fatores ditos objetivos – condições estruturais, normas socioculturais internalizadas, por exemplo – e como se lida com a dimensão teleológica daquela prática: a formação de expectativas, a definição de objetivos, os procedimentos de cálculo e deliberação, a realização de movimentos táticos e a formulação de diretivas estratégicas? Objetivismo e subjetivismo – entre essas duas posições que desde sempre polarizaram a teoria social como se situam as análises? [...]
- 5) Em cada uma delas, qual o ponto de vista subjacente sobre a relação entre micro-fenômenos e macro-processos? Por acaso se admite que uma de tais dimensões possa subsumir a outra, ainda que em princípio, ou se considera que elas configuram dois planos analiticamente distintos, irredutíveis e interrelacionados? [...]
- 6) Em que medida se contempla e de que maneira se trabalha a dimensão comunicativa da ação política? Qual a importância conferida à produção de mensagens que inere a todo ato político e qual o papel atribuído às diferentes modalidades de discurso, aos golpes e contra-golpes trocados no plano verbal?⁹¹

Um dos aspectos principais que se encontram nas análises de conjuntura segundo este modelo é o fato de que o que se conceberia em outros contextos como superestrutura apresenta um papel destacado nesta forma de análise política, de modo a ser substituída uma representação a partir de pressupostos que poderiam ser pensados estruturalmente, isto é, como formas particulares meramente reportadas a um fenômeno mais geral que os abarque, mas sim, a um modelo dinâmico, em que há níveis de articulação do particular ao geral, e níveis de articulação resultando em dinâmicas distintas. Os níveis de causalidade, seja reflexiva quando o agente também é determinado pelo resultado de sua ação, seja nos níveis de ações entre particulares ou mesmo do geral ao particular e vice-versa, são pensados a partir do crivo da ação e inter-relação entre estes elementos e seus efeitos. Algo distinto certamente de uma mera reposição ao aspecto determinante geral em um evento específico, em que o particular e o geral, possuiriam, curiosamente, a mesma dignidade como sujeitos de um processo, ao serem pensados em planos distintos em relação aos efeitos de uma determinada ação.

Em outra abordagem sobre o tema, Herbert de Souza (1985) realizou o esforço de uma sistematização metodológica de natureza didática para os movimentos políticos no final do

91 VELASCO E CRUZ, Sebastião C. **Educação & Sociedade**, ano XXI, n 145, Agosto/2000, p.149-151.

regime militar, principalmente quando se inicia a fase de reivindicações por meio de movimentos sociais, organizados em associações populares a partir de iniciativas que consolidassem o retorno à democracia e o estabelecimento de garantias para os direitos sociais em um novo “cenário político,” portanto, destacando a necessidade da reorientação política em condições de mudança das condições políticas institucionais. O processo político aí, evidentemente, destaca que uma modificação dos atores políticos e do contexto mais geral, modificaria também a forma de ação política destes mesmos atores, substituindo momentaneamente o modelo insurrecional por um modelo reivindicativo, mesmo que não fosse perdido um horizonte de ação revolucionária, mas que adquiriria menor importância em um horizonte próximo, no caso, ao se tratar de novas condições materiais de luta política que envolveriam um aprendizado de formas distintas de ação relativamente mais eficazes, pensadas como uma questão não apenas incidental, mas capaz de ser aprendida e desenvolvida.

Esta situação também foi recorrente em Marx e Engels nos textos escritos logo depois da derrota da revolução alemã, e dizia respeito à produção de um saber que fosse capaz de reorientar a ação política coletiva em distintos cenários. Teóricos das ciências sociais que estudam os movimentos sociais como Doug McAdam, Sidney Tarrow, Charles Tilly, Teda Skocpol, entre outros sugerem a compreensão destas formas de ação social a partir da ideia de repertórios de ação coletiva ou “dinâmicas de conflito,”⁹² o que ocorreria quando “de forma coletiva, as pessoas fazem reivindicações a outras pessoas cujos interesses seriam afetados se elas fossem atendidas.”⁹³

Os repertórios de ação coletiva seriam organizados a partir de um conhecimento que permitisse definir modos específicos para a enunciação de demandas políticas, certamente modos distintos de outros grandes eventos revolucionários, mesmo que mantivessem de alguma forma um elo distante, nas reivindicações, através de modelos políticos aos quais as pessoas criam uma ideia comum ou, em outros termos, um “repertório” de ações somadas à

92 Referimos-nos aos termos em que Doug McAdam, Sidney Tarrow e Charles Tilly utilizaram ao definir uma metodologia de análise de mobilizações sociais, levantes, revoltas, revoluções e eventos políticos de maior relevo ao longo de séculos em estudo comparativo ao qual resumiram como “Dinâmica de Conflito” (*Dynamics of Contention*) proposição que pode ser encontrada de modo resumido no artigo “Para mapear o conflito político” que tenta aproximar tanto demandas inseridas no estado quanto as que se colocam contra o estado (revolucionárias), em “seus próprios termos” (MCADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. Para Mapear o Confronto Político. **Lua Nova**: Revista de Cultura e Política, v. 76, 2009, pp. 43–44). Os autores deste artigo defendem, especialmente Tilly, que a análise do conflito político pode ligar o entendimento de atos, manifestações, levantes, insurreições e revoluções ao entendimento da formação dos estados e da guerra. Hipótese que seguiremos por uma via diversa.

93 MCADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. Para Mapear o Confronto Político. **Lua Nova**: Revista de Cultura e Política, v. 76, p. 11.

compreensão dos limites destas ações. E isso, ainda que tenham como referência uma revolução ou levante longínquo que não se ligue diretamente ao que se encontra em mãos como formato e horizonte de ação. De certo modo, estas formas seriam de natureza muito aquém das reivindicações de “‘identidade política, cidadania e nacionalismo’, ‘mudanças de regime’ – especialmente em relação à democratização”⁹⁴ que se poderia esperar de um tipo de ação política coletiva orientada em relação ao estado, ainda que dentro do repertório de uma análise proposta da dinâmica de conflito.

É possível notar como em Engels e Marx, formas de conhecimento e ação são definidas pela mudança das condições de reivindicação associadas à crítica do capitalismo, mas permitindo concluir por dois níveis de ação. Uma ligada à conjuntura de reivindicações políticas locais, partindo de um grupo político específico e dentro de um repertório de ação coletiva e outro nível, que aponta a história a partir da referência do fim do capitalismo, como condição definitiva de emancipação social. Acreditamos que é principalmente entre estes dois níveis que se produza o tipo de conhecimento que ilustra a “análise de conjuntura” da maior parte dos processos políticos.

Para além do aspecto analítico, é importante notar a forma como as organizações políticas tornam as informações organizadas na análise de conjuntura em um referencial para um determinado “repertório de ação.” Herbert de Souza definiu a análise de conjuntura como uma “mistura de conhecimento e descoberta,” “uma leitura especial da realidade e que se faz sempre em função de alguma necessidade ou interesse” em que “não há análise de conjuntura neutra, desinteressada: ela pode ser objetiva mas estará sempre relacionada a uma determinada visão do sentido e do rumo dos acontecimentos”⁹⁵, logo, a definia como parte necessária da tarefa política de um grupo político organizado que possuísse um interesse comum e conjunto de objetivos, assim como escopo de atuação delimitados.

Em uma análise de conjuntura deveria ser realizada a “leitura” dos processos políticos segundo um posicionamento frente aos fatos, desde modo, considerando a sua parcialidade frente ao saber, confrontado com a tendência efetiva para a qual apontam os eventos sociais, considerando assim sua tendência ideal, a partir do que o grupo vê como o horizonte desejável para a intervenção relacionada ao que se mostra mais provável de ocorrer. A partir deste ponto de vista, seriam identificados os elementos principais da composição desta análise: a identificação de **acontecimentos** (os fatos determinantes dentro de uma dada conjuntura

94 Idem, p. 19.

95 SOUZA, Herbert de. **Como se faz análise de conjuntura**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1985, p. 8-9.

descartando-se outros eventos secundários, sem relação); **cenários**, espaços onde se desenvolvem as ações e que, ao mudarem, devem modificar a relação entre todos os elementos; **atores**, como indivíduos na medida em que representam um papel coletivo, encarnam valores, e representações sociais; **relações de forças**, relações entre os atores “de confronto, de coexistência, de cooperação e estarão sempre revelando uma relação de forças, de domínio, igualdade ou de subordinação”⁹⁶; e a **articulação (relação) entre “estrutura” e “conjuntura,”** que permitem observar tendências e mudanças.

A nosso ver, esta forma de análise política que leva em consideração o elemento instável dos eventos políticos e sociais do ponto de vista das organizações sociais encontra uma afinidade profunda com os textos de Engels, na medida em que mostram níveis diferentes de conhecimentos, tanto enquanto processos de lutas pontuais que, mesmo objetivas, são dependentes de modo mais direto do momento político, quanto como forma de tentar germinar tendências em relação a processos políticos de maior vulto. De um lado, tenta-se realizar uma ação política e dialogar diretamente com os trabalhadores, e é esta uma forma direta ou tática de intervenção, mas ao mesmo, por outro lado, deveria fazer germinar tendências políticas efetivas que conduzam à luta contra o capitalismo, envolvendo outra série de conhecimentos e processos políticos que atualizassem aquilo que se mantém apenas como tendência. A aposta política de Engels

Uma tarefa política, certamente ligada à tarefa da consciência do proletariado e que, como veremos no embate com seus correligionários da Socialdemocracia alemã, diz respeito para os autores a um contexto posterior em que estaria em pauta a correlação entre a política eleitoral e legal e a necessidade de manter sempre em latência a possibilidade de uma luta insurrecional como possível resposta a um repentino endurecimento político de nobres, militares e *junkers* frente ao avanço de conquistas políticas do proletariado alemão que modificam a fisionomia política da Alemanha gerando o que seria visto como um exemplo para todo o proletariado europeu como um todo.

No entanto, este tipo de formulação se distancia em diversos aspectos de outros textos de Marx, que mantinha um distanciamento crítico em relação ao movimento operário, chegando a momentos tensos em suas últimas manifestações, como na *Crítica ao Programa de Gotha* (escrito em 1875, mas só publicado em 1891). A natureza distinta destes textos, assim como a abordagem que aparentemente pressupunha um fundamento distinto em relação à crítica realizada por Marx levou muitos autores contemporâneos a frisar um distanciamento

96 Idem, p.13.

entre a produção de Engels e a de Marx, o que dificultou uma abordagem mais clara que pudesse simplesmente comparar ou mesmo destacar aspectos próximos ou distantes entre Marx e Engels, o que ocorreu principalmente porque os modelos de análise empregados são caracteristicamente marcados pelo prisma, seja por uma análise que adota estritamente a referência nos textos de Marx ou que uma que os observa segundo os construtores de uma obra única e inseparável.

III. ENGELS AINDA É MARXISTA?

Para compreendermos Engels dentro dos marcos relativamente consolidados da teoria marxista é necessário estabelecermos, antes, um diálogo com a tradição crítica em torno dos textos de Marx, onde é possível constatar uma forma recorrente de divisão entre os autores, obrigando o leitor a manter uma maior atenção. Isso explica em parte porque, apesar da grande quantidade de textos deixados por Engels, se tornaram cada vez mais escassas as monografias e os estudos teóricos a seu respeito. Deste modo, a interpretação dos textos de Friedrich Engels defronta-se com uma dificuldade herdada das diferentes tradições de leitura das obras de Marx e Engels, que deixaram alguns obstáculos para se estabelecer com rigor as rupturas e continuidades entre as reflexões de ambos os autores durante os diversos períodos de sua produção intelectual.

Para muitos leitores da obra de Marx e Engels, a formulação de uma divisão nítida entre ambos pode parecer despropositada, especialmente se considerarmos a tradição enraizada no conhecimento produzido pelos herdeiros do comunismo e do socialismo revolucionário em nosso século. Esta tradição nos apresentou a imagem de uma sólida unidade entre Marx e Engels, sempre como dois músicos de mesma habilidade e preciosismo, porém cumprindo distintos papéis, com a imagem de Engels no papel de “segundo violino” (e a Marx o de solista), tornando os autores inseparáveis teórica, política e metodologicamente, ao executarem um mesmo “concerto.”

E, de fato, abarcar o conjunto dos textos de Marx e Engels a partir da concepção de sua separação é um procedimento que não se revela tão simples. Se refletirmos sobre situações como a escrita conjunta de obras, ou ainda se pensarmos sobre a caracterização de cada texto segundo a ideia de uma obra dentro de um processo de formação particular, caracterizado segundo um critério cronológico de escritura, resultaria em termos apenas a representação de uma experiência, mas não o conhecimento necessário para interpretar os textos e os diálogos que eles estabelecem.

Por outro lado, também é possível apontar eventos que provocariam rupturas como, para Engels, a morte de Marx, ou para Marx, o início da produção solitária d'O Capital, quando os autores se separaram em locais de atuação, permanência e produção por uma série de razões. Ou ainda, esta particularização do processo de escrita que pode ser aprofundada a partir do pressuposto presente desde o início da produção teórica de ambos os autores, caracterizada por traços presentes na composição dos textos (ilustrados por cartas e diferenciações de estilo ou aspectos teóricos presentes nestas cartas) que representariam diferenças que chegariam até mesmo, na posição em questão da capacidade intelectual de Engels ser capaz de interpretar os problemas trazidos por Marx.

Entre as abordagens apresentadas, este trabalho conclui pela necessidade de distinguir a produção de ambos os autores, especialmente quanto aos textos relativos ao tema da guerra. O que resulta não em uma ótica geralmente adotada que transferiria exclusivamente para Engels aspectos considerados críticos no marxismo. Mas em encontrar as formas como Engels lidou teoricamente com os desafios apresentados em seu tempo a partir de um referencial teórico dentro do campo marxista. No entanto, a abordagem dos textos de Engels envolve não apenas reconhecer a os elementos que compõe um repertório crítico específico em relação à obra de Marx que podem ser, ora comuns, ora distintas como duas sombras projetadas em uma parede, mas também quanto aos termos desta distinção, os objetos que tratam e os pressupostos e objetivos da crítica.

Crítica esta que não pode avançar sem confrontar-se com alguns dos elementos básicos que contestam a interpretação e a história da recepção de Engels como um autor relevante teoricamente dentro do marxismo. Lugar que reivindicamos, caso seja possível tratar de aspectos teóricos particulares fora da sombra de Marx, seja em termos do reconhecimento ou de uma crítica rigorosa dos termos em que se coloca este debate. No entanto, é necessário reconhecer neste processo o modo como se relacionavam teoricamente Marx e Engels, não como conjunto uníssono, mas como um trabalho reflexivo sobre as questões políticas apresentadas em seu tempo e segundo uma ferramenta teórica com muitos pontos em comum.

De modo semelhante, ao criticar a forma como é defendida uma cisão radical entre Marx e Engels, Thompson acreditava que a postura de distinguir os dois autores, exorcizando Engels, refletiu pressupostos comuns, tanto do marxismo como doutrina de Estado, quanto na postura frente ao marxismo reivindicado como modelo crítico inspirado principalmente no jovem Lukács. Para Thompson, contraditoriamente, esta forma de abordagem seria ligada ao

pressuposto de uma separação entre a teoria que reivindica a libertação dos trabalhadores e os sujeitos dessa mesma teoria,⁹⁷ criando uma relação “anterior e independente da autodescoberta do movimento operário” em relação aos sujeitos políticos desta teoria. Segundo Thompson, esta concepção teria como pressuposto uma ênfase “no peso inelutável dos modos ideológicos de dominação que destrói qualquer espaço para a iniciativa ou criatividade da massa do povo - uma dominação da qual só uma minoria esclarecida de intelectuais se pode libertar.”⁹⁸

As premissas desta concepção, situadas em limites criados pelos próprios autores, refletiria uma crítica inspirada no problema político e teórico das consequências do fascismo não antecipadas pelo marxismo, mas vista sob um prisma de determinação mais psicológica e inconsciente que política, o que, para Thompson, conduziria a conclusões mais pessimistas ou autoritárias,⁹⁹ como o do pressuposto da anulação dos trabalhadores como sujeitos políticos, como nas análises que focam na ideia de massa ou multidão, de tal modo que se justificaria o distanciamento do intelectual em relação à prática política.

Na verdade, o proletariado (ideal) pode, nesta ou naquela conjuntura crítica, passar subitamente, como uma falha geológica, a uma postura revolucionária, quando estará pronto a receber os serviços da Teoria. Até lá, para que o incômodo de tentar comunicar - educar, agitar e organizar - quando a razão é impotente para penetrar a névoa da "ideologia"?¹⁰⁰

Para além destas formas de autocrítica do socialismo, haveria para Thompson uma abordagem distinta representada pelos teóricos políticos socialistas ou marxistas não ortodoxos que saíam para além de sua “casca ideológica de passividade,” de tal modo que a postura teórica refletisse a política. Thompson,¹⁰¹ que podemos interpretar ele mesmo como representante desta visão, define esta forma de abordagem da teoria marxista do seguinte modo:

97 “Dessa forma, uma crítica “revolucionária” e “marxista” que não acredita na comunicação e que tem apenas um correlato político fictício e que, além do mais, revela que todos os males sociais são insolúveis dentro do capitalismo, termina como “a casca ideológica da passividade,” na qual a necessidade proclamada da “revolução” se transforma numa licença para um afastamento intelectual.” (THOMPSON, E. P. *A Miséria da Teoria*. Ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p. 205-6) O que resultaria para o autor, citando em numa mudança do sentido entre teoria e prática, muitas vezes pensada como defesa desta mesma realidade

98 THOMPSON, E. P. *Idem*, p. 205-6.

99 “A teoria marxista (...) pode se tornar uma falsa consciência, se, em lugar de ser usada para a investigação metódica da realidade através da teoria e da prática, for mal-usada como uma defesa contra essa mesma realidade (...) Os que desejam privar o marxismo de seu poder crítico e subversivo, e transformá-lo numa doutrina afirmativa, geralmente se entrincheiram atrás de uma série de lugares-comuns que, em sua abstração, são tão irrefutáveis quanto destituídos de resultados.” (*Idem*, p. 206)

100 *Idem*, p.206.

101 No capítulo O velho bufão Engels, capítulo de *A Miséria da Teoria*, (*Idem*, p. 62-65)

Primeiro, o comunismo libertário, ou um socialismo que seja ao mesmo tempo democrático e revolucionário em seus meios, sua estratégia e objetivos, deve permanecer firme, numa base independente, sobre seus próprios pés, desenvolvendo sua própria crítica teórica e, cada vez mais, suas próprias formas e práticas políticas. Somente com esses pressupostos será possível negociar qualquer "aliança." E são as emergências a exigirem tal aliança, então ela não se pode fazer dentro dos termos imperativos habituais do comunismo ortodoxo: que as demais diferenças, teóricas e estratégicas, sejam obscurecidas ou silenciadas, no interesse de uma "Esquerda Ampla" (cujos interesses são, por sua vez, em última análise os do Partido)¹⁰².

No entanto, apesar dos pressupostos do autor, que relacionam uma maior liberdade política a uma maior liberdade teórica que resultaria em uma maior justiça quanto à utilização das ferramentas teóricas em Marx e Engels, não é este o resultado geralmente encontrado nas interpretações teóricas não-ortodoxas. Afinal, ao não se vincular nem a um programa político oficial específico e nem a um programa de pesquisa, isto não resulta em uma reapropriação equânime de Marx e Engels, alterando-se apenas o critério, distinto da condenação althusseriana de Engels, mas que ainda segue como uma forma de dissociação e crítica entre a teoria e a prática. Deste modo, a reconstituição de uma crítica marxista de modo distinto, focada mais na prática que na teoria sobre esta prática (e igualmente no papel entre teóricos e militantes) envolve estender justamente uma crítica mais profunda a ambos os autores, diminuindo a importância do problema de uma especificidade teórica e do estatuto desta especificidade.

Alterando-se os pressupostos de uma determinada práxis, como por exemplo, em João Bernardo, em *Para uma teoria do modo de produção comunista* (1975) em que contradições postas pela prática política, como conflitos entre classes em uma sociedade em transformação, deveriam conduzir a repensar aspectos da teoria crítica do capitalismo capazes de repensá-las. Assim, surgem importantes teses para pensar a política, como a constatação dos gestores como "classe social" (levando à radicalidade teses que aparecem em autores de modo menos estrutural) o que obrigaria a repensar a teoria crítica do capitalismo, sem abandonar outros pressupostos da teoria de Marx como a mais-valia. No entanto, sua crítica passa a identificar como o aspecto central da organização das "condições gerais de produção" se realiza mais numa organização do processo de produção com consequências políticas diretas para os trabalhadores do que no mercado segundo uma forma livre-concorrencial onde seria formado o preço. Deste modo, similarmente a outros autores como Mário Tronti e nas teses do operismo italiano, como aquelas presentes nos *Quaderni Rossi* e *Classe Operaia* (1963-1966) ganha centralidade a luta pela auto-organização dos trabalhadores e o processo político

102 Idem, p. 210.

que se manifesta nas relações sociais de produção, quando concluem que a dinâmica de acumulação capitalista que permite superar as crises depende da reação do capitalismo à formas de luta e auto-organização da classe trabalhadora.

A consideração crítica da teoria marxista, em diversos autores heterodoxos responderia assim a um problema concreto, o das relações de exploração capitalista nos diversos aspectos da vida social - entendidas como um processo político que não se encerra nos portões das fábricas, mas se estende ao consumo, como relação mediada não apenas pela forma mercadoria, mas também às relações sociais em geral. Além disso, estas relações ocorreram em uma sociedade que não caminhou à pauperização como previsto por Marx no *Manifesto*, desdobrando-se em aspectos não formulados explicitamente em relação ao capitalismo como a cultura e as demais relações sociais que passam a ser reconhecidos como aspectos importantes da dinâmica de acumulação capitalista. A organização capitalista reagiria ao protagonismo das organizações operárias em suas múltiplas formas de resistência coletiva, tornando-se este um motor de modificações tecnológicas que adaptam o constante processo de acumulação por meio da exploração da *mais-valia* que investe em novas tecnologias que não apenas induzem ao desenvolvimento (que poderia apresentar aspectos positivos), mas também de controle organizando as relações sociais como um todo buscando subordiná-las ao capitalismo.

Apresenta-se assim o imperativo da transformação das estruturas de poder em formas não previstas ou ainda meramente latentes no período em que Marx traçou os aspectos mais gerais da lógica capitalista. Neste sentido, também realizou uma crítica das revoluções do século XIX, vistas como a materialização de estruturas de poder centralizadas e organizadas segundo o tipo de poder coletivo exercido pelos gestores como classe, algo que em Marx, não se exprimira de modo crítico, mas apenas focado no aspecto da organização e modificação das relações sociais de propriedade. Por isso, para João Bernardo, por exemplo, a teoria política de dos movimentos sociais anticapitalistas deveria tentar superar as “ambiguidades,”¹⁰³ contradições ou conflitos internos dos movimentos anticapitalistas de natureza política ou teórica (em nível ideológico), saltando a níveis mais avançados de organização e coordenação conforme os princípios que defendem, buscando uma maior coerência entre teoria e prática. O movimento anticapitalista guardaria em si tanto a possibilidade da superação do capitalismo,

103 A exposição sobre os prismas da ideia de ambiguidade aparece exclusivamente no livro de João Bernardo *Teoria do Modo de Produção Comunista* (1975) sendo modificada em obras posteriores como em *Economia dos Conflitos Sociais* (1991) centrada na análise da economia segundo um modelo de *mais valia* em forma distinta de Marx.

quanto a possibilidade de superação das contradições presentes do capitalismo em uma nova fase de organização constituindo a possibilidade de uma nova classe dominante (não apenas como grupo político, ou mesmo mais a frente de um “inimigo oculto” contra o qual o movimento anticapitalista sempre deveria estar preparado.

Como podemos notar esta abordagem certamente difere tanto daquela apoiada em um corpo teórico coeso (como doutrina de estado), quanto da relação entre teoria e prática, ou mesmo em uma suposta necessidade da defesa de Marx e Engels como uma ferramenta teórica exclusiva e imutável (sob o qual pesava a defesa da imagem pública de Marx, Engels e seus seguidores dos regimes comunistas e partidos comunistas oficiais), pois a crítica ao capitalismo não poupava ninguém, nem os supostos pais fundadores do “comunismo científico,” já que a própria teoria crítica avançaria para além das formulações de seus pais fundadores. O que resulta em que o procedimento adotado em relação à obra de cada um dos autores passa a prescindir da transferência da crítica ao marxismo especificamente a Engels poupando Marx, pois tanto Marx quanto Engels seriam postos em escrutínio conjuntamente, como forma de realizar uma autocrítica da tradição socialista a partir de seus referenciais teóricos.¹⁰⁴

Esta leitura caracteriza muito o chamado marxismo heterodoxo,¹⁰⁵ tratando-se muito mais de uma postura política de independência política refletida baseada em uma maior autonomia intelectual, que, para afirmar-se, assume uma postura crítica em relação à obra de Marx e Engels inserindo-se no contexto maior da crítica às revoluções socialistas do século XX relativamente inspiradas em Marx e Engels, ao mesmo tempo em que reivindicavam parte dos princípios contidos nestas obras, mas recuperados segundo modos diversos conforme fossem considerados como portadores de uma potencialidade crítica favorável à luta dos movimentos sociais anticapitalistas ou não.

Por um lado, haveria algo semelhante entre os alinhados às obras de Marx e Engels

104 Um exemplo avançado é o de Simone Weil na primeira metade do século XX, que pode ser acompanhada nos escritos *Opressão e Liberdade* e mesmo os então jovens ex-trotskistas Cornelius Castoriadis e Claude Leford, presentes nos artigos da revista *Socialisme ou Barbarie* (presentes nas compilações *Socialismo ou Barbárie* nos escritos compilados como *O que é Burocracia* de Claude Leford). Não é preciso dizer que o fulcro desta análise e autocrítica à Marx e Engels é igualmente a crítica à União Soviética, transferida e atualizada de modo pertinente, mas nem sempre de modo justificável na obra dos autores, quanto ao contexto e a relação entre o período em que a teoria foi produzida e a posteridade que a refletiu.

105 Segundo denominação que consideramos feliz de Maurício Tragtenberg na introdução do livro *Marxismo Heterodoxo*, que introduz as obras de Herman Gorter, conselheiro, Jan Wacław Makhaiski, revolucionário soviético contrário à separação entre trabalho simples e complexo como forma de divisão de poder e Amadeu Bordiga, rival de Gramsci no Partido Comunista Italiano, autores que ficaram para a história como esquerdistas aos olhos do leninismo. Maurício Tragtenberg. *Marxismo Heterodoxo*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

como doutrinas oficiais de Estado e os teóricos não ortodoxos e críticos do sistema soviético, ao menos em relação à interpretação teórica de Marx e Engels, pensada segundo um juízo sobre o protagonismo de ambos os autores em relação à obra teórica que produziram. Pois, se enfatizavam um papel político legítimo por parte dos autores, estes não separavam a especificidade do aspecto prático em relação ao teórico, especialmente no modo de se abordar os textos, caracterizando-se por uma ausência da necessidade de especificação de um maior papel da teoria em termos de *práxis*, isto é, uma forma de pensar politicamente em que a teoria influencia é influenciada pela prática política, sustentada por um pressuposto social eminentemente dinâmico, na medida em que os homens poderiam se tornar senhores de sua história, modificando seu destino de modo consciente e coletivo.

A conceptualização do marxismo não-ortodoxo, seria buscada não em uma escolha entre visões balizadas que representassem pressupostos específicos de orientação da ação (entre uma teoria revolucionária e uma reformista), mas uma inovação teórica, especialmente em relação à tradição política herdada que tivesse um efeito *prático* servindo de instrumento de ação e surpresa que, para isso, se apoiasse em um referencial de análise próprio.

Cabe observar, no entanto, que se essa forma de análise permitiu reconstituir outros sentidos da teoria crítica do capitalismo, não como uma doutrina ou repertório analítico, mas como ferramenta para as lutas anticapitalistas, perde-se no quadro formado pelas análises destes teóricos alguns aspectos relevantes das relações sociais que não são encontrados no repertório marxista de um modo claro. Um destes aspectos, que pode estar preso nas formas de “ambiguidade” ou de “contradições” não superadas nem pela prática e nem pela teoria é o caso, segundo acreditamos, do problema da guerra e das organizações militares. Uma questão marginal na teoria política de modo geral que seria, se pensarmos em sua funcionalidade, apartada do cotidiano dos trabalhadores e opaca na organização capitalista, pois se encontra num lugar muito particular da economia de mercado.

Para investigar a obra dos autores que realizaram algumas das investigações mais profundas sobre o capitalismo no século XIX, certamente passíveis de atualizações e críticas sob o espelho do movimento operário e revolucionário do século XX, é necessário um maior esforço de análise de outros aspectos que podem não ser claros nas interpretações contemporâneas da teoria crítica do capitalismo, mas que, mesmo assim, ainda representam a experiência que poderia resultar senão em uma contribuição teórica relevante, ao menos em elementos para podermos refletir sobre a incidência da guerra na experiência do movimento operário e na teoria anticapitalista, fazendo com que Engels seja um foco notável para esta

investigação.

Se por um lado Engels foi apontado como um dos flancos mais frágeis do marxismo mais desenvolvido, por outro lado, ele permite um dos alicerces mais sólidos, na medida em que o procedimento sempre reiniciado de pensar a teoria marxista a partir do movimento operário envolveu analisar as condições da classe trabalhadora a partir das modificações sofridas e observando o impacto do avanço das relações sociais no capitalismo para além do trabalho. Assim, a *Situação da classe trabalhadora na Inglaterra* (1845), texto que possui valor indiscutível a despeito de toda a obra posterior de Karl Marx, apresenta marcos iniciais que podem ser pensados tanto nas condições de vida (segundo uma abordagem próxima ao que hoje conhecemos na antropologia urbana), ou na análise da organização do trabalho, onde são sentidas as condições dos trabalhadores e a relação entre política e tecnologia. Os resultados desta investigação são certamente retomados por Marx nos momentos de exposição “histórica” presentes em sua obra madura, como na Seção IV do livro I *A Produção Da Mais-Valia Relativa d’O Capital*¹⁰⁶ que tratam da organização do trabalho na produção capitalista. Ali, a influência de Engels se faz presente de modo inegável inclusive nas referências bibliográficas que envolviam desde os textos teóricos de gestores até as discussões sobre as políticas sociais com implicação direta nas condições de vida da classe trabalhadora.

Deste modo, ainda acreditamos haver um terreno pouco explorado do marxismo, certamente passível do escrutínio, mas capaz de iluminar aspectos ainda não evidentes do capitalismo moderno que continuam a se reatualizar, mesmo quanto às questões que não tenha sido capaz de formular claramente.

IV. A DIVISÃO ENTRE MARX E ENGELS SEGUNDO A TEORIA DO VALOR

Outra crítica endereçada a Engels tem origem nas exposições presentes nos prefácios de livros de Karl Marx. Segundo esta interpretação, haveria um distanciamento entre a forma de apresentação dos textos de Marx observados no chamado “último Engels,” que incidiram na leitura da crítica da economia política de Marx herdada pela tradição socialista imediatamente posterior e que se caracterizaria pela abstração de aspectos fundamentais do pensamento de Karl Marx. O fundamento desta crítica se embasa no estudo rigoroso da teoria do valor cujo primeiro nome de peso é Rubin, em *A Teoria Marxista do Valor* (1928).

Não se encontra em Isaak Rubin uma crítica a Engels ou uma crítica sistemática das distorções como se torna padrão posteriormente, ao se abordar em Marx a ideia de método

106 Karl Marx. *O Capital*, São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda., vol. I, T, I, 1996, p.427-481.

rigoroso. Ainda assim, na sucinta apresentação de seu método na introdução de *A Teoria Marxista do Valor*, Rubin demonstra como não seria o foco da análise de Marx em sua obra madura o “aspecto técnico-material do processo de produção capitalista, mas sua forma social, isto é, a totalidade das relações de produção que constituem a ‘estrutura econômica’ do capitalismo,” concluindo que “as técnicas de produção (ou as forças produtivas) só se inclui no campo da investigação da teoria econômica de Marx como um suposto, como um ponto de partida, tomado em consideração na medida indispensável para a explicação do genuíno objeto de nossa análise, as relações de produção.”¹⁰⁷ Dessa maneira, conclui que a “Economia Política não é uma ciência das relações entre as coisas, como pensavam os economistas vulgares, nem das relações entre as pessoas e as coisas, como afirmou a teoria da utilidade marginal, mas das relações entre as pessoas no processo de produção.”¹⁰⁸ Torna, assim, desautorizado o juízo de Engels sobre a ciência, com pretensão de aplicação de um método marxista, exceto se pensarmos que a análise de Marx estivesse pressuposta em toda análise de Engels da ciência e das demais formas de relações sociais. O foco da crítica marxista do valor se volta para o fetichismo e a lógica da economia, designada pela “forma mercadoria” e suas categorias de base (trabalho abstrato, valor, mercadoria, dinheiro¹⁰⁹), questão frente à qual é assumido como pressuposto político a ideia de que uma superação do capitalismo somente seria possível a partir de uma transformação profunda da sociedade em seu aspecto global.

O diagnóstico trazido por esta interpretação fez notar a novidade que o pensamento maduro de Karl Marx instaura, justificando uma crítica à leitura das obras de Marx como conjunto sistemático e de igual valor para todos os textos. Seus pressupostos são em geral partilhados por Lukács,¹¹⁰ iniciador da crítica do papel de Engels no marxismo, somados a outras interpretações distintas como os frankfurtianos (em particular Theodor Adorno), e “autores como Hans-Jürgen Krahel, Hans-Georg Backhaus, Lucio Colletti, Roman Rosdolsky ou Freddy Perlman”¹¹¹, mas:

A opção revolucionária crê igualmente na existência dessa fractura, mas para criticar uma suposta contradição entre a descrição científica e a luta prática. Na verdade, porém, é precisamente o Marx do Capital que pode ser entendido como o mais radical. Enquanto o Manifesto Comunista, reputadamente muito “radical,” desemboca em reivindicações frequentemente “reformistas,” a crítica da economia política de Marx tardio (mas também a Crítica do Programa de Gotha) demonstra

107 RUBIN, Isaak. **A Teoria Marxista do Valor**. São Paulo: Brasiliense, 1987, p.15.

108 Idem, p.15.

109 Como resume Anselm Jappe em: JAPPE, Anselm. **As Aventuras da Mercadoria para uma nova crítica do valor**. Lisboa: Antígona, 2006, p.14.

110 Questão que tratamos com maior detalhe no capítulo a respeito das Táticas de infantaria, especialmente no contexto do Anti-Dühring de Engels.

111 JAPPE, Anselm. Idem, p.18.

que toda a transformação social é vã se não chega a abolir a troca mercantil¹¹².

Deste modo, se compreendermos Engels a partir dos pressupostos de análise do primeiro período de parceria direta com Marx, e assumindo a continuidade de temas, é possível notar o lugar em que incide uma crítica à separação demarcada pelo signo da totalidade (Lukács), mas ajustado a outras formas de leitura da *crítica do valor* e da *teoria crítica*, compondo uma forma de interpretação nova em relação às abordagens anteriores. No entanto, apesar de tentativas de reconstituição dos períodos anteriores do pensamento de Marx segundo um prisma político de princípio (o da crítica radical do valor), estas não se apresentam como as marcas das lutas políticas ou da história (tomadas como fenômenos externos), mas sim como formas de distorção (ou cooptação) das leituras de Marx frente a um impulso apassivador e “cientificizante” de apresentar Marx estritamente como uma teoria particular da economia. Ou então, tal crítica chega a incidir até mesmo sobre o princípio de organização dos movimentos sociais e políticos de contestação que seriam incapazes de captar a essência da sociedade produtora de mercadorias e que, por isso, teriam incidência apenas superficial no que seria o eixo central do modo de produção capitalista.

De modo distinto desta abordagem, cabe notar que se rejeitamos por um lado a unidade plena entre Marx e Engels, ainda assim mantemos alguns dos aspectos levantados por esta crítica, na medida em que puderam ampliar o escopo e as problematizações quanto à fundamentação teórica dos textos de Engels, mantendo um juízo sobre a relação com Marx nos termos de continuidades e diferenças.

Outro problema de diferenciação entre Engels e Marx, é apontado na leitura engelsiana d’*O Capital* ao compreender a exposição de Marx como de caráter histórico. Esta leitura é apresentada em muitos Scholars americanos que seguem a ideia de uma organização lógica d’*O Capital* estrita em relação ao que seriam considerados os momentos de inserção histórica presentes (como a passagem da cooperação simples à grande indústria, ou da *ursprüngliche Akkumulation*: acumulação primitiva ou originária) também optado por uma rejeição da exposição de Engels sobre *O Capital* onde este partiria, segundo os autores, de uma concepção da organização deste livro segundo uma ordem cronológica (de sucessão histórica), como Moseley.¹¹³

112 Idem, p.17.

113 MOSELEY, Fred 1993 (ed.), *Marx’s Method in ‘Capital’: A Reexamination*, Atlantic Highlands: Humanities Press. Moseley, Fred & Martha Campbell (eds.) 1997, **New Investigations in Marx’s Method**, Atlantic Highlands: Humanities Press. No entanto, é possível notar que autores como João Bernardo em *Marx Crítico de Marx e Teoria do modo de produção comunista* e David Harvey insistiram que parte do pretenso

É neste contexto que se apresentam o diagnóstico crítico de Ingo Elbe a respeito do “clássico mito do paradigma da identidade entre Marx e Engels,” apoiando-se, para isso, na tradição da *nova leitura de Marx* (*Neue Marx Lektüre*)¹¹⁴. Segundo ele, a relação entre Marx e Engels, quando tomada em termos de identidade, perpetua certa visão que distorce o entendimento das obras “maduras” de Marx, notadamente, as que se debruçam em analisar a crítica do valor.¹¹⁵ Portanto, para o autor, torná-los um único paradigma seria não apenas indesejável, mas impossível, principalmente se levarmos em consideração a “argumentação tanto em termos do materialismo histórico, quanto da economia política” em que “os comentários de Engels a respeito da obra de Marx são geralmente inadequados e de um puro exoterismo que perpetuam o paradigma tradicional, mesmo argumentando criticamente.”¹¹⁶

Os pontos principais de sua crítica relacionam-se a duas tendências, para ele, derivadas da leitura d’*O Capital* por Engels e inseridas na nova leitura crítica do valor que se consolida no problema da “tendência ontológico-determinista fruto da social democracia alemã.” Tal viés influenciaria sobremaneira no processo de crítica do capitalismo que toma as formas sociais particulares como determinadas pela estrutura d’*O Capital*, assumindo “a interpretação historicista do método genético positivo” e certo positivismo na compreensão do

equivoco sobre a apresentação de Engels refere-se na verdade a uma dificuldade presente no próprio texto de Marx, especialmente na articulação dos argumentos presentes no segundo e no terceiro livro d’*O Capital*: “Marx não completou sua análise do fenômeno monetário e financeiro. Ele define uma teoria muito geral e altamente abstrata do dinheiro no primeiro volume d’*O Capital* (lá resumindo as análises mais longas, mas mais experimentais nos *Grundrisse* e na *Contribuição à crítica da economia política*). Suas anotações sobre o funcionamento do sistema de crédito foram deixadas em grande confusão. Engels teve grande dificuldade em colocá-los em qualquer tipo de ordem para publicação no terceiro volume d’*O Capital*. Havia, Engels reclamou em seu prefácio àquela obra ‘não o projeto acabado, nem mesmo um esquema cujos contornos podem ter sido preenchido -. Muitas vezes apenas uma massa desordenada de notas, comentários e extratos’. Engels foi fiel a Marx e acabou por reproduzir a maioria desta desordem. Esta foi uma peça importante do “negócio inacabado” na teoria de Marx.” David Harvey. *Limits to Capital*, Verso: London/New York, 2006, p. 239.

114 ELBE, Ingo. *Zwischen Marx, Marxismus und Marxismen. Lesarten der Marxschen Theorie*. Acessado em: http://www.rote-ruhr-uni.com/texte/elbe_lesarten.pdf Último acesso: 27/11/2012., s/p. Versão original: In: (DKNL) **Das Kapital neu lesen**. Beiträge zur radikalen Philosophie. WOLF, Frieder Otto (Org.). Münster: Westfälisches Dampfboot, 2006, p.52-71.

115 Tal viés é assumido em parte nos pressupostos da leitura althusseriana, como crítica que se estabelece de modo interno ao texto (Como em *Pour Marx*), delimitando neste procedimento igualmente os efeitos desta leitura na recepção. Este tema foi investigado sob o tom de uma pesada crítica a respeito do campo de recepção intelectual do marxismo por Pierre Bourdieu: “A estratégia da desbanalização, absolutamente banal em filosofia, assume aqui uma forma original: não se trata apenas de compreender Marx melhor do que o próprio Marx, de superar Marx (o jovem) em nome de Marx (o velho), de corrigir o Marx ‘pré-marxista’ que sobrevive em Marx em nome do Marx realmente marxista, ao produzir uma ‘leitura’ mais marxista do que Marx (‘Marx ainda não rompeu com a ideologia’; ‘mesmo em *O Capital*, não há ruptura objetiva e definitiva com esta ideologia’), juntando-se assim os lucros derivados da identificação com o projeto de origem (ou seja, a autoridade intelectual e política associada ao fato de pertencer) aos lucros provenientes da distinção” (BOURDIEU, Pierre. *A Economia das trocas linguísticas. O que falar quer dizer*. São Paulo: EdUSP, 2008, p.163) No entanto, nossa questão vai além de Bourdieu, no sentido de tentar superar a determinação do campo, para compreender o que é possível em relação ao texto, para além dos conflitos de interpretação textual, o que não acreditamos ser possível, sem levá-los em consideração.

116 ELBE, Ingo. *Idem*, s/p.

desenvolvimento das formas do capitalismo. Seriam abstraídas, dessa maneira as mudanças radicais que o capitalismo sofreria ao entendê-lo como um processo contínuo cumulativo.

Elbe chega a conduzir um processo de análise que produz separações rígidas entre as formas de leituras a partir de uma linha divisória demarcada e clara que define tais divisões em dois quadros que sistematizam parte das discussões trazidas até agora, e cuja formalização da expressão *Marx e Engels* é duramente criticada para seguir-se a uma genealogia das teorias rigorosas que permitiriam sua compreensão:

Leitura tradicional da teoria marxista clássica assumida pelo marxismo da 2ª e 3ª Internacional	Marx = Engels (Único paradigma, argumento coerente, visão próxima de mundo)
Estágios críticos – Leitura reconstitutiva	
Primeiro Nível: ex. Backhaus (“materiais”) 1ª e 2ª parte	Engels → exotérico x. Marx → esotérico
Segundo Nível: ex. Backhaus (‘materiais’ 1ª e 2ª parte)	Marx → Metadiscurso exotérico x.
Althusser, Backhaus (‘Materiais’)	Marx → Análise da realidade esotérica
Terceiro nível: ex. Backhaus (‘Materiais’) 3ª e 4ª Parte); Heinrich (‘Ciência do Valor”)	Marx → Metadiscurso exotérico/esotérico Marx → Análise realidade exotérica/esotérica
Fonte: Ingo Elbe. Zwischen Marx, Marxismus und Marxismen. Lesarten der Marxschen Theorie, p.11 (ELBE, 2006)	

Resumindo nosso percurso até aqui, e dirigindo-nos a um público que talvez esteja acostumado com outras abordagens de análise, não deixa de causar certa confusão a abertura entre formas de interpretação da obra de Marx em nosso presente, seja pela possibilidade de reconstituições de discussões em outros períodos, seja como processo histórico em que os estratos de leituras da obra de Marx (e Engels?), posteriores a Marx, se acumulam como sedimentações geológicas - com o perdão do recurso da imagem natural. Ou ainda, pela reconstituição de perdas do entendimento em relação à decifração (*Dechiffrierung* nos termos de Ingo Elbe) de ruídos de linguagem trazidas pelo que podemos enxergar como resultado, seja de um psicologismo, seja da utilização incorreta de ideias e formas a ponto de podermos alcançar sentenças objetivamente válidas em Marx.

Deste modo, ao voltarmos aos textos de Engels, apesar de ser possível notar que optamos por relativizar certos aspectos da diferenciação radical entre Marx e Engels, manteremos a observação do caráter e estatuto dos textos, sempre levando em consideração o cuidado com possíveis extrapolações entre os autores buscando os elementos que permitem a diferenciação entre as respectivas formulações quanto a temas comuns. Apesar do estranhamento à abordagem radical de Elbe, tal abordagem pode deixar um elemento positivo,

já que permite uma organização de um quadro de referências teóricas e políticas que baliza algumas referências contextuais de recepção dos textos. Por outro lado, também é importante notar o risco de se confundir quase um século de estudos e publicações militantes considerados de mesma natureza “por aproximação” a partir de características consideradas similares, abstraindo-se de seu contexto efetivo. Caso aceitássemos integralmente estes pressupostos, dentro do esquema proposto por Elbe, assumiríamos um tipo de atitude recorrente quanto à obra de Engels como um processo de depuração da obra de Marx.¹¹⁷ Os defeitos desta comparação seriam enumerados e nomeados por Elbe, dividindo inclusive os termos, ideias e obras principais a ponto de justificar uma divisão ainda mais profunda entre o já extenso quadro internacional de referências teóricas do marxismo e dos marxistas, como é possível notar a seguir:

117 Como exemplo notável, podemos destacar a organização bibliográfica como catálogo, no Departamento de Sociologia da USP, onde são elencados todos os textos de Marx dentre o catálogo do MEW (Marx Engels Werk) com os títulos traduzidos para o português sem a presença dos textos de Engels, exceto quanto escritos conjuntamente. SADER, Emir (org). **Karl Marx - Bibliografia** - Programa de Pós-graduação do Departamento de Sociologia - FFLCH - USP - São Paulo - 1995.

	Teóricos principais	Referências centrais entre os textos de Marx e Engels	Ideia principal: Teoria marxista como...
Marxismo tradicional	[Engels], Kautsky, Bernstein, Mehring, Labriola, Plekhanov (= 1ª geração)	Engels: Anti-Dühring, Ludwig Feuerbach, Esboço para a CrEP 1859 e outros	Mundo proletário fechado – crenças e doutrinas da evolução pela natureza e pela história Devir (werden) e passagem (vergehen)
	Lênin, Luxemburgo, Trotsky, incluindo Hilferding (= segunda geração)		
Marxismo ocidental	Lukács, Korsch, Bloch, Escola de Frankfurt, Gramsci, Lefebvre, Grupo Praxis, e outros.	Marx: Teses ad Feuerbach, Manuscritos Econômicos Filosóficos de 1844, A Ideologia Alemã (M/E) e outros.	Teoria da prática sociológica crítica-revolucionária (“mediação subjetiva dos objetos”)
Nova Leitura de Marx	Backhaus, Reichelt, Kittsteiner, Heinrich, SOST, ¹¹⁸ Representantes da Staatsableitung (Teoria Marxista da Derivação ¹¹⁹), e outros	Marx: Grundrisse, O Capital, vol. I primeira parte, Capítulo Inédito de O Capital (Urtext, Resultate) e outros	Deciframento consistente e crítica das formas capitalistas de socialização (forma e desenvolvimento crítico)
Fonte: Ingo Elbe. Zwischen Marx, Marxismus und Marxismen. Lesarten der Marxschen Theorie, p.15 (ELBE, 2006)			

118 Um dos diversos herdeiros da SDS (*Sozialistischer Deutscher Studentenbund*), que formava um campo teórico comum a partir de onde emergiram diversas atividades políticas, como os direitos de minorias, protesto anti-nucleares e pacifismo e tendências radicalmente distintas, que apesar das diferenças partilhavam de um pressuposto comum de análise. Mesmo que possuíssem relativa autonomia, faziam parte ou orbitavam em torno do SPD (a Social Democracia Alemã). Entre os ex-membros, despontam conhecidos nomes como Rudi Dutschke, que com o tempo foi um dos fundadores do partido verde, Helmut Schmidt, que se tornou chanceler da Alemanha e Ulrike Meinhof, que rompeu com o grupo para se tornar parte da Fração do Exército Vermelho (RAF). Outro ex-membro da SDS conhecido no Brasil foi Robert Kurz. Hoje, o remascente mais conhecido na Alemanha é Joachim Bischoff, membro do *Linke*.

119 Vide nota 3.

TEMAS MILITARES EM ENGELS

Os exércitos estão prontos. Vejamos suas manobras. Aqui se exporá a nu o vício da tática popular – causa certa de desastres.

AUGUSTE BLANQUI

1. ECOS DA REVOLUÇÃO ALEMÃ

O tema militar nas propostas das reivindicações do Partido Comunista da Alemanha *Forderungen der Kommunistischen Partei in Deutschland* (1848).

Antes de iniciarmos uma análise detalhada sobre Engels, uma pequena apresentação. Este capítulo aparentemente descolado das demais partes do texto realiza um pequeno esboço a partir de um tema que se liga ao final desta dissertação iniciando com o tema do desenvolvimento alemão, sem apelar, no entanto, ao debate do *Sonderweg* (a especificidade do desenvolvimento alemão). Procuramos indicar como parte da explicação sobre a origem da chamada esquerda revolucionária alemã no período das revoluções de 1948 como parte da burguesia alemã (*Bürgertum*) a partir de sua divisão interna entre os chamados *Stadtbürger* (“a classe média urbana que gozava de direitos de cidadania e privilégios de associação, e que grosseiramente corresponderia ao sentido convencionado pelo inglês antigo pela expressão ‘burghers’”¹²⁰) que incluía e “comerciantes e homens de negócio, mas também artesãos independentes” que se contrapunha a outro grupo que classicamente se chamou de *Welbürgertum*, ou a “burguesia cosmopolita” que é o foco principal e origem do grupo em que Marx se formou socialmente.

Este grupo se definia:

sobretudo pela educação, e eram estes oficiais e acadêmicos que deram origem à maior parte dos membros dos florescentes (ainda que socialmente restritivos) clubes de leitura e associações fraternais no período tardio do século dezoito e início do dezenove. Era neste meio que o Iluminismo tinha seus apoiadores principais nos últimos anos do Sagrado Império Romano e entre este grupo de educados também se formou a ideia de uma nação alemã que tomava forma a aspiração cultural em um tempo em que a “Alemanha” permanecia politicamente fragmentada e dividida economicamente em incontáveis localidades e mercados regionais.¹²¹

Em termos de uma concepção de mundo e horizonte político, pode-se dizer que a “classe média” urbana permanecia tendo limites de permanência e organização geográfica e socialmente restritos, e foram estes “burgueses” que adquiriram com o tempo o adjetivo de “*Spiesser*” ou filisteu, por parte de um ponto de vista aristocrático ou até mesmo cosmopolitano de enxergar a política, com exceção de cidades onde a burguesia comercial adquiria também um tom cosmopolita em conexão com as expressões e conexões políticas internacionais como Hamburgo e Colônia¹²².

120 BLACKBOURN, David. The German bourgeoisie: and introduction. In: BLACKBOURN, D.; EVANS, Richard J. Ed. **The German Bourgeoisie**. London: Routledge, 1991, p. 2.

121 Idem, p.3.

122 Idem, p.3.

O desenvolvimento a partir da visão de Marx sobre o papel da chamada burguesia alemã é o de que haveria uma relação específica que se constitui na intelectualidade alemã. Mas esta mesma intelectualidade a princípio burguesa, apresenta uma crise cuja representação se apresentaria como uma estrutura particular com uma relação particular com Marx e Engels, marcada igualmente por um distanciamento em luta por uma condição de autonomia em relação à forma e até mesmo no modo de vida distinto de outros membros da burguesia dependentes intrinsecamente da nobreza. O que permite explicar em parte o motivo de se desenvolver um distanciamento e uma reação de conflito entre a nascente intelectualidade burguesa alemã e os nobres, junkers e militares que se explica por condições específicas sociais e políticas da história alemã ao qual tenta-se explicar neste capítulo, posicionamento que mudou na passagem dos reinos alemães até a unificação da Alemanha.

1.1 APRESENTAÇÕES DA HISTÓRIA

No texto *Feuerbach e a História* – composto de uma série de rascunhos e anotações escritos entre o fim de novembro de 1845 e o começo de abril de 1846,¹²³ há passagens que tratam do que pode ser entendido como os pressupostos materiais que formam a sociedade burguesa, elementos com os quais Marx e Engels realizam sua resposta à crítica feita por Bruno Bauer ao pensamento de Ludwig Feuerbach. Este texto, assim como outros deste mesmo conjunto foram concebidos durante o exílio em Bruxelas, segundo Marx, com o objetivo de “acertar contas com nossa antiga consciência filosófica. O propósito tomou corpo na forma de uma crítica da filosofia pós-hegeliana (...). Abandonamos o manuscrito à crítica roedora dos ratos, tanto mais a gosto quanto já havíamos atingido o fim principal: a autocompreensão.”¹²⁴

Fixemos a ideia de autocompreensão no sentido de definir o lugar que o manuscrito ocupa enquanto gênero. Ele não se dirige propriamente a intervenção política direta ou um interlocutor ao qual fosse endereçado, ou mesmo um leitor universal, como um ajuste de contas, pois se tratava mais de uma reflexão entre os dois autores. A investigação buscava assim definir fundamentos para a crítica da filosofia hegeliana, voltando-se então para identificar nos pressupostos sociais, o que para Marx e Engels serviria como uma resposta aos problemas filosóficos postos pelos demais ex-companheiros de Berlim.

123 Parte dos manuscritos inacabados que compõe o texto que conhecemos como *A Ideologia Alemã*, série de manuscritos realizada entre 1845 e 1846 que recentemente tem seu formado unitário contestado pelos organizadores da edição completa dos manuscritos de Marx e Engels, o MEGA.

124 MARX, Karl. **Rendimento e suas Fontes**: a economia vulgar. São Paulo: Abril Cultural, 1982, p.26.

Segundo acreditamos ser o procedimento da passagem que pretendemos indicar, tratava-se de observar em detalhe como se constituía o verdadeiro substrato, ou nas palavras de Marx em agosto de 1858, a “base real sobre a qual se levantaria uma superestrutura jurídica e política, e a qual correspondem formas sociais determinadas de consciência”¹²⁵, de modo que ocorreriam relações sociais materialmente constituídas, para que esse substrato fosse contraposto à representação invertida encontrada na reflexão dos jovens hegelianos. O que pode ser constatado, mesmo se levarmos em consideração a forma fragmentada em que o manuscrito se encontra, pois seria este o momento em que apareceria o verdadeiro fundamento da política, única parte completa do manuscrito. Em seus elementos internos nota-se que, ao buscarmos uma correlação entre esta parte que define o fundamento da crítica e seu final, notamos como a crítica a Bauer presente no texto só se completaria na exposição da forma invertida de apresentação da realidade presente neste autor, pois o “modo de produção da vida material condiciona o processo em geral de vida social, político e espiritual,” não sendo “a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência.”¹²⁶

Deste modo, além daquilo que é descrito como fundamento da alienação dos “homens” (precisando seus fundamentos para além dos atributos), outros elementos parecem ser capazes de caracterizar sua natureza, enquanto uma aparência do “homem” para a razão filosófica. Assim, para a compreensão da sociedade seria importante pensar em seus fundamentos relacionados à produção da aparência em particular do *homem*, isto é, do “homem” enquanto problema filosófico aos jovens hegelianos. Para isto, Marx e Engels organizaram esta exposição logicamente em dois momentos: um primeiro desde o começo, onde se expõe a constituição (ao longo do tempo, ou diacrônica) do fundamento material da sociedade mostrada de modo dinâmico a partir de suas transformações e tornando explícito aquilo que seria suprimido deste fundamento nas representações sociais no presente. E um segundo momento que parece ser indicado, em diversas passagens, e principalmente em seu final após a apresentação dos pressupostos, partindo-se para a crítica filosófica do presente a partir de uma relação com a representação invertida expressa nos jovens hegelianos e os socialistas verdadeiros.

Essa soma de forças de produção, capitais e formas sociais de intercâmbio, que cada indivíduo e cada geração encontram como algo dado, é o fundamento real [*reale*] daquilo que os filósofos representam como ‘substância essência do ‘homem,’ aquilo que eles apoteosaram e combateram; um fundamento real que, em seus efeitos e

125 Idem, p.25.

126 Idem, p.25.

influências sobre o desenvolvimento dos homens, não é nem de longe atingido pelo fato de esses filósofos contra ele se rebelarem como autoconsciência e como ‘Único’
127

Uma primeira questão que deixaremos de lado e que poderia chamar a atenção de um leitor atento ao comentário destas passagens refere-se aos termos que aparecem tantas vezes reiterados ao longo do manuscrito como o “homem,” isto é, aquilo que pode ser interpretado como o fundamento filosófico de uma antropologia. Para nós, longe de representar uma fundamentação filosófica que responderia segundo os termos de Marx e Engels ao problema filosófico da antropologia sob um viés “efetivamente” materialista (em contraposição a Feuerbach), muito mais nos parece que sua reiteração ao longo do texto trate meramente do fato de que a crítica é obrigada a assumir ali parte dos termos do debate postos pelos jovens hegelianos.

Nesse sentido, é necessário dizer que se tratava tanto do “homem” enquanto termo ao qual o debate responde (tanto em Feuerbach no texto *Fundamentos da Filosofia do Futuro*, quanto de toda a primeira parte d'*O Único* de Stirner) como vemos nesta passagem, e que se refere à crítica sustentada entre os jovens hegelianos da ideia de “homem” que fundamenta de modo geral a filosofia dos jovens hegelianos. No entanto, o termo, em um contexto onde aparecem igualmente outros conceitos substantivos como “Deus” em debate com a teologia, mas também os de “natureza” nos jovens hegelianos e em particular em Feuerbach (como núcleo da relação que determina o homem como uma antropologia que encontra o outro, a alteridade, na natureza, sendo o eu, passivo em relação às condições naturais, ou seja, em uma forma de materialismo vulgar) ou de “Eu” (em Stirner ao negarem-se sucessivamente as formas determinantes do *Eu* que o abstraem, como a sociedade que gera as concepções substantivas generalistas que abstraem o particular), além de outros menos presentes como o “Estado” e “sociedade” (que ganharam maior destaque na *Introdução da Crítica da filosofia do direito de Hegel* escrita no começo dos anos 1840). Apesar de se constatar a presença destes conceitos, não se pode entender este debate realizado pelos jovens hegelianos como uma contínua tentativa de fundamentação substantiva destes mesmos conceitos, mas sim como uma série de fundamentações criadas pela negação de conceitos filosóficos que amparavam os termos da teologia e de outras teorias filosóficas pregressas, como a hegeliana, o que envolvia em muitos casos, inclusive a tentativa de ruptura com a forma de exposição e sua organização, ela mesma organizada como uma resposta à ontologia hegeliana. Marcuse

127 MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia Alemã:** crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846). São Paulo: Boitempo, 2007, p.43.

resumiu este procedimento nos seguintes termos “a negação da religião começara com a transformação hegeliana da teologia em lógica: e se completa com a transformação, feita por Feuerbach, da lógica em antropologia”¹²⁸. Por isso, o fundamento real encontrado na “base social” para a crítica serve para Marx e Engels como forma de diferenciar-se de uma simples negação, que tornaria inócuo o resultado da crítica, por partilhar de certa forma dos mesmos termos e pressupostos.

Ao se observar a estrutura destes manuscritos conforme aquilo que Marx e Engels apresentavam, isto é, como o momento daquilo que poderia ser entendido como um plano de trabalho inacabado de Marx e Engels para a própria *Ideologia Alemã*, ou como anúncio ou mesmo sistematização de esquemas previstos para outros manuscritos. Neste manuscrito é relatada a relação entre uma filosofia que se deseja crítica, mas que não consegue aprofundar-se e tornar-se efetiva e os fundamentos da realidade social (principalmente a divisão social do trabalho) de onde se origina. Ao contrário, para a Marx e Engels a crítica que realizariam pretendia avançar em relação aos jovens hegelianos por ser capaz de demonstrar o fundamento da realidade social, para além da mera constatação da insuficiência da crítica feita estritamente a partir de critérios internos ao pensamento, esta contraposição pode ser comparada à produção da representação ideológica da lei em relação à prática do direito inserida em seu contexto social.

Asseguradas politicamente as relações sociais de propriedade, naturalizam-se os códigos que a traduzem nos termos dos valores desta mesma sociedade dividida por relações sociais de propriedade. Esta representação separada apresenta-se como a neutra expressão de valores sociais partilhados que deveriam, por sua vez, ao separar-se de seu fundamento político social e organizar a sociedade em geral a partir das relações sociais de propriedade. Seria este, em parte, o sentido da inversão representada pela ideologia em Marx e Engels durante este período.

Influência da divisão do trabalho sobre a ciência.
No Estado, no direito, na moral etc., a repressão.
Na lei, os burgueses devem fornecer uma expressão geral de si mesmos, precisamente porque dominam como classe.
Ciência da natureza e história.
Não há história da política, do direito, da ciência etc., da arte, da religião, etc.
Porque os ideólogos colocam tudo de cabeça para baixo.
Religiosos, juristas,
Políticos, juristas, políticos (homens de Estado em geral), moralistas, religiosos.
Para essa subdivisão ideológica numa classe, 1) autonomização dos negócios por

128 MARCUSE, Herbert. **Razão e Revolução**. Hegel e o advento da teoria Social. São Paulo: Paz e Terra, 2007, p.233.

meio da divisão do trabalho; cada um toma o seu próprio ofício como o verdadeiro ofício. No que diz respeito à relação entre seu ofício e a realidade, eles criam ilusões tão mais necessárias quanto isso já é condicionado pela própria natureza do ofício. As relações, na jurisprudência, na política, convertem-se – em conceitos da consciência; por não estarem acima dessas relações, também os conceitos dessas relações são, na cabeça de religiosos, juristas, políticos e moralistas, conceitos fixos; o juiz, por exemplo, aplica o código, e por isso a legislação vale, para ele, como o verdadeiro motor ativo. Respeito por sua mercadoria, pois seu negócio tem a ver com o geral.

Ideia (no original grafado deste modo) do direito. Ideia do Estado. Na consciência comum, a questão é colocada de cabeça para baixo.¹²⁹

De modo semelhante, o final do manuscrito, segundo cremos, apresenta uma fórmula para se entender todo o sentido da reconstituição do pensamento de Bruno Bauer e Feuerbach, ao demonstrar a inversão desta representação, de modo similar à crítica endereçada de modo mais completo a autores como Stirner, em que o foco de suas críticas volta-se para uma *ideia* apresentada para a consciência comum de modo invertido.

Assim, em sua resposta à crítica da religião realizada pelos jovens hegelianos, por meio de uma mudança de foco, torna-se a religião não mais uma questão substantiva, mas o resultado de uma falsa representação. No entanto, pode-se dizer que a exposição segue um roteiro ainda próximo ao da descrição hegeliana do trajeto da consciência na *Fenomenologia do Espírito*, de G.W.F. Hegel, mas apresentada nos termos de uma crítica das falsas aparências resultando, ao final, é a afirmação de seu pressuposto que se revelaria um princípio dinâmico que permitiria compreender a mudança social que é pressuposta às particularidades das ideologias assumidas. O que surge de caracteristicamente distinto de Hegel e Feuerbach, seria que, para Marx e Engels, a afirmação de Feuerbach de uma libertação materialista do homem e o uso do conceito de estranhamento (*Entfremdung*) assume uma importância central organizando a exposição da crítica, mas pensando as relações entre os homens, dentro de um modelo político materialista para as relações sociais, portanto, sempre a partir da chave de relações sociais substantivas onde o homem se insere. Deste modo, a mudança em seu pressuposto ao considerar o fundamento material na sociedade e não da natureza, permitiu a Marx e Engels uma crítica ao *espírito* que se identifica também a uma crítica dos usos do pensamento hegeliano que reconhecem em Hegel a justificação da constituição de um *espírito universal* que encontraria seu sentido no desenvolvimento histórico como fruto de uma teleologia absoluta e consciente de si mesma. Esta forma de leitura, reivindicada pelo espectro conservador dos seguidores de Hegel, utilizava dos conceitos hegelianos antes para a

129 MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia Alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846). São Paulo: Boitempo, 2007, p.77-78.

justificação de um princípio organizador no Estado, representado pela religião universal e pelo absolutismo seguidor de regras que ele mesmo criaria conforme a necessidade e a partilha de um critério mínimo (e portanto, não um modelo estático, mas passível ainda de reformas e aprimoramentos).

Há neste uso dos conceitos hegelianos um impacto direto na sociedade, fundamentando antes um princípio conservador que buscasse um fim da história, hipostasiando as estruturas de poder existentes mesmo que fosse possível ainda a partir de Hegel. Uma definição mais liberal e progressista da política, como um processo sem fim de reformas em prol de um bem comum. Neste sentido, a crítica aos jovens hegelianos assumia duas chaves, a primeira contra a forma da ideologia representada pela crítica à própria inversão da realidade representada pelos seguidores de Hegel que defendiam as políticas de Estado baseados no idealismo e a segunda e principal, à crítica aos jovens hegelianos que endereçavam sua crítica às políticas de estado, mas cujo embate com a ideologia de Estado não conseguia ir além de sua representação, mantendo-se restritos a certo limite ideológico. O que ocorreria principalmente porque esta forma da crítica mantinha o fundamento ideológico da dominação política que era a abstração das condições sociais de sua reprodução (o trabalho).

O próprio Stirner, no Único e sua Propriedade, foco principal das críticas de Marx e Engels durante este período, seguiria um roteiro semelhante mirando em Feuerbach de modo a definir uma crítica não apenas à devoção a Deus, como em Feuerbach, mas também ao Espírito, acreditando atingir o fundamento da filosofia hegeliana como história constitutiva da consciência presa em representações ideais que a aprisionariam. Stirner realizaria o que via como uma rebelião individual (fundamento absoluto para Stirner) contra as formas abstratas de totalidade que limitariam o “Eu,” o conceito filosófico que em Stirner define a individualidade, pois minariam sua propriedade (*Eigentum* enquanto qualidade, atributo). Esta rebelião resulta em um caminho para esta afirmação do Eu. Segundo sentido dinâmico em que sua essencialidade particular e intransferível passaria pela crítica das falsas representações, como momentos falsos e limitações do “Eu” que refletiriam um combate contra o “Estado,” visto como uma forma absoluta pelos hegelianos de direita responsável pela mediação de todas as formas sociais. No entanto, em Marx e Engels, para negar-se o “Estado” em Stirner, negava-se o fundamento das condições para a existência do “Eu” na sociedade e as relações sociais que o condicionam.

Marx e Engels pretenderam submeter ambos os procedimentos à crítica sob o

fundamento da descrição das relações materiais utilizando-se de uma forma de definição do “Eu” contra Stirner, na forma de um homem, como indivíduo que responde a um princípio concreto, e, portanto, para Marx e Engels, social e não individual. Para os autores, para responder a Stirner, seria necessário tomar o “Ego como ponto de partida, o indivíduo empírico de carne e osso, se não quisermos, como Stirner, ficar paralisados nesse ponto” [...] temos de usar o empirismo e o materialismo como ponto de partida se quisermos que nossos conceitos, e principalmente nosso ‘homem,’ tenham algo de real; temos de deduzir o geral do particular, e não de si mesmo ou, *a la* Hegel, do nada”¹³⁰. Mas não apenas, para Marx e Engels também era necessário com um procedimento análogo, criticar as formas do comunismo de inspiração fourrieriana que para eles, estavam sendo adaptadas ao jargão feurbachiano, entre os chamados comunistas verdadeiros representados por Karl Grün e Moses Hess que foram divulgados na Alemanha, principalmente a partir do estudo sobre o socialismo e o comunismo realizado por Lorenz Von Stein, “apesar das intenções críticas do autor em face daquelas doutrinas.”¹³¹

Para Marx e Engels, a sociedade como base material deste processo mostrou a necessidade de uma representação mais detalhada como forma de compreensão do modo como se relaciona com as representações ideológicas que constituem, e foi pela mudança em sua base social ligada às mudanças constantes e relações de força propiciadas pela história das relações de produção, que estes encontram seu termo no engendramento de uma “massa da humanidade ‘destituída de propriedade’” em contradição com um mundo onde a riqueza e a cultura estariam disponíveis, o que colocaria em pauta alguns dos seus aspectos principais: o da mediação social das contradições da sociedade (civil burguesa), pelo interesse comum representado enquanto “neutro” no Estado, e por isso, enquanto ideologia.

No entanto, outros elementos apresentam-se além das contradições políticas da vida social, pois já se apresentava para Marx e Engels o problema do Capitalismo em sua importância para a história, através dos efeitos da divisão da sociedade em classes, como a reificação das relações sociais mediadas pelo dinheiro (sem ainda extraírem-se todas as consequências do entendimento do trabalho enquanto mercadoria, mas pensando-o como relação com foco no valor de uso, isto é, no processo de produção), a universalização (ou internacionalização) das relações sociais por meio do mercado mundial, destacando o conflito contra os economistas que trataram de um cosmopolitismo gerado pela mediação entre os

130 MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Marx and Engels Collected Works vol.38**. Moscow: Progress Publ. [u.a.], 1978, p.12.

131 HOBBSBAWM, Eric J. (a) Aspectos políticos da transição do capitalismo ao socialismo. In: HOBBSBAWM, Eric J. [et al.]. **História do Marxismo vol. I**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1983, p.56.

interesses dos indivíduos da sociedade e, por fim, a alienação como resultado das condições materiais de produção e da organização social, de modo a tornar o homem estranho em relação à atividade que ele realiza. Todas estas relações que convergiriam para um único pressuposto material: o desenvolvimento das forças produtivas.

1.2 PRESSUPOSTOS POLÍTICOS E SOCIAIS DA CRÍTICA AOS JOVENS HEGELIANOS

Segundo o pressuposto adotado até aqui, *A Ideologia Alemã* (1846) mais do que um texto completo, deve ser compreendida como um primeiro modelo crítico que acompanhou Marx e Engels suas primeiras obras e que possui importância notável em relação a seus interlocutores, especialmente por tratar de um retrato de intelectuais burgueses em diversas formulações teóricas que fazem oposição ao espectro conservador da aristocracia prussiana. Neste conjunto de rascunhos posteriormente organizados em livro, um dos temas centrais é o modo como Marx e Engels passam da investigação sobre as formas concretas da vida social para a investigação sobre o fundamento objetivo da abstração realizada pelo pensamento, aplicado ao caso particular das teorias dos jovens hegelianos.

Esta apresentação não se resumiria a uma mera justaposição, pois a forma da abstração assumida não é relativa a qualquer abstração, apresentando um sentido específico para cada autor criticado. O ponto alto, e talvez o principal foco, a crítica em Stirner, é representada por Marx sob a forma de uma crítica da *alienação* e que se restringe a um sentido, numa autonomização do indivíduo frente à sociedade, e deste modo, em uma abstração em relação às contradições geradas pelo capitalismo. Stirner se apresenta como pensamento crítico, mas que, como forma de negação de uma determinação social falsa, responde com uma reconstituição do Eu que se apresentaria como verdadeiro fundamento fora da *alienação* gerada pela determinação social em termos de representações falsas. Portanto, há algo de verdade no projeto da crítica stirneriana enquanto *gesto* crítico, ao menos por ser capaz de reconhecer parte daquilo que é falso, como falso.

No entanto, esta forma de pensamento se consumaria em outro nível de alienação, na mais alta forma de autonomização, onde as ideias se relacionariam consigo mesmas e a concepção sobre as relações sociais se dariam de modo distante “de seu processo real de vida,” tomando a *ideia* como se esta fosse “autônoma em relação a eles,” o que ocorreria graças à divisão do trabalho e as relações sociais de propriedade, hispostasiando-as e objetificando-as como as leis. Para Marx, pensar deste modo, seria algo particular da Alemanha, diferentemente de outros sentidos possíveis de ideologia, justamente por se realizar entre pessoas que reivindicavam Hegel a partir de uma ligação com uma forma

particular de reflexão entre a possibilidade de mudança social e enquanto intelectuais formados no coração do Império Prussiano, muitas vezes identificados com os ecos daquilo que consideravam atrativo na Revolução Francesa. Este traço, comum à Marx e Engels, influenciaria o pensamento dos dois autores ao menos na escolha deste primeiro alvo conjunto de reflexão crítica.

Seguindo a interpretação traçada por Paulo Arantes, é possível observar o fundo político desta série de críticas realizadas durante a década de 1840 por Marx e Engels com foco nos jovens hegelianos na posição de intelectuais alemães, especialmente se comparadas com o papel social dos intelectuais franceses, o que ajuda a localizar a constituição deste pensamento em relação com sua condição social particular.

Sem dúvida, nesse momento, o assunto da crítica materialista (à maneira dos anos 40) é mais vasto e menos provinciano. A questão do intelectual-ideólogo toma corpo a partir da observação (na verdade, já educada pelo seu exercício local) do desempenho econômico e social da burguesia francesa, do complexo ajustamento recíproco de universalidade e particularidade no plano, político, da representação e dissimulação de interesses, ao longo das várias fases da luta de classes durante o processo revolucionário, ainda inacabado, que precipita o fim do antigo Regime e acelera a crise da Monarquia de Julho – observação demorada do antagonismo recorrente entre os representantes literários de uma classe e a classe por eles representada.¹³²

Tomando como representação o conflito das classes sociais e a formação de um pensamento adequado a seu posicionamento social, não é sem razão, portanto, que podemos observar uma crítica como esta, focada em uma ideia de desenvolvimento e observando uma tentativa de definição material dos conflitos, em particular aqueles que se localizavam entre o Estado e o estágio atual do conflito de classes, de modo que “a divisão entre trabalho intelectual e trabalho material, ajustada à nova ordem burguesa, vigora certamente nas duas margens do Reno e com ela a cisão da classe dominante em duas categorias, a dos ideólogos refletidos ou ‘ativos’ e a dos ideólogos espontâneos ou ‘passivos’”¹³³ dando à atividade intelectual crítica dos alemães uma conformação particular, sempre situada nestes duas fontes do pensamento acadêmico, França e Alemanha.

Na relação entre as classes sociais, haveria um lugar social de mediação entre a ocupação do ideólogo ativo e inovador em relação aos intelectuais que atuavam na justificação das decisões do estado. Certamente aí entraria outro espaço de atuação política

132 ARANTES, Paulo. O partido da Inteligência. In: **Ressentimento da dialética**. Dialética e Experiência intelectual em Hegel, antigos Estudos sobre o ABC da Miséria Alemã. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1996, p.405.

133 Idem, p.406.

que serviria de mediação entre a produção do pensamento, crítico ou não e as classes, visíveis no caso de Stirner, ao absorver a seu modo o socialismo proudhoniano, versando sua crítica como intelectual ativo e crítico em relação ao estado, e assumindo-se como sujeito principal, também enquanto figura de mediação da sociedade à qual o pensamento crítico deveria dar combate, como professor e preceptor, dando combate ao “pensamento oficial” divulgado pelos educadores do período (como refletido no livro *o falso principio de nossa Educação*). A censura e o espaço de atuação possível de um intelectual prussiano do século XIX certamente estava ligada a esta forma de pensamento, mas há outra mediação deste processo que envolve a atuação profissional destes pares em relação com a política, o estado e os intelectuais deste período. E a compreensão sobre seu pensamento poderia se voltar então aos fundamentos da política, mesmo que pensada nos termos de seus fundamentos sociais estendidos à questão do trabalho exercido por estes intelectuais.

Em um adendo sobre a lei, que reflete o contexto político, é importante dizer que em 1794, o Código Geral Prussiano, diferentemente do código napoleônico, foi promulgado sem estabelecer “qualquer tipo de igualdade civil; tampouco apresentou uma lista de direitos políticos à maneira das constituições modernas. Mas seu modo de dispor todos os direitos e deveres das classes na forma de máximas gerais, junto com sua linguagem abstrata e seu tom racional, tornou-o extremamente popular junto à minoria culta de alemães.”¹³⁴ Portanto, para Ringer, os pressupostos gerais da política alemã permitiam uma justificação elaborada nos termos do direito, sem, no entanto envolver qualquer concessão de fato à liberdade civil, onde o espaço geral em que podia se mover o intelectual era certamente restrito.

Neste sentido, é possível notar como a resistência dos jovens hegelianos se inscreve em um tipo de luta contra o enquadramento dentro do grupo ao qual se inscreviam como classe culta não proprietária (com a exceção notável de Engels que vivia sua notória vida dupla), ou segundo a descrição de Fritz Ringer, como *Mandarins*, uma elite culta da Alemanha do século XVIII, que “diferiria entre si em termos de experiências e ideologia,” experiências estas que poderiam ser consideradas de desenvolvimento ou progressão social que, mesmo dentro de um mesmo espaço restrito de existência política e social, seriam distintas e relativamente opostas entre si compondo ao menos três grupos sociais em conflito.

O pastor protestante derivava sua autoridade de sua missão religiosa e compartilhava a fé dos pietistas no valor da alma emergente. O burocrata progrediu com base em sua capacidade administrativa especial e preservou o ideal de racionalidade e

134 RINGER, Fritz K. **O Declínio dos Mandarins Alemães**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000, p.37.

previsibilidade na política. O erudito humanista e filósofo idealista viveram a vida e preconizaram a reverência à cultura e ao ensino sem finalidades práticas. Essas diferenças de ênfase eram perceptíveis no século XVIII e nunca se tornaram totalmente irrelevantes, nem mesmo durante o século XIX e o século XX.¹³⁵

Seria tentador associar o debate entre os jovens hegelianos como uma relação termo a termo com cada um destes elementos, imaginando tratar-se de um exame secularizado das questões teológicas, logo, aplicando um princípio reflexivo para retratar o filósofo como mediador do fundamento religioso do império prussiano - que ainda servia de base ideológica do regime - o que, mesmo parecendo algo politicamente inócuo a uma análise contemporânea, não deixava de possuir relevância em outro campo político. Os currículos das escolas alemãs que disputavam uma orientação ideológica de obediência aos quadros políticos, portanto, pode-se pensar nos termos de um conflito entre um currículo religioso contra um programa secular segundo um entendimento do mundo segundo princípios mais modernos e científicos.

As três principais escolas secundárias alemãs, o Ginásio (*Gymnasium*) (com metade do seu tempo dedicado ao latim e ao grego e com pesada carga de estudos teológicos com grande peso à tradição), a *Oberrealschule* (de currículo moderno em relação às ciências naturais, somado às línguas modernas, a geografia, a história e o desenho) e a *Realgymnasium* (uma transição entre o saber clássico, com o latim somado a algumas disciplinas liberais) viviam um conflito que foi intensificado durante a década de 1840 (e especialmente após a revolução de 1848). Ataques ao currículo moderno se tornaram mais frequentes até o final do século XIX, revelando um momento em que o "ideal clássico se enleava com o conservadorismo político e o esnobismo social," o que só se intensificou com o tempo, como demonstra Ringer com muitos exemplos¹³⁶. Pode-se dizer que estes episódios guardam uma correspondência entre a história alemã do período pensada ao menos sobre dois elementos, o militarismo (Como destaca Norbert Elias a respeito da formação social alemã do século XIX, ao se estreitarem os laços entre os grupos militares alemães e a burguesia) e a ascensão do nacionalismo segundo um modelo centralizador que negaria em sua ascensão a proposta popular e modernizadora de nação vigente no ciclo de 1848 ao ser capitaneado pelo estado prussiano, até resultarem numa plena recomposição do conflito entre as classes sociais.

Nos estados alemães, durante um longo período a forma de projeto moderno representado por um currículo liberal e científico foi condenado, senão ao ostracismo, a mais completa irrelevância, pois, apesar de ser um sistema simultaneamente incluído no projeto de

135 Idem, p.38.

136 Idem, p.42.

ensino do Estado, era excluído do modelo mais geral de formação nacional. Talvez seja mesmo possível dizer que fosse uma presença indesejada, apesar de inevitável sob a pressão do desenvolvimento técnico e científico da Europa, denunciando a ascensão da burguesia que, no entanto, continuaria sem espaço no projeto conservador prussiano, a tal ponto que só somente em 1832, ter sido dado a muitas *Realschulen* o direito de aplicar exames de graduação e conceder certificados próprios; no entanto, os portadores desses diplomas “não-clássicos” sequer puderam matricular-se numa universidade ou fazer qualquer dos exames importantes de qualificação para o serviço público, o que condenava os formandos nesses currículos modernos a um lugar na sociedade apartado da possibilidade de ascensão social ou uma carreira dedicada apenas pelo estudo.

Deste modo o conflito entre as escolas refletia algo do conflito de projetos de modernização, e do conflito entre as classes sociais e suas respectivas representação de mundo, cujos formandos eram apartados das carreiras acadêmicas. Mas este conflito, que atingia professores e alunos de determinadas escolas, também se apresentava na própria academia. Pois, separados do acesso ao emprego direto como funcionário ou como professores de formação liberal, ou de modo ainda mais acentuado como aqueles que sofriam de perseguição política devido à acusação de ateísmo, como Bruno Bauer que, após a revogação de sua licença, impediu a possibilidade de uma carreira acadêmica a seu orientando Karl Marx. Muitos destes estudiosos apartados da vida acadêmica se tornaram um grupo educado (portanto de algum modo incluído), mas à margem, se tornando aos olhos do estado um grupo potencialmente perigosos como classe, ainda que restritos à uma relativa irrelevância social: "Preocupado com os indícios de inquietação política e cultural durante a década de 1840, o Ministério da Cultura da Prússia passou a desconfiar das *Realschulen* consideradas o principal foco de perigosa tendência ao materialismo, à irreligiosidade e à revolução."¹³⁷ Portanto, os intelectuais alemães que tenderiam a uma carreira de funcionários públicos e que se reportariam a uma determinada forma específica e subordinada de relação com o estado, não mais podiam nestas condições imaginar uma relação regular ou apropriada com as carreiras públicas, ao menos por um determinado período da existência desta condição social e institucional regressiva que resistia aos currículos modernos. Restava a eles se vincularem aos contextos em que era possível apoiar-se na existência de um significativo espaço público, como a imprensa, que buscavam empoderar à revelia do estado. E assim, é possível notar como em parte se apresentava um dos pressupostos sociais da revolução alemã

137 Idem, p.40.

e mesmo a austríaca de 1848, o intelectual precário sem lugar para ir que se somava ao proletariado urbano cuja condição social era duramente degradada pelas sucessivas crises econômicas do período.

Segundo esta forma de observar o período, haveria uma relação entre o ensino formal visto como representante de um projeto nacional e as classes sociais que se torna outro pressuposto importante da revolução alemã, destacando a identificação do papel de parte da burguesia liberal, cujo espectro também inclui pequenos empresários e capitalistas, o que colocava em evidência até que ponto é possível identificar naquele contexto uma relação entre os intelectuais e a burguesia como classe social, pois estariam vinculados, enquanto classe, tanto quando eram favoráveis ao poder, como quando contrários a ele. É necessário notar, ao menos, naquele momento, certa diferenciação entre empresários e a classe média educada, a *Bildungsbürgertum*.

Numa descrição que relaciona o empresariado alemão e a política, portanto em interlocução com os grupos sociais mais instruídos (e estes, por sua vez, inseridos nos conflitos entre os projetos de modernização conservadora prussiana, que citamos anteriormente a respeito da formação dos jovens hegelianos), Ringer parece tratar especialmente da passagem desta relação particular entre a instrução, a burguesia e a política alemã que pode ser interessante em nosso caso para circunscrever por sua vez o “lugar social” de alguns dos colegas revolucionários de Engels que levantaram a bandeira da revolução.

Em seu estudo sobre os empresários do Reno no período compreendido entre 1834 e 1879, Friedrich Zunkel enfatizaria as diferenças sociais e de atitude entre uma elite industrial pequena, mas crescente, e a *Bildungsbürgertum*, a classe média educada. Quase até o final do século XIX, muitos homens de negócio importantes mantinham seus filhos deliberadamente longe dos ginásios e das universidades. Viam uma ligação entre os acadêmicos e os burocratas e nem sempre confiavam nos servidores públicos. Ao que parece, num momento qualquer entre 1850 e 1870, no seio desse grupo houve uma mudança gradual de atitude. Um número crescente desses homens passou a admitir uma instrução superior humanista para seus filhos. Aproximaram-se mais estreitamente com a monarquia e suas honrarias e agora começaram a ingressar na política em grandes quantidades. Apesar disso, durante os anos compreendidos entre 1849 e 1878, a proporção de empresários na Câmara Baixa prussiana e no *reichstag* alemão oscilou entre os limites de 4 e 9%, ao passo que os números correspondentes para a Câmara dos Comuns na Inglaterra, entre 1832 e 1865, situavam-se entre os 15 e os 30%.¹³⁸

Curiosamente, mesmo para a classe empresarial, a maior participação na política nacional alemã teria ocorrido justamente no período da revolução alemã, que, após este período se afasta do protagonismo político e só reingressa de modo subordinado ao projeto

138 Idem, p.57.

aristocrático militar, ao mesmo tempo em que opera uma mudança em relação ao ensino já que os currículos seriam encarados como algo externo, distantes de sua visão de mundo, e parte do processo de sua reprodução social. O que torna interessante notar que as considerações sobre um momento progressista da burguesia na política alemã, ao menos em relação a seus pressupostos, tentava negar a política nacional conduzida até então pela nobreza e a classe dos proprietários rurais prussianos (*junkers*) que mantinham o poder político e militar em mãos. A bandeira da defesa de uma modernização e “progressivismo” persistiriam até pelo menos a próxima revolução alemã no início do século XX, pois até a revolução alemã de 1918, os grupos de intelectuais e burgueses exerceriam um papel politicamente subalterno, mesmo sendo detentores do poder econômico, inclusive, de poder financiar as políticas militares do Estado.

Apesar desta convergência, é difícil definir os alemães do período anterior a 1848 como um grupo social homogêneo dentro do qual se encontraria um “caráter nacional alemão.” Seria muito mais fácil notarmos características comuns, enquanto classe, na formação daquilo que tenderia a convergi-los dentro de quadros políticos e ideológicos de oposição comum contra a estrutura de poder vigente, mas ainda em formação, não enquanto caráter nacional, pois sua existência, enquanto *habitus*, ainda os dividia.

Um padrão civil de conduta se constitui contra outro, herdado do colossal e fragmentário Império “Romano Germânico” ou “Sacro Império” que garantiram características locais distintas em reinos e principados. No entanto, os setores proprietários alemães viviam sob a supremacia dos Hohenzollern, cuja primazia inequívoca entre os governantes territoriais germânicos, garantiu um modelo social militarista que se intensificou com o tempo, a cada vitória em torno da centralização do comportamento que Norbert Elias caracterizou como o *satisfaktionfähige Gesellschaft*, “uma expressão de que é impossível dar uma tradução direta, mas que significa uma sociedade gravitando em torno do código de honra em que duelar, e exigir, e dar “satisfação” ocupavam um lugar de arrogante destaque.”¹³⁹ Os detentores do poder possuíam a uma só vez o desprezo e o distanciamento em relação aos valores e às estruturas básicas da vida burguesa, o que conduzia a relação entre a política, a economia e a sociedade naquele momento, a um impasse.

139 ELIAS, Norbert. **Os alemães**: a luta pelo poder e a evolução do *habitus* nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Jorze Zahar, 1997, p.8.

1.3 HERANÇAS DA MARSELHESA

Enquanto forma de ação, a Revolução Francesa foi o ponto de partida dos revolucionários de 1848 incluindo Marx e Engels, pois representou “o exemplo clássico da luta de classes em sua forma revolucionária e o laboratório mais importante de experiência histórica no qual se formaram a estratégia e a tática da revolução.”¹⁴⁰ Desta experiência de ação coletiva, o período jacobino representou o movimento fundamental sendo justamente onde se constatou como a relação entre os jacobinos e o Estado burguês foi ambígua, na medida em que ele se colocava para liberar os movimentos da sociedade burguesa. Tanto o terror, quanto Napoleão “tentaram, cada qual à sua maneira, comprimi-lo no âmbito de uma comunidade/nação dirigida pelo Estado; um, subordinando-o à 'revolução permanente' – termo que Marx usa exatamente com este propósito, outro, à conquista e à guerra permanente” resultando numa acomodação entre as classes que impulsionaria o Estado a mudanças capazes de acomodar os interesses particulares (necessariamente em conflito) dentro do “Estado constitucional representativo.”

Ao aproximar-se 1848 colocou-se em destaque outro aspecto do jacobinismo. Ele somente completou a destruição dos vestígios do feudalismo, que de outro modo talvez ainda se perpetuassem por várias décadas. Paradoxalmente, isso se deveu a intervenção na Revolução do proletariado, ainda bastante imaturo para poder conseguir objetivos próprios. A discussão continua em aberto (embora hoje não possamos considerar os *sansculottes* como um movimento proletário), já que envolve o problema fundamental da função das classes populares na revolução burguesa e das relações entre burgueses e revolução proletária. Esses seriam os temas centrais do Manifesto do Partido Comunista, dos escritos de 48 e do debate posterior e permaneceriam entre as temáticas mais significativas do pensamento político de Marx e de Engels, para não dizer do marxismo de nosso século. Ademais, na medida em que o advento da revolução burguesa comportava a possibilidade, verificada no precedente jacobino, de chegar a regimes que fossem além do governo burguês, o jacobinismo propunha também algumas características políticas de tais regimes, a exemplo da centralização e da função do corpo legislativo.¹⁴¹

Certamente, aos olhos do momento, o programa mínimo identificado por um membro dos reinos alemães passaria pelo fim dos restos feudais segundo um projeto revolucionário capaz de unificar todas as pautas de grupos políticos diversos, ainda que a viabilidade deste processo não fosse de modo algum clara a seus participantes. No entanto, a recepção do debate sobre a Revolução Francesa na Alemanha continha uma marca muito particular para a maioria dos intelectuais, muitas vezes expressa como uma aversão ao período do terror e os efeitos ainda presentes da dominação napoleônica sobre um orgulho nacional latente, apesar

140 HOBBSAWM, Eric J. Aspectos políticos da transição do capitalismo ao socialismo. In: HOBBSAWM, Eric J. [et al.]. **História do Marxismo vol. I**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1983(a), p.310-311.

141 Idem, Et. Seq.

disso, a ideia de uma revolução aos moldes franceses representava para os intelectuais excluídos da política e do reconhecimento profissional e social, um comprometimento por parte do indivíduo e uma vinculação entre princípios e prática. Para os jovens intelectuais alemães, a teoria política nunca deixou de guardar relação com o modelo francês, mesmo quando isto se resumia apenas a um gesto teórico como apontou o jovem Gyorg Lukács

Enquanto em Paris os doutrinários perdidos nos seus sonhos levavam com cruel e sangrento rigor as possibilidades do racionalismo até suas últimas consequências, nas universidades alemãs um livro após outro minava e destruía a esperança orgulhosa do racionalismo.¹⁴²

O Estado prussiano evitava a todo custo qualquer forma de mobilização da sociedade tentando evitar outros efeitos políticos tributários da Revolução Francesa e mantendo a política estritamente nos limites dos grupos dominantes da sociedade alemã, nobres e *junkers*, militares e donos de terra. Um último respiro do poder absolutista que, volta e meia, mantinha certas instâncias básicas para o metabolismo da sociedade civil, como a educação e a imprensa, solo e oxigênio da intelectualidade alemã que convivia com um equilíbrio delicado que poderia sem aviso ora restringir um pouco o espaço disponível, ora o oxigênio.

Se pensar publicamente era possível, nos limites do que se poderia defender de avanço no debate alemão, como fruto de uma liberdade relativa de imprensa, o era apenas como um uso privado e distinto do radicalismo que lhe revestia o tom francês do *discurso* político, como acentua a descrição de Paulo Arantes sobre a passagem política dos gêneros. Era o limitado *escrito* de jornal, que se dirigia em tom cifrado aos pares, versados no mesmo código ilustrado que visava um sentido, certamente político e mais abrangente, mas que fugia dos resultados ativos possíveis de sua realização, ao menos se nos atemos ao modelo reiterado da formação da intelectualidade francesa. A crise política que dividia a sociedade alemã, resumindo-se à crítica ilustrada dentro dos limites que lhe eram dados pelo vigilante estado prussiano.

1.4 A CONJUNTURA POLÍTICA DA PRÚSSIA E DOS REINOS ALEMÃES

Quanto ao momento político em que se encontravam os jovens estudiosos de Berlim, a condição era bem peculiar, especialmente se considerarmos sua localização e origem, entre os diversos pequenos reinos sob domínio dos Hohenzollern, mesmo que apresentassem o verniz de um regime partilhado formalmente entre diversas “casas” com sede em Frankfurt. A *Confederação germânica* dava um sinal de paz aos países de fala alemã, como um tipo de

142 LUKÁCS, Gyorg. *L'Âme et lês Formes*. Paris: Gallimard, 1974, p.77.

governo de mediação entre a Prússia Hohenzollern e império austro-húngaro dos Habsburgos, garantindo certa estabilidade (paz entre reinos e repressão interna) desde o Congresso de Viena, quando foi selado um acordo entre as monarquias para refrear qualquer avanço republicano e outros conflitos de menor intensidade entre os líderes, até mesmo do avanço do mais simples liberalismo constitucional. O que significa como projeto ideal, grosso modo, de um governo sem limites para o poder do rei, na forma de uma constituição que obrigasse normas ao estado, ao menos em relação aos interesses dos cidadãos, e mesmo os mais notáveis, ou seja, os capitalistas que apareciam como grupo de interesse com poder maior de barganha frente ao poder estatal, por justamente serem aqueles que poderiam financiar obras e guerras.

Internamente, a coroa tinha problemas organizativos, pois, se queria construir uma *nova Alemanha*, precisaria constituir uma unidade mínima entre grupos fora da nobreza, especialmente a burguesia, para conseguir arrecadar impostos quando de projetos mais ousados, que continuamente eram negados. Por mais que Frederico Guilherme unificasse instâncias ao criar uma câmara única, a “Dieta Unida” onde se discutiam as questões dos estados alemães em termos de uma Confederação Alemã, esta possuía baixa representação e pouca abrangência em temas, não conseguindo, por exemplo, sequer a aprovação das taxas que permitiram a construção das estradas de ferro. Os poucos representantes da burguesia queriam um compromisso maior, negado pelo rei prussiano, na forma de uma constituição e da garantia de encontros periódicos, o que perpetuou o impasse entre nobreza e burguesia por muito tempo¹⁴³. Certamente o sinal de que perpetuava desde Meternich um sistema político vinculado aos valores nobiliários da aristocracia monárquica estamental mesmo que necessitasse de um fundamento mais sólido para essa estrutura social. O que certamente era um incômodo aos grupos da sociedade que não eram militares ou nobres e desejavam participar do poder, ou ao menos das decisões sobre os gastos do governo.

Nas várias partes do país a popularidade do novo Rei diminuiu a diferentes velocidades. Os renanos nunca gostaram de estar sob a Prússia, à qual foram ligados somente em 1815, frequentemente preferindo o governo da França napoleônica. Carl Schurz conta como em sua infância “a palavra prussiano servia para injúrias ofensivas, e quando um menino lançava contra o outro era difícil encontrar uma injúria mais contundente para devolver” Eram os adultos da Renânia, burgueses de classe média que desejavam progredir mais rápido do que estavam e que deram suporte ao jovem Karl Marx e seus esforços iniciais na edição da *Rheinische Zeitung* em 1842.¹⁴⁴

As classes médias que conheceram melhores condições legais e políticas desejavam

143 ROBERTSON, Priscilla. **Revolutions of 1848**. A social history. Pinceton, New Jersey: Princeton University Press, 1971, p. 114.

144 Idem, p.113.

garantir ainda mais poder empoderando a sociedade civil, sem contentar-se com o que acenava o governo prussiano e passando a dar ouvidos inclusive aos ecos alemães da marselhesa. Mas não apenas os brugueses, pois também se iniciava a mobilização espontânea dos trabalhadores na conjuntura política de 1848, que teve como um dos seus atidores os efeitos das crises de 1847 que se abateram sobre os preços levando a população a saques constantes aos mercados, trazendo problemas aos nobres e militares guardiões da ordem política e social que resultaram em centenas de presos que somente seriam libertos nos eventos de 1848.

1.5 A REVOLUÇÃO DE 1848

A eclosão do ciclo das revoluções de 1848 marca o primeiro grande período de atividade jornalística de Engels e a principal de Marx, desde o período da *Reinische Zeitung*, quando estes, exilados, retornam à Alemanha para participar de peito aberto na revolução alemã, numa conjuntura que parecia adequada à implantação de um republicanismo que fosse capaz de romper os laços de todas as consequências *antirrevolucionárias* dos acordos realizados na *Convenção de Viena*. O levante rebentou de modo diferente conforme a localidade, em grande parte devido às divisões políticas e territoriais da Alemanha, como testemunha o fato de que somente uma cidade específica receberia favoravelmente os rebentos mais radicais da revolução alemã.

Colônia, na Renânia, diferentemente de outras cidades alemãs, era a cidade que mais se vinculou intelectualmente às instituições herdadas da ocupação militar napoleônica, em detrimento do próprio regime autóctone, e era, como resultado disso, reconhecidamente mais liberal e garantia da liberdade de imprensa. Neste contexto, a *Nova Gazeta Renana* (*Neue Rheinische Zeitung*, que circulou de junho 1848 a maio de 1849), serviu de apoio à revolução e incentivou as forças que Marx e Engels viam como, senão as mais progressistas, as mais radicais dentro do levante revolucionário, chegando alguns de seus membros, como o próprio Engels, além do trabalho de escrever e editar, a participar nos combates de rua contra a restauração prussiana. Colocou-se para Marx e Engels ali a questão de uma organização política capaz de superar os impasses de um levante orientado segundo princípios abstratos e incapazes de uma resposta efetiva aos conflitos políticos do período.

O que se explica para o círculo de alianças entre os grupos mobilizados, como, aliás, registra Hobsbawn.

Até quase o momento da conversão de Marx e de Engels ao comunismo – e, em certa medida, mesmo depois de 1848 – seria equivocado falar de uma esquerda

socialista e comunista, distinta das tendências democráticas e jacobinas que constituíam a oposição radical à reação e ao absolutismo monárquico. Como observa o *Manifesto do Partido Comunista* na Alemanha (ao contrário da França e da Inglaterra) os comunistas não tinham alternativa a não ser a de “combater juntamente com a burguesia contra a monarquia absoluta, a propriedade fundiária feudal e a pequena burguesia (*die Kleinbürgerei*), mesmo impulsionando os operários a tomarem ‘uma consciência mais clara possível do antagonismo hostil entre a burguesia e o proletariado.’”¹⁴⁵

Fora do campo revolucionário radical, esta situação descrita por Hobsbawm torna-se nítida se observamos o levantamento dos participantes da Assembleia de Frankfurt quanto à ocupação de cada um dos membros. Este, certamente, além dos ideais socialistas em pauta entre os grupos mais radicais, esta foi a última oportunidade da burguesia alemã participar diretamente da política contra os interesses de nobres, militares e *junkers*.

Entre os 830 deputados à Assembleia de Frankfurt de 1848, pelo menos 550 tinham diplomas universitários. Quase 20% dos representantes eram professores universitários, acadêmicos ou professores secundários; outros 35% eram funcionários da administração ou do judiciário; quase 17% eram advogados; 13% eram teólogos e ministros da Igreja, funcionários municipais, médicos, oficiais militares e escritores. Pouco mais de 5% dos deputados eram proprietários rurais e agricultores, e todo mundo da indústria, do comércio, dos transportes e dos pequenos artesãos, estavam representado diretamente por menos de 17%.¹⁴⁶

1.5 O PARTIDO DOS COMUNISTAS DA ALEMANHA

O PROGRAMA DO MANIFESTO

Um fruto desta época de trabalho militante de Marx e Engels durante a revolução alemã foi a definição de um posicionamento claro ligado aos princípios defendidos até então pela *Liga Dos Comunistas da Alemanha*, ainda que neste período, fosse obrigada a se relacionar de modo tenso com “as pautas do dia” (o que implicava também as forças políticas e grupos sociais que sustentavam estas pautas), como se pode observar nos textos escritos para a Nova Gazeta Renana (*Neue Rheinische Zeitung*), como a unificação nacional, a participação política e outras. Apesar de escritos em um período que apresentou uma posição mais radical e avançada representada pelo *Manifesto do Partido Comunista*, cabe notar que mesmo no final deste documento, na parte IV sobre a *Posição dos comunistas diante dos diversos partidos de oposição* destacavam-se as formas pontuais de intervenção, situando o movimento dos comunistas na Alemanha situando-se ao lado das pautas burguesas durante o

145 HOBBSAWM, Eric. Marx, Engels e o Socialismo Pré-marxiano. In: HOBBSAWM, Eric. [et al.] **História do marxismo vol. I**. Rio de Janeiro; Paz e Terra, 1983(b), p.56.

146 RINGER, Fritz K. **O Declínio dos Mandarins Alemães**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000, p.56-7.

levante, ou ao menos “todas as vezes em que esta age revolucionariamente – contra a monarquia absoluta, a propriedade rural feudal e a pequena burguesia”¹⁴⁷.

O *Manifesto do Partido Comunista* contem a análise da economia política que deixaria de ser uma denúncia das condições atuais dos trabalhadores, que já se observava no livro de Engels *A Situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, ampliando seu foco e passando a direcionar-se, principalmente, para o esforço suplementar em relação à análise geral das condições econômicas como sistema geral de dominação.¹⁴⁸ O descompasso entre a exposição do *Manifesto* e suas pautas, explica-se pela pretensão teórica e política de Marx e Engels de não apenas apresentar princípios que serão buscados a despeito da realidade, mas localizados a partir dela, como condições concretas dadas pela história, e não apenas isto, também como um apontamento para o futuro¹⁴⁹ amparado na capacidade dinâmica de transformação atribuída, não apenas à burguesia que protagonizara as revoluções anteriores, mas ao ator político esperado nos próximos eventos históricos, o proletariado. A revolução de 1848 mostrava-se, para Marx e Engels, como a oportunidade para uma intervenção sobre a realidade no sentido de alterar as condições em que se apresentam o conflito de classe, modificando sua configuração e apontando novas condições futuras de combate.

Além disso, o *Manifesto*, como manifesto, apresentava várias funções, tanto como efeito *perlocucionário* que não apenas exorta à ação, mas que convoca à união do proletariado expressa no famoso lema “proletários de todos os países uni-vos!”¹⁵⁰, tudo isso dentro de um espaço determinado de ação, a Europa, e ligado à conjuntura da crise de 1847 e aos levantes na França e em outros países que se acreditava prestes a se intensificar. Através deste mesmo ato que chama à unificação, tentava-se nomear (e conjurar) o ator que realizaria um efeito no

147 MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Editora Boitempo, 2010 (b), p.69.

148 Segundo Maurice Dobb “Considera-se habitualmente que o interesse de Marx pelos problemas econômicos (enquanto distintos dos filosóficos e dos historiográficos) teve início com a investigação sobre as condições dos camponeses da Mosela, à qual ele se dedicou entre 1840 e 1843, quando dirigia a “*Rheinische Zeitung*.” Um estudo sério das obras dos economistas – em particular, Smith, Ricardo, James Mill, McCulloch e Say – começou seguramente no período da estadia em Paris, depois da transferência de Marx para a capital francesa, ocorrida em 1843; um estudo que prosseguiu mais intensamente no longo exílio londrino, uma vez concluídos os episódios revolucionários de 1848[...]. Depois de 1850, Marx e Engels partilharam o ponto de vista da Liga dos Comunistas, segundo o qual ‘a revolução tornara-se impossível no futuro imediato’; nessa situação, ‘a tarefa da Liga devia consistir em dar prioridade ao trabalho de educação, ao estudo e ao desenvolvimento da teoria revolucionária’.” (HOBSEBAWM, Eric. Marx, Engels e o Socialismo Pré-marxiano. In: HOBSEBAWM, Eric. [et al.] **História do marxismo vol. I**. Rio de Janeiro; Paz e Terra, 1983(b), p.127 a partir do prefácio de Martin Nicolaus à edição inglesa dos Grundrisse de 1973)

149 Ou como “poesia do futuro,” como colocado por Martin Puchner em **Poetry of the Revolution**. Marx, manifestos, and the avant-gardes. Princeton, New Jersey, Princeton University Press, 2006.

150 BURGER, Marcel. **Les manifestes: paroles de combat**. De Marx à Breton. Paris/ Lonay (Suisse): Delachaux et Niestlé, 2002, p.25.

futuro, o fim do capitalismo.

É possível dizer que, para capturar a falta de autoridade que os revolucionários ainda não teriam, mas pretendiam instaurar, pode-se dizer

Paradoxalmente que o Manifesto pretende criar o contexto que garantirá que seu *ato de fala* tenha sido propriamente autorizado por um contexto que o autorize. O ato de fala do manifesto, portanto é lançado no futuro anterior, clamando que sua autoridade será provida por uma mudança que ele mesmo quer trazer à tona. Mas esta construção no futuro perfeito não é ainda senão a esperança, um clamor, uma reivindicação, um desejo que muitas vezes vem a nada.¹⁵¹

Por esta razão, seu posicionamento pode ser pensado nos termos de certa teatralidade também como um sujeito que é ainda um espectro no momento de enunciação, algo que se prenuncia, mas cuja mera prenunciação faria temer os opositores por antecipação quanto à sua efetiva aparição. Além disso, o *Manifesto*, como texto *manifestário*,¹⁵² ao apresentar uma situação de crise, ao mesmo tempo econômica e social resultante da história da luta de classes, procurava mostrar a possibilidade de que o momento presente resultaria de uma contradição insanável cuja resolução seria, para os proletários, conduzir a crise para outro nível, passando de uma crise econômica e social a uma crise política.

Temporalmente, o *Manifesto* se volta para dois planos temporais, o de uma história imediata no contexto político local da Alemanha: “é sobretudo para a Alemanha que se volta a atenção dos comunistas, porque a Alemanha se encontra às vésperas de uma revolução burguesa e porque realizará essa revolução nas condições mais avançadas da civilização europeia e com um proletariado infinitamente mais desenvolvido que o da Inglaterra no século XVII e o da França no século XVIII”¹⁵³ e o futuro, onde se reporiem os conflitos de classe em outro nível “porque a revolução burguesa alemã só poderá ser, portanto, o prelúdio imediato de uma revolução proletária”¹⁵⁴, resultante da evocação necessária que o Manifesto faz da realidade o antecedente que traz como consequência concreta da história o domínio da burguesia, como nova forma de crise, a ser superada pelo domínio político do proletariado.

Assim, os termos práticos que se desdobram sobre o tempo imediatamente posterior fixaram o que seria o programa revolucionário dos comunistas alemães apresentando por um lado o paradigma revolucionário francês, onde a burguesia exerceu papel revolucionário na

151 PUCHNER, Martin. **Poetry of the revolution**. Marx, manifestos and the avant-gardes. Princeton: Princeton University Press, 2006, p. 24.

152 Termo de Marcel Burger em **Les manifestes**: paroles de combat De Marx à Breton, recomendação do colega Antonio Vidal Longo Filho.

153 MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Editora Boitempo, 2010 (b), p.69.

154 Idem, p.69.

derrubada dos escombros do antigo regime e, por outro a crença firme na existência de uma disposição capaz de enfrentar as condições do atraso alemão e o olhar para o futuro superando aquilo que é mostrado como seu antecedente necessário. Deste modo, o foco das ações é ligado a uma atuação no presente, fruto de um processo histórico, em que o ator principal, ainda seria a burguesia, mas que prepararia, por sua vez o tempo presente para uma outra cena onde, passaria a antagonista do proletariado, ainda um ator coadjuvante ao lado da burguesia. Isto, ao menos, segundo o roteiro do *Manifesto*.

REIVINDICAÇÕES COMUNISTAS

As reivindicações do partido comunista da Alemanha, escrito entre 21 de Agosto e 10 de setembro de 1848 e impresso por volta de 30 de março de 1848, em Paris para os alemães exilados, e antes de 10 de setembro de 1848, em Colônia, foram concebidas como intervenção no período de revoluções simultâneas, batizadas de *Primavera dos povos* que coincide com a dispersão pelo mundo dos membros da *Liga dos Comunistas*. O contexto das revoluções de 1848 expandiu-se da França para vários países, trazendo fôlego às demandas pela expansão de direitos integrando setores e grupos políticos que progressivamente se constituíam também como classes a partir do avanço do capitalismo.

Marx e Engels, com relativa autonomia aproximaram-se então de uma coligação em prol de avanços democráticos que vislumbravam para uma Alemanha constituída como nação contra a fragmentação em pequenos reinos que compunham o Império. Assim, a primeira demanda da liga trata, portanto, da ideia de uma Alemanha unida, “programa” comum entre liberais, democráticos e comunistas: “Toda a Alemanha será declarada uma república una e indivisível.”¹⁵⁵

Quanto à unidade alemã coloca-se para o movimento revolucionário a posição de uma proposta eminentemente nacional, mas em um momento em que o sentido desta pauta ainda não se separava dos termos de modernização, liberalismo (regime constitucional), democracia, ou mesmo república social, pois era vista como uma forma que associou diversos interesses como o do fim das tarifas aduaneiras entre os pequenos reinos.

Que esta primeira guerra revolucionária, se tivesse sido levada até ao fim, poderia ter tido consequências iminentemente favoráveis ao desenvolvimento do movimento, é o que é confirmado, desta vez indirectamente, pelo facto de que esta tarefa, deixada por resolver pela revolução alemã, foi retomada pela contra-revolução (no original deste modo) bismarkiana por sua própria conta no período

155 MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Lutas de classes na Alemanha**. São Paulo: Editora Boitempo, 2010 (a), p.53.

seguinte e de que a segunda campanha da Dinamarca (1864), conjuntamente com as guerras austro-prussiana (1866) e franco-alemã (1870), esteve na origem de um desenvolvimento progressista na Europa, pelo menos sob certos aspectos.¹⁵⁶

Esta questão entre unificação que incluiria a Áustria (a grande Alemanha) e todos os povos de língua alemã contra a de uma pequena Alemanha, excluindo a Áustria, se tornará, após a revolução alemã, uma das marcas distintivas entre Lassalle e os demais grupos ligados a Bebel, Liebknecht e mesmo Engels.

A unificação da Alemanha levanta 3 questões: que a Alemanha deveria ser unificada – a confusão germânica incluía ser a menor parte dos Impérios Habsburgos, a maior parte da Prússia, assim como o Holstein-Lauenburg, que também pertencia a Dinamarca e Luxemburgo e que tinha raízes não germânicas. Não incluía o então Schleswig dinamarquês. Por outro lado, a União Alfandegária alemã (*Zollverein*), originalmente formada em 1834, por volta de meses da década de 1850, incluía toda a Prússia, mas nenhuma parte da Áustria. Também deixava de fora Hamburgo, Bremen e uma grande parte da Alemanha do Norte (Mocklenburg e Holstein – Lauenburg assim como o Schlerwig).¹⁵⁷

Além destas questões, é importante notar que a presença de diversos reinos alemães era um dos elementos que mantinha viva uma classe de nobres apoiados na exploração de trabalhadores, principalmente, camponeses, que deixava o conjunto dos reinos alemães dentro em um sistema social atrasado em relação aos demais países da Europa. Como exemplo, três quartos da Prússia eram zona rural, e mesmo não havendo regime de servidão, “estando oficialmente extinta, havia partes do país em que os Junkers (a classe de grandes proprietários rurais) ainda dispensavam a justiça e clamavam todos os seus antigos direitos feudais, inclusive o *jus primae noctis*.”¹⁵⁸

Mas é a quarta reivindicação, o que mais nos interessa dentro deste estudo sobre aquele momento político.

Armamento geral do povo. No futuro os exércitos serão simultaneamente exércitos operários, de modo que o exército deixe de apenas consumir, como no passado, mas produza além do necessário para custear a sua manutenção. Ademais, esse é um meio de organização do trabalho.¹⁵⁹

Esta proposição que pode ser vista como uma manifestação política que precede o Manifesto comunista, mostrando qual seria a posição desta composição à esquerda do leque político da revolução alemã em relação à política militar, e inserida no ciclo de disputas a

156 Karl Korsh. **Marx e a revolução europeia de 1848**. Acessado em: <http://guy-debord.blogspot.com.br/2009/06/marx-e-revolucao-europeia-de-1848-por.html> último acesso: 24/10/2012

157 HOBBSAWM, Eric. **A era do capital: 1848-1875**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002, p.84.

158 ROBERTSON, Priscilla. **Revolutions of 1848**. A social history. Pinceton, New Jersey: Princeton University Press, 1971, p.110.

159 MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Lutas de classes na Alemanha**. São Paulo: Editora Boitempo, 2010 (a), p.53.

respeito de projetos de constituição entorno de uma aliança democrática. O alvo desta intervenção é a instituição militar, foco direto, naquele momento, dos esforços de alguns dos participantes do jornal, como o próprio Engels. Com efeito, o que se enuncia de diferente a partir desta proposta?

Certamente, a questão militar era importante, especialmente nos conflitos entre as tropas e revoltosos nos episódios de Berlim, onde uma relação, algo confusa e inesperada, sucedeu em relação a Frederico II e o povo que se amontoava em frente ao palácio reivindicando as pautas da revolução alemã, respondidas com alguns momentos de hesitação quanto à possibilidade de uma intervenção militar direta. Contra o povo, no entanto, a hostilização com a ocupação militar na cidade de Berlim, francamente hostil e nitidamente colocada ali para o controle dos civis, mostrava o quanto da instituição militar poderia voltar-se a qualquer momento contra a população vista como inimigo interno. No entanto, não é possível dizer o quanto os eventos de Berlim influenciaram a proposta.

Do mesmo modo, não encontramos referências sobre esta proposta em cartas do período, nem em outras passagens posteriores de modo mais direto, no entanto, podemos ensaiar uma pequena interpretação. Primeiro, pensemos nos pressupostos do exército profissional moderno. Dentro dos quadros militares dos estados europeus herdados das guerras napoleônicas, encontrava-se entre um misto de oficiais de origem nobre, como na tradição militar medieval, e profissionais militares que se dedicam estritamente a esta função. Ambos representando uma vinculação imediata com o sistema político hierárquico e ideológico da reação. Portanto, justificando sua separação em relação ao civismo, mantendo dentro de um mesmo grupo social a reprodução de seus quadros. O segundo, e o mais interessante, diz respeito ao caráter de denúncia do custo econômico de um sistema de exército regular ou mercenário destinado a funcionar sob soldo onerando o estado unificado que se pretendia constituir. Esta pauta, ligada a uma argumentação liberal de cortes de impostos, tentaria seduzir a alta burguesia alemã enquanto classe social que financia os exércitos fixos voltados para a deflagração de guerras. A solução apresentada no final, respondendo a ambos os sistemas, assume a forma de um sistema de milícias.

Somente em um período posterior encontramos uma referência clara ao tema dos exércitos irregulares que revela um terceiro sentido à proposta de um sistema de milícias¹⁶⁰ ligado ao seu papel futuro na revolução protagonizada pelo proletariado. A menção presente

160 Esta proposta não se inspira nas formações de guerrilha herdadas dos levantes anti-napoleônicos, surgidas principalmente na Espanha durante as guerras de libertação, como presente no argumento de Clausewitz no capítulo sobre o *Armamento do Povo*, pelo fato de Engels neste período ainda não ter travado contato com sua obra.

na *Mensagem do Comitê Central à liga dos Comunistas* (1850) não descrevia uma formação militar que substituiria o exército de modo fixo, mas revelava de modo mais claro sua verdadeira justificativa como “guarda proletária,” “não do poder estatal, mas dos conselhos comunais revolucionários instituídos pelos trabalhadores”.¹⁶¹ O sistema de milícias, neste contexto, seria uma proposta transitória que serviria de salvaguarda dos direitos dos trabalhadores (evitando golpes de Estado) dentro de um processo democrático, o que seria distinto de uma proposta de formação militar definitiva para uma organização militar constituída após uma revolução proletária vitoriosa.

Mas há ainda mais um aspecto a se destacar a respeito deste elemento sobre a natureza das organizações militares. As instituições militares, e poderíamos acrescentar, não apenas o exército, mas as forças de segurança, como nas passagens sobre a guerra presentes na *Ideologia Alemã*, só poderiam ser como eram por serem apartadas ou liberadas das condições materiais que permitem a elas existirem como instituição (relativamente) autônoma, pois estão apartadas de uma relação direta com o trabalho, como condições materiais de sua existência. Em regimes liberais (isto é, os governos constitucionais) a disputa se dava pelos meios que garantem as condições da existência do Estado pela disputa por recursos materiais a serem votados e, por isso, dependem de uma relação de negociação de ordem política para que se garantam os pressupostos para sua existência.

Além disso, a relação das instituições militares com a economia se realizaria de modo indireto pela cobrança de recursos pelo Estado, o que garantiria de certo modo uma natureza apartada do conflito direto de classes, senão apenas como representante de seus próprios interesses corporativos sob a alcunha de interesse de Estado, o que coloca os militares para os revolucionários como grupo social profissional, um sustentáculo de uma classe não produtiva distanciada dos reais interesses coletivos e emergindo uma divisão entre necessidades sociais cumpridas pelo Estado e outras consideradas externas, incorporadas devido ao aparato repressor, entendido como algo externo ao Estado, senão como desdobramentos das condições necessárias à manutenção das relações sociais de propriedade.

Esta questão, como é possível observar em outras passagens, apresenta o problema do limite entre o civil e o militar, ainda que sob a condição de “funcionário público,” em que o militar, como estrutura financiada pelo estado possui uma relação estrutural indireta com as demais classes no aspecto produtivo, pois como seria mediada pelo estado, seriam garantidas suas condições materiais, restando como principal função a garantia do exercício do poder por

161 MARX; ENGELS, Op. Cit., p.69.

parte de sua própria origem social na nobreza prussiana, como uma classe dominante afastada dos demais interesses da sociedade e, incluídos aí para o caso alemão, a burguesia. Seria possível imaginarmos outras formulações distintas, como por exemplo, aquela de que se desejaria com esta reivindicação criar uma contradição impossível de ser respondida pelo Estado para evitar como resultado da revolução de 1848, uma conciliação entre classes preservando o acirramento entre as classes anulando seu fundamento em uma estrutura direta no estado. Mas deve-se lembrar que a formulação de Marx mais aceita sobre o Estado - que se origina na crítica à filosofia do direito de Hegel - assume a origem do Estado na sociedade civil e não no monopólio da violência, como em outras teorias sobre o Estado em que este seria visto de modo indissociado ao exercício da violência (como, por exemplo em Charles Tilly, Theda Skocpol e outros). O Estado, para Marx, e principalmente para Engels, guardaria naquele momento sua relação com as instituições originadas no seio da sociedade tornando possível se imaginar um Estado sem exército.

Assim, nas circunstâncias colocadas pela revolução de 1848, enunciava-se por meio da Liga dos Comunistas da Alemanha uma reivindicação que acreditava que, para avançar a revolução burguesa seria necessário superar uma de suas principais contradições, de tal modo que seriam impedidas parte das funções sociais que mantinham o mais profundo atraso da sociedade alemã, que evitavam a evolução do sistema de suas contradições para um novo patamar onde fosse possível a revolução proletária. Era este contexto que explicava a necessidade da reivindicação que colocava militares e comunistas em um confronto intrínseco a partir do princípio da: “dissolução da instituição militar”.

2. AS TÁTICAS DE MASSA

*Sobre o texto Condições e Prospectos de uma Guerra da Santa Aliança contra a França em 1852*¹⁶²

2.1 A REVOLUÇÃO PERDIDA

No período imediatamente posterior aos acontecimentos da revolução alemã e com os combates e a longa retirada dos grupos revoltosos do território alemão ainda vivos na memória, Engels passa a dar maior atenção aos fenômenos ligados à organização militar e suas consequências para a política Europeia. No entanto, ainda por um longo período, esta preocupação foi materializada na forma de um programa de estudo não sistemático e lento, pois mesmo se apoiando em sua experiência pregressa em combates e tendo realizado o serviço militar, não se caracteriza como uma tentativa de compreensão mais detalhada destes eventos. Longe de uma tentativa de criação de uma forma original de pensar sobre a guerra, realizou-se uma série de textos sobre os eventos candentes, principalmente quanto às potências envolvidas na revolução de 1848.

Os esboços de Engels escritos durante o período são casos interessantes, especialmente por comportar aparentes equívocos de avaliação que permitiram ao próprio autor repensar questões teóricas e investigar mais a fundo os pressupostos políticos, sociais e materiais das guerras do período, especialmente quando estas apresentaram mudanças significativas no aspecto tático, que poderiam surpreender quem acompanhasse as batalhas do período.

O longo exílio foi um momento difícil para Engels, pois obrigava uma reestruturação na vida pessoal e política, especialmente na tentativa de rearticular as forças políticas progressistas da Europa a partir de Londres para onde afluíram muitos refugiados, no entanto, agora sob uma perspectiva política que não mais se subordinava aos diversos blocos políticos, como os liberais. A tônica do momento era pavimentar um caminho eminentemente operário e revolucionário como condição necessária para o levante a partir do ciclo de eventos, e que com isso se evitasse o reiterado sacrifício dos movimentos revolucionários durante a irrupção de cada movimento político episódico, tal qual fenômenos da natureza em espasmos cíclicos.

Para explicar esse novo quadro, mostrou-se necessário observar com atenção o que chamamos hoje de “conjuntura internacional,” no sentido da ação política e militar das nações

162 MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **Marx und Engels Werke (MEW), Vol. 14.** Dietz Verlag, Berlim/DDR. 1962. p. 597-603

como sujeitos políticos em si mesmos.

Além disso, também se destacava a tentativa de construir um movimento que pudesse ser crescente, coerente e estável, máxima perseguida no período e que iluminaria a leitura dos vários eventos do passado para que estes pudessem servir de guia para o posicionamento político do presente. Tom que domina várias obras posteriores e que envolveu a diferenciação entre os grupos políticos e a construção de uma forma diferenciada entre outras de mobilização e de análise política, separando-se setorialmente a capacidade de ação de cada um dos grupos políticos, mesmo dentro de um mesmo modelo. Este ciclo persiste até a série de eventos que obrigariam a reconstituição profunda na ação do movimento operário como a ruptura da Internacional, a Comuna de Paris, e outros que atraíram vários grupos políticos dispersos novamente em torno de uma unidade formal do movimento operário, o surgimento de novos perfis de militância com resultados crescentes de mobilização e de ganho de quadros como a Socialdemocracia alemã, assim como a irrupção de eventos políticos pontuais de cunho anarquista que semearam novos grupos políticos que persistiram para além do período de encerramento da primeira internacional na França, Espanha, Itália, Argentina e Brasil, tornando-as protagonistas de eventos políticos importantes do início do século XX.

Trata-se, para Engels, a partir de então de uma busca de uma ferramenta de análise política que mantivesse a atenção ao momento político mais geral em ressonância com o movimento operário internacional.

2.2 DECIFRAR A POLÍTICA

Os escritos de Engels após as revoluções de 1848 mantinham o espírito dos textos escritos com Marx durante todo o período em que participaram da redação da *Nova Gazeta Renana*, mantendo como principal foco político a reivindicação de uma “república alemã democrática, una e indivisível, e guerra com a Rússia, o que trazia implícito a restauração da Polônia.”¹⁶³ Neste momento, fazia parte de seu diagnóstico a avaliação crítica sobre os insucessos da revolução alemã, concluindo como um dos seus elementos principais a sombra de um possível conflito com a Rússia que “pairava” no ar.

Marx e Engels acreditavam na persistência de uma ameaça a qualquer possibilidade revolucionária naquela conjuntura, que se estenderia como ameaça igualmente aos governos liberais, com mínimas liberdades garantidas de associação e organização política, passando a

163 ENGELS, Friedrich. **Marx e a “Nova Gazeta Renana” 1848/1849**. In: Obras escolhidas. São Paulo: Alfaomega, 1977, v. 3, p. 147.

aplicar este diagnóstico ao contexto político dos exilados da revolução alemã na França. A ideia era de que estas estruturas persistiriam onde haveria uma predisposição à conquista e a garantia de direitos, resumida na ideia de “povos revolucionários.”

A política externa que propúnhamos era bem simples: defender todo povo revolucionário e apelar para a guerra geral da Europa revolucionária contra o baluarte da reação europeia: a Rússia. Desde 24 de fevereiro,¹⁶⁴ estava claro para nós que a revolução só tinha um inimigo verdadeiramente temível, a Rússia, e que esse inimigo se veria tanto mais forçado a lançar-se à luta quanto mais o movimento se estendesse a toda a Europa. Os acontecimentos de Viena, Milão e Berlim deviam retardar o ataque russo, mas esse ataque se aproximava das fronteiras da Rússia. No entanto, se lograsse arrastar a Alemanha à guerra contra a Rússia, acabar-se-iam os Habsburgos e os Hohenzollern, e a revolução estaria triunfante em toda a linha.¹⁶⁵

Nesta passagem, Engels apresenta o que seria considerada como a conjuntura política no período imediatamente anterior, principalmente nos fatores externos à fronteira dos estados em que ocorriam processos revolucionários em 1848, como vários estados do que veio a se tornar a Alemanha, assim como a Hungria, Polônia, Áustria e França. Este entendimento articula as condições políticas internas que caracterizaram a guerra civil com as externas, pensando-as em um contexto de tensões diplomáticas internacionais segundo o pressuposto de uma relação de cobertura de países com princípios comuns, como progressistas e conservadores, inseridos em um contexto ainda mais amplo de alianças e conflitos políticos. Este tipo de entendimento, de certo modo mostra como no pensamento de Engels passam a ser relacionadas estas formas de ação política para além de uma mera determinação local, como um caso em que “a estrutura interna dos Estados determina não só a forma e o uso da força militar, mas o comportamento exterior em geral.”¹⁶⁶

Na forma da avaliação política anterior do jovem Engels revolucionário, buscava-se ir além de uma análise que acredita ver os conflitos externos como disposições independentes, à revelia da conjuntura interna. Na verdade, estes fatos se cruzariam e, para se pensar a possibilidade de uma revolução, torna-se importante esperar a eclosão de um sentido favorável nos conflitos externos ou induzi-los, gerando a ocasião propícia de uma intervenção política que resultasse numa transformação social, vendo “as guerras de sua época – marcadas pelo choque entre a Europa dinástica e a Europa burguesa – como uma oportunidade para o desencadeamento da revolução” como colocou João Roberto Martins Filho no comentário

164 “Quando o império austríaco apela à ajuda Russa para conter a revolução polonesa que até então tinha conseguido vitórias seguidas e conseguiu manter o núcleo econômico do império dos Habsburgos nos principados do Danúbio e que foi novamente decisivo na Hungria resistente até 13 de agosto de 1849, restando somente a França como república herdeira das revoluções de 1848. Vide capítulo sobre “a primavera dos povos” em *A Era do Capital* (HOBSBAWM, Eric, Op. Cit., pp. 27–50).

165 ENGELS, Friedrich. Op. Cit, p. 147.

166 WALTZ, Kenneth. **O homem, o estado e a guerra**. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 2004, p. 156.

sobre o livro de Hal Draper.¹⁶⁷

Apesar disso, não se realizaria em termos tão dicotômicos, apesar do diagnóstico pontual relativo a eventos do período, esta abordagem ainda assim lidava com um limite em sua validade para o contexto político de então, ao abstrair importantes aspectos do processo político interno, pois, em primeiro lugar, não se colocou durante o período a intervenção externa sem o aceno interno por parte dos governos em conflito. Certamente, a intervenção externa se fez presente no caso da repressão à revolução Húngara, quando, “no verão de 1849, o imperador austríaco solicitou ajuda ao czar Nicolau I, e a Hungria foi invadida pelo exército russo,”¹⁶⁸ o que se é evidente, especialmente porque segundo comentadores do episódio na época, havia possibilidade das forças de Kossuth conseguirem estabelecer uma república na Hungria.

Como, aliás, apontava Karl Korsch

De facto, também as guerras nacionais tiveram um papel na revolução de 1848. Se na Prússia como na Itália, na Áustria, na Hungria, guerras exteriores e guerras civis não se combinaram numa unidade efectiva, a brusca interrupção no seguimento do armistício de Malmoe, da guerra que a Prússia travava na Dinamarca, com vista a "libertar" o Schleswig e o Holstein, desenganou e esmoreceu todas as tendências do movimento revolucionário alemão, mais ainda talvez que as suas previsíveis repercussões políticas no plano interno. (...) A guerra revolucionária contra a Rússia, também ela não tinha nada da solução arbitrariamente concebida fora do contexto de 1848 como se poderia imaginar de forma simplista na falta de um bom conhecimento da conjuntura política e diplomática do momento. Com efeito, sabe-se hoje que na época em que a Nova Gazeta Renana fazia campanha neste sentido, o czar, por seu lado, tinha já oferecido ao príncipe da Prússia a ajuda dos seus exércitos para restabelecer à força o despotismo em Berlim e não só. Um ano depois, foram as baionetas russas que salvaram a reacção austríaca aniquilando os exércitos de Kossuth nas planícies da Hungria. Uma guerra defensiva prosseguida em comum pela República francesa, pela Alemanha de obediência prussiana, pela Itália piemontesa e pela Polónia insurgida, contra o regime czarista não teria podido deixar de ter efeitos favoráveis no desenvolvimento do movimento revolucionário europeu, como expôs Arthur Rosenberg, o historiador Marxista Alemão recentemente desaparecido, na sua instrutiva obra *Demokratie und Sozialismus* (Verlag, Albert de Lange, Amsterdam, 1938). Tal guerra não teria tido como resultado levar a revolução à parte ocidental da Rússia e deslocar o Império dos Habsburgos, abrindo assim a via da independência às nacionalidades oprimidas pela Áustria? Por outro lado teria provavelmente permitido à França evitar a ditadura Bonapartista e à Alemanha a solução panprussiana à moda de Bismark. A partir de então, o continente teria garantido dezenas de anos de progresso democrático, tanto no plano interno como no plano externo, progresso que poderia culminar um dia no nascimento de uma confederação de todos os estados da Europa.¹⁶⁹

Quanto às consequências políticas das guerras naquele período o juízo de Engels parece algo deslocado de seu contexto, especialmente se pensarmos que a França, segundo

167 MARTINS FILHO, João Roberto. Engels & Marx: guerra e revolução. *Crítica Marxista*, v. 22, p. 154-160, 2006, p. 157.

168 WALTZ, Kenneth. Op. Cit., p. 156.

169 Karl Korsch. **Marx e a revolução europeia de 1848**. Acessado em: <http://guy-debord.blogspot.com.br/2009/06/marx-e-revolucao-europeia-de-1848-por.html> último acesso: 28/02/2012

sua avaliação, ainda representaria o papel de pátria da república, especialmente se fossem atribuídas à ela um republicanismo democrático estável e apoiado na força dos trabalhadores (como o contexto dos artigos a respeito da conjuntura francesa presentes na *Nova Gazeta Renana* 1848-1849, onde, mesmo após a reversão política, ainda manteriam a forma republicana). Na verdade, a conjuntura imediatamente posterior acabou por revelar que este foi o fim dos pressupostos políticos de avanço da classe trabalhadora francesa, com a extinção da república por meio do golpe de estado Luís Bonaparte (tema do livro *o 18 Brumário de Luís Bonaparte* 1852). O foco no grande inimigo externo das forças democráticas escondia, no caso da França, o pequeno, porém poderoso inimigo interno.

Assim, mesmo que em um contexto tragicamente equivocado, ocorria aos exilados revolucionários e à classe trabalhadora a necessidade de analisar as instituições que resistam ou pareçam resistir, naquele momento, às condições repressivas ligadas às instituições do antigo regime, onde a França emergiu como um aparente modelo político distinto dos países vizinhos, colaboradores de um grande pacto conservador. Analisar este momento em que o impacto dos eventos militares se mostrou com tanta força torna importante destacar este aspecto para pensar os processos e tendências posteriores. As instituições francesas apresentariam algo específico, quanto à disposição do exército que se disporia a defender seus princípios contra ameaças externas.

No entanto, deste texto destacaríamos para o nosso caso os elementos utilizados para a análise “político-militar,” em que consta uma articulação específica entre uma política criada pela Revolução Francesa que se mostraria constitutivamente relacionada à estrutura de classes, o *levée en masse*. Esta organização militar particular da França era vista por Engels como sustentáculo do liberalismo e igualmente teóricos contemporâneos como Charles Tilly também a viam a partir de ótica similar ao ligar-se a uma necessidade de observar a relação com as classes sociais para sua implementação. Entre outras, a aplicação do recrutamento maciço como instituição permanente para além de momentos de comoção realizou uma modificação na relação entre o Estado e as classes sociais, modificando a política da violência a um exercício racional relacionado às instituições de estado mantendo a instituição militar como composição que se liga não apenas a uma classe social específica que fundamenta um princípio importante do Estado.

A levée en masse (recrutamento maciço) da França em 1793 depois dessa data assinala a mudança da nacionalização para a especialização. Depois de 1850, generalizou-se em outros lugares da Europa. Mais ou menos no final do processo, as burocracias civis contiveram os militares, as obrigações legais de serviço militar estenderam-se com relativa igualdade a todas as classes sociais, a ideologia do

profissionalismo militar restringiu a participação de generais e almirantes na política civil, e declinou enormemente a possibilidade de um governo militar direto ou de um golpe de estado.¹⁷⁰

2.3 A CONJURAÇÃO DAS MASSAS

Com efeito, a participação de todas as camadas da população incorporadas ao emprego contínuo do estado como conscrição universal se tornou para os estados modernos “a história da mudança das relações entre o Estado e seus cidadãos.”¹⁷¹ Politicamente, a instituição da conscrição contradisse um dos mais importantes elementos do contrato social hobbesiano, que requeria aos cidadãos abandonar certas liberdades para o estado em troca da proteção governamental da vida: esta contradição repousa sobre o fato da conscrição demandar não somente a rendição da liberdade individual, mas possivelmente sacrificar a vida particular potencializada em um território determinado e segundo um valor comum a própria participação no exercício da violência. No entanto, toda a população deveria assumir o poder armado e não apenas um corpo militar profissional delegado a esta função.¹⁷² O exército regulamentado e profissional, deste modo, modifica valores arraigados nas crenças políticas e na organização do estado.

Em suma, o exército acabou por ser uma agência de aculturação, a emigração, e em última análise, a civilização, uma agência tão potente em sua maneira como as escolas, sobre os quais tendem a falar muito mais.¹⁷³

E de fato, para o seu implemento progressivo na sociedade, foi necessário ao estado o recurso de diversas formas de conhecimento sobre a sua população como forma de controle e acesso a cada um dos habitantes de um determinado território, como foi explicado aos estadistas ingleses pelo Major-General Balfour, um oficial estatístico francês:

A extensão e o poder da maquinaria empregada no emprego da conscrição, não é geralmente entendida na Inglaterra. As tarefas conectadas com a conscrição são confinadas aos altos oficiais do Estado. A totalidade da administração civil das Províncias, tendo vasta autoridade sobre todo o país, é empregada do cumprimento do sistema. Esta poderosa maquinaria é anualmente posta em movimento por decreto de soberania, para o propósito de trazer a totalidade da população masculina da França, que completou os 20 anos e é capaz de carregar armas sob a obrigação do

170 TILLY, Charles. *Coerção, Capital e Estados Europeus*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996(a), p.189.

171 BAKER, Alan R. H. *Military Service and Migration in Nineteenth-Century France: Some Evidence from Loir-et-Cher*. *Transactions of the Institute of British Geographers, New Series*, Vol. 23, No. 2 (1998), pp. 193-206. BALFOUR (Major-General). *On the Military Conscription of France*. **Journal of the Statistical Society of London**, Vol. 30, No. 2 (Jun., 1867), pp. 216-292. Acessado em: <http://www.jstor.org/stable/2338512>. Último acesso: 22/07/2012 14:26, p.193.

172 Idem, p.194.

173 WEBER, Eugen. **La fin des terroirs**. La modernisation de la France rurale. Fayard, Paris, 1983, p.302.

serviço, tanto no exército,¹⁷⁴ quanto nas forças navais.¹⁷⁵

Utilizada originalmente como medida defensiva-ofensiva (como uma capacidade de mobilização humana para a defesa da república) pela Revolução Francesa, esta política se caracteriza pela conscrição (“alistamento,” ou recrutamento), explicada no contexto francês pela liberação política dos servos. Segundo o esquema conceitual envolvido nos escritos de 1840, como os *Manuscritos Econômico Filosóficos* (Os manuscritos de Paris de 1844) de autoria de Marx e *A Ideologia Alemã* destacando em particular o rascunho *Feuerbach e a História*, como vimos nas passagens que tocam em termos comuns aos manuscritos de autoria de Marx e Engels pode-se pensá-lo como a descrição de uma ação política que depende de pressupostos dados pelo desenvolvimento histórico daquela conjuntura.

Assim, a emancipação política armada pode ser pensada, caso seja possível a comparação com o modelo da *Ideologia Alemã*, segundo a dependência do “emprego de meio reais,” que pressuporia “condições históricas, pelas condições da indústria, do comércio, da agricultura, do intercâmbio”¹⁷⁶. Uma forma de ação militar dependeria de um pressuposto social e político específico que teria em um determinado momento histórico, resultando no fato de que teria sido este o pressuposto que permitiu a mobilização de um maior montante de pessoas disponível para serem convocadas a lutar, aumentando a potencialidade destrutiva dos exércitos franceses. Neste contexto, para Engels, ganha importância a análise da conscrição como uma medida social que relaciona a organização do exército de um determinado local e momento histórico, com sua população, o que envolveu mobilizar conceitualmente importantes pressupostos políticos.

Pensada em comparação com a forma geral como são compostos os exércitos nacionais, a conscrição tem uma característica generalizante que romperia os pressupostos hierárquicos definitivos do período em um sentido específico e que, como coloca Keegan, não é um desenvolvimento facilmente universalizável, pois,

Por definição, ela abrange todos que possam marchar e lutar, independentemente de riqueza ou direitos políticos. Por esse motivo, jamais foi recomendável para regimes que temessem que seus súditos armados tomassem o poder, nem para aqueles que encontrassem dificuldades em levantar fundos. A conscrição é para Estados ricos

174 No original *Military* pois se dirigia a um público inglês onde a organização dos exércitos terrestres ganha este nome

175 BALFOUR, Major-general. On the Military Conscription of France. Em: **Journal of the Statistical Society of London**, Vol. 30, No. 2 (Jun., 1867), p. 217, publicado por: Blackwell Publishing for the Royal Statistical Society Acessado em: <http://www.jstor.org/stable/2338512>. Último acesso: 22/07/2012

176 MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia Alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846). São Paulo: Boitempo, 2007, p. 29.

que oferecem direitos - mesmo aparentes - para todos.¹⁷⁷

Colocada em operação entre 1793 a 1794, esta maneira de transformar o maior contingente possível da população civil em militar representou a capacidade de mobilização em um só país de uma forma sem precedentes, e justamente no período de ascensão do capitalismo, onde novas forças industriais e logísticas foram postas em função da “defesa da pátria revolucionária” e em direção à derrubada das barreiras estamentais mantidas dentro de regimes dinásticos por nobres, príncipes e reis que ocupavam os cargos do exército. Segundo Hobsbawm, o

levée en masse de 1793-94 colocou talvez 630 mil homens em armas [de um recrutamento teórico de 770 mil] [...] As mobilizações permanentes dos adversários da França eram muito menores, ainda que somente devido ao fato de que eles estivessem muito menos continuamente no campo de batalha [com a exceção da Grã Bretanha] ou porque os problemas financeiros e de organização tornavam muitas vezes mais difícil a mobilização total.¹⁷⁸

Para ser possível mobilizar exércitos que pudessem fazer frente ao impulso pela “defesa nacional,” foi necessário que as sucessivas coalizões que enfrentaram a França revolucionária (e posteriormente a napoleônica) mobilizassem recursos vultosos, que, caso efetivamente coletadas, resultaram em uma crise sem precedentes para os estados após a longa série de confrontos que se sucederam. Esta foi a opção adotada pelos estados alemães, contra a qual se colocariam vários militares alemães, coo o próprio Clausewitz.

O argumento de Clausewitz presente no capítulo 26 do livro sexto de *Da Guerra* chamado *O povo em armas*, era fundamentado na eficácia da sua utilização de uma forma de conscrição e se apresentava contra a resistência que os militares e monarcas mantinham a ela. Por seu lado, esta não é uma opção neutra para um estado como o Prussiano, afinal, reconhecer a possibilidade de uma conscrição universal pressupõe mobilizar os recursos humanos e materiais que envolvem uma série de fatores políticos e cujo preço o Império não queria assumir, como a relação entre os estamentos e classes sociais, através da requisição de recursos financeiros adicionais da burguesia financeira e industrial, além da aquisição de braços para a guerra, basicamente, ex-servos transformados em camponeses que deveriam estar dispostos para o combate, interesse que entraria em conflito com os nobres *Junkers*, ao apresentar o risco de levantes armados, levado em consideração igualmente pela instituição militar devido ao potencial conflito entre os “soldados rasos” e a nobreza presente no

177 KEEGAN, John. **Uma história da guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 303.

178 HOBBSAWN, Eric. **A era das revoluções**: Europa, 1789-1848. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 20a. ed., 2006, p. 136.

oficialato.

Este tipo de receio, na direção daquilo que disse Keegan na passagem citada sobre a conscrição, como uma pressão no sentido da igualdade ou a ascensão à cidadania, e que pode ser ilustrado por intermédio de um episódio descrito por Hobsbawm a respeito de Frederico o Grande que teria dito em certo episódio anterior à instituição da conscrição com “firmeza a seus leais berlinenses que se ofereceram para lutar contra os russos, para deixar a guerra aos profissionais a quem ela pertencia”¹⁷⁹. A crítica de Clausewitz, portanto, quanto as atitudes com que esta manteria os exércitos franceses superiores aos do antigo regime.

Apesar de terem superioridade técnica e disciplina características de exércitos profissionais regulares, qualidades que eram decisivas em setores como na guerra naval, onde os franceses levavam desvantagem, no que tangia “à organização improvisada, mobilidade, flexibilidade e acima de tudo pura coragem ofensiva e moral de luta, os franceses não tinham rivais,” vantagens que não dependeriam de um gênio militar específico, mas, principalmente, de ímpeto”.¹⁸⁰

Para Engels, este efeito seria não apenas a condição técnica, mas uma conquista e marca institucional do progresso trazido pela Revolução Francesa, pois “a forma moderna de combate é produto necessário da Revolução Francesa. Seu pressuposto é a emancipação da burguesia e dos camponeses.”¹⁸¹ Esta forma de mobilização, associada à organização logística, como os transportes de suprimento, o incrementando da capacidade de movimento, trazia à tona um tipo de conhecimento sobre a organização capaz de lidar com um fator novo: as massas em movimento, que “emergiria do estado caótico do exército francês, que necessitava de superioridade numérica para ter algum nível de autoconfiança; a massa tomava lugar da disciplina.”¹⁸²

Deste contexto específico emergiria para Engels o entendimento de que, a partir de então, os exércitos que tivessem alguma superioridade, necessitaram engajar-se nas táticas de luta de massa, que “tão longe quanto a moderna arte da guerra é compreendida, foi completamente desenvolvida por Napoleão.” No entanto, isto se daria posteriormente, apesar desta relação de causalidade histórica (com o surgimento de uma técnica), esta forma de

179 Idem, p. 126,

180 “A nação francesa e terrível devido ao nosso ardor e capacidade, e se nossos inimigos são desastrosos, lentos e frios, então nosso sistema militar deve ser impetuoso” (HOBSBAWN, Idem, p. 115)

181 ENGELS, Friedrich. Conditions and Prospects of a War of the Holy Alliance against France in 1852. In: **Collected works of Marx and Engels, vol. 10: 1849-1851**. Moscow: Progress Publ., 1978, p.542 -545, seção III. Acessado em: <http://www.marxists.org/archive/marx/works/1851/04/holy-alliance.htm>

182 Para Engels, além disso, teriam a característica de colocar à disposição formas novas ligadas à dinâmica do assalto, como “mobilidade estratégica” representada pela capacidade de melhor desenvolver patrulha, escaramuças e combate direto. (ENGELS, Idem, seção III).

combate como tempo teria saído de seu contexto revolucionário e sido incorporada (na conjuntura 1851) por outros exércitos como a Prússia, nivelando, a partir de então, as “chances na superioridade estratégica e nas táticas tanto a favor da coalização quanto da revolução.”

Ligada ao espírito (como citado por Engels no texto) da *Nova Gazeta Renana*, durante as revoluções burguesas de 1848, esta análise era pensada em dois aspectos: o primeiro, o de que a capacidade de defesa das democracias restantes na Europa, após as revoluções de 1848, dependeria da conscrição (mesmo depois do ciclo das revoluções de 1789), e, novamente, da *levée en masse*, e, segundo, em indicar a possibilidade de correção de equívocos militares que poderiam ter ocorrido nas formas de intervenção revolucionárias derrotadas no contexto de 1848, o que apontaria para uma correlação entre conjuntura política interna e externa cuja solução seria o resultado de um aprendizado das lições deixadas pelas revoluções do passado e suas marcas inequívocas de sucesso.

Nesse sentido, tal texto poderia ser relacionado ao que é chamado, entre militantes políticos das lutas sociais de uma “análise de conjuntura,” tendo como resultado o diagnóstico de que a técnica que seria identificada à organização militar da Revolução Francesa, o *levée en masse* e sua organização, teriam sido neutralizados por outras formas de condução da guerra que anulariam sua vantagem logística. Para Engels “a revolução terá de lidar com meios modernos de guerra e a moderna arte da guerra contra os meios de guerra e a moderna arte da guerra. As chances do talento militar ao menos estarão tanto com a Coalizão quanto com a França: *Ce seront alors les gros bataillons qui l’importeront*”¹⁸³, portanto, será necessário contar com toda a população, o que envolveria uma atividade política que se relacionasse com todas as classes desprivilegiadas como um todo.

Como a mobilidade, o caráter de massa de meios de ataque é necessariamente o resultado de um estágio superior de civilização, e, em particular, a proporção entre a massa armada da população total é incompatível com qualquer estágio da sociedade inferior ao da burguesia emancipada.

A guerra moderna pressupõe a emancipação da burguesia e dos camponeses; ela é a expressão (*Ausdruck*) militar desta emancipação.

A emancipação do proletariado também terá sua expressão militar particular, ela dará origem a um novo método específico de guerra. Isto é claro. Já é possível até mesmo determinar o tipo de base material que esta nova guerra terá.

Mas tanto quanto a mera conquista do poder político pelo presente proletariado malformado da França e Alemanha, que parcialmente forma a fina cauda (*den Schwanz*) das outras classes é um longo caminho da emancipação real do proletariado que consiste na abolição de todas as contradições de classes, do mesmo modo a (condução) da guerra (*Kriegführung*) inicial na revolução que virá é igualmente tão distante da (condução) guerra (*Kriegführung*) do proletariado.

183 ENGELS, Friedrich. **Marx e a “Nova Gazeta Renana” 1848/1849**. In: Obras escolhidas. São Paulo: Alfaomega, 1977, v. 3, p.147.

A verdadeira emancipação do proletariado, a abolição completa de todas as distinções de classe e a concentração completa de todos os meios de produção, na Alemanha e França pressupõem a cooperação da Grã-Bretanha e pelo menos uma duplicação dos meios de produção existentes atualmente na Alemanha e na França. Mas precisamente esta é também a precondição para uma nova forma de guerra. As magníficas descobertas de Napoleão na ciência da guerra não podem ser eliminadas por um milagre. A nova ciência da guerra precisa ser somente tanto quanto necessário um produto das novas relações sociais enquanto a ciência da guerra criada pela revolução e Napoleão foi o resultado necessário das novas relações trazidas a tona pela revolução. Mas somente enquanto na revolução proletária a questão para a indústria não é uma abolição das máquinas a vapor mas a multiplicação delas, então para a guerra, isso é a questão de não diminuir mas de intensificar o caráter de massa e a mobilidade dos exércitos. O desenvolvimento das forças produtivas foi a precondição para a guerra napoleônica. As estradas de ferro e o telégrafo elétrico vão desde já providenciar um general talentoso ou um ministro da guerra com uma ocasião para novas combinações na guerra Europeia.¹⁸⁴

De certo modo, um esquema inicial, distinto das posteriores formulações de Engels sobre a guerra se coloca para a interpretação mais deste período, partindo de quatro pressupostos:

- O primeiro, o de que, apesar de não ser uma característica específica dos países que passaram por revoluções, sendo uma técnica que pode ser aprendida, a guerra moderna necessitará utilizar de algum modo da conscrição universal para ser eficaz. Ao utilizar-se deste recurso, alguns de seus pressupostos não podem ser eliminados e representariam certa mudança social “pela emancipação da burguesia e dos camponeses. A conscrição é a própria expressão militar desta emancipação.”
- O segundo, o de que, após a revolução, tendo em vista a necessidade do emprego eficaz de massas de soldados, mesmo os setores do centro, contrários à participação popular, seriam obrigados a mobilizar setores da população que representariam perigo político interno, preferindo empregá-los contra uma ameaça externa, o que não necessariamente pacificaria os conflitos (e que se colocaria para o caso da França nitidamente após o fim da conscrição universal em 1794) da sociedade.
- O terceiro, o de que haveria uma potencialidade oculta sobre a organização social aplicada à guerra que poderia ter uma aplicação eficaz atualizada de modo muito mais destrutivo através da mobilização do proletariado emancipado¹⁸⁵ associado às demais potencialidades destrutivas trazidas pelo desenvolvimento das forças produtivas que deveria ser posto de algum modo a favor do proletariado.

184 ENGELS, Friedrich. Conditions and Prospects of a War of the Holy Alliance against France in 1852. In: **Collected works of Marx and Engels, vol. 10:** 1849-1851. Moscow: Progress Publ., 1978, p.542 -545, seção III. Acessado em: <http://www.marxists.org/archive/marx/works/1851/04/holy-alliance.htm>.

185 Neste momento sem um posicionamento claro se sobre guerrilhas ou grupos armados regulares, exceto pela caracterização de sua modernização no aspecto tático o que pode parecer uma inclinação à ideia de exército regular, tema ao qual tentaremos voltar, para entender se há uma negação da forma de guerrilhas definitivo, para além da negação da luta espontânea popular que ganha forma com as barricadas. Se a orientação vai nesse sentido, com entender o que seria uma organização de infantaria proletária?

- E o quarto ponto, de modo menos destacado, aquele ligado à ideia de que a organização militar centrada no campo de batalha e pensada no contexto do exército napoleônico e na guerra de movimento, de algum modo, tenderia a dissolver “as funções” da hierarquia graças às técnicas de logística, transporte e comunicação, em suma, haveria uma articulação entre a coordenação e a organização dependentes de pressupostos materiais como o telégrafo e as estradas de ferro.

Apesar de se distanciarem do sentido dos textos posteriores de Engels, estas ideias, longe de representar uma intuição disparatada, representariam um ponto chave e curioso para observarmos determinadas características que somente se desdobrariam nos exércitos contemporâneos e que foram colocados à prova, graças a técnicas de localização mais avançadas como os satélites ou grupos militares sem hierarquia direta dentro dos destacamentos coordenados que visualizariam as posições das forças em oposição. Isto permitiria a dissolução de parte das atribuições da hierarquia militar, na medida em que prescindiria da necessidade de uma coordenação subordinada.

2.4 O PROJETO MILITAR PRUSSIANO

Sobre o texto A questão militar prussiana e o partido dos trabalhadores– 1865

De certo modo, é possível dizer que Engels acreditava que as transformações sociais e o desenvolvimento que as formas de organização militares demonstram, não poderiam ser atingidas de modo igual entre as nações que passaram por processos de desenvolvimento progressistas e outras que mantiveram um sistema social estratificado e rígido. Assim, se um determinado país conseguiu mobilizar grandes contingentes, para isso, necessariamente, seriam obrigados a libertar esta parte da população que pega em armas e suas famílias ou conceder ao menos alguma melhora das condições políticas, realizando de algum modo um processo de desenvolvimento. No entanto, a elite prussiana também estava atenta às vantagens de empregar o povo em armas e as modernas formas de combate passando por um processo de modernização militar.

Os reformadores militares prussianos conheciam os novos métodos de guerra que eram uma expressão das mudanças sociais profundas e políticas que a Revolução Francesa produziu. O exército de Frederico o Grande havia sido uma força de mercenários isolados da sociedade civil. Somente o senso de honra e lealdade dos oficiais de nascimento nobre era glorificado enquanto os soldados rasos eram mantidos juntos por uma disciplina brutal. Os reformadores militares prussianos empreenderam a transformação do exército da era do despotismo em um exército nacional. Para este fim eles introduziram a conscrição universal de um tipo mais radical do que jamais foi tentado antes. O tratado napoleônico de Tilsit prejudicou a realização imediata das ideias de Scharnhorst, mas com a lei militar prussiana de

1814, esboçada por seu pupilo Boyen, seu plano se tornou a ordem permanente do sistema militar prussiano¹⁸⁶.

Este foi o início da chamada “revolução de cima para baixo” que inicia a mobilização em direção à unidade alemã sob hegemonia prussiana e capitaneado pelo chanceler prussiano Otto von Bismarck. O processo se inicia na política, quando mesmo com a burguesia liberal pautando reformas mais progressistas ao mesmo tempo em que era uma extensão dos grupos financeiramente relevantes, esta quando eleita era obrigada a enfrentar a aristocracia, nobreza e *junkers* em um sistema de classes que dividia a oposição, pois os grupos conservadores conseguiram burlar e centralizar novamente a política interna, para aprovar uma reforma militar com sentido agressivo. Este fato muda a conjuntura política alemã o que é sentido progressivamente conforme vão se manifestando as consequências dos acordos entre a burguesia, o imperador e a aristocracia rural, em detrimento dos trabalhadores.

O texto escrito por Engels neste momento visa inserir-se no debate acerca da política militar operada pelo governo prussiano:

Até agora o debate sobre a questão militar tem sido conduzida meramente entre o governo e de outro lado pelo partido feudal e os liberais e radicais burgueses de outro. Agora, como a crise se aproxima, é hora do partido dos trabalhadores fazer sua posição ser conhecida também.¹⁸⁷

E qual, com efeito, é essa posição? Quem é este nós? O texto trata de uma análise do percentual de pessoas passíveis de serem convocadas pelo exército prussiano, em que Engels apresenta a necessidade da tomada de posição pública na chamada “questão militar,” que é um modo recorrente de apresentar, principalmente a um público civil, a importância do entendimento sobre as relações entre as instituições militares e as organizações civis. Neste caso em particular, chamando as de organizações de trabalhadores alemães.

Esta posição inova, ao apresentar um estatuto particular frente à outras manifestações civis contra os projetos militares e seu valor pode ser afirmado em ser uma posição mais clara do que a adotada pelos dois lados da disputa sobre as organizações militares na Prússia da década de 1860, onde, por um lado, a burguesia reivindica a conscrição universal e, de outro, o chamado “partido feudal,” composto pela aristocracia, desejava impor um programa organizacional para a instituição militar que restringisse seu acesso aos cidadãos. Em geral, a conscrição ainda era vista não como uma obrigação, mas como um direito vinculado à

186 HOLBORN, Hajo. The Prusso-German School: Moltke and the Rise of the General Staff. Em: PARET, Peter (ed.). **Makers of modern Strategy** – from Machiavelli to the Nuclear Age. New Jersey: Princeton University Press, 1986, p.282.

187 ENGELS, Friedrich. *The Prussian Military Question and the German Workers' Party*. Acessado em: <http://www.marxists.org/archive/marx/works/1865/02/12.htm> Último acesso: 12/10/2012

extensão da cidadania e ao fato de demonstrar um elo de confiança e de defesa das instituições republicanas por grande parte dos grupos em disputa política na Alemanha.

Os elementos desta discussão evocam a questão trazida desde as lutas de libertação alemã, contra a ocupação napoleônica (1813-1814), cujos termos remontam tanto à recepção alemã da possibilidade de adoção do armamento de sua população, quanto ao e ao debate durante a criação das instituições militares de salvação nacional segundo o modelo do *levée en masse* francês, no entanto, apresentado em outros termos que colocariam dificuldades adicionais à sua possível adoção durante aquele período.

A condicionalidade de sua adoção era obrigada pelas especificidades do regime político alemão. Nesse sentido, pensar no problema da conscrição, envolvia poder limitar as supostas potencialidades revolucionárias ou o maior poder de reivindicação de uma população armada quanto à adoção de mais liberdades civis e reformas sociais reivindicadas em relação às instituições republicanas então veementemente indesejadas pelo governo prussiano. Deste modo, não foi sem resistências que esta questão se colocou em relação ao rei Prussiano e seus generais, como Bulow.

Ao apresentar a questão da conscrição e da mobilização nacional, Bulow (cujo mais notório partidário nos tempos atuais é o teórico Carl von Clausewitz) tinha em mente, claramente, entre uma revolução que mobilizasse a população para além do esforço de guerra em qualquer sentido que assumisse, mesmo que favorável ao regime como o caso de compromissos que gerassem qualquer constrangimento em relação a um outro compromisso, mas com o povo em geral.

Deste modo, esta discussão, que tentava expor sua utilidade ao esforço de guerra alemão no sentido de vantagens táticas que superassem seus perigos mesmo para grupos políticos como a nobreza e a aristocracia alemã, especialmente sobre suas vantagens frente aos exércitos rivais das demais potências europeias (vantagens tanto políticas, como garantia da estabilidade do território em conflitos, quanto técnicos como a capacidade de manobra, aumento da capacidade destrutiva, disponibilidade, controle e outros).

Frente a este debate, Engels defende um ponto de vista, como dizíamos, de certo modo inovador, na medida em que não representa a tomada de posição específica entre um grupo que deseja a guerra nacional e outro que desejava a guerra por interesses dinásticos. Nesse sentido, a estratégia retórica de Engels apresenta-se como uma perspectiva interessante a ser considerada justamente por não estar envolvido diretamente nestes pares de opostos, não se identificado aos liberais, subentendendo importantes frações da burguesia com consciência de

pertencimento à classe e em oposição à nobreza, o que mostra uma alteração definitiva na conjuntura após a revolução alemã, nem à nobreza e a defesa de seus arrogados direitos nobiliários. O partido dos trabalhadores poderia apresentar-se como um terceiro elemento e, por esta razão, se arrogar a capacidade de emitir comentários que poderiam ser mais precisos e acurados e, a partir deste entendimento, realizar propostas e críticas inteiramente “neutras”:

O partido dos trabalhadores, que em todas as questões em pauta entre a reação e a burguesia permanece fora do conflito atual, goza da vantagem de ser capaz de tratar de tais questões com mais sangue frio e imparcialidade. Somente ela pode tratá-las cientificamente, historicamente, dado que eles já estão no passado, anatomicamente, dado que eles já são cadáveres.¹⁸⁸

Curiosa apresentação e justificativa, acidamente irônica no proêmio onde nota-se que as pautas que seriam conjuntas de trabalhadores e burgueses nas lutas do liberalismo estão colocadas de modo distinto, em fileiras distintas. Esta perspectiva tentava assim se insinuar entre os interesses das correntes dinásticas e sub-repticiamente defender um ponto de vista mobilizador como forma de subversão do poder ao permitir a tomada das armas majoritariamente por setores de trabalhadores, operários e, principalmente, camponeses, que estavam, na maioria dos reinos alemães em conflito com os nobres proprietários de terra (conforme apresentamos ao tratar sobre a revolução alemã de 1848).

O projeto de reforma não refletia apenas o anseio imediato de dominação e expansão, pois dependia principalmente de formulações adiantadas já em Clausewitz,¹⁸⁹ e influenciados pelo projeto de reforma de Scharnhorst¹⁹⁰, militar prussiano que participou das guerras de libertação contra Napoleão. A ideia de que a instituição dos conscritos refletiria um aumento da possibilidade de eficácia (garantia de resultado) no combate remete, de um lado, a ideia moderna (como em Maquiavel) e republicana de que as forças militares que lutam em nome da República devem ser compostas de cidadãos, justamente porque a capacidade de combate lhes seria uma vantagem dada pela vontade e moral superior à do mercenário, que, acima de tudo, sempre apresenta o risco de se vender ao lado que possua mais recursos para sua remuneração.

No entanto, por mais que, como ideia, este debate fosse conhecido, é somente com o advento da Revolução Francesa que a mobilização universal para a guerra, a conscrição, aparece como possibilidade, não apenas real, mas, de fato, mais eficaz a partir do qual “historiadores tem acordo em geral de que o notável sucesso dos exércitos revolucionários

188 ENGELS, Friedrich. Idem.

189 Em particular, o Capítulo VI: *O Armamento do Povo* do livro 26 de *Da Guerra*.

190 ARON, Raymond. *Pensar a guerra: Clausewitz. Vol. II a era planetária*. Brasília: Edunb, 1986, p. 91.

contra as forças atrasadas de boa parte do resto da Europa durante o período posterior a 1790 dependeu da igualmente notável mobilização da sociedade francesa.”¹⁹¹

O pressuposto à discussão alemã apresentava o cenário de latência da passagem de um chamamento à pátria, no sentido revolucionário traduzido pela Revolução Francesa, para um chamamento de fidelidade à pátria nacional que ainda não existia, como representação da ideia latente dentro do campo conservador. Em outros países o processo era outro, não observando-se uma resistência à constituição de uma nação dentro das regras liberais republicanas, mas a sua transição do campo nacional popular para o campo conservador, que se inicia após os reveses da primavera dos povos, até a hecatombe da conversão completa do projeto republicano francês.

Mas se é possível dizer que esta discussão antecipa alguns traços mais gerais da discussão sobre a nação, cuja data de nascimento, segundo os elementos da história do nacionalismo feita por Hobsbawm se encontram só no final do XIX, é evidente que haveria uma dificuldade em afirmar elementos em torno de uma precisão vocabular, reflexo de uma definição conceitual que ainda não existia. De fato, o conceito de nação tem uma data de nascimento, colocando-se em torno de algumas discussões que teriam sua origem na década de 30 do século XIX e que teriam se constituído ao longo das últimas décadas do século XIX, o que testemunham inclusive os dicionários do período.¹⁹²

Um ideal prussiano começa a se constituir com base na ideia de um Estado forte, sem sufrágio universal, materializando aquilo que mais tarde Renan chamará de “revolução pelo alto,” chegando a acrescentar, após a derrota do exército francês para o alemão em 1870 que “a reforma do exército alemão foi uma obra prima de estudo e reflexão”.

Para Renan, um dos seus sinais é a constituição de um campo intelectual consciente de seu papel e ator do processo de reconstituição de um projeto republicano conservador, como pode ser observado na descrição de Paulo Arantes para o caso francês quando trata do contexto e significado político do texto de Renan *La Rèforme Intellectuelle et Morale de La France*, que desejava para a França uma renovação política inspirada no modelo prussiano, pensada como modelo “do alto” e não “de baixo” (a partir da mobilização popular) como o modelo francês. Neste exemplo, o exército seria de instituição exemplar:

Declaradamente autoritárias e inspiradas pelo espetáculo deplorável aos olhos de um

191 SHY, John. Jomini. Em: PARET, Peter (ed.). *Makers of modern Strategy – from Machiavelli to the Nuclear Age*. New Jersey: Princeton University Press, 1986., p. 144.

192 HOBBSAWM, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1780**. Programa, mito e realidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, p. 27-30.

homem de letras convencido de que a França é o sal da Terra – do ocaso de infamante do Segundo Império, coroado pela derrota de 1870 e logo arrematado pelo cataclisma da Comuna, essas ideias destinavam-se exclusivamente à elite política e intelectual do país – está visto que das massas não podem emergir razões e princípios novos para reformar um povo -, exortando-as a uma espécie de liquidação conjunta do pouco que restara da finada tradição jacobina e (aí a novidade) do seu polo antagônico, o catolicismo: pois afinal, concluía Renan, são dois os obstáculos para uma reforma da França de tipo prussiano, a falsa democracia (por definição) e o catolicismo (também estreito por definição); enquanto não forem removidos, prosseguia, as nações católicas serão infalivelmente derrotadas pelos países protestantes. Por designou como o “ocaso das infamante reviravoltas dos últimos respiros do projeto nacional popular no século XIX.”¹⁹³

Pode-se dizer que o comentário de Renan sobre “reformular pelo alto,” coincide com a ideia de uma tendência conservadora de aliança da burguesia com a nobreza e o antigo regime, fator que não parece ser aquele percebido por Engels, especialmente na passagem final, quando Engels trata do posicionamento político necessário ao movimento operário alemão (na figura do Partido Comunista Alemão, apresentado como legítimo representante do interesse dos trabalhadores alemães, o que o inclui, de certo modo, as pautas políticas reivindicadas e citadas desde o ciclo de intervenções na política alemã durante a revolução alemã), quando dá destaque às pautas que levaram o autor a intervir no campo do movimento operário junto aos grupos liberais, explorando um possível conflito em nome de pautas mais gerais democráticas e republicanas como os direitos do homem, quase em um tom jacobino, apesar de somado às reivindicações próprias de um posicionamento estritamente operário. O que ocorreria como se o posicionamento político do proletariado para se manifestar, em um momento em que o protagonismo político cabia à burguesia necessitasse passar através, ou entre as reivindicações burguesas. Engels parece ignorar a acomodação das classes, preferindo investir em um possível conflito entre a burguesia e os regimes onde haveria espaço para o proletariado.

A burguesia não consegue obter sua dominação política por meio de luta – conferindo expressão a esta, em uma Constituição e em leis -, sem, ao mesmo tempo, entregar armas nas mãos do proletariado.

Em face dos velhos estamentos, diferenciados segundo o nascimento, a burguesia tem de escrever em sua bandeira os direitos do homem, em face do sistema das corporações de ofício, a liberdade de comércio e de indústria, em face do paternalismo burocrático, a liberdade e a autonomia.

Por conseguinte, a burguesia tem de reivindicar, assim, o sufrágio universal e direto, a liberdade de imprensa, de associação e de reunião, bem como a supressão de todas as leis de exceção, impostas contra as diversas classes da população.

Porém, isso também é tudo que o proletariado deve exigir da burguesia.

Não pode demandar que a burguesia deixe de ser burguesia, mas sim que execute, de maneira consequente, seus próprios princípios.

193 ARANTES, Paulo. O partido da Inteligência. In: **Ressentimento da dialética**. Dialética e Experiência intelectual em Hegel, antigos Estudos sobre o ABC da Miséria Alemã. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1996, p.298.

Com isso, porém, o proletariado recebe também, em suas mãos, todas as armas, necessárias à sua vitória final.

Com a liberdade de imprensa, com os direitos de reunião e associação, o proletariado conquista o sufrágio universal e, com o sufrágio universal e direto, em combinação com os meios de agitação acima indicados, todas as demais coisas.

Portanto, é do interesse dos trabalhadores apoiar a burguesia em sua luta contra todos os elementos reacionários, enquanto permanecer fiel a si mesma.¹⁹⁴

Além do foco das reivindicações, é possível destacar o pressuposto deste posicionamento, que trata sobre uma política da Prússia, separada em relação aos demais reinos alemães como um todo, o que não permitiria pensar em termos de pátria, sendo alguém de alguma forma de nacionalismo. O que está apresentado como programa é relativamente claro, isto é, o autor se apresenta como parte de um grupo que toma uma posição política em relação a outro. Como militante numa organização a favor da classe operária, acredita ser necessário apresentar as pautas ditas burguesas, ou de seus setores mais próprios, os liberais, não são realizadas de modo próprio, ou “fiel a si mesma,” por eles mesmo, o que traz consequências ruins, pois diriam respeito, a aspectos importantes da garantia da ação política.

Os interesses ou direitos da classe trabalhadora permaneceriam, deste modo, pressupostos, ou seja, não aparecem de modo claro, estando subordinados a uma política de aliança contra uma política “*imposta contra as diversas classes da população.*”

Neste caso, apresentam-se as questões de uma possível sucessão (lógico) temporal para a possibilidade da resolução dos conflitos do cruzamento de tensões políticas naquele momento histórico específico, ou seja, dividindo em termos lógicos: num primeiro “momento,” o conflito entre a burguesia alemã, que portaria as pautas liberais, e a nobreza, neste caso, prussiana, que por sua vez, apresenta-se como mantenedora dos resquícios do feudalismo (na visão de Engels e também de Marx, mas também em menor medida ao lado do Império dos Habsburgos na Áustria, mas principalmente, da Rússia, considerada ainda o epicentro da contrarrevolução europeia).

Este “momento,” por sua vez, deveria ser sucedido por um segundo que só apareceria, de modo nítido com o estabelecimento das bases do capitalismo moderno e suas formas de específicas exploração (teorizada, nesta altura, de modo primário, isto é, sem uma separação nítida em relação, por exemplo, à teoria da repressão como núcleo principal contra o qual se deve insurgir), opondo proletários e burgueses. Conflito este que explica sua importância pelo fato de que sua resolução por meio de uma saída revolucionária prometeria ser o último conflito que a partir deste ponto, fosse capaz de conduzir à luta de classes de modo mais claro.

194 ENGELS, Friedrich. *The Prussian Military Question and the German Workers' Party*, parte III
Acessado em: <http://www.marxists.org/archive/marx/works/1865/02/12.htm> Último acesso: 12/10/2012

Assim, considerando que a partir deste instante em que se enuncia a crítica à política militar prussiana ambos os conflitos coexistem em menor ou maior grau, nota-se que, apesar disso, outras possibilidades deveriam se colocar no conflito de interesses entre o governo prussiano e a burguesia, que permitissem a efetivação das pautas liberais (*a liberdade de imprensa, com os direitos de reunião e associação, o proletariado conquista o sufrágio universal e, com o sufrágio universal e direto, em combinação com os meios de agitação acima indicados, todas as demais coisas*).

No entanto, este princípio aparece para o autor como uma potencialidade que nitidamente poderia se realizar, principalmente ao trazer aquilo que, a nosso ver, aparece na visão de Engels como a possibilidade de insurreição mantida nos exércitos modernos, em outras palavras, “*as armas, necessárias à sua vitória final*” que garantiriam esse modelo de revolução, similar em essência e em aparência àquela defendida pelos partidários de Blanqui. Uma posição vantajosa para esta suposta fase posterior das relações sociais na Alemanha, onde o conflito entre proletários e capitalistas deveria se colocar claramente, sem ter de fazer frente à repressão militar direta e suspensão fortuita de direitos, princípios repressivos e resquícios pré-burgueses que desviam o principal foco da luta de classes entre burgueses e proletários.

3. A GUERRA AUSTRO-PRUSSIANA

Em torno dos textos de Engels sobre a Guerra Austro-Prussiana (1866) e a tentativa de um prognóstico sobre as organizações militares

Em um contexto mais amplo, a década de 1860 representou um período definitivo para as forças conservadoras da Europa, com pouco protagonismo dos movimentos políticos contestatórios. Para Eric Hobsbawm:

A coisa mais significativa a respeito da década de 1860 foi que, não apenas governos mantinham quase sempre a iniciativa e quase nunca perdiam (senão momentaneamente) o controle da situação que podiam quase sempre manipular, mas também que podiam sempre conceder as reivindicações de suas oposições em todos os acontecimentos a oeste da Rússia.¹⁹⁵

Esta conjuntura política, somada ao crescente desenvolvimento industrial e organizativo dos Estados resultou na transformação do período no marco de nascimento de conflitos cada vez mais intensos.

A Guerra Civil Americana matou mais de 630 mil soldados, e o total de mortos, feridos e desaparecidos ficou entre 33 e 40% do conjunto de forças unionistas e confederadas. A Guerra do Paraguai matou 330 mil (até onde as estatísticas latino-americanas possam ter algum significado), reduzindo a população de sua vítima principal para cerca de 200 mil, dos quais 30 mil eram homens. Por onde for que se observe, a década de 1860 foi uma década de sangue.¹⁹⁶

Esta conjuntura sangrenta certamente se fizera notar na Prússia, um dos principais atores deste processo. Engels, após a continuação de seus estudos militares, não podia deixar de notá-lo e escreve sobre o caso da guerra austro-prussiana relatado no texto *Notas sobre a guerra na Alemanha* (1866), escrito na categoria de correspondente e analista militar, em um período em que entra em contato com as perspectivas da análise militar histórica¹⁹⁷ e as memórias de combatentes, especialmente comandantes militares e diários de campanha, que compõem alguns dos principais registros sobre combates no século XIX, pois foram importantes esforços de descrições detalhadas sobre forças envolvidas, ações e pressupostos logísticos que compõem os combates.

195 HOBBSAWM, Eric. **A era do capital: 1848-1875**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 9th ed., 2002, p.88.

196 Idem, p.92.

197 Como critica Charles Tilly a partir de um referencial sociológico, esta seria uma abordagem tradicional até para o período recente: “historiadores militares tem muitos pontos fortes, e três pontos fracos: por idealizar a estratégia, eles inflam grandes homens, e para a tecnologia hipostasiada. Nos últimos anos, o determinismo tecnológico dominou grande parte da história militar, como alguns autores concluem que a introdução de armas nucleares mudou completamente a guerra após 1945, e outros que novas armas introduziram uma revolução similar no século XVI.” (TILLY, Charles. War in History. **Sociological Forum**, Vol. 7, No. 1, Special Issue: Needed Sociological Research on Issues of War and Peace (Março, 1992), p.192)

Se tomarmos o caso de um dos livros mais importantes de Clausewitz para ilustrarmos alguns destes elementos *A Campanha de 1812 na Rússia* (de modo equivalente a outros autores como Jomini), um clássico exemplo de diário de campanha, os elementos principais descritos são o caráter dos líderes, as quantidades de armas de combatentes, os locais onde ocorrem os conflitos e as ações realizadas no espaço como vetores, conquista de territórios e deslocamento. De modo semelhante, Engels leva em consideração os elementos que considera necessários para uma avaliação mais precisa sobre a guerra e sua disposição espacial, a força dos exércitos em termos de números de soldados e armamento (em tipo e quantidade) assim como outro ainda mais importante, o aspecto organizacional. E é curiosamente sobre este último aspecto que seu diagnóstico, onde tantas vezes se apoiou em outros momentos, se mostra mais deslocado frente aos elementos que estavam em questão no conflito.

3.1 CONFLITO NA CADEIA DE COMANDO ?

Tomemos duas questões do artigo para argumentarmos. A primeira questão é quando Engels leva em consideração a forma como funcionaria a cadeia de comando do exército e seus elementos subordinados à estrutura aristocrática prussiana como um tipo de impedimento à organização e disposição racional dos elementos para o combate como a cadeia de comando. Estes elementos levavam-no a acreditar estar em questão um conflito entre o rei em pessoa considerado “um herói de desfiles, dotado, no melhor dos casos, de medíocres atitudes militares e de um caráter débil, mesmo que não isento de obstinação” e o “O estado-maior geral do exército, a cuja frente se encontra o general Moltke, excelente comandante; em segundo lugar, pelo 'gabinete militar próprio', composto pelos favoritos e, em terceiro lugar, pelos oficiais superiores, incluídos em seu séquito, sem um destino definido.”¹⁹⁸

Portanto, Engels errava, sobretudo, em acreditar haver um conflito institucional entre a moderna composição das formações militares modernas trazidas pela Revolução Francesa no período napoleônico e aquilo que via como os restos do antigo regime contra o qual combatia. Engels chega a acreditar numa derrota dos prussianos “devido à superioridade do comando, da organização, a formação de combate e o estado moral dos austríacos e, por fim, o que não era menos importante, devido a seus próprios comandantes, deveriam possuir certamente um valor muito diferente do que pode esperar-se de um exército cuja existência transcorreu em

198 Publicado no The Manchester Guardian, No. 6190, de 20 de junho de 1866 com o título *Pontos fortes das forças opostas*. Todas as referências bibliográficas foram utilizadas a partir da transcrição do original em inglês presente <http://www.marxists.org/archive/marx/works/1866/war-germany/index.htm>, porém foi deixada a referência da tradução para o espanhol por ser a única disponível com paginação que encontramos (ENGELS, Federico. **Temas Militares**. Buenos Aires: Ediciones Estudio, 1966, p.146).

más condições durante cinquenta anos.”¹⁹⁹

De fato, é presumível e correto pensar sobre a possibilidade de conflitos internos à instituição militar ou entre as diretrizes de um exército profissional e o Estado, mas perdem-se outros fatores, como a dinâmica de reacomodação das classes e diminui-se o elemento vertical de uma possibilidade de estabilização e mesmo mobilização na hierarquia de cima para baixo. O que certamente é problemático de se observar ou reconhecer, especialmente quando se considera que em grande parte dos escritos de Marx e Engels somente o proletariado seria, senão o único ator capaz de portar a novidade, ou de ser o foco do principal conflito irreconciliável na história, ao menos o seu principal agente. Teria Engels sobre-estimado a burguesia e seu desenvolvimento no estado prussiano como uma classe que traria um conflito fundamental com a aristocracia militar?

3.2 MOLTKE E A REFORMA DO COMANDO MILITAR

Engels talvez não tivesse ainda uma fonte de informações interna ao exército para conhecer o processo político operado por Moltke, pois este não apresentava credenciais que permitiriam desvendar nele um comandante-em-chefe em todo o seu potencial, pois publicamente ainda não possuía a experiência demonstrada em combate que outros oficiais até então conheciam.

No entanto, nos bastidores da caserna desde 1857, estava em curso uma reorganização do exército quanto ao aspecto técnico e político, especialmente no que tocava à eficiência em manter a expansão da conscrição (fator que será elemento central dos textos posteriores de Engels), ao mesmo tempo em que acabava progressivamente com o sistema de milícias populares representado pela *Landwehr*²⁰⁰, permitindo o contato profissional entre um corpo de oficiais realistas preservado de modo imutável e sob controle das instituições militares cada vez menos sob um reino particular sob um sistema dinástico específico, e cada vez mais como parte de uma associa”ção entre reinos segundo um projeto comum. Esta medida, que foi

199 ENGELS, Federico. Op. Cit., p.150.

200 Landwehr era um sistema de milícias compostas de cidadãos criado em 1813 devido às guerras napoleônicas que possuía organização própria e era comandado por cidadãos notáveis passando a fazer parte da conscrição obrigatória de três anos no Exército, dois na reserva e os demais anos na Landwehr. Era a base de apoio da coalizão liberal que temia que o novo Exército projetado por Bismarck suprimisse as liberdades constitucionais conquistadas após as lutas pela libertação durante as guerras napoleônicas. Sob o comando de Helmut von Moltke, em 1858, tal sistema é finalmente subordinado ao Exército quando é criado o Exército prussiano moderno como sistema de integração nacional e principal ator nas futuras guerras europeias. Engels apoiou o sistema da Landwehr desde sua participação nas campanhas de 1848, na medida em que isto correspondeu a uma forma de apoio ao incipiente projeto democrático e nacional alemão sob um controle de lideranças civis. Sistemas parecidos como a Guarda Nacional francesa, tiveram papel importante em eventos como a Comuna de Paris. Vide Armando Vidigal (vice-almirante). Guerras de Unificação Alemã. Em: MAGNOLI, D., (ed.) **História das Guerras**, Editora Contexto, São Paulo, 2006. p.289-315

duramente combatida pelo parlamento, tornou-se efetiva com Bismarck, o que ocorreu sem qualquer consenso entre os grupos políticos hegemonzados por burgueses, nobres e *junkers*, gerando um conflito institucional em torno da constituição, que ocorria ao mesmo tempo em que era travada a batalha de Königsgratz durante a campanha contra a Áustria. Com a vitória, por fim, a oposição parlamentar por fim quebrou-se tornando-se esta vitória militar também uma vitória da política de Bismarck que abriu o caminho para uma unificação dos estados alemães subordinada à casa Hohenzolern e segundo o comando da coroa prussiana triunfante sobre a oposição democrática, liberal, assim como dos pequenos reinos, permitindo a preservação da estrutura autoritária do exército prussiano, cujos generais ainda eram devotos da ideia de uma superioridade da monarquia.²⁰¹

3.3 INOVAÇÕES TÁTICAS DO EXÉRCITO

Na abertura do quarto artigo sobre a guerra austro-prussiana²⁰² chamado *Os prussianos iniciam um erro tático*, Engels diz o seguinte:

Suponhamos que se pergunte a um jovem alferes ou cadete prussiano, em seu exame para obter o grau de tenente qual seria o plano mais seguro para que o exército prussiano invada à Boêmia. Imaginemos que o jovem oficial responde: “O melhor procedimento seria dividir as tropas em duas partes mais ou menos iguais, enviando uma destas para dar uma volta pelo lado leste dos montes dos Gigantes e a outra pelo oeste, de modo que ambas se unam em Hulcin” Que diria o oficial examinador? Responderia-lhe que este plano atenta contra duas leis básicas da estratégia; em primeiro lugar, nunca se deve dividir as próprias tropas de modo que as partes não estejam em condições de se auxiliarem uma a outra, no entanto, ao contrário, é preciso conservá-las muito próximas; em segundo lugar, no caso de avançar por caminhos diferentes, as diversas colunas devem unir-se em um ponto situado fora do alcance do inimigo; que por isso, o plano proposto é o pior entre todos os possíveis, o que somente se poderia ter em conta se a Boêmia estivesse absolutamente livre de tropas inimigas, e que, por consequência, um oficial que apresenta semelhante plano nem sequer é digno do grau de tenente.

Ao que acrescenta Engels:

Com efeito, este é o plano adotado pelo sábio e prudente Estado-maior prussiano. Resulta quase incrível, mas é assim. O erro que tiveram de pagar os italianos em Custoza foi repetido de novo pelos prussianos, e em condições que o tornaram dez vezes mais desastroso.

O comentário de Engels se dá sob o signo da prudência e, curiosamente, ele é similar à crítica feita por Montaigne no capítulo sobre os *Destriers*, os cavalos de garantia que se conduz ao lado direito (*Destries*, Capítulo 48 do primeiro volume dos *Ensaio*s), que seria acima de tudo um argumento a favor de uma garantia contra as armas de arremesso que não

201 HOLBORN, Hajo. The Prusso-German School: Moltke and the Rise of the General Staff. Em: PARET, Peter (ed.). **Makers of modern Strategy** – from Machiavelli to the Nuclear Age. New Jersey: Princeton University Press, 1986, p.282.

202 Publicado no The Manchester Guardian, No. 6204, em julho de 1866.

garantiriam o controle integral do ataque no combate, o que criaria uma situação propícia ao erro. Algo semelhante também é possível encontrar em Maquiavel nos *Discorsi* que defendia a tradição de combate onde os cidadãos fossem necessários como força militar livre, contra uma forma de combate que permitiria mercenários, considerados inábeis, mas perigosos politicamente graças ao emprego de armas de fogo. Em todos estes autores, o combate, ao modificar suas condições, produziria efeitos perigosos ao perder o graças à perda de uma forma tradicional de combate que permitiria prescindir do próprio combatente como indivíduo treinado e habilitado. O resultado, mesmo eficaz do emprego da arma de fogo, ao produzir um efeito útil, traria consequências negativas graças ao seu emprego, deixando de ver a importância do elemento de novidade ou surpresa resultante do constante desenvolvimento das formas de combate de modo a antecipar e neutralizar possíveis reações no campo de batalha.

O caso particular do sucesso de 1866 deveu-se ao fato dos prussianos surpreenderem os adversários austríacos, rompendo expectativas sobre o formato do combate travado, pressuposto no entendimento militar da época criado a partir das formas tradicionais de combate adotadas até então. A questão que Engels e os austríacos, assim como todos os demais exércitos da Europa continental não conseguiam compreender era justamente a tática de dividir os exércitos para envolver o adversário, tática que, curiosamente, se aproveitava do recurso da história militar (as primeiras campanhas de Napoleão na Itália, que foram estudadas criticamente por Clausewitz e Jomini) como forma de se repensar a tática. Tanto a tática prussiana contra a Áustria, quanto a adotada por Napoleão na Campanha da Itália (em particular no combate aos austríacos na guerra da primeira coalizão antes da tomada de Milão) se apoiavam na mudança da forma de combate permitida pela mobilidade, isto é, pressupunham novas condições propiciadas pelas estradas de ferro para poderem mover os exércitos, da mesma forma como Napoleão se utilizou da marcha rápida e da quebra de certos rituais de combate ligados ao deslocamento e concentração das tropas.

Como descreve Ghunter Rothenberg:

Confrontado com o impasse imposto pelas novas armas e os *fronts* estendidos, Moltke, chefe do *general staff* de 1857 a 1887, desenvolveu o conceito de flanquear (*outflanking*) o inimigo em uma sequência contínua operacional-estratégica combinando mobilização, concentração, movimento, e combate. Assumindo a iniciativa, ele pretendeu conduzir seu oponente em um envolvimento, destruindo seu exército em uma grande e decisiva batalha de aniquilação ou cerco, a *Vernichtungsschlacht* – ou *Kesselschlacht*. Para controlar a execução da sua sequência, Moltke a construiu sobre desenvolvimentos anteriores para criar o moderno sistema de Estado-maior (*general staff*) e introduziu a *Auftragstaktik*, missões táticas, um método de comando

que enfatizou a iniciativa descentralizada com uma concepção estratégica global.²⁰³

Para este processo, além do movimento das tropas em combate, é possível notar o impacto causado pelo fato da Prússia não apenas implementar a conscrição, uma instituição republicana em um sistema imperial, com o fato de tê-lo realizado em um patamar inaudito, somando-se à adoção de novo arsenal para um combate muito mais eficaz do que o utilizado por outros exércitos até aquele momento.

A Prússia foi o único país que pretendeu estender aos quadros da reserva, em grandes proporções, a força militar do povo. E foi, além disso, o primeiro Estado a adotar em toda a sua infantaria a novíssima arma, o fuzil carregado pela culatra, depois de ter usado, por pouco tempo, o fuzil de carga dianteira, aperfeiçoado e adaptado para a guerra, entre 1830 e 1860. Tais foram as duas inovações a que se deveram os triunfos prussianos de 1866.²⁰⁴

Certamente, isto não ocorreu sem resistências à inovação inclusive por parte da instituição militar em virtude da existência de “repertórios de violência coletiva” que persistiam conforme o embate com a tradição se mostrava como um dos aspectos do conflito entre os valores aristocráticos e a dinâmica da modernização da forma de combate tenham sido implementadas anteriormente pelos exércitos da França revolucionária. No entanto estas mudanças táticas trouxeram uma marca incontornável de mudança social, mas especificamente isoladas e aplicadas exclusivamente ao campo militar, ao utilizarem-se de um princípio de organização que, por se mostrar mais eficaz se comparado a todo o aparato utilizado até então, o que acabou condenando os exércitos a depender dele no futuro, sem o que não poderiam mais se desfazer desta nova forma, sob pena de derrota no campo de batalha.

Portanto, efeitos definitivos se fizeram sentir a partir de então, como a modificação da forma de organização e agrupamento para a batalha, realizando uma transição entre formações de combate que Engels, anos a frente será obrigado a reconhecer, analisando novamente este combate. Não mais medidas pelo emprego eficaz de um mesmo repertório, mas pensada sob o signo da inovação em campos estruturais que não poderiam mais serem abandonados no caso de exércitos ofensivos. As formas tradicionais que poderiam ser auxiliadas por outros fatores, como o relevo, disciplina, etc., com resultado sensíveis nas mudanças táticas, modificam a própria organização militar na “ordem de batalha,” que por sua vez, ao persistirem, mostram resultados na modificação da própria instituição militar ao tornarem-se tais modificações

203 ROTHENBERG, Gunther E. Moltke and the Doctrine of Strategic Evelopment. (ed.). **Makers of modern Strategy** – from Machiavelli to the Nuclear Age. New Jersey: Princeton University Press, 1986, p. 296.

204 Idem, p. 296. Vide o capítulo a respeito da guerra austro-prussiana e tabela explicativa no final do trabalho.

fixas, como marcas de modificações de formações de combate com interesse tático que se tornam definitivas.

Quando, porém, em 18 de agosto, perto de St. Privat, a Guarda Prussiana quis tomar a sério a ordem de batalha de sua coluna de companhia, os cinco regimentos mais empenhados na ação perderam, em duas horas, mais da terça parte de seus efetivos (178 oficiais e 5.114 homens). A partir deste momento, a coluna de companhia foi condenada a desaparecer como forma de luta, da mesma maneira que a coluna de batalhão e a linha.²⁰⁵

3.4 CLAUSEWITZ E A POLÍTICA MILITAR

No comentário sobre a guerra, é comum a percebermos o destaque à tentar compreender tendências de organização e a dinâmica operacional dos campos de batalha que possibilitaria, entre outras coisas, antever reformas ou reorganizações táticas que possam ser decisivas em futuros combates. Alguns destes sentidos podem ser observados em Clausewitz, que Engels chegou a citar em algumas passagens, especialmente nos verbetes sobre Guerra e organização militar escritos para o *New American Cyclopedia* onde trata das guerras da campanha napoleônica em solo russo relatadas por Clausewitz, no entanto, este contato se aprofunda em 1858, quando inicia o estudo sistemático da obra máxima do general prussiano.²⁰⁶

O livro *Da Guerra*, cujos volumes foram publicados respectivamente em 1832, 1834 e 1837, apesar de tratarem das guerras no presente e no passado imediato de Clausewitz, também tem como problema implícito a forma provável das guerras futuras, tentando ir além da experiência sobre o qual se enraizara: “usando o passado como base para seu julgamento, ele concluiu que havia duas espécies de guerra: a de observação e a de decisão. Raras vezes se permitiu prognosticar qual delas prevaleceria no futuro,”²⁰⁷ e mesmo assim, com alguma incerteza quanto às previsões, pois Clausewitz muda constantemente seu julgamento com ao longo do tempo, o que testemunha o próprio texto permeado de contradições e partes inacabadas de *Da Guerra*.

Há diversos problemas difíceis de serem solucionados, como por exemplo, o de um

205 ENGELS, Friedrich. **Anti-Dühring**: filosofia, economia política, socialismo. Rio de Janeiro: paz e Terra, 1979, p. 148.

206 “[...]Estou lendo, inter alia, Da Guerra de Clausewitz, um modo de filosofar a moda antiga, mas em si muito bom. Sobre a questão a respeito de se deveríamos dizer de uma arte ou ciência da guerra, ele diz que, mais do que qualquer coisa, a guerra se assemelha ao comércio. O combate é para a guerra o que o pagamento à vista é para o comércio, apesar de raramente ser necessário ocorrer na realidade, tudo é direcionado para ele e, finalmente, ele é obrigado a acontecer e se prova decisivo” Carta de Engels a Marx escrita em Manchester a 7 de janeiro de 1858. Acessado em: http://www.marxists.org/archive/marx/works/1858/letters/58_01_07.htm último acesso 11/11/2012.

207 STRACHAN, Hew. **Sobre a Guerra de Clausewitz**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 2008, p.187.

determinado tipo particular de conflito, como aquele apresentado no Livro 6, capítulo 28 em que se observa o seguinte tipo de asserção “pode-se prever que a maioria das guerras tenderá a se converter em guerras de observação,” pois um juízo deste tipo ao ser aplicado aos fenômenos sociais pode ter mais de uma significação. Cabe perguntar a respeito da previsão, em primeiro lugar, qual o alcance temporal que o prognóstico pretendia cobrir? Pois em um curto alcance parecera correto, já que “numa perspectiva de curto prazo, digamos, na de 1850, essa parecia ser uma expectativa sensata: durante as revoluções que varreram a Europa em 1830 e 1848, os exércitos observaram as reviravoltas nos Estados vizinhos com mais frequência do que nela intervieram.”²⁰⁸ No entanto, como aponta Hew Strachan a respeito de outra formulação, assinala que “cem anos mais tarde, porém, em 1950, a conclusão de Clausewitz no Livro 8, Capítulo 3B,” pareceria mais antecipadora quanto à ideia originada por um balanço que tem em conta as guerras napoleônicas como passo para uma nova forma mais pura de guerra onde “a guerra, livre de quaisquer restrições convencionais, soltou-se em sua fúria elementar,” passagem em que o autor de *Da Guerra* terminava em certas considerações quanto ao futuro: “Será esse o caso no futuro? De agora em diante todas as guerras feitas na Europa serão empreendidas com plenos recursos do Estado e, portanto ocorrerão somente por questões maiores que afetem o povo?” São questões interessantes, mas não encontra-se uma resposta em Clausewitz nem é explícita, nem direta, especialmente sobre pontos específicos ou mesmo quanto à qual tendência se estabeleceria.

E principalmente não identificava como mudaria a tática em relação às mudanças operadas graças ao emprego de modificações técnicas como a adoção de novos armamentos como o fuzil de retrocarga, a estrada de ferro e o telégrafo que permitiam a precisão na pontaria e a rapidez da recarga sem baterias de tiro em revezamento, ou ainda, a capacidade de deslocar tropas e de coordenar grupos de soldados distantes milhares de quilômetros Para Hew Strachan quanto aos pressupostos a respeito da potencialidade destrutiva que Clausewitz leva em consideração, seria correto assemelhar o desenvolvimento de uma potencialidade destrutiva, como uma das intuições de Clausewitz e motor do desenvolvimento militar, já que este assinala que “depois que barreiras - que de certo modo consistem apenas na ignorância do homem acerca do que é possível – são derrubadas, não são reerguidas com tanta facilidade.”²⁰⁹

Mas é necessário levar em consideração o fato de que *Da Guerra* é um livro incompleto e inserido na lógica da guerra continental do início do século XIX em que as

208 Idem, p. 188.

209 Idem, p.189.

nações e impérios empregavam menos a mediação de seus conflitos pela diplomacia na ausência de um direito internacional constituído, de fato, os estados soberanos pareciam mesmo preferir recorrer de modo mais desimpedido à guerra. Do mesmo modo, é possível notar nos pressupostos da crítica clausewitziana a ausência da marinha como arma de guerra, assim como o destaque dado ao formato convencional de guerra tendo como únicas variáveis os termos políticos e sociais em que o conflito se insere, resultando em uma série de reflexões descontínuas do autor, somadas ao fato de que Clausewitz é ele próprio uma referência sobre o formato das guerras travadas até aquele período onde “não poderia haver indicação mais vívida da influência de seu próprio tempo: a guerra na era de Napoleão foi transformada não pela tecnologia, mas pela revolução social e política.”²¹⁰

Haveria uma relação tensa entre o momento político e social adotado pelas formações militares, inescapável mesmo para o autor do mais famoso tratado militar do século XIX em relação às transformações realizadas no desenvolvimento da tática militar durante o período posterior. Estaria Engels tentando respondê-la desenvolvendo um método de observação dos fenômenos militares voltando-se aos seus pressupostos como forma de explicar a sua dinâmica? Se isto ocorreria ao longo do tempo, certamente este projeto ainda não se delineou durante a década de 1860 em relação aos conflitos militares do período.

3.5 A CONSCRIÇÃO PRUSSIONA

A ideia dos sistemas de conscrição prussiano (e posteriormente alemão) se inscrevia em um projeto mais geral de reforma, a princípio não muito radical em seus pressupostos, mas ainda assim resultante de uma forma particular de recepção do iluminismo. Segundo esta concepção, acreditava-se que o modo como a França recorreu ao povo pela revolução, a “Prússia poderia fazê-lo dando-lhes direitos perante a lei, emancipando os servos e fornecendo sistemas universais de educação. A liberalização da Prússia a salvaria pelo revigoramento e o pagamento final ocorreria no campo de batalha,”²¹¹ portanto uma forma de absorção instrumental das ideias do iluminismo aplicadas ao contexto militar que levou os militares alemães a considerar Scharnhorst o primeiro proponente do sistema de conscrição universal, como um *„aufklärer“* militar que teria inspirado entre outros, o jovem Clausewitz.

Para ele, a derrota para Napoleão, além de um desastre para o corpo militar e aristocrático prussiano, poderia ter fornecido a ocasião para estas reformas de modo mais profundo, mesmo que apenas algumas delas, já anunciassem um futuro otimista. Este pode ser

210 Idem, p.189.

211 Idem, p.44.

considerado um dos primeiros germes do nacionalismo alemão, mesmo que submetido aos interesses dos Hohenzollern

A emancipação do campesinato começou em outubro (de 1807) e a reforma do governo local se deu no ano seguinte. Ao mesmo tempo, o rei instituiu uma comissão de reorganização militar para investigar as causas da derrota e propor mudanças no exército [...] Scharnhorst formulou uma missão que se ajustou à dos reformadores civis. Um exército de homens livres que unia os militares e a nação iria lutar movido por um sentimento de honra e patriotismo²¹²

As guerras revolucionárias francesas convenceram-no de que os exércitos da Alemanha precisavam ser reformados por meio de uma série de intervenções em que os soldados deveriam ser recrutados por meio de serviço militar compulsório e universal, e a promoção de patentes deveria ser por mérito, que a educação poderia desenvolver talentos e, ligado a seu campo, que a inovação tática baseava-se na mudança social e política. Estes eram argumentos potencialmente inquietantes para uma monarquia preocupada com a difusão de ideias revolucionárias vindas da França, e tais medos não eram simples reflexos de conservadorismo. Mesmo para os mais progressistas liberais entre os reformadores alemães, estes consideravam que o Terror que expurgara a aristocracia da França havia encontrado seu espaço nos campos de batalha: os exércitos que diziam trazer liberdade, igualdade e fraternidade, também estupravam, saqueavam e pilhavam. Apesar disso, Scharnhorst teve liberdade para ensinar e influenciar segundo seus ideais de reforma social seu mais famoso discípulo, Clausewitz.

Mas quais as lições que *Da Guerra* poderia ensinar a Engels? Nossa resposta é nesse sentido apenas conjectural, mas podemos tomar como possibilidade, estendendo também a compreensão de Jomini sobre Clausewitz a respeito do problema mais geral da guerra e conforme a abordagem do tema nos Estados alemães, formando um repertório geral entre os militares.

Um primeiro elemento é o da relação entre guerra e política, pois longe de representar a guerra como uma forma distanciada do fenômeno político em instâncias a parte, elas são representadas de modo interpenetrado (ou ao menos em certas partes). Uma das interpretações mais usuais da ideia clausewitziana sobre a guerra trata da relação entre guerra e política como instâncias distintas e divididas, como quando tratamos hoje ao refletir a relação entre o civil e o militar como constitutiva da definição de um campo militar apartado do civil numa origem aristocrática que somente com o tempo passaria a um marco profissional para os militares, e institucional, para o exército. Abordagem em parte presente na narrativa

212 Idem, p.51.

weberiana de *Economia e Sociedade* a respeito da gênese da cidade ocidental e de Norbert Elias quanto à constituição do militarismo alemão em termos de uma relação entre aristocracia e burguesia em *Os Alemães*.

No entanto, esta dinâmica histórica em Clausewitz é repensada a partir da transformação e intervenções recíprocas entre o civil e o militar, tendo como marco a questão das guerras napoleônicas vista como a história da passagem da instituição militar de um campo aristocrático para um campo político mais geral onde estes elementos se interpenetram. As passagens entre o campo civil e o militar se demonstram não apenas nas políticas de alianças e concessões relativas frente aos conflitos entre grupos, como aquelas que ocorreriam dentro do Império Hohenzolern na luta entre o imperador e a burguesia que financiaria as guerras, pois foi através da política interna que se conseguiu angariar apoio para as campanhas externas, o que por sua vez, dava força renovada às alianças internas. Diversos conflitos se passaram, como entre a Prússia e as demais dinastias alemãs, depois do governo central contra os *junkers*, com o qual contava com os liberais e socialistas, depois contra os próprios socialistas, quando ambos estavam em conflito. Nada disto estava certamente planejado previamente, em verdade, diversos conflitos políticos se passaram sempre tendo o exército como um de seus principais pivôs.

Em Engels, a respeito de sua previsão equivocada quanto ao conflito austro-prussiano, reiteradamente lembrada por seus críticos, cabem algumas observações. A primeira é o fato de que, apesar da observação sobre o conflito ser realizada tendo em consideração diversos elementos que definem historicamente o formato da guerra como o tamanho dos exércitos, o profissionalismo, logística, administração, armas e treinamento, para ficarmos entre alguns, Engels se fia em alguns dos principais elementos levados em consideração até o período e também presentes na obra de Clausewitz, como o terreno, a organização, a importância da dinâmica entre o ataque e a defesa e a influência das instituições do antigo regime na forma do combate, algo que ao menos em parte preservou-se em outros momentos de sua análise.

A segunda observação é sobre o que fundamentaria que a ideia de uma “dialética clausewitziana” ou da possibilidade de se elaborar um prognóstico rigoroso sobre o desenvolvimento dos fenômenos militares. Para apreender os efeitos de um fenômeno como a guerra, crê-se que os autores poderiam deduzi-la, e para isso, pensando em termos ontológicos, para ser abordado como um ser objetivamente determinado, deveria ser conhecida de alguma forma a sua essência, positiva ou negativamente, como tendência. Por uma via de dedução ontológica, certamente o caminho seria aquele de encontrar as

determinações de um ser, as condições que o fazem ter características específicas que permitem pensar sua essência, mas não qualquer alteração em suas propriedades. No entanto, a procura pela essência da guerra passava por uma tendência geral da época.

Em Clausewitz e na maioria dos autores do período, a análise das guerras concretas, dentro destas, radicalmente passava por ser considerada apenas segundo uma única característica determinante identificada como elemento causal central, normalmente centrada no gênio e dependente de pouquíssimas variáveis adicionais, como a política, portanto, mesmo Clausewitz encontrou dificuldades insuperáveis na formulação desta unidade.

Clausewitz vê três atores na guerra: estados que dirigem guerras, exércitos que as executam, e povos que os suportam financeiramente e suprem homens jovens, caso contrário devem ficar fora das ações tanto quanto seja possível. Para Clausewitz e seu contemporâneos, guerras adequadas opunham estados contra estados; o direito internacional, até mesmo sorria sobre os massacres de grupos civis que se atreveram a pegar em armas²¹³

Este quadro pintado por Tilly, certamente poderia ser considerado adequado para Moltke e Jomini, mas certamente não para Scharnhorst e Clausewitz, que observaram a relativa eficácia da transformação dos exércitos em exércitos nacionais contra a estrutura dinástica herdada, onde o povo era fator importante em sua mobilização. No entanto, se por um lado a guerra é definida pela sua transformação em outra forma da política, por outro ela é definida como partidária de uma dinâmica interna que tenta vencer todas as determinações externas.

Se considerarmos a possibilidade de uma dialética da guerra, é possível encontrarmos aí uma figuração de um raciocínio de certa forma dialético, mas apenas na medida em que a determinação coextensiva da política na guerra, inverte-se no que parece seu contrário lógico. Para o caso da guerra como princípio que busca se realizar de modo absoluto, ao dispor de toda a sua potência destrutiva e anulando seus obstáculos.

Assim, apesar dos equívocos de Engels deste período, é a partir destes textos que emergem os pressupostos de outras análises que o ajudariam a ilustrar questões relevantes para a elucidação do fenômeno da guerra sob uma perspectiva que tentava se cada vez mais se distanciar do pensamento militar tradicional, para ser capaz de naquilo que tocava aos problemas pertinentes ao proletariado revolucionário.

213 TILLY, Charles. **Coerção, Capital e Estados Europeus**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996(a), p.193.

4. DIÁRIO DE GUERRA

“Diário da guerra franco-prussiana” (Sobre o trabalho de Engels como correspondente de guerra do jornal Pall Mall Gazette de 1870-1871)

4.1 DIANTE DA GUERRA

A guerra franco-prussiana foi um marco no desenvolvimento militar europeu, colocando à prova o desenvolvimento militar e a capacidade de mobilização de contingentes volumosos, principalmente aqueles colocados em ação pela Prússia. Albrecht von Roon, o ministro prussiano da Guerra (1859-1873) estabeleceu um projecto onde cada prussiano homem e capaz de lutar seria recrutado no momento da mobilização. Assim, apesar de a população da França ser maior que a população de todos os estados alemães que participaram da guerra, os alemães mobilizaram mais soldados para a batalha.

Certamente este período representou politicamente, uma derrota sensível para a classe trabalhadora alemã, pois esta guerra, apesar de conseguiu unificar a Alemanha, o fez sob domínio prussiano, o que representava forte repressão, além do aumento da xenofobia aumentava a oposição entre os setores nacionalista e internacionalista do movimento socialista alemão.

Na Alemanha, o conflito se refletiu principalmente na oposição entre a *Associação Geral dos Trabalhadores Alemães (ADAV)*,²¹⁴ fundada em 1863, por Ferdinand Lassalle (falecido em 1864), e o *Partido Socialdemocrata dos Trabalhadores (SAPD)*,²¹⁵ fundado em 1869, em Eisenach, por Wilhelm Liebknecht, Wilhelm Bracke e August Bebel, dirigentes socialistas próximos de Marx.²¹⁶ Entre várias razões, a principal discussão que opunha os dois partidos socialistas alemães desde a revolução de 1848 era a respeito de qual programa deveria orientar o processo de unificação da Alemanha.

214 Criado em 1863 por Ferdinand Lassalle e seriamente criticado por Marx e Engels que viam no partido o cumprimento de uma política de aproximação com o Estado prussiano.

215 Quando em 1890 formou-se o Partido Socialdemocrata SPD (*Sozialdemokratische Partei Deutschlands*) seu antecedente imediato foi o SAPD. O processo de unificação foi complexo e envolveu muita negociação visando amenizar antigas tensões, especialmente no que tocava à relação entre o movimento operário e o Estado, questões eminentemente ligadas à questão nacional, como a unificação, pautada desde a revolução de 1848, e que ecoaram nos seguidores de Lassalle, mesmo durante o período posterior. Para as lideranças, o verdadeiro problema até então teria sido da natureza da unidade da Alemanha, pois Bebel e Liebknecht eram partidários da política nacional para a unificação alemã da "grande Alemanha" (que preconizava a unificação de todos os estados alemães, inclusive o Império Austro-Húngaro), enquanto Lassalle, fazia coro com o primeiro-ministro prussiano Otto von Bismarck pela "pequena Alemanha" (união apenas dos estados alemães ao norte dos Alpes, sob a liderança da Prússia). Com a unificação alemã, no final da guerra franco-prussiana, não haveria mais a causa do conflito.

216 LÖWY, Michael. *A teoria da revolução no jovem Marx*. Petrópolis: Editora Vozes, 2002, p.9.

Lassalle, como herdeiro das revoluções de 1848, deixou marcas na política socialdemocrata no sentido de uma tentativa de construção do que via como um Estado Social (*Volskstaat*), um desenvolvimento da ideia de Estado ético hegeliano que constituísse o Estado de modo a alicerçar alianças de classe que criassem melhores condições aos trabalhadores em convívio com a aristocracia, a burguesia e a nobreza. No entanto, no campo político nacional, Lassalle acenava favoravelmente à política de Bismarck deixando claro que não queria que a política operária abalasse as bases do estado prussiano, implicando em aceitar a política proposta por Bismarck representada por uma política militar e diplomática que unisse a Alemanha segundo o que chamava de “Pequena Alemanha,” isto é, excluindo a Áustria e deixando de lado um processo revolucionário em ambos os locais. E de fato, pouco antes da guerra, Johann Baptist Schweitzer, um dos primeiros deputados socialdemocratas e presidente da ADAV manifestou-se nos números do *Social Democrat*, o jornal dos lassallianos, favorável a ela.

Para Bebel, Liebknecht e os demais *eisenachers* (partidários do SDAP), a unificação alemã não poderia acontecer sem a união com a Áustria e o ataque aos Habsburgos, em aliança com os trabalhadores daquele local. De certo modo, em ambas as concepções se colocava um entrelaçamento entre política nacional e política proletária, mas, foram estes últimos, mais próximos de Marx, que propuseram a deserção proletária logo no início do conflito entre Prússia e França. Para muitos, o início do conflito soava como uma política de agressão externa da parte de Napoleão III aos estados alemães, mesmo no contexto de uma sucessão de maquinações da parte de Bismarck, que eram conhecidas pelos membros da Internacional. A manifestação incitando a deserção em massa por parte da SDAP rendeu a Bebel e Liebknecht a condenação sob a acusação de traição resultando as suas prisões por amargos anos.

Marx, nesta época, apesar de manifestações conflituosas com os socialistas franceses, manteve o trabalho principalmente de militância na associação internacional dos trabalhadores emprestando sua simpatia a Liebknecht. Endereçando-se a seus companheiros, na *Segunda Mensagem do Conselho Geral Sobre a Guerra Franco-Prussiana* (6-9/9/1870), Marx faz a crítica da guerra a partir do que aparece como uma mudança de caráter do conflito.

Mas anteriormente, na *Primeira Mensagem do conselho geral sobre a guerra franco-prussiana* (de 23 de julho de 1870), apesar de explicitada a origem da guerra como uma parte da política agressiva de Napoleão e Bismarck, ainda não era clara a posição política a ser adotada pelo movimento dos trabalhadores. Deixado implícito que

Do lado alemão, a guerra é uma guerra de defesa; mas quem pôs a Alemanha na necessidade de se defender? Quem criou as condições para que Luís Bonaparte travasse a guerra contra ela? A Prússia!”[...] Se a classe trabalhadora alemã permitir que a guerra atual perca seu caráter estritamente defensivo e degenera em uma guerra contra o povo francês, a vitória ou a derrota se mostrarão igualmente desastrosas.²¹⁷

No entanto, a avaliação de Marx é mais curiosa por um motivo, a apresentação da Rússia com ameaça,²¹⁸ e isto, mesmo em um período onde se estaria distante da conjuntura que apresentava a possibilidade de uma rediviva *Santa Aliança* representar uma ameaça aos movimentos progressistas da Europa Ocidental²¹⁹.

Para Michael Walzer, ao analisar a questão moral sob um prisma militar²²⁰, o argumento de Marx nas mensagens não consegue ir além do juízo “moral convencional” sobre os conflitos observados externamente, e isto ao menos segundo um senso comum a respeito da guerra vista como uma dinâmica entre os Estados como atores políticos, não se cogitando, por exemplo, nesta disputa entre dois Estados pela Alsácia-Lorena, qual o interesse dos seus cidadãos. Para compreender por sua vez o que implica a “teoria da agressão” presente nas cartas, seria necessário uma identificação com as pessoas agredidas e não com o Estado, o que, especialmente no caso da Associação Internacional dos Trabalhadores, seria uma formulação esperada, em defesa dos trabalhadores da Alsácia-Lorena. Para ele, no entanto, esta formulação não daria conta, mesmo favorável ao pacifismo, da dinâmica do conflito em relação ao que ele implica, aproximando-se o ponto de vista publicado na comunicação redigida por Marx no seio daquela associação colegiada, de uma perspectiva próxima ao senso comum sobre a guerra, definida como “as simples leis da moral e da justiça” que deveriam reger as relações dos indivíduos com as relações entre os estados.

Quando forçado a enfrentar as realidades concretas da guerra e a descrever em público a possível forma de uma política socialista de relações exteriores, ele recai na analogia com a situação interna do país e no paradigma legalista nas suas formas textuais. Com efeito, ele argumentou no “primeiro manifesto” que era tarefa dos socialistas “defender as simples leis da moral e da justiça, que deveriam reger as relações entre indivíduos, como as normas supremas do trato entre as nações.”²²¹

No entanto, este critério só se tornaria claro para quem se colocasse em um ponto de

217 MARX, Karl. **Guerra civil na França**. São Paulo: Boitempo, 2011, p.23.

218 “Enquanto a maioria da Europa sentia-se eclipsada pela Alemanha, ela via a sombra ainda mais distante da Rússia; e a maioria dos alemães pensava antecipadamente de modo mais genuíno enquanto outros pensavam na combinação contra a força da Alemanha.” (TAYLOR, A.J.P. **The Struggle for Mastery in Europe 1848-1918**. New York, N.Y.:Oxford University Press, 1971, p.xxvi)

219 MARX, Karl. Op. Cit., p.24.

220 WALZER, Michael. **Guerras justas e injustas**: uma argumentação moral com exemplos históricos. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p.107-112.

221 Idem, p. 111.

vista posterior aos conflitos e, mesmo assim, caso se apoiasse em um repertório teórico desenvolvido posteriormente e que fundamenta a análise do autor. Este referencial teórico permitiria não apenas a compreensão totalizante do papel dos protagonistas em conflito, delimitando referenciais, mas também os limites das ações de cada um no processo, como revela a perspectiva de uma separação nítida entre a moral privada e a Razão de Estado que justifica o conflito.

Por outro lado, é ingênuo achar que Marx acreditasse no limite das ações militares dos Estados a partir de uma moral privada, mesmo que apenas repercutisse os referenciais éticos dos trabalhadores, ou ainda o *causus belli* francês e a pretensa agressão representada pela *Grande Armee* conforme noticiado pela Prússia. Em verdade, sua comunicação lida com as considerações sociais a respeito de um movimento social inserido em um conflito já dado.

Engels tinha uma posição diversa daquela de Marx desde o início do conflito, tanto sobre a natureza e consequências deste, como sobre o posicionamento de Liebknecht, como revela em uma carta a Marx em 15 de agosto de 1870, pouco antes da *Segunda Mensagem*. Nesta carta, após os usuais comentários sobre problemas fisiológicos, o que demonstra informalidade, Engels passa um exame superficial sobre o que vê como a condição em que a política se colocava na relação entre Alemanha e França:

A posição me parece ser esta: a Alemanha tem sido impulsionada por Badinguet [Napoleão III] em uma guerra por sua existência nacional. Se Badinguet a derrotar, o bonapartismo será reforçado pelos próximos anos e a Alemanha quebrada por anos, talvez por gerações. Nesse caso, não será possível uma questão independente do movimento operário alemão, pois a luta pela existência nacional vai absorver tudo, e na melhor das hipóteses, os trabalhadores alemães serão capazes de organizarem a si mesmos em uma escala nacional algo diferente do que tem feito até agora, não importa o governo que possa suceder este, será certamente um campo mais livre do que sob o bonapartismo. Toda a massa total do povo alemão de todas as classes compreendeu que esta é primeiramente e acima de tudo uma questão de existência nacional e, portanto, tem se arrojado nela de uma só vez. Que, nestas circunstâncias um partido político alemão deva pregar obstrução total Wilhelm [Liebknecht] e colocar todos os tipos de considerações secundárias antes das principais me parece impossível.

Somando a isso o fato de que Badinguet nunca teria sido capaz de conduzir esta guerra sem o chauvinismo da massa da população francesa: a burguesia, a pequena burguesia, os camponeses, os imperialistas e o proletariado, trabalhadores da construção civil Haussmannist "derivada dos camponeses, que Bonaparte criou nas grandes cidades. Até que este chauvinismo seja nocauteado na cabeça, e corretamente, a paz entre a Alemanha e França seria impossível. Poderíamos ter esperado que a revolução proletária teria realizado este trabalho, mas desde que a guerra já está lá, não resta nada para os alemães, senão fazê-la rapidamente.

Agora vêm as considerações secundárias. Para o fato de que esta guerra foi ordenada por Bismarck Lehmann [Wilhelm I] & Co., e deve ministrar a sua glorificação temporária se conduzi-la com sucesso, temos de agradecer o estado miserável da burguesia alemã. Certamente é muito desagradável, mas não pode ser alterada. Mas para magnificar o anti-bismarckismo como o único princípio orientador para essa

conta seria um absurdo. Em primeiro lugar, Bismarck, como em 1866, está atualmente fazendo um pouco de nosso trabalho, a seu modo, e sem querer, mas mesmo assim ele está fazendo isso. Ele está limpando o terreno para nós de um modo melhor do que antes. E não estamos mais no ano de 1815. Os alemães do Sul são obrigados agora a entrar no Reichstag e isso vai desenvolver um contrapeso ao Prussianismo. Depois, há as tarefas nacionais que cairão para a Prússia e que, como você escreveu, vão desde o início proibir a aliança russa. Em geral, para tentar voltar o relógio *à la* Liebknecht tudo o que aconteceu desde 1866 não faz sentido. Mas conhecemos o nosso modelo de alemães do sul. Não há nada a ser feito com esses tolos.

Engels tem um cenário pessimista no aspecto do movimento dos trabalhadores. Algo certamente difícil de compreender contemporaneamente, pois a fórmula vai ao sentido de procurar definir um espaço de disputa entre os espaços deixados pelo avanço político da estratégia nacionalista mesmo dentro da classe trabalhadora. Resumidamente, apertada em uma guerra de curta duração e no fato de que o movimento operário não opta pelo cenário que atua, mas é obrigado a intervir nele. O melhor campo de atuação, aparentemente seria oferecido pela derrota de Napoleão e a mobilização no sentido de evitar a anexação da Alsácia-Lorena, denunciando a guerra e o estado alemão mas sem exigir sacrifícios que cortem na carne do movimento operário, como a deserção em massa sugerida por Bebel e Liebknecht. Os resultados palpáveis do conflito como a unificação alemã e a derrota de Luis Napoleão em prol de um governo republicano poderiam fornecer um cenário positivo que poderia ser vital ao proletariado francês e alemão.

Eu acho que o nosso povo pode:

- (1) Juntar-se ao movimento nacional - você pode ver a partir da carta de Kugelmann quão forte ele é - na medida em que por quanto tempo é limitada para a defesa da Alemanha (que não exclui uma ofensiva, em certas circunstâncias, antes da paz ter chegado).
- (2) Ao mesmo tempo, enfatizar a diferença entre os interesses nacionais e Alemão-dinástico-Prussiana.
- (3) Trabalhar contra qualquer anexação da Alsácia e Lorena - Bismarck está agora revelando a intenção de anexá-los à Baviera e Baden.
- (4) Assim que um governo não-chauvinista republicano estiver no comando em Paris, trabalhar para uma paz honrosa com ele.
- (5) Constantemente enfatizar a unidade de interesses entre os trabalhadores alemães e franceses, que não aprovam a guerra e também não estão em guerra um contra o outro.
- (6) Rússia, tal como no alvo Internacional.

Afirmção de Wilhelm de que Bismarck é um ex-cúmplice Badinguet, é a posição correta para permanecer neutro, é divertido. Se fosse a opinião geral na Alemanha, nós deveremos ter em breve uma Confederação do Reno novamente e o nobre Wilhelm poderia ver que tipo de papel que ele iria desempenhar nisso, e qual o papel para o movimento dos trabalhadores. Um povo que não ganha nada, apenas chutes e socos é realmente o caminho certo para alguém fazer uma revolução social e o amado estado de Wilhelm é ainda mais mesquinho! ...

Que bom que o coitadinho visa chamar-me a conta de algo que foi "suposto" ter sido impressa no Zeitung Elberfelder! Pobre criatura!

... Parece que o desastre na França vai ser horrível. Tudo desperdiçado, vendido, jogado fora. Os *chassepots* são mal feitos e falharam quando postos em ação, não estão mais lá as pistolas antigas que tem de ser procuradas novamente. No entanto,

um governo revolucionário, se vier logo, não precisa se desesperar. Mas deve deixar Paris ao seu destino e continuar a guerra do sul. Haveria, ainda a possibilidade de que até que os braços que foram comprados e os novos exércitos organizados com façam com que o inimigo seja gradualmente forçado a voltar novamente para a fronteira. Isso seria realmente o verdadeiro fim da guerra, os dois países teriam reciprocamente a prova de que eles são invencíveis. Mas se isso não acontecer rapidamente, o jogo acabou. As operações de Moltke são um modelo – o velho Wilhelm parece dar-lhe uma mão perfeitamente livre - e os quatro batalhões já se juntaram ao exército principal, enquanto os franceses não estão ainda em existência. Se Badinguet não está fora de Metz, no entanto, pode se dar mal ... Wilhelm [Liebknecht] calculou, obviamente uma vitória de Bonaparte simplesmente a fim de que Bismarck fosse derrotado. Você se lembra de como ele estava sempre confabulando com os franceses. Você, é claro, está do lado de Wilhelm também!

Notemos como esta carta, de certo modo, influencia na *Segunda Mensagem do conselho geral sobre a guerra franco-prussiana* (9 de setembro de 1870), como quanto às ameaças possíveis e o contexto de “sugestão” em relação ao posicionamento dos trabalhadores em relação ao conflito, principalmente após a Prússia efetivamente avançar a fronteira francesa, e a Prússia tornar-se a sede do Império Alemão. Marx apresenta a crítica do domínio da estratégia militar como imperativo da consideração sobre a definição de fronteiras, uma negação da política pela estratégia (a geopolítica nascente) como justificativa ideológica do militarismo prussiano.

No entanto, as recomendações práticas aos trabalhadores franceses vão ao sentido de fortalecer a república francesa estabelecida durante a campanha, e garantindo assim, que a guerra finde o quanto antes:

A classe trabalhadora francesa se move, portanto, sob circunstâncias de extrema dificuldade. Qualquer tentativa de prejudicar o novo governo na presente crise, quando o inimigo está prestes a bater às portas de Paris, seria uma loucura desesperada. Os operários franceses devem cumprir seus deveres como cidadãos, mas, ao mesmo tempo, não se devem deixar dominar pelos *souvenirs* nacionais do Primeiro Império. Eles não têm de recapitular o passado, mas sim edificar o futuro. Que eles aperfeiçoem, calma e decididamente, as oportunidades da liberdade republicana para a obra de sua própria organização de classe. Isso lhes dotará de novos poderes hercúleos para a regeneração da França e para nossa tarefa comum – a emancipação do trabalho. De seus esforços e sabedoria depende o destino da República²²²

Certamente, Marx trata neste caso das condições gerais que se colocam, como uma análise de conjuntura e uma intervenção política, pretendendo fazer ver as limitadas possibilidades de ação colocadas pela condição política e militar em que estão colocados os trabalhadores franceses. Deste modo, garantir as condições de uma república em uma conjuntura menos repressiva que a Prussiana permitiria os pressupostos da ação política revolucionária que garantisse direitos para os trabalhadores, pois acreditava que os trabalhadores não

conseguiriam sublevar-se naquele momento de modo triunfante.

4.2 A DESCRIÇÃO MILITAR COMO GÊNERO DISCURSIVO

Moltke, artífice principal das operações alemãs, tomou conhecimento igualmente de *Da Guerra* e do projeto militar modernizador prussiano, mas é muito provável que sua absorção tenha sido via Jomini, em que não seriam partilhados com Clausewitz certos princípios como a relação entre a guerra e a política, em que tomava por base uma absoluta separação entre estas instâncias. Confirmando este entendimento, Moltke manteve durante toda a vida um conflito de baixa intensidade com Bismarck, que resultava para ele em um limite da esfera política em relação ao combate, com independência de ação e agindo de modo que “a política,” como instituição separada, não pudesse limitar a esfera ou plano de ação especificamente militar, o chamado “nível operacional da guerra.”

Para Hew Strachan “Moltke e seus sucessores encararam *Sobre a guerra* como uma discussão tanto da relação entre táticas (ou o que os exércitos fazem no campo de batalha) e estratégias (ou o uso dos resultados que alcançam no campo de batalha) como entre guerra e política”²²³, mas esta articulação entre a política e a guerra poderia ser pensada de muitos modos, como uma restrição do espaço civil pela guerra quando deflagrada, ou ainda, a partir de Clausewitz onde a política serviria de mediação entre as guerras, dividindo o formato particular dos conflitos pensados a partir de sua forma geral. Apenas em um aspecto mais geral, é possível dizer que Moltke partilhava da forma como Clausewitz via a questão da guerra, mas isto especificamente na dimensão da tática que, mesmo que pouco citada em *Da Guerra*, é pensada a partir de uma maior autonomia operacional dos grupos chefiados pelas patentes inferiores.

As diferenças em relação ao pensamento de Clausewitz são fáceis se ser constatadas, por mais que se utilizassem muitas categorias de análise em comum, entre estes aspectos distintivos, certamente ganha destaque a questão da participação popular nas guerras. O que se refletiu no campo de batalha, especialmente nas transformações do formato das batalhas que se travaram, e ainda mais, ficou claro no episódio da Guerra Franco-prussiana. Longe de uma maior participação popular ou um entendimento da guerra balizado pelas relações políticas modernas, já abertas à participação popular em eventos não mais estritamente aristocráticos, mas nacionais, como compreendia Clausewitz, Moltke orientava a guerra segundo um modelo que dividia claramente a participação e a composição dos combatentes

223 STRACHAN, Hew. **Sobre a Guerra de Clausewitz**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 2008, p.19.

não importando suas condições.

A Prússia obteve uma vitória esmagadora sobre Napoleão III em Sedan, no dia 1o. de setembro de 1870, mas a guerra se prolongou até 10 de maio de 1871. Com a queda de Napoleão, a Terceira República resolveu encetar uma guerra de resistência nacional. A reação de Moltke a essa intervenção do povo foi não reconhecer a natureza “trinitária” da guerra, mas fazer o possível para negá-la – dizer que as guerrilhas da França zombavam das leis da guerra e afirmar que, no próprio caso da Alemanha, o exército, embora recrutado, devia adotar um ethos que não derivasse do povo, mas da monarquia e de seu corpo de oficiais.²²⁴

Eventos de tamanho impacto eram acompanhados em toda a Europa tornando os comandantes militares novos homens de gênio divulgados e noticiados segundo um prisma elogioso como o caso de Moltke.

Com efeito, durante o período em que se publicaram as notícias sobre o combate, a atração de um público mais amplo para o tema da guerra em um país distante, sempre contava com a ajuda de um comentário romanesco, especialmente se apoiado numa fantasiosa apologia das epopeias militares que destacasse as figuras de comando na hierarquia castrense como se fossem a encarnação do gênio militar individual e o esteio da coragem e do sacrifício. Algo que não cessou de existir, sendo substituído apenas por outros procedimentos narrativos fantasiosos na descrição dos conflitos contemporâneos, como podemos observar na cobertura das guerras, principalmente pela televisão, mas, com uma fantasia que aparece de modo invertido²²⁵.

São possíveis ainda outras analogias para estes dois fetiches análogos. Pensemos no primeiro caso da guerra no século XIX, onde se produzem nos romances folhetinescos as justificativas heroicas do combate e outros frutos que, no século XIX, eram uma forma de expressão cultural e de lazer das mais influentes. E o que era narrado ali? Apesar de, igualmente entre o meio intelectual, ser possível identificar a crítica mordaz da sociedade, como em Balzac sobre o período o Império, ou Tolstoi ter iniciado seu combate diretamente ao tema, dialogando com uma obra importante de mesmo nome escrita por Proudhon no período, grosso modo, na narrativa popular, eram narrados gloriosos feitos humanos de guerreiros que ressurgiam, quase como na epopeia homérica, em um exercício de violência sagrada, sem que necessariamente se coloque contra um adversário necessariamente terrível

224 STRACHAN, Hew. Idem, p.17.

225 Apesar de relativamente análoga, isto é, se ali do século XIX ao início do XX, inflava-se a determinação causal do fator humano individual (como exemplo ético) em uma estrutura hierárquica como o único elemento decisivo em um conflito, hoje o homem foi abstraído dentro de uma guerra em que o aspecto técnico anularia o homem como elemento determinante do combate, o que se constata na narração dos caças e drones vistos segundo seus detalhes técnicos nos telejornais. Como se as armas fossem o sujeito das relações sociais implicadas na violência organizada na guerra e não os homens.

como o herói da narrativa, como efetivamente não eram, mesmo o vizinho de fronteira, alvo básico da xenofobia, pois o nacionalismo mal começara a ganhar importância como fenômeno particular contra as dinastias. Era uma violência com muita capacidade destrutiva, mas ainda sim, havia algo da técnica e do jogo nos rituais de combate em guerras que no entanto, eram modificadas pela maneira como a nobreza experimentava sobre a matéria prima fornecida pela classe trabalhadora formas novas de matar e destruir no esteio da revolução industrial.

4.3 O DIÁRIO DA GUERRA FRANCO-PRUSSIANA

A cobertura de Engels a respeito da guerra franco-prussiana inicialmente se dá de modo distanciado, tratando do conflito principalmente a partir de seus critérios materiais como o desenvolvimento organizacional e bélico, além da manifestação da crescente potencialidade destrutiva do exército prussiano, mesmo se tratando de duas forças relativamente equivalentes em termos de desenvolvimento econômico se enfrentavam naquela altura. No aspecto estritamente militar, portanto, foram a organização e os procedimentos táticos de um conflito que, aparentemente, terminaria de modo rápido, justamente aquilo que mais chamou a atenção de Engels.

A guerra franco-prussiana representa, na história militar, um ponto de transição que ultrapassa em importância a todos os precedentes. Em primeiro lugar, as armas adquirem um tal grau de aperfeiçoamento que nenhum progresso é já possível capaz (sic) de revolucionar este setor. Quando já se dispõe de canhões capazes de alvejar um batalhão tão logo seja divisado a olho nu à distância, e fuzis que permitem fazer o mesmo tendo como objetivo um homem isolado e nos quais se demora menos tempo em carregar que em fazer a pontaria, todos os progressos que possam ainda ser feitos nas artes da guerra são de menor importância. Neste aspecto, podemos dizer que a era do progresso está mais ou menos terminada, pelo menos em sua parte essencial.²²⁶

O diário de guerra realizado por Engels a partir de materiais enviados diretamente do front para que pudesse analisar para realizar a atividade de jornalista de guerra - à distância-, não deixou de impressionar pela agudeza dos comentários, especialmente para o público londrino.

Sobre as táticas de infantaria, o elemento organizativo diz muito sobre como a disciplina se impunha aos exércitos e como o desenvolvimento das técnicas de combate que fazem uso pleno do potencial destrutivo das armas de fogo prenunciam uma escalada de destruição ao se associarem recursos logísticos, técnicos, humanos e organizacionais. Elementos diversos que obrigavam, para descrevê-lo, adentrar em elementos do combate que

226 ENGELS, Friedrich. *Anti-Dühring*: filosofia, economia política, socialismo. Rio de Janeiro: paz e Terra, 1979, p.148.

não são imediatamente visíveis ao leigo, senão após seu resultado, graças à destruição causada, apesar de que o relato militar, estritamente técnico, deixavam faltar alguns dos elementos necessários para seu entendimento pelo grande público. Para isso, entra então em cena outro tipo de gênero de texto, um gênero que pudesse ser um híbrido entre a descrição militar do diário de campo e o texto jornalístico.

Certamente, escrever sobre a guerra em um jornal tratava de escrever para leigos, mas haveria a necessidade de se recorrer uma forma de expressão que não era comum a todos, que são os textos específicos da tradição militar e que passavam por uma mudança durante o período, representada principalmente pelos diários de campana. Este gênero, não mais realizado na primeira pessoa (ou de eventos presenciais na terceira pessoa, comum em textos que seguem o modelo de descrição de conflitos como Julio César) e escrito de modo mais detalhado e estruturado a partir de uma junção entre os elementos principais dos manuais militares, como a composição numérica das forças dispostas em combate em cada momento e a descrição psicológica do caráter dos combatentes, somados às descrições em pormenor dos elementos logísticos e materiais empregados em combate. Evitava-se um tom pessoal, fictício ou real, mais comum em outros textos que caracterizavam o conflito de modo a torná-lo envolvente como narrativa “de aventura,” além de uma ideia de familiaridade com o campo de batalha, em suma, assumindo-se um tom mais científico, algo distinto da falsa pessoalidade e da idealização do papel do guerreiro e também do discurso estritamente militar buscando novas coordenadas. Um tom de texto realmente mais pesado que a narrativa tradicional de jornal, mas ainda assim, mais leve que os textos como os diários sobre o campo de batalha.

Entre vários elementos trazidos por Engels sobre a descrição da batalha, encontravam-se alguns comparativos ou analógicos em relação com outros conflitos, como quando trata do tema das guerras na França serem travadas como guerras de *guerrilhas*. Para Engels, esta relação análoga implicava em mobilização popular e aumento da potencialidade destrutiva por meio do emprego de amplos recursos sem o limite imposto por regras de combate, mas ainda assim legítimo, dado tratar-se de uma resposta dos civis à destruição causada pela invasão militar estrangeira.

Durante as últimas seis semanas se produziu uma mudança notável no caráter desta guerra. Desapareceram os exércitos regulares franceses; a luta agora está cargo dos recrutas que pela falta de experiência são, em maior ou menor medida, forças irregulares [...] São derrotados facilmente toda vez que tentam sair em massa de um local descoberto, mas quando lutam acobertados pelas cidades e aldeias, com barricadas, podem oferecer uma grande resistência. Este tipo de combate, as ofensivas noturna de surpresa e outras ações guerrilheiras são estimuladas nos chamamentos e nas disposições do governo, que também recomenda à população

das regiões em que operam guerrilheiros que os deem todo tipo de colaboração.²²⁷

Para Engels, longe de representar apenas uma resistência simbólica, estas formações, apesar de não conseguirem dar combate aberto, desgastam os exércitos prussianos obrigando os prussianos a terem de repor soldados a cada cidade francesa que penetravam, retardando seu avanço.

Isto se daria porque, quando os prussianos invadem a França no início de agosto, a guerra mudaria de característica, passando o seu exército a se comportar como um exército invasor, Engels então compara as formações militares francesas de característica miliciania e irregular contra esta invasão com as formações irregulares que lutaram nas guerras de libertação contra as forças de Napoleão na Espanha e mesmo na Alemanha, reivindicando que fossem reconhecidas como formação de combate, pois, caso contrário, seriam consideradas pelas forças invasoras o “equivalente à bandidagem e pode ser sufocada a sangue e espada.” De modo mais característico, pesava para Engels o fato destas formações possuírem as mesmas características de defesa patriótica assumidas pela população dos estados alemães que se aglutinou nas guerras de libertação, o que teria posteriormente inspirado a Scharnhorst, o posterior organizador do exército prussiano a realizar o regulamento dos *Landsturm*, a milícia popular de defesa. Formações que eram massacradas no caso francês, onde se aniquilava qualquer forma de resistência popular.

Converteu-se em regra que toda cidade ou aldeia onde um ou vários habitantes participem da defesa, disparem contra suas tropas ou em geral ajudem os franceses, devam ser incendiadas; toda pessoa capturada com uma arma nas mãos e que, segundo eles, não seja um soldado do exército regular, deve ser fuzilado em ato; e em todas as partes onde existam fundamentos para supor que uma parte da população, por insignificante que seja, é culpável de tais fatos, e os homens fisicamente aptos devem ser executados imediatamente.²²⁸

Neste mesmo sentido em *As possibilidades da guerra*, Engels lança seu prognóstico a respeito da possibilidade futura do conflito devido ao fato dele ter assumido novas características com a participação popular. Para ele, esta guerra não seria uma guerra comum onde ocorreria uma situação onde “governos que firmavam a paz enquanto seu mecanismo militar era destruído ou terminaria desgastado,” mas uma “verdadeira guerra” na acepção que parece se inspirar em Clausewitz quando trata da “guerra absoluta,”²²⁹ em que participava a

227 Friedrich Engels. *The Fighting in France*. Pall Mall Gazette. 11/11/1870 Acessado em: <http://www.marxists.org/archive/marx/works/1870/11/11.htm>. Último acesso: 11/10/2011

228 Friedrich Engels. **The Chances of the War**, The Pall Mall Gazette, 8/12/1870. Acessado em: <http://www.marxists.org/archive/marx/works/1870/12/08.htm>. Último acesso: 11/10/2012.

229 A acepção aqui retoma a diferença estabelecida por Clausewitz entre *Guerra absoluta* (ou verdadeira) contra a *guerra real*, assim, a *guerra absoluta* entidade teórica pensada como tendência, mas que não teria existência real seria uma guerra que perderia suas limitações como fricção, esgotamento de recursos e

“própria nação, no que se pode ver no centro da Europa durante várias gerações. A vimos no Cáucaso, na Argélia, onde a luta continuou durante mais de vinte anos quase sem interrupção.”

Para Engels, os exércitos franceses passariam a partir daquela fase a uma nova dinâmica, agora com a presença de uma mobilização que mudaria a própria natureza do conflito, envolvendo outra forma de conscrição em que estaria implicada toda a população. Neste sentido, tornar-se-ia então possível a reviravolta da campanha militar graças à potencialidade oculta da mobilização do povo através da defesa e do posicionamento de seus interesses, e não apenas da instituição militar que se desmontou, onde possivelmente emergiria o conflito que perpassa o conflito militar, mas que, durante a guerra, torna-se de certo modo, alterado em sua forma: os conflitos de classe em toda a sua potencialidade.

Ao mesmo tempo, outra questão que seria igualmente consequência da guerra franco-prussiana, exposta no desenvolvimento do conflito seria algo que pode ser entendido como “a dialética” do desenvolvimento militar que reverte a potencialidade produtiva e o desenvolvimento tecnológico e organizacional dos estados em uma forma mais profunda de destruição.

A guerra obrigou a todos os grandes Estados do continente a implantar o sistema rigoroso da reserva do tipo prussiano, com isso trazendo para os seus ombros uma carga militar que os levará à ruína dentro de poucos anos. Os exércitos se converteram na principal finalidade dos Estados, como um fim em si mesmos. Os povos existem hoje só para fornecer soldados e para sustentá-los. O militarismo domina e devora a Europa. Mas este militarismo traz já em seu seio o germe de sua própria ruína. A concorrência desenfreada entre os Estados os obriga a inverter cada vez mais dinheiro em tropas, em navios de guerra, em canhões, etc., acelerando, desse modo, e cada vez mais, a bancarrota financeira. Por outro lado, o serviço militar vai generalizando-se cada vez mais e com isso não faz mais que familiarizar com o emprego das armas todo o povo, ou seja, tornando-o capaz, mesmo contra a sua vontade, de impor, num determinado momento, a sua vontade à camarilha militar governante. E chegará tanto mais depressa este momento quanto mais depressa a massa do povo - os operários urbanos e rurais e os camponeses - tenham uma vontade. Chegado este momento, os exércitos dos príncipes se converterão em exércitos do povo, a máquina se negará a continuar funcionando e o militarismo perecerá, engolido pela dialética de seu próprio desenvolvimento.²³⁰

O sentido do desenvolvimento do militarismo ao ser obrigado a envolver todas as classes como forma subordinada ao projeto militar, seria obrigado a confrontar-se com a situação potencialmente perigosa da reversão das formações militares em formações

convenções morais mínimas contra a guerra real que cuja finalidade estaria em última instância subordinada à política. Este sentido deve ser diferenciado da ideia de guerra total desenvolvido no século XX.

230 ENGELS, Friedrich. **Anti-Dühring**: filosofia, economia política, socialismo. Rio de Janeiro: paz e Terra, 1979, p.148-9.

proletárias que se rebelassem contra a instituição militar. A guerra apresentaria a situação potencial em que a instituição militar, forma dominante de organização da sociedade, seria confrontada com “a dialética de seu próprio desenvolvimento,” implicação de trazer o conflito de classe eminentemente para dentro do exército, e isto, mesmo no processo de conscrição militar adotado pelos prussianos, já muito distinto da conscrição universal adotada pela França republicana.

É neste sentido ainda que Engels acreditou naquele momento que o conflito entre o projeto militarista e aristocrático prussiano se confronta com os ideais de progresso burgueses latentes em 1848. No episódio que antecede o fim definitivo e aliciamento da burguesia ao projeto militar prussiano, fenômeno que Norbert Elias tratou em *Os Alemães*, mas sem considerar outro aspecto aqui apenas enunciado por Engels, o fato de que estes ideais, abandonados pela burguesia alemã após a unificação alemã sob hegemonia prussiana durante a Guerra Franco-prussiana, seria ainda mantido tão e somente no seio das instituições operárias de massa, como último projeto político que se mantinha hostil à aristocracia militar alemã.

E o que não pôde conseguir a democracia burguesa de 1848, precisamente porque era burguesa, e não proletária, - infundir às massas trabalhadoras uma vontade ajustada à sua de classe - conseguirá o socialismo, infalivelmente. E pelo fato de consegui-lo, matará em suas raízes o militarismo e os exércitos permanentes.²³¹

4.4 CRONOLOGIA DA GUERRA

Cronologia dos eventos da guerra franco-prussiana		
1870	Julho	2 de Julho – O embaixador espanhol informa ao embaixador francês que aceitam o príncipe Leopoldo como sucessor ao trono espanhol.
		12 de Julho - Gramont demanda à Rússia que renuncie à oferta
		13 de Julho – Bismarck envia o despacho do édito de Ems
		15 de julho – O príncipe da coroa alemã lê a ordem de mobilização
		19 de julho - A França declara Guerra
		20 de julho – A Áustria declara neutralidade
		28 de julho – Napoleão III deixa Paris por Metz e assume o comando do recém intitulado exército do Reno
	Agosto	2 e 3 de agosto - parte dos 320.000 soldados alemães estão concentrados perto da fronteira francesa
		2 de agosto - o General do II corpo de Frossard e o Marechal Bazaine do III corpo atravessam a fronteira alemã
		5 de agosto – Vitória alemã na batalha de Spicheren, o franceses retornam para as defesas de Metz
		6 de agosto – Na batalha de Woerth, a primeira batalha de grande dimensão, o exército francês rompe-se e se retira na direção ocidental
		16 de agosto – Batalha de Mars-la-Tour
		18 de agosto – Batalha de Gravelotte
	Setembro	1 de setembro – Batalha de Sedan
		2 de setembro – Napoleão III se rende junto a 104.000 soldados do exército de Châlons
		3 de setembro – 23 de outubro o cerco de Metz
		4 de setembro golpe de estado contra Napoleão III, é proclamada a terceira república
		6 de setembro – Jules Favre declara que a república da França e então renova sua declaração de guerra, chamando os recrutas de todas as partes do país e apela para os recrutas e apela para que expulsem as tropas inimigas para fora da França

		19 de setembro a janeiro de 1871 – Começa o cerco de Paris
	Outubro	7 de outubro – Léon Gambetta escapa de Paris em um balão de ar quente. Cinco novos exércitos franceses são recrutados totalizando mais de 500.000 soldados são recrutados para as tropas
		23 de outubro – Fim do cerco de Metz
	Novembro	9 de novembro – Vitória francesa em Coulmiers
	Dezembro	4 de dezembro – Derrota francesa em Le Mans
1871	Janeiro	6 de janeiro – Começa o bombardeio de Paris
		18 de janeiro – Declaração do Império alemão
		19 de janeiro – Batalha de Bunzeval
		24 de janeiro – Jules Favre vai para Versailes discutir os termos de paz com Bismarck
		25 de janeiro – O presidente Jules Trouchu desiste do cargo
		28 de janeiro – Novo presidente Jules Favre assina o armistício com os prussianos
	Fevereiro	6 de fevereiro – Gambetta desiste e entrega o controle das armas provinciais ao governo da Defesa Nacional, que ordena imediatamente o cessar fogo na França
		17 de fevereiro – Parada da vitória alemã sobre Paris
	Março	18 de março a 28 de maio – Comuna de Paris

População e Soldados Mobilizados ²³²	
	População em 1870
Segundo Império Francês	38,000,000
Estados Alemães	32,000,000

²³² Dados retirados da página onwar, dedicada ao estudo da guerra franco-prussiana. Acessado em: <http://www.onwar.com/aced/data/foxtrot/franceprussia1870.htm>. Último acesso: 23/10/2011.

5. A INDÚSTRIA DA CARNIFICINA HUMANA

Em Torno do texto As táticas de infantaria derivadas de suas causas materiais (Data provável anterior a 1876) e os três capítulos sobre a violência presentes em o Anti-Dühring (1876)

5.1 O ANTI-DÜHRING

O texto completo onde se apresenta a fundamentação mais geral da visão engelsiana sobre a guerra é a segunda seção do livro o *Anti-Dühring* (1877), localizado logo após a apresentação resumida sobre o desenvolvimento das táticas de infantaria (especialmente na terceira parte da *teoria da violência*). Além disto, este livro foi o maior responsável pela divulgação da crítica da economia política durante o século XIX e início do XX em uma exposição aplicada à análise de diversos aspectos sociais que definiram os contornos mais popularmente aceitos de uma visão crítica marxista, tendo como núcleo um ataque definitivo aos fundamentos da filosofia de Eugen Dühring.²³³

A parte dedicada ao tema da violência deste texto mais conhecido foi escrita com base em outro texto, que se acredita ser preparatório, ou um *para-texto* (como na acepção de Tzedan Todorov) chamado *As Táticas de Infantaria derivadas de suas causas materiais*, texto que evocaremos apenas em alguns aspectos exclusivamente presentes nele sem serem retomados no *Anti-Dühring*, pois trata-se de uma versão mais explícita sobre o desenvolvimento das formas de infantaria modernas.

No *Anti-Dühring*, Engels realiza o esforço duplo de realizar uma crítica ao pensamento de Eugen Dühring ao mesmo tempo em que procura fundamentar um método crítico que tivesse sua validade estendida para fenômenos que seriam considerados usualmente externos à economia política. Mesmo sendo este texto apenas uma parte de um capítulo mais amplo sob o tema da dialética²³⁴ e circunscrito a uma resposta à crítica de Dühring a Marx, sua argumentação procurou atingir também os pressupostos do modo como Dühring compreendia o método marxiano. Assim, em sua visão seria considerado dentro do mesmo conjunto de pressupostos o combate ao argumento que negaria a existência da

233 “Eugen Dühring [...] era cego e professor de filosofia da Universidade de Berlim, cujo ramo do socialismo estava ficando cada vez mais popular na periferia política da democracia social alemã. Entre seus primeiros seguidores estava o promissor teórico socialista Eduard Bernstein.” HUNT, Tristram. Op. cit., p.126. Se Dühring possui características que o aproximam da parte prática às oficinas sociais de Proudhon, Hunt (2010) não comenta que o tom das críticas contém passagens consideradas antissemitas já no século XIX, assim como contrários à herança grega, adotado, além dos elogios a Frederico o Grande.

234 ENGELS, Friedrich. *Anti-Dühring*: filosofia, economia política, socialismo. Rio de Janeiro: paz e Terra, 1979, p. 102.

contradição em qualquer fenômeno observável com um pensamento fundamentado em uma plena positividade,²³⁵ questão ao qual Engels responde por meio da defesa simultânea tanto de Marx e Hegel, quanto de Darwin e da ciência moderna, em termos análogos aos relacionados por Dühring. Defesa esta, que expôs seu argumento ao ataque de críticos como Lukács, especialmente quanto aos exemplos, algo tortuosos, relacionados às ciências naturais. Um exemplo desta defesa é a forma como Engels entendia a mutação – entendida como a transformação de uma espécie em outra - como um fenômeno que provaria a existência da *contradição* em si, por meio de tendências presentes nos fenômenos naturais, expandindo a significação da contradição para algo além da lógica e da consciência.

A crítica à Engels ocorre principalmente porque o prefácio d’*O Anti-Dühring*, ao realizar uma reflexão sobre as partes do texto acrescidas ao capítulo sobre a dialética, ampliam a validade da mesma, não apenas como refutação às teses de Eugen Dühring sobre as ciências naturais (apresentadas como uma crítica ao seu sistema como um todo, criado a partir de categorias fixas segundo um nexo linear e evolucionário “como coisas prontas”), mas permitindo a leitura do texto como uma transposição teórica de uma crítica que passaria do método de exposição de Dühring a uma interpretação que disputa uma pretensão de validade alternativa em relação àquilo que Dühring pretende analisar, especialmente a própria natureza em si mesma.

Na aplicação deste método foram utilizadas categorias como “quantidade e qualidade”²³⁶ (que poderia ser visto no exemplo das proporções múltiplas da química), “negação da negação,” “contradição” e “processo,” mas interpretadas não segundo o mesmo sentido da exposição hegeliana, nem aplicadas apenas para o capitalismo segundo o aparecimento das categorias na crítica da economia política, mas à história humana em geral e à natureza.

Esta aplicação da teoria caracteriza, para vários estudiosos da obra de Marx, um desenvolvimento independente da parte de Engels em relação ao seu pensamento, cujos traços reivindicam uma forma particular de reestruturação da dialética que estaria sendo

235 O que é similar à defesa de Darwin contra Lamarck feita por Engels com base na crença de uma consistente, ainda que insuficiente força argumentativa presente na história natural para explicar a evolução natural em termos da mudança de suas formas segundo um princípio comum e dinâmico.

236 No século XX, estas categorias ganharam destaque com a publicação dos manuscritos inacabados de *a Dialética da Natureza* em 1926, que, junto a outras reflexões presentes no livro que foram estendidas à sociedade no sentido da passagem das sociedades primitivas à contemporânea, justamente os textos mais polêmicos de Engels. Não é nosso escopo defender a posição de Engels, mas um artigo de Robert L. Carneiro, uma das maiores autoridades a respeito das teorias sobre a gênese do Estado defende a utilização do conceito de Engels aplicado ao Estudo das sociedades primitivas em: *The transition from quantity to quality: A neglected causal mechanism in accounting for social evolution Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America*. 97, no. 23, (2000): 12926. E neste mesmo artigo dá indicação de um químico famoso, J. D. Bernal, que teria aplicado os princípios de Engels às propriedades químicas.

desenvolvido desde o contato de Engels com a obra de Büchner em 1873.²³⁷ No entanto, aquilo que aparece como uma tentativa de sistematização da teoria e do método (que terá papel maior em obras posteriores), e que sustentaria a crítica ganharia neste texto menos destaque do que o próprio ataque à Dühring. Deste modo, é possível supor que a crítica à ideia de sistema, como aparece no *Anti-Dühring*, se relacione à própria teoria de Dühring, muito mais do que a crítica a Hegel²³⁸ (sempre presente na obra de Engels) e à ressignificação do que seria, para ele, a dialética.

Engels (na parte sobre a Filosofia no *Anti-Dühring* anteriores ao prefácio de 1878) critica a dialética hegeliana, mas não sem assumir aquilo que entende como seus aspectos verdadeiros a serem recuperados. Estes aspectos seriam ligados à forma como seu sistema em particular permitiria uma visão com um *sentido* específico, de tal modo que fosse possível, graças à sua sistematicidade, algo que não ocorre em Dühring, que é a capacidade de organizar os fatos do mundo natural, histórico e intelectual, resultando, deste modo, na demarcação de diferenças no recurso à ideia de *sistema*, entre Hegel, Engels e Dühring, especialmente naquilo que seria ligado a um modo necessário de organização do pensamento.

Quanto ao sistema hegeliano, na parte chamada “*Generalidades*” (*Allgemeines*), Engels trata de sua organização, apresentada como uma forma que ultrapassaria a perspectiva de uma mera descrição dos fatos como eventos isolados, graças à sua apresentação como sistema ordenado e como “processo,” pois, isolados em si mesmos, os eventos seriam percebidos como mera sobreposição de eventos violentos sem sentido. A consciência da mudança, de algo que existe e torna-se “outro,”²³⁹ é um dos pontos fortes observados por Engels, como capacidade de conseguir formular as perguntas corretas, mas sem poder respondê-las. Seu aspecto “falso” seria a proeminência da “Ideia,” invertendo a ordem da “conexão das coisas do mundo,” em que tais ideias se relacionariam gerando uma “fixidez,” ao se manifestarem como categorias empregadas somente enquanto categorias de pensamento e sem nenhuma pretensão à sua efetividade, ou seja, a produzir efeitos no mundo.

237 Irão do dramaturgo Georg Büchner e do descobridor do frasco de Büchner, era um dos partidários do materialismo científico. Engels - segundo as cartas a Marx durante o mês de maio de 1873 (nos dias 24, 26 e 30) - teria iniciado certas formulações de seu pensamento a respeito das ciências naturais, principalmente a partir da aversão causada pela leitura de Ludwig Büchner em “O Homem e seu lugar na natureza no passado, presente e futuro. Ou: De onde viemos? Quem somos nós? Para onde vamos?,” quando na carta de 30 de maio lhe envia seu primeiro esboço a respeito das questões ligadas às leis de movimento em Hegel. A resposta de Marx mostra o agradecimento, mas pontua que Marx não responderia sobre o assunto sem pensar antes a respeito. (CARVER, Terrell. **Engels A Very Short Introduction**. New York: Oxford University Press Inc., 2003, p.62)

238 O comentário explícito a respeito de Hegel e Feuerbach será uma constante na obra de Engels, mesmo no chamado último Engels, como testemunha o livro sobre Feuerbach, escrito em 1886, *Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã*.

239 Cabe notar, como Ruy Fausto destaca a respeito de Marx, mais próximo de uma ideia de movimento Aristotélica (como nascimento e perecimento, do que quanto à de causa eficiente).

De modo diverso, para Engels, o método que corrigiria tais distorções deveria ter em consideração as relações entre os fenômenos de modo dinâmico e transformador, posicionado fora dos quadros da metafísica. Esta defesa, construída a partir da defesa de um fundamento lógico para a explicação das leis gerais do movimento, se justificaria como uma resposta necessária a um entendimento que focalizasse “as coisas como se fossem estáticas e inertes, contemplando-as isoladamente, cada uma de *per si*, no tempo e no espaço” onde não existiria contradição e onde valeria o “método vulgar da metafísica,” o que compreendo, para o contexto de Engels como a defesa da “identidade da substância” e o “princípio do terceiro excluído,” pensados na interface entre lógica e ontologia. Contra esta forma de análise, Engels defende a necessidade de observar os fenômenos na natureza e na sociedade segundo um método próprio de interpretação onde seria necessário observar os

Objetos dinamicamente (escrito desta maneira no original), acompanhando-os em sua mobilidade, vendo-os transformar-se, viver, e influir uns sobre os outros. Ao pisar neste terreno, cairemos imediatamente numa série de contradições. O próprio movimento, por si mesmo, é uma contradição; o deslocamento mecânico de um lugar para o outro somente pode ser realizado por estar um corpo, ao mesmo tempo, no mesmo instante, num e noutro lugar e também pelo fato de estar e não estar o corpo ao mesmo tempo no mesmo local. A sucessão contínua de contradições desse gênero, ao mesmo tempo formadas e solucionadas, é precisamente o que constitui o movimento.²⁴⁰

No entendimento de Engels, movimento é contradição e a contradição só pode ser expressa enquanto dinâmica e movimento pela dialética, cuja forma lógica permite se organizar adequadamente ao objeto. A dialética se anuncia como a forma lógica de exposição própria para a compreensão dos fenômenos mundanos.

Para receber a alcunha de metafísico, algo pejorativo no vocabulário engelsiano, uma explicação rigorosa deveria possuir uma natureza diversa em sua relação com o tempo, como no sistema de Hegel em que a extensão da evolução temporal se apresentaria como fator que exerceria influência na mudança tanto na natureza quanto na história, permitindo que estes sejam narrados segundo sua sucessão.²⁴¹ Deste modo, diferentemente da relação estabelecida entre a lógica do desenvolvimento das categorias no sistema hegeliano, manifesta segundo uma posição definida entre o *Ser*, a *Natureza* e o *Conceito*, na concepção de Engels, ocorreria uma inversão entre a manifestação do *Ser* e do *Conceito*, explicitada a partir de outra

240 ENGELS, Friedrich. **Anti-Dühring**: filosofia, economia política, socialismo. Rio de Janeiro: paz e Terra, 1979, p. 102.

241 Pressupondo, segundo parece, o modelo da *Fenomenologia do espírito*, como parece fazer crer Alfred Schmidt, em seu comentário sobre Engels (SCHMIDT, Alfred. **El concepto de naturaleza en Marx**. Madrid: Siglo XXI editores, S.A., 1977, p.219-220).

concepção de organização como método, em que a *Natureza* passaria à condição de fundamento da relação entre o *Ser* e o *Conceito*.

Esta abordagem de Engels, encarada como uma mudança de perspectiva em relação à abordagem de outros textos sobre a dialética pode ser passível de diversas interpretações, entre as quais, ser comparada a uma forma específica de *filosofia da história materialista* em que, diferentemente de Hegel, as formas específicas em que se manifestam os fenômenos e eventos particulares poderiam ser organizados segundo princípios comuns, mesmo que de maneira “assistemática” em uma relação em que a *Natureza* seria responsável pela essência (onde “põe” a essência) com que o homem se relaciona, percebe e deduz. Deste modo, para um determinado homem concreto no presente, tanto a história anterior das relações entre os homens, ainda que distintas em forma (como no capítulo que questiona o conceito de igualdade em Dühring), quanto à história da natureza (desenvolvimento) seria pressuposta, não segundo um fio comum de evolução (ou um mesmo sistema), mas como “histórias” distintas ou percursos de desenvolvimento particulares que se cruzam na relação entre o homem e a natureza, especialmente através do trabalho (relacionado ao desenvolvimento das formas anteriores de trabalho como produção de utensílios e artefatos úteis socialmente e o conhecimento sobre a natureza).

Assim, a história do homem apresentaria um fio condutor que somente poderia ser sistematizado a partir da ideia de um *processo* constante em que, mesmo que suas formas mudem, isto não representaria uma impossibilidade de expressão ou o mero encerramento desta reflexão em uma espécie de “devir heraclítico,” pois seria possível observar o passado segundo modos específicos de relação entre os fenômenos, como leis observadas na sociedade e na história da ciência.²⁴²

Como consequência desta forma de observar os fenômenos naturais e sociais, apresentada nos termos de um encontro entre uma lei da natureza e sua dedução, tais leis assumiriam para Engels a característica de uma “prova”²⁴³ da dialética, interpretada por meio

242 Perspectiva que nos parece divergir, em certo sentido, de parte da crítica de Lukács que vê Engels segundo uma ótica determinista.

243 Para Alfred Schmidt, que desenvolve sua análise a partir da crítica lukacsiana, a questão se apresenta como uma ponte perigosa, que encontra seu alvo no marxismo estalinista, ao assumir um desenvolvimento, segundo o autor, que transporia a tese de Engels ao domínio soviético: “De fato – e Hyppolite tem razão ao identificar o foco principal – a historicização da natureza em Engels, e sobre todo o marxismo soviético, conduz a uma naturalização da história humana. Obviamente, não segundo o módulo do social-darwinismo, cuja função e origem social foram intuídos tanto por Marx como por Engels. Naturalização da história significa aqui que Engels degrada a história transformando-a em um âmbito especial de aplicação das leis gerais do movimento e do desenvolvimento da natureza: desta maneira aplaina o caminho à subdivisão canônica entre materialismo dialético e materialismo histórico, que é típica da ideologia estalinista, mas que carece de sentido segundo o ponto de vista de Marx”(Idem, Et. Seq.).

da manifestação de diversos fenômenos que comprovariam as supostas leis básicas de transformação derivadas tanto de mudanças “quantitativas em qualitativas,” quanto da “unidade e da luta de opostos,” e da “negação da negação” (ultrapassagem de limites). Este esquema, como veremos, é comum a outras formas da apresentação da história em Engels, pois ao mesmo tempo em que pode assumir a forma de uma apresentação temporal das manifestações da *Natureza* e da história humana em geral olhando o passado (como identificada posteriormente nos rascunhos que compõe a *Dialética da natureza* escrita entre 1872 e 1882), ele também pode passar a organizá-los enquanto pressupostos cumulativos que se transformam em outras relações e ultrapassam limites.²⁴⁴

Relacionados à esta visão do que seria a lógica dialética são apresentados os exemplos da vida evolutiva, que permitiriam a passagem do mesmo ao outro, através da mutação e muitos exemplos, como a lei das proporções múltiplas na química, a ideia de limite em matemática (quando duas retas que tendem ao infinito poderem se encontrar se conceitualmente o que seria uma mera tendência é estendida infinitivamente), findando com outro exemplo de transposição de “fronteiras em limites” presentes nesta passagem ao relacionar a economia política, de forma algo esquemática, à guerra (em particular ao episódio da conquista do Egito por Napoleão aos turcos) que aparece como um primeiro exemplo sobre a guerra, uma passagem certamente original dentro do Anti-Dühring em relação ao que é presente no texto anterior que serve de esboço sobre a guerra *Táticas de Infantaria derivadas de suas causas materiais*:

244 O que não impede como vemos em alguns momentos, que se atribua certos juízos no sentido de prognósticos e previsões a partir de tendências desta relação entre história natural e história humana, vista como tendência com base em pressupostos materiais (naturais ou sociais) dados sobre os quais se é possível agir, incidir de modo a poderem ser mudados. De certo modo, é este tipo de conhecimento que se anuncia em algumas passagens da *Ideologia Alemã*, como o saber que se anuncia como “ciência real, positiva, exposição da atividade prática, do processo prático de desenvolvimento dos homens,” que substituiria a filosofia alemã em seu momento mais recente (a crítica dos jovens hegelianos): “Em seu lugar pode aparecer, no máximo, um compêndio dos resultados mais gerais, que se deixam abstrair da observação do desenvolvimento histórico dos homens. Se separadas da história real, essas abstrações não têm nenhum valor. Elas podem servir apenas para facilitar a ordenação do material histórico, para indicar a sucessão de seus estratos singulares. Mas de forma alguma oferecem, como a filosofia o faz, uma receita ou um esquema com base no qual as épocas históricas possam ser classificadas. A dificuldade começa, ao contrário, somente quando se passa à consideração e à ordenação do material, seja de uma época passada ou do presente, quando se passa à exposição real” (MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia Alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846). São Paulo: Boitempo, 2007, p. 95). As aplicações de um sentido prognóstico a partir deste tipo de saber indicado por Marx e Engels é criticado por Horkheimer em *Materialismo e Metafísica*: “A possibilidade de reconhecer, com o auxílio desses resultados, algumas tendências evolutivas que vão além do presente imediato não justifica transferir simplesmente aquele resumo para o futuro. Enquanto toda metafísica tenta compreender algo essencial no sentido de que neste algo se antecipa também o âmago do futuro – o que ela descobre nunca deve ser a causa apenas do passado, mas simultaneamente sempre a do futuro -, o materialismo contemporâneo, mediante a construção de conceitos abrangentes, não faz abstração da diferença das dimensões temporais” (HORKHEIMER, Max. **Teoria Crítica**: uma documentação. São Paulo: Perspectiva, 2006, p.42-3).

Napoleão descreve o combate travado entre a cavalaria francesa, cujos soldados eram pouco afeitos à equitação, mas que eram, no entanto, disciplinados, e os mamelucos, cuja cavalaria era a melhor do seu tempo para os combates individuais, mas que eram indisciplinados. Eis o que nos diz Napoleão: “Dois mamelucos sobrepujavam, indiscutivelmente, a três franceses; 100 mamelucos faziam frente a 100 franceses; 300 franceses venciam 300 mamelucos e 1000 franceses derrotavam, inevitavelmente, 1500 mamelucos” . Da mesma forma que, em Marx, a soma do valor de troca tinha que alcançar um limite mínimo determinado, embora variável, para se converter em capital, vemos que, na descrição napoleônica, o destacamento de cavalaria tem que alcançar um determinado limite mínimo para que a força (deste modo no original) da disciplina que se encerra na ordem unida de combate, e no emprego das forças, com base num só plano, possa se manifestar e se desenvolver até o ponto de poder aniquilar massas numericamente superiores de uma cavalaria irregular, composta de melhores montarias e de soldados tão bravos pelo menos quanto os outros. Que nos diz sobre isso o sr. Dühring? Não acabou por sucumbir Napoleão na sua luta contra a Europa? Não sofreu ele derrotas sobre derrotas? Por que foi derrotado Napoleão? Pura e exclusivamente por ter desejado aplicar à tática da cavalaria a confusa e nebulosa ideia de Hegel.²⁴⁵

Neste sentido, a partir deste período, será esta forma de pensamento aquilo que permitiria a Engels por à prova as leis da dialética aos fenômenos sociais em geral, ligando guerra à economia política dentro da crítica a Dühring, como verificado nas quatro partes que tratam da teoria da violência, inserida, portanto no Anti-Dühring. Deste modo, em sua busca por fundamentação, algo do pensamento marxista foi obrigado a mudar para conseguir compreender como encontrar um juízo rigoroso que pudesse analisar os fenômenos sociais em geral como a guerra.

O que certamente em um período posterior que redefiniu o pensamento marxista como forma elaborada de modo mais rigoroso, foi passível de severas críticas.

5.2 A CRÍTICA DE LUKÁCS

Sobre a formulação de Engels, é notável como ganha centralidade, neste ponto, muito mais a apresentação das manifestações da natureza e das relações sociais específicas quanto ao seu movimento ou dinâmica (isto é, tanto ao longo do tempo, quanto em um dado momento específico), do que a necessidade de dedução enquanto sistema. Para o autor, a unidade das manifestações das quais só observamos seus efeitos *em relação* “consistem em sua materialidade,” único pressuposto compreensível da história quanto à gama de fenômenos que tentou explicar. Portanto, o pensamento de Engels maduro trata de uma apresentação do método antitética com aquela defendida posteriormente por autores marxistas como Gyorg Lukács, presente em sua análise sobre os fenômenos sociais em *História e Consciência de classe* onde este papel é assumido pelo conceito de *totalidade*, característica que permitiria

245 ENGELS, Friedrich. **Anti-Dühring**: filosofia, economia política, socialismo. Rio de Janeiro: paz e Terra, 1979, p. 108-9.

legitimamente unificar os fenômenos sociais, pensados sempre *enquanto* relações sociais e imanentemente distintos das manifestações da natureza.²⁴⁶

O aspecto mais essencial dessa ação recíproca, a relação dialética do sujeito e do objeto no processo da história, não chega a ser mencionado, e muito menos colocado no centro (como deveria sê-lo) das considerações metodológicas. Ora, privado dessa determinação, o método dialético (malgrado a manutenção, puramente aparente, é verdade, dos conceitos “fluídos”) deixa de ser um método revolucionário. A diferença em relação à “metafísica” não é mais procurada no fato de que em todo estudo “metafísico” o objeto de estudo deve permanecer intocado e imodificado e que, por conseguinte, o estudo permanece numa perspectiva puramente contemplativa, sem se tornar prático, enquanto para o método dialético a transformação da realidade constitui o problema central. Se negligenciarmos essa função central da teoria, a vantagem da conceitualização “fluida” torna-se bastante problemática ou, por assim dizer, um assunto puramente “científico.” O método pode ser rejeitado ou aceito, segundo o estado da ciência, sem que a atitude fundamental diante da realidade e do seu caráter modificável ou imutável sofra a menor mudança.²⁴⁷

Grosso modo, para Lukács, a tentativa de abordar dialeticamente os fenômenos naturais seria uma regressão da dialética ao materialismo vulgar (não dialético), e isto mesmo se consideramos a possibilidade de relativa eficácia da teoria adotada por Engels, ou da sua possibilidade de apenas servir a uma exposição não sistemática dos eventos da natureza e da sociedade como história, pois, para Lukács, “o bom senso como realidade não se confunde com uma perspectiva radical e crítica” e pontuando de forma assertiva que “o marxismo não se confunde com ciência ou filosofia materialista.” O que decorreria do fato de que “ao tornar a separação da consciência com a realidade como se houvesse um retorno deste modo em termos de método,” isto resultaria numa recaída às “ciências positivas como neutras, como ciência num sentido positivista, caindo no realismo político e no bom senso burguês”.²⁴⁸

A única dimensão que apareceria para Lukács como antídoto a esta noção de ciência da sociedade seria através do único fundamento necessário de uma teoria social dialética, pois

246 Cabe observar que, se a crítica que aparece em *História e Consciência de Classe*, é importante no que toca a esta relação entre os limites da dialética, é importante perceber que esta crítica que toma Marx como referência de crítica a Engels, não marca tal diferenciação a partir de um momento em que o conceito suspenda o tempo em relação a sua apresentação, o que caracterizaria uma crítica que se mostraria mais simples de ser realizada a respeito de Engels, como aquelas que se utilizam de *O Capital*. Lukács necessita recorrer em várias passagens a Engels além de Marx, dando a entender, pelas categorias criticadas, que se trata de uma referência a uma crítica a partir de textos de Marx e Engels, em particular segundo o modelo da ideologia alemã, onde o problema da reificação se explica pelo da alienação e cuja solução seria um conhecimento da totalidade das relações sociais de produção trazidos a todos os trabalhadores como sujeitos de sua própria emancipação. Portanto, apesar de servir de referência a muitas das análises críticas de Engels que separam os autores, esta marca uma diferença que não possui o mesmo fundamento das outras.

247 LUKÁCS, Georg. **História e consciência de Classe**. Estudo sobre a dialética marxista. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p.67-68.

248 E onde é possível notarmos, como este juízo tem como alvo Kautsky, ao menos na forma como apresentou a dialética como doutrina no seio da Socialdemocracia alemã. Considerada como uma substituição do otimismo revolucionário pelo voluntarismo.

do contrário seriam relegados ou abstraídos os conflitos políticos propriamente dialéticos em que o pressuposto da liberdade seria o fato de que os homens podem (e devem) vir a construir sua própria história. Por isso, parte importante deste processo é a tomada de consciência daqueles que podem libertar a sociedade das condições de exploração que a limitam, mas cuja consciência também seria limitada de modo contraditório (como ideologia em termos de falsa aparência) em relação à condição de produtora das condições materiais de reprodução da sociedade, sempre pensada como totalidade. Sendo assim, para Lukács, o antídoto a esta visão parcial seria necessariamente uma abordagem da totalidade enquanto “concepção dialética da totalidade, que parece se distanciar em larga medida da realidade imediata e construí-la de maneira ‘não científica’,” para ele, o único método capaz de compreender e reproduzir a realidade no plano do pensamento. A totalidade concreta tomada enquanto “categoria fundamental da realidade.”

Ao sedimentar o sentido desta relação dialética na natureza, a imagem de progresso e a evolução, vista como fruto da visão de Engels, poderia perigosamente substituir a forma correta de totalidade determinante das relações sociais, restringindo a necessidade de ação, ao fazer convergir na prática política os pressupostos da visão dos reformistas e conciliadores como Bernstein que, com isso, poderiam fundamentar a abnegação da ação política e a confiança em um progresso da sociedade condicionada (ou correlata) ao processo natural e inevitável que conduziria inevitavelmente ao socialismo de modo gradual.

Além desta formulação, Lukács possui outra abordagem crítica a partir de um pressuposto ontológico desenvolvido na *Ontologia*, especialmente em seu último texto, os *Prolegômenos para uma ontologia do ser social* (1969). Nesta última obra, Lukács condena Engels a partir do que acredita ser uma extrapolação da validade da dialética presente em sua argumentação resultando em induções deterministas que permitiriam falsas conclusões sobre os processos sociais, negando peremptoriamente a aplicação do princípio da “negação da negação” aos processos naturais e sociais em geral.²⁴⁹ Para Lukács, esta lei lógica na forma utilizada por Engels não possuiria validade, pois “não é possível na aplicação da “lei” da negação da negação ao grão de cevada e ao cálculo integral, sem cair no território do absurdo, porque essa “lei geral” não foi obtida dos desenvolvimentos do próprio ser, mas “de fora,” subordinando o princípio de validade da dialética a uma necessária lei interna, sendo estes domínios determinados por leis totalmente diferentes,” não podendo ser “arbitrariamente aplicada a qualquer ser que se queira.” Engels, neste sentido, teria cometido o que seria para

249 LUKÁCS, György. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social**: questões de princípios para uma ontologia hoje tornada possível. São Paulo: Boitempo, 2010, p.166.

Lukács um erro para a análise marxista ao tentar empreender um exercício impossível de aplicação da lógica dialética, que, como em Hegel, valeria simultaneamente para todos os domínios da existência. Lukács responderia a esta formulação com os termos de uma formulação que considerava justa do marxismo, segundo a qual “a historicidade do ser, como sua característica fundamental, é o ponto de partida ontológico para a correta compreensão de todos os problemas.”²⁵⁰

No entanto, a solução lukácsiana para a questão da *negação da negação* em Marx, simplesmente negando sua importância para a análise de outros fenômenos sociais como algo que “nada tem a ver, objetivamente, com a argumentação essencialmente econômica de Marx” nos parece de difícil defesa para uma interpretação da obra de Marx, especialmente d’*O Capital*, mesmo que nos restrinjamos ao aparecimento explícito da violência no capítulo sobre a “acumulação originária,”²⁵¹ como se tratasse de uma descrição de eventos extra-econômicos, e, portanto, de certo modo, fora da teoria marxista em sentido próprio. A teoria que Engels tentou utilizar para pensar entre outras coisas a violência seria então para Lukács “algo estilisticamente decorativo” que “aqui e ali” apenas “coqueteou” o método hegeliano “no capítulo sobre a teoria do valor, com a expressão que lhe era característica” e isto justamente quando em Engels tentava-se de modo geral apresentar como um mesmo todo, uma exposição que ligasse as diversas manifestações da história sem submetê-la a uma filosofia da história com um sentido teleológico definido.²⁵²

5.3 AS DISCUSSÕES EM TORNO DE O ANTI-DÜHRING

Apesar dos aspectos levantados da crítica de Lukács presente em *História e Consciência de Classe* em relação à Engels, é possível situá-la por sua vez em um período específico da história intelectual da recepção dos conceitos marxistas,²⁵³ pois os pressupostos

250 Idem, p.123.

251 Na tradução d’*O Capital* mais conhecido no Brasil apresenta-se no capítulo XXIV intitulado “A Assim Chamada Acumulação Primitiva.” Em: Karl Marx. **O Capital** – crítica da economia política. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda, 1996, p.339-381. Neste texto a descrição sobre a “negação da negação” aparece na página 381, referindo-se às relações sociais de propriedade, mas suas consequências e propriedades relacionam-se com a sociedade a partir da mediação entre economia e as relações sociais. Estas relações, neste mesmo texto, aparecem implicadas com as guerras e a transformação das relações sociais de propriedade, especialmente na antiguidade romana (nota 705, p. 351) onde é implicada a guerra (a participação militar) que condiciona a aquisição de escravos condicionando a economia. De certa forma, violência organizada e relações de propriedade são implicadas de modo recíproco, estendendo até estas formas sociais as consequências das relações sociais de propriedade.

252 LUKÁCS, György. Op. Cit., p.154.

253 Seguimos assim uma tendência contrária à mera transposição a-histórica da interpretação de Engels, por acreditarmos que sua determinação permite interpretar melhor seu sentido por se localizar em discussões históricas e ser justamente um texto de intervenção “Do ponto de vista histórico, é compreensível que uma concepção filosófica de todas as relações de desenvolvimento em um período em que o movimento operário da

da escolha dos elementos que utiliza para argumentar não foi em vão, e antes se inserem em uma estratégia teórica de combate à *Segunda Internacional* no seu tempo, especialmente no modo como o marxismo teria se tornando uma “filosofia e uma visão geral do mundo,” “construída em boa parte a partir dos últimos textos de Engels,” momento em que teses como o evolucionismo, ligados a uma forma de apresentação “não dialética” entre teoria e prática, ganhavam corpo no movimento operário.

O problema seria justamente quando o sentido da crítica de Lukács perdesse seu fundamento político, o que ocorreu quando a forma de ver o mundo condenada em Engels (e por extensão à Socialdemocracia) fosse justamente transferida para a União Soviética, convergindo com o leninismo defendido no último capítulo e foco de convergência do argumento político de Lukács em *História e Consciência de Classe*, pois “desde que tal filosofia recebeu o *imprimatur* oficial da União Soviética, tornou-se muito difícil diferenciar uma certa tomada de posição com referência a Engels de uma tomada de posição com respeito ao comunismo do período staliniano.”²⁵⁴

Além deste conflito político expresso como crítica à apresentação da ciência através de Engels, outro momento importante a se destacar igualmente explica a publicação dos rascunhos da *Dialética da Natureza* feita em 1929, que converge com o esforço de Stalin em definir uma “ortodoxia do materialismo dialético aos estudiosos das ciências naturais.”²⁵⁵ Tal política, apesar de distinta das diretrizes de Lênin, de certo modo, deu prosseguimento ao argumento utilizado por Lênin, desde 1908 em *Materialismo e Empirocriticismo* na perseguição aos discípulos de Mach na Socialdemocracia, sobretudo russa, representado de modo mais conhecido em Bogdanov²⁵⁶. Utilizando-se fartamente de argumentos presentes em o *Anti-Dühring*, de modo similar ao que posteriormente fez Stalin quando se utilizou da mesma abordagem contra os estudiosos mandelianos da evolução durante o processo de disputa ideológica contra o determinismo genético capitaneado pelo lamarckismo de Trofim Lysenko, que colocava as características evolutivas como condicionadas pelo ambiente.

Num momento posterior, na Alemanha, os socialdemocratas como Landshut e Mayer, utilizaram-se de escritos até então inéditos como os *Manuscritos Econômicos Filosóficos*

época de Marx se defrontava com um empirismo e ecletismo obtusos e sem alma no terreno burguês, a doutrina da negação da negação pudesse ser fascinante para muitos, como síntese da história do mundo, e até filosófico-universal, da inevitabilidade das soluções socialistas dos problemas. Hoje não nos parece mais necessário entrar detidamente nas fontes concretas do erro de Engels (LUKÁCS, György. *Idem*, p.167), justamente o que nos parece interessante fazer nesse momento.

254 JONES, Gareth S. Retrato de Engels. In: HOBBSAWM, Eric. J. [et al.]. **História do Marxismo vol. I**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1983, p.379.

255 *Idem*, p.379.

256 WEIL, Simone. **Opressão e Liberdade**. São Paulo: EDUSC, 2001, p.45-56.

(publicados pela primeira vez em 1932) “na tentativa de contrapor um Marx da ética humanística à interpretação leninista do marxismo,” que se colocava em nome da ortodoxia (defendida em Lukács em nome de Lênin)²⁵⁷. Deste modo, quando os sinais se invertem no pressuposto apontado por Lukács como divergência entre a teoria de Marx e de Engels, que passa posteriormente a ser ampliada, não mais para atacar a socialdemocracia ao longo do século XX, mas para defendê-la.

O resultado deste processo sentiu-se igualmente décadas à frente, especialmente no período do pós-guerra, influenciado pela conjuntura da guerra fria. Naquele momento, por um lado “faziam tudo ao seu alcance para pôr em pé de igualdade Marx e Engels, - arquitetos gêmeos de um sistema acusado de determinismo e totalitarismo,”²⁵⁸ enquanto por outro lado, “os porta-vozes oficiais dos partidos comunistas insistiram com igual vigor na perfeita unidade da obra dos mesmos e encararam com suspeição qualquer tentativa de distinguir as contribuições individuais.” (JONES, 1983,p.379-80)

O resultado deste contexto foi que, as “alternativas do legado marxista,” elaborada por pessoas que não se reconheceram nestes polos e que se inseriram em uma série de redescobertas e rearticulações da obra dos dois autores, tomaram como objetivo repensar a dialética marxista, seja adaptando o marxismo à reflexão sobre temas locais, ou ainda passando pelo resgate do humanismo, onde entrariam, para Jones “teóricos comunistas dissidentes, socialdemocratas da II Internacional, teólogos cristãos radicais e filósofos existencialistas ou neo-hegelianos.”

Na conjuntura intelectual assumiu maior relevo o combate às versões oficiais do marxismo, ou vinculando Marx a uma “tradição filosófica precedente,” muitas vezes representada pelo “ato de debitar a Engels todas as componentes indesejáveis do marxismo soviético, do qual buscavam com tanta ânsia se distanciar.”²⁵⁹. De certo modo, um procedimento recorrente em “exorcizar” elementos considerados positivistas ou autoritários identificados no marxismo, atribuindo-os exclusivamente a Engels, com maior peso para o chamado “último Engels.”

5.4 OS MEIOS DA GUERRA: ARMAS E POLÍTICA

Mesmo se consideramos negativamente certos aspectos críticos na fundamentação

257 JONES, Gareth S. Op. cit., p.379.

258 Posições recorrentes no comentário a respeito dos textos militares com foco no regime soviético, segundo a leitura de totalitarismo interpretado como o resultado necessário de uma orientação política a partir da obra de Marx e Engels.

259 JONES, Gareth S. Op. cit., p.379-80.

histórica de Engels, ainda assim, ao pensarmos sobre as organizações militares, é possível notarmos aspectos originais progressivamente mais interessantes sobre a guerra. Aspectos que apresentam em sua exposição, com algumas diferenças e confirmações em relação aos problemas de método anunciados por Engels no começo do livro.

Uma das reflexões mais importantes e originais sobre a guerra presentes no capítulo sobre a violência do *Anti-Dühring* que diz respeito ao que Engels observava as implicações sociais sobre o desenvolvimento do armamento, em particular, no caso do avanço representado pelo uso do fuzil *Dreyse needle-gun*²⁶⁰ pelas tropas prussianas, explicado não apenas sob o aspecto tecnológico, mas sob os termos de um desenvolvimento organizativo que permitiu seu uso eficaz nos campos de batalha. Este desenvolvimento foi visto como um avanço técnico que resultou no desenvolvimento das formas da infantaria terrestre quando puderam somar o uso deste novo tipo de arsenal aos avanços trazidos pela forma de organização resultante dos exércitos da *Grande Armée* da Revolução Francesa.

Outro aspecto notável é a descrição do “duelo entre a *blindagem* dos navios e o alcance dos canhões”²⁶¹ que envolveu parte do raciocínio criticado por Lukács, mas que, mesmo assim apresentava algo relativamente válido ao tratar das questões que emergiram daquilo que Engels acreditou ser o termo de uma forma de armamento (o *material armamento*), disponível como arsenal de guerra e cujo desenvolvimento se relaciona com o desenvolvimento industrial e a tecnologia fruto da ciência impulsionada pelo iluminismo. A ciência e as relações econômicas que permitiram o desenvolvimento da produção a partir de outros domínios, aparentemente distintos, estimularam a crítica de Engels ao entendimento sobre a guerra de inspiração liberal que acreditava que a economia seria uma instância autônoma em relação à guerra, que era sustentado naquela ocasião pelos proudhonianos e no argumento de Eugen Dühring.

Contra um juízo sobre a divisão entre duas instâncias que atribuiriam à economia, uma natureza imanentemente pacífica contra a guerra, pensada como uma dimensão social separada, Engels utiliza em sua crítica um argumento que se apoia no desenvolvimento dos modernos artefatos de guerra, como produtos da indústria.

O revólver triunfará da espada e até a criatura mais cheia de axiomas terá de

260 Vide nota 50.

261 ENGELS, Friedrich. *Anti-Dühring*: filosofia, economia política, *socialismo*. Rio de Janeiro: paz e Terra, 1979, p. 150. O ataque e defesa, manifestos como conflito entre artilharia e blindagem se relacionam certamente às outras formas de armamento (em particular às chamadas “bocas de fogo,” que são as armas de artilharia destinadas a disparar granadas através de um tubo como as peças de artilharia, obuseiros, morteiros e canhões).

reconhecer que, neste caso, a violência não é um mero ato de vontade, pressupondo, pelo contrário, condições prévias bastante reais para o seu exercício, a saber: instrumentos, entre os quais, o mais perfeito esmaga o mais imperfeito. Estes **instrumentos**, que não brotam do solo por si sós, tiveram de ser produzidos, o que equivale a dizer que o produtor dos mais perfeitos instrumentos de violência, que são as armas, triunfa sobre o produtor dos mais imperfeitos. Daí temos de reconhecer, em resumo, que a vitória da violência se reduz à produção de armas e que esta, por sua vez, se reduz à produção em geral, e, portanto, ao “poderio econômico,” à “situação econômica,” aos meios **materiais** colocados à disposição da vontade de violência (no original em negrito) ²⁶²

Há um pressuposto material que Engels quer demonstrar de modo irrefutável em seu relato sobre os *meios* e *modos* de se fazer a guerra: a eficácia. Longe de representar uma relação imediata entre o meio material, representado pelo arsenal, o *material armamento*, e o *material humano*, visto como a capacidade de disposição do soldado como meio material de se fazer a guerra, ou seja, abstraído como homem, para focar-se apenas em seu objetivo. O uso eficaz dos meios materiais produzidos pelo sistema da guerra desenvolve-se no tempo produzindo uma marca indelével, o de ser capaz de ser mais destrutivo, ou “mais perfeito” (*vollkommnereem*) em relação ao fim para o qual é produzido e, deste modo, caso seja este processo seja entendido a partir de algo como uma “essência da arma,” esta poderia ser pensada a partir de um desenvolvimento que buscaria se constituir de modo perfeito, ou seja, que pressuporia um desenvolvimento em que seria capaz de suplantar os “meios materiais” (*materiellen Mitteln*) que se tornam ultrapassados, demonstrando assim uma marca do tempo que transforma o modo de se fazer a guerra. ²⁶³

Esta ideia do armamento inserido dentro da dialética e pensada em relação aos princípios da sociedade moderna também é presente em Hegel (na terceira parte das *Linhas Fundamentais da filosofia do Direito*, terceira seção §328), onde a forma da arma de fogo está voltada à relação entre a guerra e aquilo que ela pressupõe no combate como abstração do combate de um indivíduo singular voltado contra um único oponente. Deste modo, pensado como princípio dedutivo a partir de uma relação de alienação de si (*Entäußerung selbst*) esta relação remeteria ao “elemento mecânico de uma ordem externa ou serviço,” em outros termos, à disciplina e a hierarquia, onde estaria em questão “a obediência total e a abolição do próprio opinar e raciocinar, a ausência do próprio espírito e a presença de espírito e a resolução instantâneas as mais intensas e compreensivas.” Esta situação resultaria para Hegel idealmente em um agir objetivamente “o mais hostil” possível para o aspecto pessoal, e em direção a uma disciplina que imponha um sentido objetivo de modo a que mesmo em combate, o guerreiro possa se projetar contra “indivíduos, num estado de ânimo

262 Idem, p. 145.

263 Idem, p. 145.

completamente indiferente, até mesmo bom, em face deles como indivíduos.”

O princípio do mundo moderno, o pensamento e o universal, deu à bravura militar a figura mais elevada, consistindo em que a sua externalização (*Äußerung*) parece ser mais mecânica e não aparece “mais” como feito desta pessoa particular, mas somente como “feito do” membro de um todo, em que [igualmente,] essa bravura não está voltada contra pessoas singulares, mas contra um todo inimigo em geral “e em que” a coragem pessoal aparece, por conseguinte, como uma coragem não pessoal. É esse princípio que inventou, por isso, a arma de fogo, e não é a invenção acidental dessa arma o que transformou a figura meramente pessoal da bravura numa figura mais abstrata.²⁶⁴

O que insere a arma de fogo em outro sentido que não o do acaso de sua descoberta, mas numa condição de desenvolvimento da própria ideia de combate, portanto, o que permitiria “deduzir” ou derivar a forma do armamento do seu pressuposto essencialmente determinante que é a própria realização do combate enquanto se está a “serviço do Estado” (§329) e segundo um ideal coletivo. Esta situação se diferencia da coragem individual por ser uma alienação dos fins particulares para se realizar “não apenas *para si*, e somente para os outros.”²⁶⁵ (Para Hegel, o “estamento militar é o estamento da universalidade, ao qual compete a defesa do Estado e que tem o dever de trazer a própria idealidade em si à existência, quer dizer, sacrificar-se,” onde a relação com este fim mais geral, em função do universal que modificaria a expressão social deste conflito, relacionando-o também à ideia.

Não a bravura pessoal, mas a inserção no universal é, aqui, o que há de mais importante. Na Índia quinhentos venceram a vinte mil, que não eram covardes, mas que somente não tinham disposição de ânimo de atuarem cerrados em união com os demais.²⁶⁶

Assim uma disposição de ânimo pessoal se liga à constituição dos fins mais gerais do Estado resultando na mudança da “forma particular” como “processo” em direção à uma “forma social” que realiza os fins mais gerais do Estado e onde cada indivíduo é apenas “um entre muitos.” Neste contexto, onde é citado o que parece o exemplo da falange macedônica (por se referir ao pressuposto organizativo da falange como coordenação), destaca-se o modo como o princípio organizativo deu vazão à formação cerrada que permitiria coordenar o ataque coletivo em um nível superior à forma de combate individual, repondo esta ação a serviço de um conceito único que daria ensejo a uma forma conjunta de combate, que serviria, neste caso, de suporte à construção de um único objetivo mais eficaz.

264 HEGEL, Georg. **Linhas fundamentais da filosofia do direito ou direito natural e ciência do estado em seu traçado fundamental. O Estado.** Trans. M. L. Müller. (M. L. Müller, Trans.). Campinas SP: IFCH/UNICAMP. v. 32, 1998, p.63.

265 Idem, p.62-63.

266 Idem, p.62-63.

Em Engels, há um sentido similar à exposição de Hegel sobre a arma de fogo (assim como outro, distinto, que tratamos também a seguir), a guerra ganha um novo sentido quando é pensada sob as coordenadas gerais da sociedade, libertando-se dos pressupostos da análise militar e relacionando-a em parte à lógica da economia política segundo a análise da produção de valores de uso. A guerra, assim como a violência organizada torna-se ligada à economia contra a forma de abordagem dos liberais que se manteve viva em parte do pensamento socialista combatidos em nome de uma especificidade do pensamento que se apresenta como “marxista.”

Que vem a ser, atualmente, a violência? São os exércitos e os navios de guerra, e ambos custam, como já tivemos ocasião de aprender, por gloriosa experiência, “um montão de dinheiro. Mas, que saibamos, a violência não é capaz de criar dinheiro. A única coisa que ela sabe é arrebatar o que já foi criado, o que também de pouco nos servirá, como já sabemos pela pungente experiência dos famosos cinco mil milhões da França. Em última análise, é sempre a produção econômica que subministra a quantidade necessária de dinheiro. Voltamos a nos encontrar, aqui, com a ideia de que a violência está condicionada pela situação econômica, da qual ela deve receber os meios necessários para se equipar com instrumentos, bem como para conservá-los. E não termina aqui a nossa história. Nada pode depender tanto dos fatores econômicos como o exército e a marinha. O armamento, a composição, a tática e a estratégia, dependem, antes de tudo, do grau de produção imperante e do sistema de comunicações. Não foram as “criações livres da inteligência de chefes geniais que revolucionaram a estratégia militar, mas a invenção de armas mais perfeitas e as mudanças sofridas pelo material humano. O máximo que um estrategista genial pode fazer é adaptar os métodos de luta às novas armas e aos novos lutadores.”²⁶⁷

Do mesmo modo, Engels nota a correlação entre as armas como pressupostos da guerra e a economia, a partir do fato de que a “introdução da pólvora e das armas de fogo não foi precisamente um ato de violência, mas um progresso industrial e, portanto, um progresso econômico,” o que daria força a seu argumento.

A indústria não perde o seu caráter de indústria por se destinarem os seus produtos a destruir e não a criar os objetos. E a adoção das armas de fogo não somente revolucionou os métodos de guerra, como também as instituições políticas de poderio e de dominação. Para conseguir pólvora e armas de fogo, faziam falta indústria e dinheiro, e ambos estes elementos estavam em mãos da burguesia das cidades.²⁶⁸

Algo curioso neste processo é o modo como Engels confronta a análise da relação entre o desenvolvimento do armamento e o seu uso, pois longe de representar um determinismo das relações sociais aplicadas à guerra pelo desenvolvimento tecnológico do armamento, em sua análise, Engels nota como as armas de fogo “desenvolveram-se com grande lentidão [...] Eram soldados mercenários, recrutados pelos príncipes, não poucas vezes

267 ENGELS, Friedrich. **Anti-Dühring**: filosofia, economia política, socialismo. Rio de Janeiro: paz e Terra, 1979, p. 146.

268 Idem, p. 146.

à força, entre os prisioneiros de guerra inimigos, e a única forma de luta na qual podiam estes soldados utilizar o novo fuzil era a tática de linha, que alcançou a sua máxima perfeição sob o comando de Frederico II.”²⁶⁹ Portanto, o desenvolvimento das formas de organização social lidava com uma técnica própria ao controle e organização eficaz do modo como eram organizadas as tropas, em paralelo ao desenvolvimento da produção de armamentos, como se fossem processos históricos distintos que só posteriormente são envolvidos em um mesmo processo.

Outra questão envolvida era parte daquilo que ocupou o centro das preocupações de Engels sobre a guerra, a relação entre o desenvolvimento das técnicas militares e a estrutura de classes, através da conscrição. Uma marca, já enunciada do desenvolvimento que se apresenta pela eficácia ou “maior perfeição” que permitiria a uma determinada formação de combate continuar a existir sob pena de se tornar ineficaz, e a partir daí, desaparecendo da história. Com o tempo, mesmo esta forma mais perfeita em um dado momento e segundo determinadas condições históricas particulares “foi tornada impotente e teve de sucumbir frente a um inimigo invisível e inatacável. E surgiu a tática dos atiradores: uma tática nova, fruto de um novo material humano.”²⁷⁰ Foi sobre este novo “material humano” que remeteria ao que tratou Engels a respeito das formações de guerrilha, isto é, quanto à entrada do povo nas revoluções e nas guerras nacionais.

Um elemento notável nesta narrativa é o do impacto do desenvolvimento da organização militar como sentido de destruição correlato com o desenvolvimento da indústria, o que atesta o desenvolvimento do uso da arma de fogo, um sentido que permite colocar numa mesma organização de modo eficaz a arma e o soldado. Esta associação possui outras implicações, pois ela se realiza como a presença conjunta de uma massa de soldados originados de diversas classes sociais que coincide com este desenvolvimento conjunto entre meios da guerra, sociais e materiais, resultando em uma questão seguindo a narrativa de Engels.

Como este desenvolvimento armado, que coloca classes opostas, a nobreza, como as classes de oficiais hereditários, burguesia como técnicos, e o campesinato como soldados, todos armados não teria resultado até então em um arranjo instável que alterasse o curso das guerras em uma guerra civil logo no início dos combates, assim que estivessem de posse das armas, permanecendo assim um sistema armado em pleno desenvolvimento durante o século

269 Idem, p. 146.

270 Idem, p. 147.

XIX?

Parte da resposta a esta pergunta pode ser encontrada em autores contemporâneos como Michel Foucault (que comentamos mais a frente) ao tratar do desenvolvimento da disciplina dos exércitos como uma forma de tecnologia de organização que se relaciona com os sistemas de pensamento desde o século XVIII, período que coincide com os pontos principais do texto de Engels sobre o desenvolvimento da infantaria.

5.5 A DIALÉTICA DO ATAQUE E DA DEFESA

As situações envolvidas pelo conflito entre o desenvolvimento das técnicas da defesa e de ataque, entendidas como o desenvolvimento da blindagem e do armamento nos implementos da guerra naval representam um importante argumento de Engels sobre o uso da dialética para as organizações sociais. Esta descrição pressupõe compreender como os custos elevados deste desenvolvimento tecnológico incidiram sobre o formato da batalha naval (pouco tratada por Engels que opta principalmente por uma análise da infantaria), podem ser pensados em sua implicação para a economia em geral, relacionando indústria bélica e crise. Neste sentido, os meios para o combate poderiam ser considerados em sua implicação às formas de organização da economia em geral, em particular dentro daquilo que considerou como o perigoso limite de seu emprego devido a suas possíveis consequências econômicas e políticas mais gerais, pois o aumento dos gastos militares teriam a seu ver a capacidade de colocar em cheque o sistema capitalista em uma crise avassaladora resultante do gasto militar impulsionado pelo desenvolvimento da tecnologia.

A inovação tem importância capital no contexto da guerra, o que se verifica nas mudanças táticas, aplicadas em momentos quando é ressaltada a questão da técnica que permite àquele que ataca realizar uma ação eficaz e surpreender o adversário. Por sua vez o sentido do desenvolvimento tecnológico se explica, para Engels, principalmente pelo desenvolvimento das forças produtivas ligado às relações sociais de produção, cujas condições são dadas pelas forças sociais postas em movimento, e dentre estas, principalmente pelos conflitos entre as classes.

A burguesia representa para Engels o pressuposto social do desenvolvimento da tecnologia, pensada principalmente como organização social modernizadora e cujas formas sociais permitiriam fazer avançar a sociedade de modo organizado sem permitir que a história retrocedesse, ao menos no que tocava aos termos do desenvolvimento da capacidade destrutiva. Uma forma nova de artilharia não permite a manutenção das defesas que ela foi

capaz de superar, o que se dá graças à inovação tecnológica cujos pressupostos podem ser decifrados ao serem relacionados a outros aspectos como os saberes técnicos e científicos, o financiamento da empresa militar graças à instituições capitalistas, a aprovação dos orçamentos, principalmente, graças a acordos entre grupos de interesse permitidos devido a existência de uma constituição (uma instituição republicana que permite que os burgueses confiem financiamento ao estado com garantias recíprocas), além da capacidade de organização que se desenvolve pela técnica que liga os meios aos fins da guerra, e por fim, graças às classes emancipadas que podem participar do esforço de guerra.

As classes, além disso, apesar de possuírem papéis históricos quanto à guerra, poderiam modificar sua participação entre os esforços de organização e campanhas do Estado. Por isso, contra a ideia persistente de uma separação entre uma classe militar, como a aristocracia, e uma classe pacífica e voltada aos negócios, como a burguesia, deve-se observar como elas se reacomodam dentro da mudança da forma das guerras travadas, assumindo novos papéis.

O Estado, certamente, lamenta, tão amargamente como o Sr. Dühring, que, a bordo dos navios de guerra de hoje, desempenhe papel muito mais importante o representante da "situação econômica," o engenheiro, do que o desempenhado pelo representante da "violência imediata," ou seja, o capitão.²⁷¹

Evidentemente, a relação entre os pressupostos técnicos e a forma de organização militar poderia ser apresentada por Engels não apenas quanto à Infantaria terrestre, mas sobre a marinha de guerra, para além das poucas linhas dedicadas ao tema do desenvolvimento dos vasos de guerra, como no capítulo III do *Anti-Dühring* e das *Táticas de infantaria* onde comenta a relação entre o desenvolvimento da indústria siderúrgica que permitiria o desenvolvimento de formas de combate que façam páreo às frotas dispostas pelos diversos países líderes do desenvolvimento industrial. Os poucos trechos citados são justamente aqueles em que Engels acredita que o desenvolvimento desenfreado da tecnologia bélica, pesadamente financiada conduzirá a novas formas de crise como consequência de seu próprio princípio contraditório.

Devemos é nos alegrar ao comprovar que este duelo também se ajusta, no caso da guerra marítima, às leis dialéticas interiores da dinâmica, por força das quais o militarismo, como qualquer outra manifestação histórica, perecerá, devido às consequências (deste modo no original) de seu próprio desenvolvimento.²⁷²

Engels possuía elementos para pensar a guerra naval para além destas poucas

271 Idem, p.151.

272 Idem, p.151.

passagens, principalmente desde o momento em que noticiou para o *Die Presse* em 3 de julho de 1862 o primeiro embate entre encouraçados (navios blindados) em Hampton Roads na Virgínia durante a guerra civil-americana²⁷³ que abriu, segundo Engels, a era da “Guerra entre navios blindados” (*ironclads*), lá, a necessidade de furar o cerco de suprimentos por parte do norte levou o Sul, menos desenvolvido, a criar uma nova forma de defesa com placas de aço que pudesse resistir a atiradores, criando o “Monitor,” mais simples e artesanal, que foi quase imediatamente respondido pelo norte com a criação do navio de guerra blindado a vapor “CSS Virginia.”

O curioso final do embate, até hoje motivo de disputa, resultou no fim da era dos “navios de linha” movidos à vela, por motivo da aplicação de um recurso tecnológico aplicado de modo eficaz na modificação da forma de combate naval, ao permitir estruturas mais pesadas de blindagem, o que foi atingido por meio de soluções técnicas análogas na busca de maior eficácia, partindo ambos os contendores de condições semelhantes de desenvolvimento técnico em relação aos pressupostos materiais de produção. O próximo passo, que foi dado pela indústria naval europeia, no contexto da grande indústria naval em um intenso conflito quando a competição entre indústrias bélicas leva-as a deixar de fabricar artefatos deste tipo para quaisquer países, como foi descrito no período por Engels, para se tornarem indústrias exclusivamente voltadas ao interesse nacional,²⁷⁴ isto é, voltadas para os clientes preferenciais do próprio país (ou exclusivamente para o próprio estado como a Alemanha em 1871) e aliados, a partir do aumento de poder de fogo respondido pelo aumento de blindagem. Uma modificação das relações econômicas que resultou no surgimento de mercadorias monopsônicas (de um único comprador possível) induzida pela forma particular de desenvolvimento da guerra.

Uma previsão futura sobre o desenvolvimento do armamento em setor de intensa competição com mobilização das indústrias e da sociedade para um constante escalonamento para um esforço de guerra, permitiu a Engels pressupor um constante conflito que impulsionaria (mantidos aqueles pressupostos) o desenvolvimento em direção à eficácia destes equipamentos, e que, historicamente, este progressivo desenvolvimento ultrapassa o motor a vapor pelo sistema de propulsão por caldeiras. Se há algo em que o sentido da dialética aplicada aos fenômenos históricos poderia fazer crer, seria o de um desenvolvimento

273 The American Civil War and the Ironclads and Rams Acessado em: <http://www.marxists.org/archive/marx/works/1862/07/03.htm> Último acesso: 16/02/2011

274 Um episódio conhecido no Brasil é o da compra por parte da marinha brasileira em 1874 do *Independência*, que é interceptado pelo governo britânico e rebatizado como HMS *Neptune*. Oscar Parkes. *British Battleships*: Annapolis, MD: Naval Institute Press., 1990, p.277.

contínuo das forças produtivas seguindo um roteiro de conflitos e obstáculos.

No entanto, para chegarmos a esta conclusão seria preciso considerar Engels estritamente segundo uma lógica do desenvolvimento das forças produtivas, sem contraposição a uma estrutura que a impediria, no caso, a luta de classes. É aqui justamente onde o sentido prognóstico mostra seu elemento falho, mas falho num sentido político, pois Engels observa os meios com que acredita se desenvolver a história e pensar aquilo que seria favorável ao proletariado. Mas, longe de simplesmente desenvolver uma narrativa segundo o fio condutor comum entre o desenvolvimento das forças produtivas e o desenvolvimento histórico das formas de conflito (como uma filosofia da história segundo um mesmo sentido), ele observa como a evolução contraditória da guerra segue a tentativa de alijar seus limites, tendendo a uma inflexão interna que a faria coincidir com as leis do sistema capitalista. No entanto, esta convergência ocorreria na medida em que uma crise pudesse impedir o desenvolvimento de todo o potencial destrutivo possibilitado pelo desenvolvimento das forças produtivas, o que resultaria, especialmente em sua análise madura, no constante pressentimento de uma guerra que colocasse o desenvolvimento simultâneo das forças produtivas e destrutivas em xeque. Esta crise, que poderia causar impacto tanto na economia, quanto na guerra, poderia abrir a possibilidade de uma ação política de massas capaz de superá-la, diminuindo o controle sobre o componente vivo das guerras, o chamado *material humano*.

De fato, seria possível dizer que, para a guerra, funcionaria algo similar àquilo que encontramos n'*O Capital* a respeito da passagem de limite à fronteira, isto é, quando contra um impedimento ao desenvolvimento do Capital é contraposta sua possível superação, em geral, a partir de uma progressiva subordinação do seu elemento vivo. De forma parecida, o sistema da guerra encontraria de alguma forma o seu limite em si mesmo, através de sua relação com a economia, e, por isso, com a possibilidade de crise que pode impedi-la na produção industrial capitalista de arsenais e meios logísticos, o que ligaria, deste modo, os pressupostos materiais da guerra ao capitalismo e suas falhas, ou seja, quanto mais o sistema bélico se desenvolve, mais se subordinaria ao sistema econômico, e logo, a uma chance maior de sua derrocada por meio de crises.

Na segunda metade do século XX, esta forma de análise de Engels que se tornou canônica é justamente a forma de análise marxista criticada por Hannah Arendt em *Da violência* e também por Marcuse em *O Homem Unidimensional* ao tentar um maior peso na forma na economia como explicação da guerra, ou ao menos em seus limites e finalidades,

Engels teria ignorado que a interação entre guerra e economia forma outro tipo de relação, o sistema militar industrial que possuiria características próprias, especialmente no contexto da guerra fria e na competição entre sistemas sociais organizados não segundo a finalidade da economia e da acumulação de capital que subordinaria a guerra a seus princípios, mas justamente pelo contrário, quando a guerra subordina a seus interesses a economia e a sociedade.

Mas esta forma de leitura de Engels apresentada não coincide com toda a análise de Engels. Como exemplo, a conscrição prussiana quando foi capaz de atingir a mobilização máxima de suas formas, cujo limite é representado por sua capacidade de absorver os soldados, realizou uma mudança de forma da tática impulsionada pela necessidade da conscrição a partir do soldado em conflito com a preservação da tradição representada pelo comando. Uma modificação da forma de organização da guerra que seria não apenas induzida por um único princípio, como a organização social ou a guerra, mas seria em verdade o resultado de sentidos mutuamente implicados.

De outro modo, quanto à “Forma da guerra” em Engels, a organização militar depende, de modo distinto de Hegel, não de um princípio organizativo formal, mas de seus pressupostos materiais, e é aí onde se mostram mais ainda como os pressupostos estão mutuamente implicados, pois o sentido desta materialidade evoca antes as condições sociais onde estão inseridos, portanto, os *meios e modos* como se relacionam de modo integrado. O que pode ser ilustrado quando Engels pergunta “Até que ponto a tática da guerra depende atualmente do estado da produção e dos meios de comunicação do país, que o exército tem em sua retaguarda, é coisa que qualquer suboficial, por pouco instruído poderá explicar ao Sr. Dühring”²⁷⁵, pois é um sentido que envolve as relações sociais, o desenvolvimento técnico e científico e, de certa forma, as condições culturais de um determinado povo, que podem ser pensadas como uma filogênese da organização e da orientação da técnica de modo eficaz aplicado às questões militares:

Toda a organização e todos os métodos de luta dos exércitos e, portanto, os triunfos e as derrotas, dependem das condições materiais, ou, mais concretamente, das condições econômicas: do *material humano* (*Menschenmaterials*) e do *material armamento* (*Waffenmaterials*), ou melhor, da qualidade e da quantidade da população e da técnica. Somente um povo de caçadores como o americano poderia de novo pôr em prática a tática dos atiradores. E os americanos não eram caçadores por capricho, mas por causas puramente econômicas, exatamente da mesma forma por que hoje, por causas também puramente econômicas, esses mesmos yankees - pelo menos aqueles que vivem nos Estados mais antigos - se converteram em

275 ENGELS, Friedrich. **Anti-Dühring**: filosofia, economia política, socialismo. Rio de Janeiro: paz e Terra, 1979, p.149.

lavradores, industriais, navegantes e comerciantes, que já não se dedicam à caça no desbravamento das selvas virgens, mas que, em troca, sabem como ninguém se mover com desenvoltura no campo da especulação, no qual aplicaram também a sua tática de massas.²⁷⁶

Ainda sobre esta passagem, cabe notar como deparamo-nos com uma perigosa linha tênue entre a forma de observação militar e a sua crítica, justamente na medida em que as condições que dão origem a uma forma social específica de combate ligam-se a condições que, se não podem ser identificadas diretamente às questões inatas de um grupo específico, no caso dos americanos nas guerras de independência da revolução americana, em que Engels se refere indiretamente aos *Minutemen* (os voluntários que formaram milícias e diversas formações irregulares, mas coordenadas na guerra de independência). É difícil determinar, nos termos de Engels, quais as condições em que se coloca a referência a uma “pré-disposição,” apresentada aqui enquanto “material” que se supõe relacionado a uma “forma” que poderia ser qualificada a partir de características específicas, especialmente se pensarmos em termos aristotélicos quanto ao conceito de forma (*êidos*) e matéria (*hyle*). Isto permitira pensar adicionalmente em outras características como a relação entre potencialidade e atualidade, um princípio dinâmico que permite entender como seria possível pensar em termos de uma essência “mais perfeita” (como na passagem anterior sobre as armas) a partir de outra já pensada como “perfeita.” O perigo que observamos, certamente se apresenta quando estes termos são pensados como uma possível determinação da relação da essência destas populações com o seu elemento biológico (como na origem militar do termo no século XIX que tratamos logo abaixo).

Em outro *para-texto*, as *Táticas de Infantaria derivadas de suas causas materiais*, algo similar se apresenta, sem que novamente, seja possível verificar a acepção exata em que foi empregado:

[...] este método de luta, desenvolvido até seu mais alto ponto por Frederico II, era o resultado inevitável da cooperação entre “dois fatores materiais” coincidentes: daquele exercido pelo *material humano* dos recrutas dos príncipes de então, instruídos com todo rigor, mas de muito pouca confiança e que somente se mantinham coesos à pauladas e, às vezes, era formado por prisioneiros de guerra inimigos e, em segundo lugar, o *material armamento*, formado pelos torpes e pesados canhões e os mosquetes sem raia com baioneta, que disparavam rapidamente, mas mal.²⁷⁷

Como vemos, o sentido da expressão *material humano* designa aqui a diferença de origem social do soldado em termos de classes e o material disponível que seriam

276 Idem, p.149.

277 (ENGELS, , s/p)

pressupostos, mas não como elementos principais da explicação a respeito das derrotas sofridas pela Prússia frente ao exército Napoleônico. O que emerge como principal fator não é a explicação em termos de pressupostos materiais determinantes, mas o fato de que estes pressupostos se ligam a questões políticas, pois a mobilização de soldados livres como “bandos de insurgentes” permitiria compreender como foram superiores militarmente aos mercenários, experimentados e treinados, se destacando quando ambos os elementos se encontrariam equilibrados. Há uma característica central para a explicação da potencialidade dos exércitos nos indivíduos que lutam a partir da disposição cultural e social que coloca os indivíduos dispostos subjetivamente e objetivamente, isto é, tanto como manifestação superior da vontade livre quanto em relação à posição de um dever que se coloca como necessidade para a garantia do fundamento social e político ou quando, novamente, em questão às predisposições culturais e sociais.

Este método de luta se manteve enquanto ambos os adversários estavam no mesmo nível enquanto *material humano* e *armamento*, de tal modo que a cada um deles convinha ater-se à regra preestabelecida. Mas ao estalar a guerra norte-americana da Independência, imediatamente se enfrentaram os recrutas melhor instruídos e bandos de insurgentes que, apesar de não fazerem treinamento, sabiam atirar muito melhor, empunhavam em grande parte carabinas seguras e que, lutando por uma causa própria, não desertavam.²⁷⁸

Tais características, além disso, permitiriam outros fatores como a mudança dos elementos e da forma posta em operação para o combate, pois, não se tratando de uma guerra segundo as normas do combate dinástico, opera-se por meio da relação com a geografia (como vimos no texto sobre as *guerras de montanha*), quando não mais obedeciam a uma “regra preestabelecida” e à disposição e treinamento que parte da própria relação com a luta pela sobrevivência dos trabalhadores, tanto na manufatura que produz artesanalmente armas específicas segundo desígnios pessoais, quanto em relação ao treinamento espontâneo que a caça garantia, o que leva a concluir por uma dissociação do sentido do termo com a ideia racial.

Estes insurgentes não tinham para com os ingleses o obséquio de lutar em campo aberto, conforme todas as regras tradicionais da etiqueta guerreira, dançando com eles em passo lento o conhecido minueto do combate, mas atraíam o inimigo para os bosques espessos onde suas colunas de marcha ficavam expostas e indefesas sendo dispersas pelo fogo de atiradores dispersos, formados em bandos soltos aproveitando cada cobertura do terreno para causar danos no inimigo, mantendo-se a causa de sua grande agilidade, a sua massa pesada, mas inalcançável. Portanto, o combate de fogo dos atiradores dispersos, que havia desempenhado já seu papel ao introduzir-se as armas de fogo individuais, se mostrou superior também aqui, em certos casos, em

particular na guerra de guerrilhas que superou a ordenação em linha²⁷⁹

Tais condições não apresentam aspectos raciais, no sentido de condições passivas de recepção adequadas, enquanto matéria, de uma forma a ser aplicada do exterior, de modo a que possam se adaptar de modo mais ou menos eficaz, mas representam um princípio coordenado ligado a características específicas culturais que apresentam uma potencialidade, potencialidade que por sua vez seria reprimida por condições sociais determinadas.

No *Anti-Dühring*, como em outros textos de Engels, somente uma situação crucial da história permitiu a libertação das relações sociais, que é o episódio das revoluções burguesas. Esta mudança permitiu uma disposição maior de indivíduos para a formação de exércitos nacionais mobilizados em campanhas militares com uma maior estrutura para absorver estes contingentes, portanto, para os exércitos, não apenas a libertação das classes sociais, como pressupostos da disponibilidade de indivíduos, mas as condições sociais para a organização coletiva e, principalmente, as condições modernas de produção capazes de coordená-los, vesti-los e conduzi-los para as batalhas pode garantir de fato o armamento do povo nas revoluções, o que teria conduzido a transformações da tática extinguindo a forma hierárquica e monolítica da condução da linha e seu ritual aristocrático de reorganização, fazendo nascer as formas modernas de organização dos exércitos modernos.

Só uma revolução como a francesa, que emancipou economicamente o burguês e, sobretudo, o lavrador, poderia ter descoberto os exércitos de massa e, com eles, as formas maleáveis de deslocamento no terreno, contra as quais se esboroavam as antigas "linhas" que, por sua rigidez, eram a imagem militar do absolutismo na defesa do qual estavam sempre a batalhar. Já verificamos. Seguindo passo a passo a evolução, como os progressos da técnica, enquanto se faziam aplicáveis ou se aplicavam à prática militar, provocavam e impunham quase que pela violência, imediatamente, uma série de modificações às vezes radicais, nos métodos de luta, modificações que, com frequência (deste modo no original), se realizavam contra as determinações do comando²⁸⁰.

Um último aspecto sobre a relação entre desenvolvimento das forças produtivas e o princípio de desenvolvimento da produção, mostrando aspectos tensos da relação entre guerra e economia seria pensado a partir de sentidos opostos: “Para cada nova espessura da blindagem era inventado um novo canhão sempre mais pesado que a perfurava com maior facilidade”²⁸¹, isto é, o princípio de um desenvolvimento que conduziria para Engels à obsolescência. Assim, o fundamento da violência é a economia, materialmente desenvolvida e

279 (ENGELS, , s/p)

280 ENGELS, Friedrich. *Anti-Dühring*: filosofia, economia política, socialismo. Rio de Janeiro: paz e Terra, 1979, p.149.

281 Idem, p.150.

objetivamente direcionada em relação aos alvos políticos determinados pelo conflito, que por sua vez, seriam orientados pela dinâmica de acumulação. No entanto, o foco principal é menos o alvo, a acumulação de recursos financeiros ou estratégicos (reservando a importância preponderante da pilhagem como em Marx nos *Grundrisse* para a antiguidade) e mais demonstrando como a dinâmica econômica aparentemente pacífica é a ela relacionada.

Como vimos, tal condicionamento dos meios de produção se relaciona com a forma específica que organiza a sociedade (as condições de produção), sentidas de modo diverso pelas diferentes classes através das relações sociais de produção. Relações envolvidas na dinâmica de classes e na guerra.

5.6 MATERIAL HUMANO

Na terceira parte da teoria da violência presente no *Anti-Dühring*, os argumentos que refutam os pressupostos de Eugen Dühring que separam violência e economia continuam a observação quanto à mudança contemporânea das formas de combate, que deveria ser compreendida num processo que se assemelha ao da *mais-valia relativa*, onde “a influência dos militares se reduz, no melhor dos casos, a adaptar os métodos de luta às novas armas e a novos combatentes”²⁸² dispondo deste modo integralmente das formas de organização e modificação do próprio corpo do soldado pelo treinamento nacionalmente instituído junto ao desenvolvimento da tecnologia das armas.

Este sentido radical de subordinação parece próximo ao que coloca Marx a respeito da especialização de funções quando estas chegam ao ponto em que modificam o corpo do trabalhador, deformando-o, dada a repetição de uma atividade específica a ponto de se tornar parte do que chama “organismo total” (“*Gesamtmechanismus*” termo ao qual voltaremos), quando o homem passa a operar com a regularidade de uma peça de máquina, graças, inclusive “ao desenvolvimento parcial dos seus músculos e à curvatura de seus ossos, etc.”²⁸³ que o integraria numa totalidade que envolveria o homem e a máquina. Em outros termos, um sentido radical do que conhecemos em outros contextos como o processo de *reificação*.

No texto abandonado por Engels em prol da formulação de *Anti-Dühring*, as “*Táticas de Infantaria derivadas de suas causas materiais 1700-1870*,”²⁸⁴, nota-se como apesar de Engels tratar do impacto das armas de fogo como pressuposto material de onde se desdobram

282 Friedrich Engels. Op. Cit, p. 155

283 Karl Marx. *Das Kapital*. MEW vol. 23, p.370, nota 440.

284 Friedrich Engels. *Taktik der Infanterie aus den materiellen Ursachen abgeleitet 1700-1870*. Vol. 20. In MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Marx und Engels Werke (MEW)*, Vol. 14. Dietz Verlag, Berlim/DDR. 1962. p. 597-603.

as formas de organização militar capazes de utilizá-las de modo eficaz, este faz notar que esta não se realiza de imediato, mas ao longo de 300 anos. É nesse contexto que se apresenta a ideia de uma disposição tamanha do soldado pelo corpo de infantaria que este pode ser, no percurso histórico do desenvolvimento das organizações militares, tomado como meio de produção da guerra.

Assim, Engels ao longo desta exposição denominou o soldado de Material humano (*Menschenmaterials*²⁸⁵), ao considerar o soldado enquanto parte dos fatores materiais que garantiriam a vitória dos exércitos de infantaria modernizados por Frederico II, quando os recrutas dos exércitos postos em marcha pelos príncipes de então eram “*instruídos com todo rigor, mas com muito pouco o que confiar, pois só mantinham a coesão à base da pancada e que, às vezes, estava formado por prisioneiros de guerra inimigos.*”²⁸⁶ É ao seu lado que Engels entendeu o outro elemento, o material bélico (*Waffenmaterials*) com o qual criaria uma relação específica cuja interação, ao superar resistências e orientar sua eficácia, poderia desenvolver progressivamente a sua potencialidade destrutiva.

É possível notar como esta comparação pressupõe uma ênfase da extensão do poder desta forma de organização a tal ponto de chegar a apropriar-se do corpo do soldado, que é, enquanto parte de um plano em relação a um alvo ou finalidade militar, alienado dos fins de suas operações, ao ponto de efetuar-se sua determinação enquanto elemento algo análogo à condição de “meio de produção da guerra,” disposto integralmente, inclusive para o próprio “consumo” ou destruição junto com o alvo, caso isso faça parte dos desígnios dos objetivos de uma determinada manobra tática.

Isto é possível de se observar entre as diversas manobras evasivas quanto um determinado exército divide parte de um conjunto de forças militares para atacar um determinando ponto, ou flanco, permitindo que as forças inimigas combatidas se enfraqueçam em outro objetivo local estrategicamente importante, o que resulta em derrotas aparentes serem vitórias táticas e o seu contrário, como as chamadas “vitórias pírricas” onde o exército

285 *Menschenmaterials* – O termo *Menschenmaterial*, hoje considerado um tabu na língua alemã, chegou a ser eleito como o termo mais impróprio ou mais passível de crítica da língua alemã do século XX [*Unwort*] pela Sociedade da língua alemã. O termo apareceu pela primeira vez no relatório de Theodor Fontanes: “Um verão em Londres” em 1854, em um contexto militar: “O soldado inglês como material humano [*Menschenmaterial*] é ainda uma matéria- prima inigualável.” O contexto da expressão utilizada em Engels é próxima do que dizem Deleuze e Guattari a respeito da Guerra de Materiais “onde o homem não representa mais nem mesmo um capital variável de sujeição, mas um puro elemento de sujeição maquínica.” Gilles Deleuze e Felix Guattari, *Mil Platôs*, Vol. 5. Ed. 34., p. 168. A palavra teria sido muito utilizada também durante a Primeira Guerra Mundial quando se utilizou os termos “guerra de material” ou “desgaste” observando-se que a carnificina da guerra de trincheiras abstraiu o homem como objeto, até o ponto de reduzi-lo a um material de consumo, conforme Engels coloca no texto. Franz Kafka também utilizou esta palavra no conto “Na construção da muralha da China.”

286 *Id. Ibid.*, p. 597-603

pode ganhar uma batalha onde se esgotam todos os seus recursos logísticos. Do ponto de vista da organização dos exércitos, isto pode ser entendido apenas como parte do desenvolvimento e complexificação das guerras, crescentes em volume de forças empregadas e logística, mas é possível observar a guerra em outro ponto de vista, resultante da mudança dos meios materiais de combate, mas não analisado por Engels neste texto que é o ponto de vista do “soldado raso,”²⁸⁷ conscrito e não profissional, isto resulta na perda de garantia da vida frente a um objetivo abstrato em relação à individualidade que é subordinada ao objetivo de combate.

Se a observação do soldado ao lado do equipamento bélico enquanto *material-humano* parece forte, cabe notar como ela tem um papel central no que posteriormente foi chamado de “*plano Schlieffen*” (e que tem alguns de seus pontos previstos por Engels que comentaremos no capítulo sobre o texto “*A Europa pode se desarmar?*”). Durante a primeira guerra mundial, uma série de manobras que pressupunham um ataque rápido e concentrado na frente de batalha ocidental contra a França, ignorando a neutralidade da Bélgica que seria estrategicamente invadida para atacar a França e a seguir voltar-se para um ataque coordenado e longo contra a Rússia. A estratégia de movimento falhou quando as forças alemãs foram barradas em Ypres, na Bélgica, e voltando com força o que obrigaria a um lento recuo das forças alemãs, estacionando em determinado ponto próximo ao rio Aisne onde teriam começado a sistematicamente cavar trincheiras iniciando a “guerra de posição” generalizada por uma extensão enorme de trincheiras.²⁸⁸ Esta formação tática resultou em uma forma estática de combate no campo de batalha chamado “guerra de atrito,” que é representado pela capacidade de abastecimento de munições, armamentos e, principalmente, tropas (o que remetia aos censos populacionais que calculariam a disponibilidade de soldados dentre a população) contra o adversário, portanto, onde a produção industrial e a população enquanto componente orgânico da guerra passa a ter papel central.

5.7 DISCIPLINA

287 Sobre este tipo de mudança de formato guerra que se relaciona com a análise de Engels a respeito dos meios de combate é pensado por Walter Benjamin em sua crítica ao texto “A mobilização total” (JÜNGER, Ernst. A mobilização total. Em: **Natureza Humana** 4(1): 189-216, jan.-jun. 2002, p. 189-216) presente na coletânea citada “Guerra e Guerreiros” de Ernst Jünger (BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 2002, p.61-72), uma discussão que reverbera elementos do texto de Engels e trata da relação entre política, produção (mobilização de recursos) e a forma da guerra.

288 Estas formações não são propriamente uma novidade do século e se relacionam com uma mudança da forma de combate envolvendo o pesado emprego de armas de fogo rapidamente recarregadas e estão presentes no texto de Engels sobre as fortificações escrito para o *New American Cyclopedia* presente em edição fac-símile no site: <http://ia600200.us.archive.org/18/items/americanyclopae07ripluoft/americanyclopae07ripluoft.pdf> último acesso em 18/11/2011. Presentes também no **Collected Works of Karl Marx and Frederick Engels: Vol. 18**. New York: International Publishers, 1975

Por mais que a concepção engelsiana sobre a disciplina se esforçasse em explicar a dinâmica social do exército, é notável como um dos elementos mais importantes das organizações militares não ganhasse um maior aprofundamento, o que poderia ser compreendido devido em parte à forma como Engels procurava aprofundar-se na investigação a partir de um olhar externo mantendo seus pressupostos teóricos comuns a outras análises teóricas. Mesmo assim, se fôssemos questionar objetivamente sobre a validade de um juízo crítico mais profundo seria necessário observar com mais atenção aspectos da natureza organizativa das instituições militares, como a função da *disciplina* e da *hierarquia* que se desmembra em uma série multifacetada de relações, como dão testemunho as obras de Michel Foucault e da antropologia militar, como nas pesquisas de Celso Castro e Piero de Camargo Leirner.

Piero de Camargo Leirner em sua pesquisa sobre a disciplina e a hierarquia na organização da instituição militar brasileira, nota como o exército é nuclear no processo de modernização do país, obrigando inclusive a uma transição de uma forma de organização baseada na aristocracia para uma institucionalidade própria (um sistema social militar) que constituiria o exército a partir destes princípios, que entrariam em conflito com a ordem social da corte.²⁸⁹ Este sistema social militar, como “instituição total” se fecharia em um código particular de relações prescritas que organizariam suas relações sociais segundo o código de hierarquia, representado pelas funções, especializações e patentes que necessariamente manteria uma relação íntima com a disciplina, garantindo a realização de tarefas diversas como se todas as atividades fossem um processo autônomo. Do mesmo modo, é esta forma de organização social que torna os meios independentes dos fins, com um processo automático de realização de tarefas designadas verticalmente, tema que é o foco principal da análise de Michel Foucault em *Vigiar e Punir*.

Para Michel Foucault, as formas que associaram o meio material da guerra, o armamento, e a organização social que as emprega, são explicadas pelo desenvolvimento mais geral da disciplina, o que possuiria um impacto, não apenas nas formas do exército, mas em toda a sociedade. Michel Foucault, por exemplo, ao descrever o fuzil chamará o seu uso eficaz como “articulação corpo-objeto” cujo sentido seria dado por uma “sintaxe forçada,” a que os “teóricos militares do século XVIII chamavam manobra”²⁹⁰ por sua vez, este desenvolvimento se relacionaria a um pressuposto de organização social que se desdobra

289 LEIRNER, Piero de Camargo. **Meia Volta Volver**. Editora fundação Getúlio Vargas - FAPESP, Rio de Janeiro, 1997, p.68.

290 FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir** nascimento da prisão. Petrópolis RJ: Vozes. 34ª. ed., 2007., p. 130.

sobre toda a sociedade, como nas prisões modernas, fazendo parte de toda uma forma de racionalização do uso da violência que faz parte do que o autor chama de “grande livro do Homem-máquina” que teria sido “escrito simultaneamente em dois registros: no anátomo-metafísico, cujas primeiras páginas haviam sido escritas por Descartes e que os médicos, os filósofos continuaram; o outro, técnico-político, constituído por um conjunto de regulamentos militares, escolares, hospitalares e por processos empíricos e refletidos para controlar ou corrigir as operações do corpo”²⁹¹

Para Foucault, parte da história da disciplina se trata do desenvolvimento de técnicas de controle que conduzem as ações do corpo segundo operações técnicas, que passam principalmente pelo modelo racional que permite abstraí-lo como máquina, e pela ideia de um

dócil corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado. Os famosos autômatos, por seu lado, não eram apenas uma maneira de ilustrar o organismo; eram também bonecos políticos, modelos reduzidos de poder: obsessão de Frederico II, rei minucioso das pequenas máquinas, dos regimentos bem treinados e dos longos exercícios²⁹²

De certo modo, podemos tomar esta forma de pensar a história da organização da infantaria como uma ideia de certo modo semelhante ao conceito que Engels empresta do comentário militar de sua época, especialmente quando Foucault escreve em termos de uma correlação entre a disciplina e o corpo dócil, o que colocaria um problema para quem observa a questão segundo um sentido revolucionário, pois dissociaria “o poder do corpo” ao fazer dele

por um lado uma “aptidão,” uma “capacidade” que ela procura aumentar; e inverte por outro lado a energia, a potência que poderia resultar disso, e faz dela uma relação de sujeição estrita. Se a exploração econômica separa a força e o produto do trabalho, digamos que a coerção disciplinar estabelece no corpo o elo coercitivo entre uma aptidão aumentada e uma dominação acentuada.²⁹³

Parece-nos que Foucault (no período da escrita de *Vigiar e Punir* em 1975) trata da disciplina como a chave para a compreensão de uma série de deslocamentos de táticas e técnicas que se adaptam a mudanças sociais e políticas. As técnicas de organização social disciplinar, como as formações militares, apresentam-se assim como o resultado deste processo.

O soldado tornou-se algo que se fabrica; de uma massa informe, de um corpo inapto, fez-se uma máquina de que se precisa; corrigiram-se aos poucos as posturas; lentamente uma coação calculada percorre cada parte do corpo, se assenhoreia dele,

291 Idem, p. 117-118.

292 Idem, p. 118.

293 Idem, p. 119.

dobra o conjunto, torna-o perpetuamente disponível, e se prolonga, em silêncio, no automatismo dos hábitos; em resumo, foi “expulso o camponês” e lhe foi dada a “fisionomia de soldado”.²⁹⁴

O resultado de sua aplicação, segundo Foucault, seria uma anulação da potencialidade subversiva, o “risco de sedição”²⁹⁵ que a junção de elementos armados representa como risco para as forças hierárquicas e dinásticas que os coordenam, tornando manifesta a importância desta invenção moderna desenvolvida a partir da infantaria. Se a Revolução Francesa e as mudanças operadas pela *Grande Armée* permitiram mais membros nos exércitos, a disciplina da infantaria prussiana conseguiu, por meio da organização, estender ainda mais a conscrição tornando-os, não apenas dispostos e motivados, mas obedientes, potencializando ao máximo a destruição que se quer realizada, mas com um sentido direcionado, organizado e disciplinado.

O risco que os adversários da conscrição universal colocavam e contra o qual Clausewitz respondia no capítulo sobre o “armamento do povo” em *Da Guerra*,²⁹⁶ foram respondidos primeiro pela sua eficácia, como quando conduzido contra os exércitos napoleônicos que chegaram a dominar a Prússia. No entanto, aquilo que os exércitos possuíam de baixa qualidade como “pouco ímpeto e muito ardor,” condição de um exército não profissional que combatia muito mais em nome da “defesa da pátria,” conseguiu ser subsumida pela reorganização do combate organizado, treinado e já sem regras reconhecíveis que, apesar de serem consideradas legítimas e mantenedoras de certa dignidade, ainda possuíam um valor adicional importante, seriam limitadoras da potencialidade destrutiva do combate, o que Engels observou como correspondente da *Guerra Franco-prussiana* justamente no momento em que as guerras mudaram de caráter.

Em outras palavras, ocorria constatação do advento de exércitos disciplinados e que

294 Idem, p. 117.

295 Como presente no debate entre Foucault e os jovens maoístas em 1971, transcrito no texto *Sobre a justiça popular* (presente em *Les Temps Modernes*, nº 310 bis, 1972, p. 335-366), onde se apresentam alguns traços do programa de pesquisa que toma forma no texto *Vigiar e Punir*, apresentado como uma análise das formas de poder que respondia, naquele momento, aos questionamentos dos estudantes em termos de possibilidade de uma revolução, que, segundo os apontamentos de Foucault, lidariam com as sedições fundadas na solidariedade entre grupos sociais que normalmente o marxismo chama de *lumpenproletariado* e o proletariado, como principal forma combatida pela burguesia. Em um momento analítico do debate, tratou da passagem do período moderno onde três formas principais serviriam de controle para evitar riscos de levantes a partir de uma divisão entre grupos da sociedade: “Estes três meios são, ou eram, o exército, a colonização, a prisão (claro que a separação plebe/proletariado e a prevenção anti-sediciosa era apenas uma das suas funções). O exército, com o seu sistema de recrutamento, assegurava a extração sobretudo da população camponesa que superpovoava o campo e que não encontrava trabalho na cidade; e era este exército que se lançava, se fosse preciso, sobre os operários. A burguesia procurou manter uma oposição entre o exército e o proletariado, que muitas vezes funcionou que às vezes não funcionou, quando os soldados recusavam-se a marchar ou a atirar.” Pode-se em parte compreender ainda parte do programa de Foucault em vigiar e punir como uma forma de análise sobre como as relações de poder, que superam o Estado ou a classe, mantêm esta divisão.

296 CLAUSEWITZ, Carl von. **Da guerra**. São Paulo: Martins Fontes. 2. ed., 2003., p.669-677.

conduziam seu poder destrutivo à máxima eficácia. Segundo Hal Draper²⁹⁷, é a partir deste momento em que Marx e Engels deixam de apostar no elemento externo da guerra como elemento facilitador de uma guerra interna que poderia se tornar revolucionária levando à considerações progressivamente mais “pacifistas” como horizonte de intervenção política, pois duas novas ameaças se colocavam ao campo revolucionário.

A primeira a da dureza e inflexibilidade dos exércitos que combatem sem ter um espaço que divise um campo possível à desobediência organizada ou à infiltração em unidades armadas semiautônomas como a *Landwehr*.²⁹⁸ A segunda seria o advento do entusiasmo nacional pela guerra, que dividiu o campo socialista internacional, o chamado *chauvinismo*.

297 DRAPER, Hal. **Karl Marx's theory of revolution**, vol. 5. New York: Monthly Review Press., 1990, p. 169.

298 Vide nota 95.

6. A MILITARIZAÇÃO DA EUROPA

Em torno de “A Europa Pode Se Desarmar?” (1893) e duas introduções a Marx

Em 1891, depois da aprovação do programa de Erfurt, Engels constatou com exaltação: “Todos os restos do lassalleanismo foram destruídos. Temos um programa completamente marxista!” Conclusão que tinha consequências políticas sobre a direção política do proletariado alemão, mas que autores posteriores julgariam precipitado, especialmente quanto ao julgamento sobre o papel do lassalleanismo dentro da Socialdemocracia como pode ser encontrado em Oscar Negt

Isto não estava inteiramente errado, como hoje sabemos. As empresas mediadas pelo estado favorecidas por Lassalle, que deveriam construir o socialismo no caminho de um “sistema de direitos conquistados” tinham dado lugar a uma forte lucidez pela experiência da ilegalidade de doze anos da social-democracia (deste modo no original). Que este estado visado por Lassalle pudesse reconciliar prussianismo e socialismo no interesse da classe trabalhadora, estava apenas como ideia fixa na cabeça de alguns poucos pragmáticos, após a supressão das leis socialistas. Mas não se expressou, contudo, no programa do partido como parecia na realidade do movimento. Na parte teórica da introdução do programa de Erfurt, aqueles que estavam no reconhecimento de fórmulas marxistas podiam facilmente descobrir modos de argumentação marxista. Mas mesmo em nível programático se mostra que nas partes restantes deste programa, onde entravam em questão metas práticas de curto prazo, continuava existindo a velha orientação de estado da social-democracia, a qual não tinha sido quebrada de maneira alguma pelas experiências da ilegalidade.²⁹⁹

Seguindo esta pista, cabe a pergunta: até que ponto na criação do Partido da Socialdemocracia alemã persistiam aproximações àquilo que Marx denominava “o partido de Lassalle,” não apenas referindo-se ao **ADAV**, mas a uma orientação ideológica nacionalista e pró-militar para a classe operária, contra aquela que seria próxima ao posicionamento de Marx e Engels, internacionalista e revolucionário, é algo que se pergunta neste capítulo. E principalmente quais as disputas suscitadas a partir de então sobre uma possível reorientação do partido à colaboração junto ao projeto nacional e militar prussiano, justamente aquilo que se consumaria no início do século XX, o que teria originado diversas disputas entre Engels, ainda vivo, e os demais membros do partido.

Foi este o contexto político de uma série de prefácios escritos por Engels, dos quais destacamos a *Segunda Introdução a Guerra Civil na França* (1891) e *Lutas de Classe na França* (1895), assim como o texto *A Europa pode se desarmar?*

299 NEGt, Oscar. **Dialética e história**. Crise e renovação do marxismo. Porto Alegre: Movimento, Institutos Goethe no Brasil, 1984, p.112-3.

6. 1 ENTRE A BARRICADA E A TRINCHEIRA

A publicação da *Segunda Introdução à guerra civil na França* (1891) liga-se a uma série de embates no seio da *Associação Internacional dos Trabalhadores* (AIT) (1864–1876), especialmente após os eventos do Congresso de Haia (entre 2 e 7 de Setembro de 1872) quando os anarquistas, em meio a uma pesada campanha contra o que consideravam tendências estatistas do movimento operário alemão, voltaram-se contra Marx e Engels. Isto ocorre no período em que Marx e Engels desde 1871, formulavam uma proposta de mudança nas características do movimento operário internacional, creditando à AIT a função de um partido operário internacional no sentido de buscar a conquista do poder. Tratar deste aspecto em particular envolvia uma reflexão sobre a natureza do poder de Estado no interior das facções dos movimentos revolucionários do século XIX e a influência que a Comuna de Paris (de 18 de março a 28 de maio de 1871) exerceu sobre o movimento operário.

Se o programa do *Manifesto Comunista* que até esta altura já se espalhara pelo mundo em diversas traduções, servira de referência a respeito do projeto político de Marx e Engels para a ação dos comunistas pelo mundo, com a Comuna de Paris ocorreu uma mudança em aspectos fundamentais da ação política revolucionária. Em primeiro lugar, surgia uma ação revolucionária cujo protagonismo era assumido, de modo distinto de outros processos na França até então (como nas análises de Marx em *Lutas de Classes na França* sobre o desdobramento das revoluções de 1848 na França publicado em 1850 e *O Dezoito de Brumário de Luís Bonaparte* sobre o golpe de Luís Bonaparte publicado em 1852) em que o proletariado era um coadjuvante em um processo político protagonizado por diversos partidos democráticos e liberais, hegemonicamente compostos e representativos de interesses da burguesia francesa. A ação posta em marcha pela Comuna, liderada por grupos de trabalhadores e militantes, em geral, não foi alinhada diretamente nem aos grupos bakuninistas, nem marxistas, e, portanto, não possuíam um programa político específico entre os principais programas em disputa no seio da AIT, pondo em marcha uma série de inovações políticas que resultariam em uma determinação social sobre o processo político e econômico que organizaria instituições eminentemente novas.

Um processo que apresentaria, segundo João Bernardo, uma “fusão do nível político no econômico, através da extinção do político,”³⁰⁰ revista segundo a mudança política

300 A referência presente na passagem parece dialogar com a interpretação do “político” presente no *Manifesto Comunista* (1848) “O poder político é o poder organizado de uma classe para a opressão de outra. Se o proletariado, em sua luta contra a burguesia, se organiza forçosamente como classe, se por meio de uma

representada pela Comuna de Paris.

Daí que, sendo os seus objetivos econômicos e os seus meios políticos distintos dos do Estado capitalista, não só as instituições da Comuna sejam estruturalmente diferentes como o próprio nível da estrutura global em que se inserem seja distinto. A primeira destas condições foi definida por Marx como a necessidade de a classe operária não se apoderar do aparelho de Estado burguês, mas destruir esse aparelho e edificar uma nova forma governativa. Definiu a segunda dessas condições caracterizando as novas instituições políticas como não constituindo um Estado, e realizando o próprio processo de extinção do nível político.³⁰¹

Esta reflexão certamente apresenta um conflito com outras concepções socialistas, o primeiro com Bakunin, que escreverá sua avaliação sobre a Comuna no mesmo ano como introdução ao texto *O Império Knuto-Germânico e a Revolução Social* (1871), intitulado *a comuna de paris e a noção de estado*, texto em que, como aquele de Marx, seria apresentada uma crítica pesada ao Estado, mas focando na caracterização de uma organização espontânea que falhara simplesmente pelo contexto, inserido numa guerra, ao não ser capaz de permitir uma manifestação espontânea, livre e ainda mais radical da população de Paris contra o autoritarismo. Crítica que está, de certo modo, voltada contra as formas de mediação associativa, como o conselho, criadas pela Comuna, mesmo com a instituição do mandato elegível e revogável. Neste texto seriam encontradas algumas das acusações mais recorrentes contra Marx a respeito de uma suposta necessidade de reconhecimento e tomada do Estado para uma centralização do poder a partir dele (algo que seria, segundo Bakunin, recorrente no projeto político dos revolucionários alemães como um todo).

Por outro lado, Marx acreditava que a novidade organizativa da comuna, justamente um dos aspectos criticados por Bakunin, representava seu principal triunfo, e seria um passo além na concretização de uma ação revolucionária que pudesse materializar uma forma de poder político anulando a separação entre o político, o econômico e o social, o que se materializaria pela capacidade de centralizar as funções “orgânicas” ou materialmente essenciais à organização da população. A avaliação deste processo, no entanto, concluía que, ainda assim, caso continuasse poderia resultar em um conflito de facções, como proudhonianos, blanquistas, internacionalistas, republicanos de esquerda, maçons e tantos

revolução se converte em classe dominante e como classe dominante destrói violentamente as antigas relações de produção, destrói, juntamente com essas relações de produção, as condições de existência dos antagonismos entre as classes, destrói as classes em geral e, com isso, sua própria dominação como classe. Em lugar da antiga sociedade burguesa, com suas classes e antagonismos de classes, surge uma associação na qual o livre desenvolvimento de cada um é a condição para o livre desenvolvimento de todos.” (MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Editora Boitempo, 2010 (b) , p.59)

301 João Bernardo. **Para uma teoria do modo de produção comunista**. Porto: Edições Afrontamento, 1978, p.128-9.

outros grupos que participaram da comuna. Sob o crivo desta experiência aplicado à dinâmica política seriam determinados os conflitos do movimento socialista internacional que perduraram até os processos políticos posteriores que reavaliaram a Comuna, desde os anarquistas na Guerra Civil Espanhola até mesmo Lênin em *O Estado e a Revolução* (escrito em setembro de 1917, no período imediatamente anterior à revolução de Outubro), centrado, a despeito dos processos políticos posteriores, em uma crítica do Estado. A comuna, como aponta João Bernardo, é uma experiência que cria uma das últimas mobilizações revolucionárias reivindicadas por praticamente todas as facções políticas da esquerda.

Engels apresentará o problema da Comuna em outro processo político, em um momento que foi reduzida a importância do anarquismo comopositor político direto e reinserindo o conflito no seio do próprio movimento operário alemão, o núcleo da Segunda Internacional (1889-1916). Em seu balanço sobre a Comuna de Paris presente na *Segunda Introdução à Guerra Civil na França* (1891), Engels apresentará duas questões, a primeira é a questão que será reposta posteriormente desde a Fundação do Partido Socialdemocrata alemão até o final de sua vida, em relação à necessidade constante de manter viva a possibilidade da ação revolucionária como forma não apenas de conquista de direitos como concessões retiradas do estado no capitalismo, mas como ruptura do capitalismo como um todo. Em Engels, a forma desta ruptura se colocava como uma crítica do Estado e na crença de que a forma de ação política frente ao Estado poderia mudar, especialmente ao serem modificadas as funções que o próprio Estado deveria cumprir (incorporando novas demandas e necessidades trazidas pelo proletariado), o que reconfiguraria as possibilidades de ação.

Aqui se faz necessário, porém, expor uma vez mais alguns de seus aspectos, porque justamente na Alemanha a crença supersticiosa no Estado transferiu-se da filosofia para a consciência geral da burguesia e, até mesmo, de muitos trabalhadores. Segundo a representação filosófica, o Estado é a “efetivação da ideia” ou o reino de Deus na Terra traduzido para a língua filosófica, o âmbito em que a verdade e a justiça se efetivam ou devem se efetivar. Disso resulta uma reverência supersticiosa ao Estado e a tudo a ele ligado, reverência que se alastra mais rapidamente na medida em que as pessoas, desde a mais tenra infância, estão acostumadas a imaginar que os negócios e interesses comuns a toda a sociedade não podem ser geridos de outra maneira do que aquela em que o foram no passado, isto é, mediante o Estado e seus oficiais bem remunerados. E ainda se acredita que foi dado um grande passo ao se superar a crença na monarquia hereditária e prestar juramento à república democrática. Na realidade, porém, o Estado não é mais do que uma máquina para a opressão de uma classe por outra, e isso vale para a república democrática não menos que para a monarquia; na melhor das hipóteses, ele é um mal que o proletariado, assim como a Comuna, não pode evitar eliminar o mais prontamente possível, até que uma nova geração, crescida em condições sociais novas e livres, seja capaz de remover de si todo este entulho estatal³⁰²

Portanto, em Engels, persiste o aspecto encontrado em Marx, não de um reconhecimento do Estado, como geralmente lhe é imputado, mas a sinalização do processo de sua transformação em outra forma, uma nova instituição criada a partir de uma dinâmica apropriada à ação política revolucionária do movimento operário. Mas, além disso, sua crítica volta-se ao processo de reformismo e de reconhecimento do Estado por parte do próprio movimento operário, ao acrescentar no final “E eis que o filisteu alemão foi novamente tomado de um saudável terror com as palavras: ditadura do proletariado. Pois bem, senhores, quereis saber como é esta ditadura? Olhai para a Comuna de Paris. Tal foi a ditadura do proletariado”³⁰³, resposta conveniente a duas posições, tanto a crítica antiautoritária, quanto ao próprio reformismo no movimento operário, provavelmente representado por tendências que reconheceriam a persistência teórica de Lassalle (possivelmente, Wilhelm Hasenclever).

Restou, no entanto, um importante debate, além daquele travado com os anarquistas e os partidários de Blanqui sobre o plano militar e o que foi compreendido como uma guinada no que tange à possibilidade de uma revolução, posto que, se foi necessário marcar posição sobre a ideia de revolução contra uma ausência de oposição direta e a crença de uma vitória estritamente por meios eleitorais, restava compreender que tipo de revolução seria possível em um contexto de crescente militarização e quando as possibilidades de ação revolucionária espontânea pareciam esgotadas. O que ocorria, especialmente no contexto do chauvinismo, amplificado ainda mais nos países derrotados em guerras, o que levou a um aumento da aliança entre parte significativa da classe trabalhadora com os governos militarizados destes países, como a França após a guerra com a Alemanha.

No entanto, este acordo não era uma transição tranquila e a tensão interna à Alemanha continuava, especialmente, no cenário de crescente mobilização da França. Em cartas a Bebel, Engels temia que no caso de um novo conflito, a França vencesse, e como consequência, um desastroso crescimento do chauvinismo ocorreria de modo a solapar a influência dos socialistas sobre a classe operária. No entanto, a tática receitada pelo partido, seria aparentemente a mesma utilizada anteriormente, isto é, caso a guerra fosse inevitável, então que se lutasse por condições de poder influenciar na estrutura militar do Estado e no reconhecimento do partido democratizando a sociedade e podendo atribuí-la aos governos aliando-se aos liberais. Mas agora com um novo processo político, ocorria em que a direita do partido Socialdemocrata exercia influência no sentido da aprovação também por parte da

2010(b), p.197.

303 Idem, Ibidem.

Socialdemocracia dos créditos de guerra visando a garantia de concessões por parte do governo.

O caminho de Engels foi um debate com Bebel que evoluiu de uma defesa de que, caso houvesse uma guerra, esta assumiria uma feição revolucionária que seria obrigada a derrubar o governo no meio de crises que se sucediam e somando-se ao papel político diferenciado da Rússia, último e mais poderoso dos imperialismos dinásticos que, acreditavam, conduziriam a uma nova conjuntura³⁰⁴.

Segundo o diagnóstico apresentado por Engels, ainda se apresentava a ideia do perigo representado pela Rússia com polo aglutinador das forças antidemocráticas da Europa: “A anexação das províncias francesas não empurrou a França para os braços da Rússia? Não passou Bismarck vinte anos inteiro a coquetear em vão pelos favores do czar, para isso prestando-se a serviços ainda mais abjetos do que aqueles que a pequena Prússia, antes de tornar-se a ‘primeira potência da Europa’ a depositar aos pés da sagrada Rússia?,” acrescentando na sequência o perigo representado pela nova guerra que se aproximaria no provir:

E não paira diariamente sobre nossas cabeças a espada de Dâmocles de uma guerra em cujo primeiro dia todas as alianças firmadas entre os soberanos se dispersarão ao vento como farelo, uma guerra da qual nada se sabe ao certo a não ser a absoluta incerteza de sua origem, uma guerra de raças que sujeitará a Europa inteira à devastação por obra de 15 a 20 milhões de homens armados e que ainda não estourou pela única razão de que mesmo os maiores estados militares tremem diante da absoluta incalculabilidade de seu resultado final?³⁰⁵

Como no contexto posterior às revoluções de 1848, um aspecto militar também aparece na crítica de Engels sobre um processo revolucionário derrotado. Afinal, como poderia avançar uma revolução neste contexto militarizado, ainda que a conjuntura política fosse favorável do ponto de vista da mobilização, e ainda que fosse organizada por um quadro de militantes organizados e disciplinados fruto da “escola da conspiração?”

Engels se volta para o exemplo da comuna, onde cobrava uma organização mais centralizada a partir da instituição de novo tipo iniciada na Comuna, de modo a suprir uma expectativa de coerência em relação à prática política dos blanquistas. No contexto francês, a necessidade de eficácia, no contexto de guerra contra um exército armado que passava a se beneficiar de sua reorganização graças à acordos com a Prússia, passou a libertar os soldados prisioneiros ajudando as forças versalhesas a penetrar a cidade por áreas por eles controladas.

304 DRAPER, Hall; HABERKERN, E. **Karl Marx's Theory of Revolution. Vol.5: War & Revolution.** New York, NY: Monthly review Press, 2005 p.172-173.

305 ENGELS, Friedrich. Introdução à Guerra civil na França, de Karl Marx (1891). In: MARX, Karl. **Guerra civil na França.** São Paulo: Boitempo, 2011, p.188.

Engels, como Marx, evitam tocar nos nomes de personalidades que de fato conduziram o processo e a quem direcionava as críticas, pois morreram heroicamente, como Varlin e outros, tornando-se mais importante observar o processo.

A prática blanquista neste caso, entre o grupo que Marx e Engels tinham mais afinidade e trocavam correspondências na Comuna, acabou por assumir as funções delegadas pelo levante, o que teria conduzido à adoção de princípios próximos aos defendidos pelo anarquismo, como uma coordenação federativa e não centralizada. Para Engels, a mobilização política revolucionária deveria ser capaz de cumprir funções coordenadas, o que levaria o proletariado ao desafio eminente de uma organização capaz de responder à coordenação e eficácia militares, além das próprias funções e relações de poder constituídas, pela necessidade de uma organização da luta dos trabalhadores.

Em um texto anterior *Sobre a Autoridade* (1873) também em torno da Comuna de Paris e contra os argumentos de Bakunin, Engels havia apelado à defesa da autoridade, certamente, assumindo aí a autoridade sentido distinto daqueles assumidos pelos bakuninianos. A evocação de um princípio de organização realizado por Engels na *Introdução à Guerra Civil na França* é feito no sentido revolucionário de ser capaz de responder a estruturas prontas, imediatamente disponíveis ao Estado, “precisamente o poder repressivo do governo centralizado até então existente, o poder do exército, da polícia política e da burocracia criados por Napoleão em 1789 e, desde então, assumido por todo novo governo como um conveniente instrumento e usado contra seus adversários, precisamente este poder devia cair por toda parte, do mesmo modo como já caíra em Paris.”³⁰⁶

No entanto, na resposta política de Engels, nesta altura, envolvia não propriamente a negação da possibilidade de um levante revolucionário, mas à uma ação distinta daquela dada em outros eventos políticos irruptivos. Como apoio a esta reflexão, mantinha-se em relevo as questões apresentadas pelo texto *Instruções para a tomada das armas* (1866) de Blanqui em que a organização ocupa lugar central,³⁰⁷ aliás, a reflexão sobre Blanqui é importante como recapitulação sobre a forma de ação insurrecional mais importante adotada até então, principalmente porque no aspecto organizacional militar, e não apenas o político, foi o plano traçado por Blanqui nos termos de manobras e barricadas, aquele que mais teria orientado a forma de combate popular do período, bastando conferir seus planos precisos sobre a

306 Idem, p.195.

307 Acessado em: <http://www.marxists.org/francais/blanqui/1866/instructions.htm> último acesso: 21/10/2012

organização para o combate de movimento e de barricadas. Segundo o plano de Blanqui as massas reunidas espontaneamente nos processos revolucionários seriam instruídas por grupos organizados de modo a superarem os aspectos falhos das táticas empregadas pelos exércitos regulares e contando com o ânimo das massas.

É certo que Engels teria mais de um ponto a criticar, especialmente quanto ao fato de se utilizarem em pleno avanço das técnicas de bombardeio, posições fortificadas estáticas acima do nível da rua, como as barricadas projetadas por Blanqui, símbolo máximo da organização espontânea dos trabalhadores e resultado de um ato de manifestação (e portanto, exposição) dos trabalhadores no sentido de divulgação e mobilização entre os trabalhadores em um sentido local, mas que deixaram de ter eficácia contra o bombardeio à distância mais preciso adotado então. No entanto, como superar a transformação da técnica que permitiu esta suposta obsolescência das técnicas de organização para a defesa a partir de posições fortificadas garantidas pela proximidade entre as casas e fechando-se as vias mais estreitas?

Neste ponto, a superação do aspecto organizacional e técnico que garantisse uma superação material e organizativa das formas de organização militares não encontra uma resposta satisfatória em Engels, principalmente observando o constante avanço tático, garantido pela organização da comunicação e dos meios de transporte e da artilharia ocorrida desde os eventos da Guerra Franco-Prussiana e sua extensão na Comuna. Mas se observamos em outros textos do período, como o *Sobre a Autoridade* e os estudos sobre a infantaria, é possível imaginar que um avanço da eficácia no sentido militar representasse para Engels uma mudança na própria organização, e por isso, nos princípios adotados pelo movimento, o que certamente corria o risco de uma abstração entre fins em relação aos meios adotados, representados pelo problema de se assumir uma organização centrada na eficácia, e, por isso, à disciplina, com o risco de incorporar os impedimentos que a organização dos exércitos criaram para a política, anulando qualquer princípio de igualdade.

Mas o sentido de sua crítica, como exposição de uma contradição a ser superada tornava-se premente: O que se poderia fazer, fora das medidas econômicas sugeridas (e relacionadas ao entendimento particular do funcionamento do sistema econômico) capazes de superar o aparato destrutivo mobilizado pelos exércitos?

Esta questão atormentou Engels desde o final dos eventos da Comuna, especialmente se observada a alta probabilidade de uma próxima guerra, já em novas condições técnicas, caso o pêndulo da agressão militar se movesse em resposta aos territórios perdidos pela França e a ameaça representada pelo novo poderio alemão, agora um estado unificado, no

equilíbrio de poder da Europa.

6.2 A EUROPA PODE SE DESARMAR?

Publicado em uma série de artigos da então principal revista do partido *Vorwärts* de primeiro a dez de março de 1893 e escrito durante o debate sobre o projeto de Lei Militar no *Reichstag*, *A Europa pode se desarmar?* representou um novo paradigma político para o movimento operário, sendo posteriormente publicado como um panfleto sob a égide do partido social democrata alemão. Aparentemente em acordo com os demais membros da socialdemocracia, este texto representa um conflito no seio da socialdemocracia alemã a respeito da política a ser adotada no Reichstag pelos deputados do partido, em particular, a respeito do aumento de gastos militares.

Durante os últimos vinte e cinco anos, toda a Europa armou-se cada vez numa escala até hoje sem precedentes. Cada uma das maiores potências está procurando ultrapassar a outra em poder militar e prontidão para a guerra. Alemanha, França e Rússia estão exaurindo a si mesmos no esforço de ultrapassarem uns aos outros. Neste momento o governo alemão está demandando das pessoas um esforço tão tremendo que até mesmo o tema atual do Reichstag retrocedeu para isso. Não seria loucura, então, falar de desarmamento ? ³⁰⁸

August Bebel pediu um conselho para Engels, na medida em que era um “especialista na questão militar” a respeito de uma política militar ou um modelo de um projeto. No entanto, estava pressuposto, da parte de Bebel, uma mudança política da posição de neutralidade em todas as votações para uma posição favorável ao aumento de gastos militares. Uma aproximação com o governo na busca de maior espaço e evitando os conflitos políticos diretos que enfrentavam duramente até então.

O que Bebel não contava foi a aparente guinada de Engels, que certamente foi no sentido oposto do pretendido e provocando tensões políticas ainda maiores. Na verdade, como vimos até aqui, as posições de Engels refletem, menos do que uma posição como *expert* militar não castrense, ou algo que tentasse influir na política de estado por cima, uma forma de avaliação política onde tanto as mudanças técnicas quanto táticas dos exércitos nacionais dependeriam de processos políticos revolucionários, ligando-se muito mais a um aspecto das relações entre classes sociais e estado. Além disso, na condição de análise política de pressupostos para uma definição da ação política possível, entra em sua avaliação a preocupação de que os arsenais empregados e a capacidade dos exércitos nacionais aliados

308 ENGELS, Friedrich. Kann Europa abrüsten? In: **Karl Marx/Friedrich Engels - Werke. Vol. 22, 3.** Berlin/DDR: Dietz Verlag, 1963, p. 373.

possam frear qualquer possibilidade revolucionária.

A proposta de Engels envolvia aspectos políticos que colocam em questão o problema das forças políticas em disputa no Reichstag alemão. Os liberais sustentavam uma política de restrição militar, apesar de, paralelamente, serem favoráveis à expansão do papel da Alemanha na política externa. Hal Draper aponta um problema político quanto a esta questão para a Socialdemocracia na medida em que se apoiassem os liberais, estaria em questão uma reputação de antipatrióticos frente às classes médias nacionalistas, assim como frente à grande parte da classe trabalhadora, apresentava-se o problema de aliar-se aos patrões.

E além destes o problema representado pela política militar externa e interna, naquilo que tocam à corrida armamentista (meios materiais pensados a partir de suas implicações econômicas) e a questão da crescente conscrição e disposição de braços para o exército, além da aliança entre o Estado Francês e a Rússia, o que provavelmente teria como consequência o isolamento da Alemanha entre as grandes potências, dependentes daquele momento de uma mudança do papel dos Hohenzolern como protagonistas de um futuro desfecho bélico.

Para Engels a forma e as demandas do exército alemão passavam a caracterizar um exército acima de tudo agressivo e expansionista, onde “seria requerida do exército a função principal de agressão contra países estrangeiros e a repressão da população civil dentro do território.”³⁰⁹

Resumidamente sua proposta trataria de um

teste para as “Grandes Potências” que era então o teste da força na guerra. Em 1848, e até mesmo muito tempo depois, este teste era muito simples. Apesar do desenvolvimento da artilharia, a infantaria determinava o resultado da batalha; e a “relação de força” era a estimativa básica. É claro, as estimativas eram na verdade, míticas. Em 1848 a França supostamente teria um exército regular de 350.000 homens; mas não tinha força o bastante para colocar 70.000 homens para os corpos expedicionários que supostamente enviariam para a Itália. O exército russo era estimado em mais de 600.000; mas pouco mais que a metade destes soldados serviu na Criméia. Todos os exércitos, exceto os prussianos tinham um serviço de longo termo, virtualmente para toda a vida. Enquanto isso, a população contada para menos que o número de homens efetivamente treinados. Suas vitórias de 1866 e 1870 revolucionaram o pensamento militar. Depois de 1871 toda Potência continental adotou o sistema prussiano de serviço militar universal para três anos; e sua força correspondia mais aproximadamente o que refletia sua população. A mudança não foi precisa. Somente Alemanha e França operaram este sistema totalmente. O treinamento foi inadequado na Áustria-Hungria e na Itália; e na Rússia a máquina militar nunca poderia cobrir os milhões de potenciais conscritos. Ainda assim, o tamanho dos exércitos teve um tremendo salto adiante.³¹⁰

O principal perigo para Engels seria o brutal desenvolvimento dos exércitos das

309 DRAPER, Hal; HABERKERN, E. **Karl Marx's Theory of Revolution. Vol.5: War & Revolution.** New York, NY: Monthly review Press, 2005, p.180.

310 ENGELS, Friedrich. *Kann Europa abrüsten?* In: **Karl Marx/Friedrich Engels - Werke. Vol. 22, 3.** Berlin/DDR: Dietz Verlag, 1963, p.374.

principais potências da Europa continental a respeito de sua mobilização. Ligada à questão mais geral da conscrição, como a mobilização de pessoas para os exércitos nacionais, fenômeno que teria chegado, após o último grande conflito que foi a guerra franco-prussiana, a uma potencialização sem precedentes.

Depois da guerra de 1870-71, a superioridade do sistema de serviço militar compulsório universal com a reserva e a *Landwehr* – até mesmo em naquela sua forma prussiana atrofiada – sobre o sistema de conscrição por procuração (*Stellvertretung*³¹¹) tem sido conclusivamente demonstrado. Todos os países continentais a adotaram de formas mais ou menos modificadas. Um exército que tem na maioria de suas reservas homens de meia idade casados é por sua própria natureza menos ofensiva que aquela dos exércitos de conscritos de Louis Napoleão, que era fortemente permeado por procurações – soldados profissionais recrutados. Mas então vem a anexação da Alsácia-Lorena, que tornou a Paz de Frankfurt um mero cessar-fogo para a França, como a Paz de Tilsit tem sido para a Prússia. E agora começa a corrida febril entre França e Alemanha, dentro da qual gradualmente entram também Rússia, Áustria e Itália.³¹²

O recrutamento foi estendido à população até o ponto do recrutamento de se requisitarem homens idosos para as reservas, aumentando igualmente o período de recrutamento e treinamento militar de amplos setores da população. Deste modo, apresentava-se o problema de uma mudança tão radical na forma de organização militar que a atuação adotada até aquele período deveria mudar, sob o risco de se tornar um perigo tanto aos principais atores políticos do período quanto a toda conjuntura política. Aliás, é possível dizer que diferentemente de outros que poderiam ser identificados a partir de um gênero textual político híbrido, algo entre o panfleto, o manifesto e a análise teórica, ele apresenta elementos que podem muito bem enquadrá-lo como um tipo puro de análise de conjuntura (como vimos segundo a tipologia relativa aos gêneros políticos textuais adotados por Marx e Engels).

Neste caso, a análise teórica inserida neste debate é também uma intervenção que funciona como uma análise de conjuntura com praticamente todos os elementos que trouxemos a respeito deste gênero, especialmente se considerarmos a importância que fenômenos de natureza aparentemente diversa, como a importância da crise que apresentaria uma dificuldade adicional ao movimento operário e influenciando suas possíveis ações posteriores.

Algo que toca num aspecto particularmente polêmico quanto à obra de Engels no sentido de apresentar um prognóstico e, deste modo, supor a ideia de uma previsão de

311 O sistema francês funcionava como sistema por procuração, onde era possível, caso fosse solicitado a cumprir o serviço militar, a comprar a substituição por outra pessoa. O que torna o serviço de certa forma, um sistema de mercenários. Marx comenta esta questão no *18 Brumário*, também citada por Walter Benjamin em alguns temas sobre Baudelaire.

312 Idem, p.374.

contextos políticos futuros relacionando as condições materiais às relações sociais em que se localiza a luta política. O horizonte de expansão ilimitada da conscrição e das estruturas voltadas ao seu financiamento assumiriam as características de um aviso quase apocalíptico de uma guerra sem precedentes que impossibilitaria uma ruptura institucional que pavimentasse o caminho da revolução. Acima de tudo, este problema representaria um enigma político, cuja resposta deveria ser capaz de evitar o desastre por meio de uma ação coletiva que desarmasse a ameaça que seria posta pela crise que se aproximava.

Este perigoso desastre se apresentaria sob dois aspectos, o de ruína econômica dos povos (e não especificados como países ou classes) e também o aspecto de uma ameaça física de capacidade destrutiva sem precedentes, ligado à mudança da forma militar nos termos de uma Guerra de Aniquilação (*Vernichtungs Krieg*).

Uma crise de natureza política como esta apresenta uma dificuldade suplementar à estratégia específica da Socialdemocracia, pois envolvia, nos termos em que Engels apresenta o problema, também as demais classes, ao menos segundo a tática democrático-social adotada pelo partido, pois estariam ligadas ao contexto das disputas no seio do Partido quanto à posição em relação ao governo e ao Estado. E principalmente, no que toca às táticas adotadas em momentos anteriores com relação ao governo e à possibilidade de uma revolução socialista, seja no contexto revolucionário, seja segundo o caminho de conquistas pontuais como reformas.

Ao menos em um futuro próximo, não parecia possível a Engels, neste contexto, manter-se a prática convencional, imaginando colocar-se o partido como um ator entre outros grupos, entre militares e políticos em confronto com o governo, mas esperando por um papel ativo da Socialdemocracia mesmo que fosse uma intervenção sobre uma pauta que se apresentava, a princípio, à revelia dos trabalhadores e ligada à questão nacional. Tornou-se importante pensar sobre uma mudança no posicionamento quanto à forma da intervenção adotada e isto não apenas enquanto preenchimento dos quadros militares a tal ponto em que se imaginasse possível uma revolução disputando e dividindo as forças militares (modelo de revolução burguesa), ou ainda de se acreditar na possibilidade colocada por Hobsbawm de ganhar o poder e ter de defendê-lo contra forças proprietárias burguesas que se colocariam numa articulação à direita.

O que se mostrava mais premente – dada a restrição de espaços públicos de discussão e participação dos trabalhadores engolidos na conscrição - era possibilidade de destruição das próprias condições históricas de luta que permitiu florescer a política socialdemocrata. Engels acredita ainda ser possível influir no campo de ação política da Socialdemocracia alemã,

inspirando a ela a observação do campo político das decisões de estado quanto ao sistema militar que se transformava constantemente na tentativa de conquistar cada vez mais autonomia para o Estado, e que, ao contrário das aparências, persistiu para além do período de Bismarck se mantendo, para Engels, como um modelo de governo de tipo “bonapartista,” unificando setores da burguesia que estariam naturalmente em conflito através de uma perigosa política de compromissos, ao mesmo tempo em que também intervinha nas disputas entre os grupos.

6.3 A MUDANÇA DE PARADIGMA MILITAR

Apesar de Engels apresentar em cartas diversas posições que podem ser circunscritas ao próprio diálogo com as lideranças social-democratas, Engels opta neste período por estratégias de argumentação buscando influenciar contatos com quem tem mais familiaridade, como sugere Hal Draper³¹³ e evitando o confronto direto. É possível notarmos como já se apresenta para Engels uma crítica de nova natureza e mais contundente sobre o desenvolvimento do militarismo na Europa, como presente na introdução de 1888 do livro de Sigismund Borkheims *Zur Erinnerung für die deutschen Mordspatrioten. 1806-1807* (em memória dos patriotas alemães mortos 1806-1807) onde apresenta um diagnóstico que o acompanha em outros textos sobre a possibilidade de uma destrutibilidade crescente das guerras, modificando o horizonte político de ação.

E finalmente, a única guerra deixada para a Prússia-Alemanha travar será uma guerra mundial, uma guerra mundial que, além disso, estenderá a violência para um nível inimaginável até então. Oito milhões de soldados irão se matar uns aos outros e no processo deixarão a Europa arrasada como nenhuma nuvem de gafanhotos seria capaz. As depredações da Guerra dos Trinta Anos, condensadas em três ou quatro anos e espalhadas por todo o continente. Fome, doenças, a queda universal na barbárie, tanto os exércitos quanto o povo, na sequência de um agudo e irrecuperável deslocamento de nosso sistema artificial de comércio, indústria e crédito, terminando nem bancarrota universal, colapso dos velhos estados e sua convencional sabedoria política até o ponto em que as coroas rolarão nas valetas às dúzias, e ninguém estará por perto para pegá-las, a absoluta impossibilidade de antever como isto tudo acabará e quem emergirá como vitorioso da batalha. Somente uma consequência é absolutamente certa: exaustão universal e a criação de condições para uma vitória definitiva da classe trabalhadora. [...]Essa é a perspectiva para o momento em que o desenvolvimento de uma superação mútua em armamentos chegará até nós, levada ao extremo e finalmente traz seu fruto inevitável. É nisto onde, Caros Senhores príncipes e estadistas, em sua sabedoria, vocês colocaram a velha Europa. E caso nada mais é deixado para começar a última grande dança da guerra - para nós será o bastante. A guerra pode nos deixar para segundo plano por um tempo, alguns de nós já conseguimos uma posição conquistada. Mas se vocês têm desencadeado as forças que vocês em seguida, não terão forças para conter, as coisas podem tomar seu curso: no fim da tragédia você

313 DRAPER, Hall; HABERKERN, E. **Karl Marx's Theory of Revolution. Vol.5: War & Revolution.** New York, NY: Monthly review Press, 2005, p.161-164.

estará arruinado e a vitória do proletariado será alcançada ou então, será inevitável.³¹⁴

Cabe observar que se o horizonte de ação é novo, aparentemente, a estratégia de ação política para desarmar-se essa potencialidade destrutiva representada pelos estados voltados à guerra baseava-se na velha solução revolucionária da milícia. Assim, os exércitos regulares (ou fixos) deveriam se transformar em um tempo razoável em uma milícia baseada no armamento do povo (*Volksbewaffnung*), o que é um aparente retorno à perspectiva de liberais pacifistas e socialistas (com raras exceções como Proudhon³¹⁵) quanto à forma ideal de organização militar a ser adotada. No entanto, esta proposta apresenta condições articuladas com o momento político, pois se daria, de um lado, diminuindo a influência política de um Estado centralizador e, deste modo, permitindo que não se reprimisse a própria população em caso de lutas políticas em direção a reformas e, de outro, abrindo a possibilidade de uma ação revolucionária no campo socialista segundo modelos clássicos como o blanquista (com grupos previamente organizados para situações revolucionárias) em casos de golpe de estado, pois era constante o clima da implantação de um estado de sítio antissocialista, não apenas de iniciativa prussiana, mas contando com o apoio de diversos partidos liberais e burgueses.

A milícia se apresentaria assim como uma forma militar que possibilitaria a manutenção de um corpo armado que pudesse defender o próprio país sem a necessidade de adotar um traço de crescimento militar. De outro modo, permitiria a anulação da possibilidade de um corpo militar distinto do civil, evitando golpes de Estado e, do mesmo modo, mudando o destino de parte importante dos gastos públicos, assim evitando a formação de grupos de interesse que visassem um crescimento de gastos militares ligados a interesses militares expansionistas, adequados ao ciclo de expansionismo nacionalista na busca constante de acumulação de poder político, bens estratégicos e controle territorial, a partir do qual toda a estrutura do estado foi adequada.

Agora o moderno aspecto revolucionário do sistema militar Prussiano consiste

314 *Einleitung zu Sigismund Borkheims Broschüre "Zur Erinnerung für die deutschen Mordspatrioten. 1806-1807."* In: **Karl Marx/Friedrich Engels – Werke vol. 21**. Berlim/DDR: Dierz Verlag, 1962, p.350-1.

315 Pierre-Joseph Proudhon em *A Guerra e a Paz (La Guerre et la paix, recherches sur le principe et la constitution du droit des gens* de 1869) defende que o conflito seria algo intrínseco às compreensão das relações humanas, portanto, onde “a força e a guerra, longe de serem as fontes de todos os males e o contrário da ordem e da Justiça, eram suas próprias forjadoras,” Thiago Rodrigues. *A guerra, condição do homem: nota sobre 'a guerra e a paz' de prouthon*. Em: **Verve**, n. 19 (2011), p.20. Perspectiva distinta de outros socialistas que despertou discussões inclusive entre seus partidários. No entanto, cabe observar que a guerra, no sentido de Proudhon, significava uma forma de conflito distinta da guerra entre estados, vista como fenômeno de natureza distinta desta outra, ligada ao conflito como forma geral das relações sociais, o que leva Thiago Rodrigues a uma comparação com Nietzsche e Foucault.

precisamente na demanda que a força de cada homem capaz fisicamente possa ser colocada em serviço para a defesa nacional por tanto tempo quanto possa ser capaz de carregar armas. E a única coisa revolucionária que pode ser discernida em todo o desenvolvimento militar desde 1870 é o único fato de que ele tem sido considerado necessário – algumas vezes com alguma relutância – atualmente incrementando a realização desta demanda, que até agora só tem sido preenchida na fantasia chauvinista. Nem o tempo de serviço obrigatório, nem o alistamento de todo homem capaz fisicamente pode ser chamado nesta questão atualmente, ao menos de todos os alemães e menos ainda o partido socialdemocrata, que, bem ao contrário, é a única força capaz de também colocar esta demanda totalmente em prática.³¹⁶

De modo resumido, como intervenção parlamentar direta à Socialdemocracia, a proposta de Engels se resumia à luta pela diminuição do tempo de serviço regular (sob a bandeira *In der Fahne*) através das seguintes propostas: “regulação internacional pelas grandes potências do continente do tempo máximo de serviço ativo sob uma bandeira para todos os exércitos do serviço, inicialmente de dois anos³¹⁷ [...] e, tanto quanto possa concernir à minha pessoa – com a ressalva de uma redução ainda maior tão logo as pessoas sejam consentidas da possibilidade, e com um sistema de milícias como objetivo último. E eu mantenho que a Alemanha em particular é a mais capaz de realizar esta proposta, e a Alemanha tem a ganhar mais do que qualquer um realizando-a, mesmo se ela for rejeitada.”³¹⁸

É possível concluir por uma mudança na postura de Engels quanto à guerra, não em relação ao apoio ou não à possibilidade de uma revolução no formato burguês, isto é, com referência à Revolução Francesa sob uma composição com os meios da luta de classes, mas quanto à possibilidade de uma resposta à transformação das estruturas do próprio estado de tal modo a evitar um grande confronto. De todo modo, uma guinada que demandava inteligência política, adaptação e capacidade de mobilização da parte da socialdemocracia.

6.4 PERSISTÊNCIA DA IDEIA DE REVOLUÇÃO

Sobre a introdução a Lutas de classe na França (1895)

O embate com a socialdemocracia no sentido de manterem-se os pressupostos revolucionários persistiu sem uma solução adequada. Pior, encontrou ecos em setores de direita do partido que tentavam isolar os quadros teoricamente mais radicais, mesmo sem exercerem ainda influência política direta. Este debate acompanhou Engels até seu último texto, a introdução escrita ao livro de Marx *as lutas de classes na França* (1895), quando,

316 ENGELS, Friedrich. Kann Europa abrüsten? In: **Karl Marx/Friedrich Engels - Werke. Vol. 22, 3.** Berlin/DDR: Dietz Verlag, 1963, p.374.

317 O que para nós soaria abusivo hoje em dia, certamente se comparado a exércitos regulares de países pacíficos, mas é impactante para o período, apesar de este tempo ser usual em exércitos como o israelense que manteria este tipo de sistema ligado à ideia de exército de cidadãos para países sob tensão militar.

318 Idem, p.374.

durante o debate sobre as leis antissocialistas, que colocaram a Socialdemocracia na ilegalidade e obstruíram, deste modo, as táticas mais utilizadas pela Socialdemocracia até então. Engels acreditava que seria necessário em seus últimos momentos marcar uma posição não apenas de uma luta política pela representação parlamentar antimonárquica que mantivesse repulsa do processo político revolucionário, no campo mais geral da luta política pela legalidade do partido, mas deveria ser sempre posta a possibilidade de ação revolucionária, latente a partir da condição “subterrânea” à qual a Socialdemocracia era obrigada a lidar. Assim, Engels criou uma fábula esopiana (como ilustrado por Hal Draper³¹⁹) que se tornou novo motivo de controvérsia entre Engels e o partido. O trecho é longo, mas certamente divertido:

Há quase exatos 1.600 anos atuava no Império Romano igualmente um perigoso partido da sublevação. Ele solapou a religião e todos os fundamentos do Estado, negou abertamente que a vontade do imperador fosse a lei suprema; era um partido sem pátria, internacional, expandindo-se por todas as terras do império desde a Gália até a Ásia e mesmo para além das fronteiras do império. Por longo tempo ele havia operado subterraneamente, na clandestinidade; porém, depois de certo tempo, ele se considerou suficientemente forte para mostrar-se abertamente à luz do dia. Esse partido da sublevação, que era conhecido pela designação “cristão,” também tinha uma forte representação no exército; legiões inteiras eram cristãs. Quando recebiam ordens para dirigir-se às cerimônias sacrificais da igreja territorial pagã para prestar as venerações de praxe, o atrevimento dos soldados sublevados era tal que, como forma de protesto, afixavam insígnias especiais – cruzeiros – em seus elmos. As intimidações costumeiras de caserna por parte dos superiores não surtiam nenhum efeito. O Imperador Diocleciano não pôde assistir por mais tempo como a ordem, a obediência e a disciplina eram minadas sem seu exército. Ele interveio energicamente porque ainda havia tempo. Promulgou uma lei contra os socialistas, quer dizer, cristãos. As reuniões dos sublevadores³²⁰ foram proibidas, os seus salões de reuniões fechados ou até demolidos, as insígnias cristãs, as cruzeiros etc. foram proibidas, como na Saxônia os lenços vermelhos. Os cristãos foram declarados incapazes de assumir cargos no Estado, nem mesmo libertos eles poderiam ser. Como naquele tempo ainda não se dispunha de juízes tão bem treinados em fazer “acepção de pessoas” como pressupõe o projeto de lei contra a sublevação, de autoria do senhor Von Köller, os cristãos ficaram sumariamente proibidos de recorrer à justiça dos tribunais. Essa lei de exceção também ficou sem efeito. Os cristãos por zombaria a arrancaram dos muros e até se conta que teriam incendiado o palácio do imperador em Nicomédia com ele dentro. Ele então se vingou com a grande perseguição aos cristãos do ano 303 da nossa era. Foi a última desse tipo. E ela foi tão ineficaz que, dezessete anos depois, o exército era composto em sua esmagadora maioria por cristãos, e o autocrata seguinte de todo o Império Romano, Constantino, chamado “o Grande” pelos padrecos, proclamou o cristianismo como religião do Estado³²¹.

Este texto que continua parte do sentido do texto da introdução de 1891 e *A Europa pode se desarmar?* colocou certamente um problema para as lideranças do movimento

319 DRAPER, Hal; HABERKERN, E. **Karl Marx's Theory of Revolution, Vol. 5: War & Revolution.** New York, NY: Monthly review Press, 2005, p.186-188

320 No original *Umstürzler*.

321 ENGELS, Friedrich. Introdução à Lutas de classe na França de 1848 a 1850. In: MARX, Karl. **As lutas de classes na França.** São Paulo: Boitempo, 2012, p.30-31.

operário alemão, pois a estratégia adotada naquele momento envolvia parecer aos olhos da censura o mais pacífico possível. Esta posição parecia a Engels algo difícil e muito penosa de se sustentar, especialmente já estando vigentes as leis de repressão obrigando à condição de uma luta subversiva. Postos estes limites, pensou, porque não apelar à um projeto mais amplo que não apenas um retorno à plataforma política de reivindicação dentro do Estado, isto é, limitado a seus parâmetros mutáveis conforme a conjuntura política pode indicar?

Richard Fischer, membro do grupo e mediador com Engels quanto à publicação de seus textos, manifestou a Engels a reprovação em nome de todo o comitê central, mas, como é possível observar, a posição de Engels é coerente com tudo o que ele colocava até então, considerando que a mobilização política deveria sempre considerar a possibilidade de condições mutáveis e, acima de tudo, preparando o partido para aquilo que acreditava ser necessário: um posicionamento em relação às consequências de uma possível guerra, que envolveria toda a sociedade alemã. O que era possível de observar desde as análises sobre o que representava a crescente mobilização da sociedade e da economia alemã para a guerra. Era necessário fomentar um distanciamento em relação ao Estado, ao menos no que tocava à forma como funcionava – e onde um aparente pacifismo encobriria uma economia política e socialmente voltada para a guerra e a conquista e, acima de tudo, a possibilidade de uma negação radical de todo o sistema econômico, baseando-se numa aliança internacional da classe trabalhadora.³²² Em suma, mantendo os princípios de um programa comunista, o que explica em parte o trabalho de divulgação em novas publicações e textos sobre a obra de Marx, destacando a necessidade de manter-se a ideia de revolução.

O desafio posto era conseguir ser capaz de manter uma mobilização da classe trabalhadora contra o estado que não apenas individualizava a população enquanto consumidores, como conseguia gerar uma forma de agregação em torno de uma identidade ideológica favorável à destruição de outros povos, corroendo as bases da solidariedade, mesmo que isso fosse contrário à forma aparentemente mais fácil de conquistar direitos sociais reivindicados ao estado e melhorar pontualmente as condições materiais de vida dos

322 Draper cita uma carta que não está presente no espólio das cartas presentes no MEW de Engels para Fischer onde discute o que acha ser uma posição recuada da direção do partido Socialdemocrata, estranhando a reação ao texto que acreditava, a princípio, relativamente disfarçado para os censores: “você mesmo vai admitir que um adversário mal disposto não possuiria problemas em apresentar como a quintessência de sua argumentação: 1) a admissão de que, se não estamos no momento fazendo a revolução, é porque ainda não estamos suficientemente fortes, porque o exército ainda não está suficientemente infectado – o que é um argumento [*quod erat demonstrandum*] em favor da lei anti-subversão e 2) que em caso de guerra ou qualquer outra complicação séria que seria, como a Comuna, levantar a bandeira da insurreição em face do ataque inimigo, etc.” (DRAPER; HARBEKERN. Idem, p.187-8) Posição em que ainda persiste um papel importante para o papel militar, novamente, frisando qual seria o papel do partido frente a uma nova guerra com consequências ainda mais desastrosas que a guerra franco-prussiana que teria iniciado a Comuna de Paris.

trabalhadores, mas mantendo de certa forma a alienação política quanto aos aspectos mais fundamentais desta. A dificuldade em se pensar esta forma de ação política não era acidental, pois algo movia esta adaptação do estado contra o qual a Socialdemocracia concorreu durante certo período na condição de ilegalidade.

6.5 O CONTROLE DA POPULAÇÃO ENTRE AS GRANDES POTÊNCIAS

Para compreender como tamanho aumento de investimento e mobilização de recursos para a mobilização militar foi possível em tão curto tempo, é necessário ter em mente o impacto que as ferramentas estatísticas e o uso das técnicas de organização das informações disponíveis incidiram sobre os Estados europeus, pois este foi o elemento decisivo na forma como conduziram a política no final do século XIX, e no contexto da guerra, foi onde ferramentas como a estatística permitiram tornar mais precisa a relação de planejamento pressuposta no cálculo da proporção entre a população efetiva e os conscritos, mostrando quais as forças efetivamente dispostas ao combate. Neste sentido, historiadores como Taylor, destacam como a perda de confiança da França - especialmente após a guerra franco-prussiana - que verificou uma diminuição progressiva de sua população em números absolutos, foi um dos principais motivadores da potencialização destas ferramentas para conseguir empregar uma maior proporção de sua população na guerra, por isso não foi mera coincidência o receio de Engels de uma oscilação da agressividade militar por parte da França contra a Alemanha e envolvendo logisticamente o resto da Europa. “A França” que foi o país de maior população estimada até 1880 “com uma taxa menor de nascimentos, teve uma população mais balanceada e, em particular, proporcionalmente mais homens em idade militar que a Alemanha” o que teve impacto, posteriormente, na primeira guerra mundial.³²³

Mas o uso de técnicas de estimativa de população teve um efeito ainda mais notável, ao “projetar as curvas de população no futuro,” assumindo o prolongamento futuro da curva estatística implacavelmente, o que “raramente é corroborada por eventos” factuais, mas ainda assim, o futuro da França parecia duvidoso, ao projetar-se na potência rival principal, a Alemanha, do mesmo modo que a Alemanha tinha como alvo a Rússia, principalmente por representar um maior perigo devido à maior disposição de braços para a guerra.

É possível que as populações estimadas da Rússia antes de 1897, que tanto assustaram Marx e Engels durante a conjuntura posterior à revolução alemã e durante a guerra franco-prussiana, como constante ameaça aos exércitos ocidentais fossem meras conjecturas, comuns

323 TAYLOR, A.J.P. *The Struggle for Mastery in Europe 1848-1918*. New York, N.Y.:Oxford University Press, 1971, p. xxvi.

nos documentos públicos que balizavam as políticas das potências ocidentais, “além de ser ainda difícil dizer o que se poderia fazer com estas populações.” O que resultava em outro problema, o da proporção de conscritos nos exércitos que mudou ao longo do século XIX sempre impulsionada por dois fatores, o fato da migração maciça destas populações a cada situação de crise e a cada vez maior contenção e racionalização da ocupação do território, induzida pelo impulso constante pelo aumento de conscritos.

Observando pesquisas estatísticas, nota-se que a proporção de homens efetivamente servindo não parece ter mudado muito para nenhuma das Grandes Potências exceto para a França, principal preocupação de Engels, entre 1850 e 1914. Grã Bretanha e Alemanha sempre tiveram em torno de 1%; Áustria em torno de 0.85%; Rússia começou com pouco menos de 1 %, e terminou com pouco mais. Somente a França expremeu-se até próximo de 2%, quanto lhe restou o serviço de três anos em 1913 “para além dos reservistas, que estavam abaixo da possibilidade de cálculo, as forças armadas tinham de realizar diferentes propósitos. A Alemanha e o império Austro-húngaro foram criados quase exclusivamente para uma guerra europeia – exceto pelas tropas austro-húngaras que ocupavam a Bósnia e Herzegovina. O exército francês necessitava de uma força ampla no Marrocos, os russos no extremo oriente; e os britânicos tinham mais homens na Índia do que no próprio território, assim como eram a única potência a manter uma força naval de mais de cem mil.”³²⁴ Esta proporção de homens dispostos ao combate no final da década de 1890, certamente serviu de garantia aos contornos do imperialismo no período, no entanto, como é possível observar segundo historiadores contemporâneos, é muito provável que o fundamento das bulas militares alemãs, que inspiravam o aumento de conscritos na Alemanha fosse baseada em uma medida de Estado que era, como via Engels neste momento, desproporcional, portanto, tornando plausível sua reivindicação ao se direcionar a uma extensão muito exagerada das capacidades militares alemãs.

6.6 INDÚSTRIA DE GUERRA E DIREITOS SOCIAIS

Para além da mobilização, cabe um último adendo, que poderia explicar em parte os condicionantes econômicos desta convergência política entre a socialdemocracia alemã e o interesse da indústria de guerra, para além de simplesmente tratar-se de uma decisão política a cargo de um grupo gestor, ocupando a cúpula do Partido Socialdemocrata.

Segundo Charles Tilly, os conscritos obrigavam a um crescimento dos encargos de guerra, comprometendo progressivamente a economia e fazendo surgir os chamados

324 Idem, p. xxvi-xvii.

“encargos não-planejados”³²⁵ ligados à expansão da estrutura burocrática do estado implicada pelos gastos militares, como “escritórios de impostos, serviços alfandegários, tesouros, administrações regionais e forças armadas para desenvolver o seu trabalho entre a população civil” em uma situação em que as “próprias organizações desenvolveram interesses, direitos, emolumentos, necessidades e demandas que exigiam atenção por parte deles próprios,” criando-se a partir de então novos interesses que deram origem à necessidade de mais organização por parte do estado, surgindo assim, novas instituições.

Lugares adequados para veteranos militares, ordens de nobreza para funcionários do estado, escolas de treinamento, tribunais e advogados que julgam privilégios oficiais, fornecedores de alimento, de moradia e de outras necessidades para os agentes do estado,” além do provimento dos materiais decisivos para a prática da guerra ou para a arrecadação de receita, coordenando a produção. Somando-se às medidas necessárias de arrecadação de materiais frente à população e camponeses como requisições forçadas e formas indiretas de racionamento, misturando elementos diversos no trigo para o pão, a proibição de massas doces, etc.³²⁶

Deste modo, o crescimento das estruturas do Estado ligadas à demanda militar, levavam a um aumento de disponibilidade de recursos para a população, abrindo assim o espaço para um conflito contra outros grupos em torno de interesses reivindicados em relação ao Estado, mas que, apesar disso eram obrigadas a manterem-se subordinadas aos interesses da indústria de guerra. A indústria de guerra resultou em demandas ligadas à população em geral, explicando em parte a necessidade crescente de repressão, como a proibição da Socialdemocracia, pois buscava contingenciar os recursos destinados aos pobres que demandavam a arbitragem do Estado inclusive para os conflitos privados entre cidadãos como forma de contrapartida às crescentes obrigações para com o Estado. Segundo Tilly, tais demandas eram, em certa medida, atendidas, pois havia o risco de rebeliões. Rebeliões que passavam a ocorrer, não necessariamente segundo o exemplo foucaultiano do acontecimento episódico como “acontecimento-flagelo” que seria a “escassez-carestia, com sua eventual consequência, a revolta,”³²⁷ mas como algo sistemático, estrutural, ligado à própria estrutura do estado.

Neste sentido é possível dizer o porquê, apesar da razoabilidade do raciocínio de Engels em relação à socialdemocracia, que o programa revolucionário e, neste sentido, o projeto revolucionário representado por Engels naquele momento progressivamente perde espaço em relação à ala direita do partido socialdemocrata em suas posições sobre a guerra.

325 TILLY, Charles. **Coerção, Capital e Estados Europeus**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996, p. 183.

326 Idem, p. 184)

327 FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território, População**: curso dado no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 2005, p.54.

Após a morte de Engels, como legado das análises militares neste novo contexto, as posições sobre a guerra serão debatidas segundo um novo conflito de interesses, com duas teses a respeito da guerra sendo debatidas em nome de Engels conduzindo a um impasse. Uma dizia respeito à crença de que o engajamento progressivo do proletariado no exército, amparado na autonomia relativa da Landwehr,³²⁸ conduziriam o proletariado armado à possibilidade futura de tomar o poder, porém este mesmo raciocínio assumiria uma feição perigosa e distorcida ao ser estendido ao serviço militar alemão como um todo.

A outra consistia em que, apesar de não se acreditar que as formas de levante popular, ou guerrilhas fossem inúteis ou meros resquícios pré-capitalistas, as novas formas de organização militares aplicados à infantaria seriam imbatíveis. Em se tratando disso, não mais haveria possibilidade de sucesso através de um levante armado auto-organizado dos trabalhadores, caso feito de modo improvisado.

A partir de tais constatações, frente à guerra, sobravam duas possibilidades para a ação proletária na Alemanha: entrar nos exércitos e se armar, além de eventualmente combater nas guerras nacionais até que o proletariado armado enfim ganhasse um peso numérico substancial e se tornasse uma ameaça potencial à burguesia³²⁹ e, na retaguarda, tentar uma estratégia de greves gerais antiguerra tentando refrear a indústria bélica. No entanto, tais estratégias não resultaram em orientações a políticas revolucionárias adotadas pela socialdemocracia.

No seio da socialdemocracia alemã estes problemas seriam ainda agudos, afinal, o que pareceria um procedimento pacífico como a ideia de disputar progressiva e democraticamente o Estado abdicando de uma revolução (como a posição de Bernstein que identificava a ruptura revolucionária como violenta), significaria estar ao lado dos interesses nacionais, hegemonicamente burgueses? Isto é, estar ao lado do desenvolvimento das forças produtivas amparadas no controle dos industriais sobre os operários nas fábricas e defender a manutenção das colônias e estar ao lado das guerras nacionais no contexto do imperialismo prussiano?

Nada disto é claro nas teses defendidas e se os debates neste período não negam claramente o internacionalismo, muito menos afastam os apoios interessados dos

328 Vide nota 95.

329 Onde Raymond Aron em **Penser La guerre. Clausewitz. Vol II, L'âge planétaire**. Paris, Gallimard, 1976 e Sigmund Neumann em *Engels and Marx on Revolution, War, and the Army in Society* em: PARET, Peter, (eds.) **Makers of Modern Strategy from Machiavelli to the Nuclear Age**. Princeton University Press, New Jersey, 1986 apontam proximidade à análise de Clausewitz a respeito do armamento do povo.

conservadores. No entanto, sabemos como mais tarde estas posições mudam sob pressão dos conservadores que desejavam o apoio da Socialdemocracia como Spengler em *Socialismo e Prussianismo* (1920), que propôs a aliança da elite militar com o movimento operário em direção ao nacionalismo e Möller van der Bruck que propôs por sua vez, num posicionamento claro à direita dentro da socialdemocracia auxiliar na extinção da solidariedade internacional e a transformação da luta de classes em guerra externa no esforço de fazer o partido apoiar a política colonial, o que não foi de longe algo raro dentro da Segunda Internacional.³³⁰

Antes de apontar esta questão como uma crise derivada da guerra, do radicalismo da ameaça representada pela oposição à esquerda ou de um tipo de insanidade temporária, é possível notar que parte das ambiguidades desta questão permeavam a Socialdemocracia alemã desde o final do século XIX. E estranhamente, para ambos os lados da questão, pró e anti-guerra, foi comum a tentativa de se apoiar em Engels como discurso de autoridade, o que pode ser observado no debate entre Schnippel, figura política que buscou o apoio dos socialdemocratas a partir das teses de Bernstein contra Rosa Luxemburgo.³³¹

Schnippel defendia a necessidade histórica do desenvolvimento do militarismo apoiado de modo interessadamente distorcido em Engels, enquanto para Rosa Luxemburgo o problema desta argumentação se resumiria ao fato de que isto demonstraria os perigos

330 Vide a respeito o capítulo “O Colonialismo socialista da segunda internacional” no livro de João Bernardo Labirintos do Fascismo, do qual discordamos apenas do acordo entre o pretense acordo de Engels em relação à linha política posterior seguida pela Segunda Internacional: “Personalidades de renome, como Eduard Bernstein, que fora amigo pessoal e colaborador de Engels, por ele designado como seu executor testamentário, e que, talvez assumindo a sério estas funções, pouco depois da morte do mestre começara a propor uma versão gradualista e reformista do marxismo, tornando-se o principal teórico da ala moderada da Segunda Internacional; Émile Vandervelde, a figura mais prestigiada, quase incontestada, do Partido Operário Belga, e que ocupava na Internacional as funções de presidente do secretariado permanente; e Jean Jaurès, a quem, talvez mais do que a qualquer outro, se deveu a unificação das várias correntes do socialismo francês e a criação da SFIO, onde a sua personalidade e o seu considerável saber o situavam muito acima de companheiros e rivais todos eles defendiam quanto à África e ao Oriente uma «política colonial positiva» . E mesmo um dos mais notáveis filósofos marxistas, Antonio Labriola, apesar de se situar próximo da vertente esquerdista, lamentara que a Itália não tivesse ocupado a Tunísia ou o Egipto e apelara em 1902 para a conquista da Tripolitânia . Na sequência destas figuras marcantes vinha uma corte inumerável de epígonos, que propagavam as ideias dos mestres e as faziam chegar a recônditos mais obscuros e a mentes mais simples. A maior parte dos porta-vozes do socialismo denunciava as atrocidades cometidas nas colónias pelas forças repressivas, escandalizava-se com a corrupção das administrações e a miséria dos nativos, mas não punha em causa os mecanismos da exploração. Vandervelde, que tanto se esforçou, malgrado a indiferença do grupo parlamentar do seu partido, por tornar conhecidos os horrores praticados no Congo sob a soberania do rei Leopoldo, afirmou no parlamento, em 1908, que «a colonização, em si mesma, é um facto de todas as épocas e [...] continuar-se-á a colonizar qualquer que seja o regime económico.” E nas suas Lettres du Congo ele defendeu uma colonização moderna do território, que assegurasse bons lucros aos capitalistas «activos, industriais e enérgicos» e trabalho aos jovens com «rins sólidos e o fígado em bom estado” (BERNARDO, João. **Labirintos do Fascismo**: Na encruzilhada da Ordem e da Revolta. Porto: Edições Afrontamento, 2003, p.387)

331 Tal discussão é reconstituída a partir do panfleto *Militia e Militarism* de Rosa Luxemburgo. Rosa Luxemburgo. **Militia and Militarism**. Acessado em: <<http://www.marxists.org/archive/luxemburg/1899/02/26.htm>>, [S.l.]. Acessado em: 01/02/2009., s/p.

representados quando “o método dialético em geral e a filosofia materialista da história em particular, apesar de revolucionários quando compreendidos corretamente, produzem perigosas consequências reacionárias no momento em que são compreendidas erroneamente.”³³²

O que permitiria que o partido fosse conduzido a esta situação? É possível dizer que este processo que se tornou cada vez mais complexo e envolveu a base material e social da socialdemocracia, impedia, ao menos na Alemanha que a perspectiva crítica apresentada em “*A Europa pode se desarmar ?*” pudesse embasar uma política pacifista adiantando muitos dos problemas que mais a frente serão apresentados por Rosa Luxemburg na *brochura Junius*³³³, já nos estertores da catástrofe representada pela primeira guerra mundial. A proposta de Engels, ainda que relativamente modesta e criada para ser defendida no campo parlamentar, representava uma política militar em que era sugerido um distanciamento claro em relação à indústria de guerra e aos grupos de interesse político e econômico que ela implica, mesmo que isto naquele momento oferecesse ganhos políticos potenciais para o partido. Com efeito, esta posição não encontrou seguidores, mesmo entre os antigos correligionários da SDAP ou *eisenachers*, preocupados eminentemente com uma política democrática de massas sob quaisquer meios.

Mesmo que não se possa dizer que o partido tivesse sido cooptado como grupo político devido às suas instituições manterem um conflito umbilical, e mesmo cultural com a aristocracia através das associações de massa, como organizações políticas, grupos culturais, esportivos e sindicatos, pode-se dizer que a socialdemocracia progressivamente dependia da vinculação entre o estado e a estrutura militar para conseguir manter um ciclo de reivindicações possíveis de serem defendidas legalmente, que a justificava frente à classe trabalhadora. Um sinal de que, por mais que se distanciassem politicamente dos ideais lassalleanos, estruturalmente, pode-se dizer que buscavam uma justificativa, explicada pelos conflitos com Engels que pudesse justificar este salto da Socialdemocracia para a “boca de fogo” da indústria de guerra alemã, distanciando-se cada vez mais das reivindicações engelsianas segundo os princípios de Marx de se manter viva e presente a possibilidade de uma revolução que permitisse uma ruptura com a totalidade do sistema capitalista que deixava

332 Idem, s/p.

333 O texto, mais tarde publicado como *A Crise da social-democracia* (1916), teria sido terminado por Rosa Luxemburgo em abril de 1915 na prisão em Berlim, quando condenada por agitação anti-militarista, só teria sido publicado em 1916, devido às dificuldades do estado de sítio. É certamente um dos grandes textos marxistas dedicados à análise da guerra na Alemanha e se desdobra a partir de um fio condutor na relação entre política e economia mediados pelas forças produtivas a partir de algumas ideias creditadas a Engels.

ao menos aos olhos de Engels de dar sinais de que iria se transformar para melhorar por si mesmo as condições do proletariado, ao menos durante um horizonte próximo. Para Engels, a despeito de condições gerais indicativas de progresso, as últimas linhas de seus textos a respeito do tema militar, no momento em que a luta contra o capitalismo distanciava-se do horizonte do principal partido operário de massas da Europa mostrava sua contrapartida como um cataclismo bélico, imagem que se manteve como uma ameaça constante, pois seria a outra face do mesmo processo de desenvolvimento cujos frutos pareciam saciar a socialdemocracia.

Do lado da Socialdemocracia, o verdadeiro destinatário dos textos sobre a guerra escritos por Engels, pode-se concluir por uma guinada entendida não como um processo de mudança ideológica, mas social, alterando progressivamente seu papel político e o lugar entre as classes. Por isso, a relação entre Marx, Engels e a socialdemocracia alemã, diz muito sobre aquilo que se tornou a experiência política e intelectual do século XX.

7. CONCLUSÃO

Esta dissertação acompanhou alguns aspectos da reflexão política de Engels a respeito das questões militares e suas implicações para o movimento socialista na busca da base teórica que fundamentaria sua prática política. Neste percurso observamos a descrição e a análise de diversos conflitos que Engels acompanhou ao longo do século XIX, a partir de alguns elementos principais, entre eles, o fenômeno da ampliação da conscrição, a relação entre as revoluções burguesas, como a francesa e a americana na transformação da forma de combate e principalmente a tensão conflituosa que se constitui entre a política orientada pelos partidos socialdemocratas e grupos revolucionários em relação à política militar e nacional, ambos disputando a partir da segunda metade do século XIX corações e mentes do povo contra os liberais.

Normalmente apartadas nas reflexões políticas ou subordinadas a outros interesses nos estudos da política, em Engels a política socialista não poderia ser pensada sem observar a política da caserna e as relações entre os estados nacionais, especialmente em um período de grande perigo aos movimentos revolucionários, representado pelo aumento da potencialidade destrutiva dos exércitos que somaram uma maior capacidade de racionalização organizativa e de mobilização da população. As consequências deste desenvolvimento político voltado à guerra representou uma passagem de temas inicialmente exclusivos da chamada política “externa” para a “interna”, ao serem levantadas questões que obrigaram a repensar a política socialista em uma chave que definitivamente suplantasse os vínculos com um modelo de ação política que observasse apenas os fins e não os meios com que se realizaria.

Das análises de Engels sobre a guerra, tentamos focar naquilo que parece ser de maior especificidade do autor em relação à obra de seu colaborador Karl Marx, onde não apenas aparecem diferenças de “latitude para diferenças de formulação, nuance, ênfase, e assim por diante, que não são negligenciadas,”³³⁴ mas de foco, especialmente quanto a temas específicos, pouco tratados por Marx. Engels tentou mostrar como a guerra, longe de representar um tema externo à política no interesse da classe proletária, representa uma questão política que perpassa as diversas instâncias da política entre as classes. Ao longo da segunda metade do século XIX, os choques entre as potências militares representaram um limite às condições gerais de luta da classe trabalhadora a que tiveram de se adaptar os

334 DRAPER, Hal. **Karl Marx's Theory of Revolution. Volume I.** State and Bureaucracy. New York, NY: Monthly review Press, 1977, p. 24.

socialistas para a conquista de direitos, além do foco contra o qual tiveram de se voltar para desenvolverem uma política autônoma da classe trabalhadora.

Por isso os textos de Engels, que podem causar estranhamento pelos temas e o modo de abordagem, frente a outros estudos e análises mais comuns no marxismo, debruçam-se sobre questões como as intervenções militares dos Estados Nacionais ao invés de ignorá-las, não apenas tocando o aspecto da repressão representada pela permanência de um aparato repressivo nas cidades e separado de um contato direto com a sociedade civil (tanto política quanto economicamente), mas também dos riscos de destruição e depauperização dos trabalhadores em função da máquina de guerra, assim como na mobilização que o Estado Prussiano conseguiu animar através da xenofobia, cooptando amplos segmentos da burguesia e do proletariado.

Outra questão importante e que não poderia passar despercebida é a relação entre a guerra e a economia. Marx nos *Grundrisse* (*Grundrisse der Kritik der politischen Ökonomie* 1858) tratou principalmente das situações no contexto do mercado como meio principal de se compreender a guerra em sua relação com a economia, contexto em que as crises econômicas se apresentam como pré-condição à guerra e à revolução e conduzindo a um posicionamento direcionado mais às condições da classe trabalhadora, além de também realizar uma abordagem política focada nos contextos pontuais de intervenção nas organizações socialistas, como nos comunicados voltados à Guerra franco-prussiana.

A análise “engelsiana” da relação entre guerra e política, focava-se principalmente no processo de produção e sua relação com os meios de produção influenciando as relações sociais de produção e a política. De onde surge a ideia de uma reversão entre os meios de produção e destruição citada por Rosa Luxemburg na famosa passagem sobre a necessidade da revolução durante a primeira guerra, o que enseja não um avanço no sentido do desenvolvimento, mas como forma de impedir justamente a destruição implicada em seu desenvolvimento nos termos de “Socialismo ou Barbárie”³³⁵ (presente na citada *brochura Junius*, publicada inicialmente em 1916 e hoje como a *Crise da Socialdemocracia alemã*). Para Rosa Luxemburg, na medida em que as guerras tornaram-se aspectos centrais da economia do *Imperialismo*, estas mostraram como as economias ocidentais tornaram-se substancialmente mais dependentes delas, arrastando a sociedade como um todo pela xenofobia e o chauvinismo. A revolução se apresentava como uma “cura” capaz de realizar uma ruptura capaz de refrear a tendência de mobilização do estado e de todas as forças

335 Rosa Luxemburgo “**Socialismo ou Barbárie.**” Acessado em <http://www.marxists.org/portugues/luxemburgo/1915/junius/cap01.htm>. Acessado em: 14/08/2012.

produtivas em direção à criação de um evento destrutivo de dimensões políticas e sociais sem precedentes como a guerra imperialista de escala mundial.

Se for possível pensar em equívocos, na medida em que a teoria de Engels sobre a guerra tentou em determinados momentos realizar previsões sobre cenários futuros de conflitos e lidar com pressupostos nem sempre claros nas análises do período, que estava em constante mudança, é preciso antes levar em consideração como estas formas de análise estavam relacionadas à militância política procurando intervir contra possíveis cenários futuros que comprometessem a possibilidade da derrubada do capitalismo em um momento posterior. Deste modo, ao lidar com o que apresentamos como “cenários possíveis,” nos termos de uma “análise de conjuntura,” acreditamos que Engels procurou tendências favoráveis do movimento socialista frente às possíveis adversidades, mesmo que certos cenários prejudiciais, ou mesmo catastróficos fossem para ele os mais prováveis. Uma forma distinta de intervenção teórica em relação a intelectuais posteriores relacionando teoria e prática de modo distinto, pois exibiriam marcas de certo pessimismo em relação ao movimento operário e construindo outros sistemas de referências para a política e a história.

Entre os aspectos tangenciaram o comentário de Engels e que talvez pudessem ter sido mais aprofundadas, é possível destacar as implicações não previstas da disciplina como força negativa em relação à disposição dos soldados contra a tendência da presença cada vez maior de proletários nos exércitos. Engels acreditava em um potencial conflito entre classes opostas *dentro* das instituições militares, pois a permanência de formas radicalmente hierárquicas radicalizaria uma possível contradição entre a alta burguesia e a nobreza contra o proletariado e a pequena burguesia nas fileiras do exército, muito mais armadas e em maior número. Se Engels não previu como a xenofobia e o chauvinismo que uniu os exércitos seriam capazes de drenar a solidariedade de classes, impedindo uma tendência contrária no sentido de resistência à organização disciplinar do exército, dentro de uma ordem hierárquica, isto não pode ser julgado pelos olhos de um período posterior sem certo reducionismo. Especialmente se forem consideradas as tensões representadas pelo conflito de maior relevo do período na Alemanha representado pela socialdemocracia, que organizava os trabalhadores e os setores progressistas contra o Estado militar e policial que resistiu no tempo vitoriosamente, impondo sua organização à sociedade.

Se há um equívoco quanto a sua avaliação militar madura, ele está situado em relação à própria avaliação do movimento operário e suas tendências, em que Engels insistia na permanência das contradições internas que acreditava estarem presentes nas instituições

militares alemãs e na crença de que permaneceria um sentido revolucionário vivo no movimento socialdemocrata alemão, levando-o a tentar reforçar não uma oposição, mas um insuflamento às tendências mais combativas do movimento operário alemão. Para o bem ou para o mal o caminho das armas em seu próprio princípio destrutivo, ou em vista de construir uma paz definitiva, apontaria para um futuro em nome do qual se travam as batalhas do presente. Ao seu lado a filosofia ofereceu contrapontos críticos, perscrutando-a para que pudesse revelar seus elementos, assim como seus movimentos e as consequências destes para a política.

8. POSFÁCIO

Para a filosofia, a guerra constatada como evento concreto se mostra um difícil oponente. Inimiga da reflexão e mesmo da teoria ela obriga compreender seu movimento sem permitir ao sujeito concreto que reflete a suspensão do juízo, posto se impor ao pensamento evitando uma indicação racional sobre seus pressupostos e consequências. Frente a esta guerra, em geral, opta-se por um lado e justifica-se o melhor modo de combate, Frédéric Gros (2006) atribui esta dificuldade do pensamento não apenas à natureza da guerra em si mesma, mas às mudanças da forma do conflito moderno tornando-o de definição ainda mais complexa, seja nos termos de uma unilateralidade que ameaça com forças puras de destruição populações civis desarmadas, seja com a questão da capacidade de mobilização geral do esforço de guerra permanente através da seguridade dos fluxos ligados à economia que justificam as “intervenções” (relacionadas a um tipo de organização da sociedade e da economia que suplantaria as economias de guerra tradicionais). Princípios que anulariam a diferença entre guerra e paz e entre civil e militar.

Apesar disso, para Frédéric Gros, o século XX foi o período em que a própria estrutura da guerra apresentou elementos que facilitariam uma análise crítica da mesma a partir de seus próprios princípios, principalmente no contexto de sua modificação material e organizacional cujos impactos eram sentidos em todo o mundo: “Após a formação das falanges gregas antigas, após o surgimento das primeiras armas de fogo no início da era moderna e após a constituição dos exércitos cidadãos durante a Revolução Francesa, supondo uma mobilização geral, a arma nuclear terá representado na história a quarta grande revolução militar.”³³⁶ Tal cenário, francamente catastrófico, no entanto, teria conduzido a uma relativa paz armada onde a guerra formal não poderia acontecer sem a ameaça global, obrigando sob tais condições a ausência de conflitos entre as grandes potências sob o preço da “ameaça de um apocalipse universal, materializada por uma corrida armamentista cada vez mais desenfreada”³³⁷. O que confirmaria aparentemente o modelo crítico engelsiano que foca na relação entre meios e modos de se fazer a guerra tomados como pressupostos da crítica à instituição militar no cruzamento entre a guerra e a economia.

Dentro dos estados, a mudança implementada pelo aparato empregado permitiu um

336 GROS, Frédéric. **Etats de violence**: Essai sur la fin de la guerre. Paris: Editions Gallimard, 2006, p. 227.

337 GROS, Frédéric. Fim da guerra clássica - novos estados de violência. In: **Mutações** : ensaios sobre as novas configurações do mundo. Rio de Janeiro; São Paulo: Agir; Edições SESC SP, 2007, p.227.

poder nuclear global produtor de uma mudança radical na forma do poder de estado, induzida principalmente pelas consequências políticas de seus pressupostos sociais, técnicos e econômicos onde a indústria bélica somada ao lobby dos militares torna-se o aspecto central. Segundo as palavras do próprio Dwight D. Eisenhower que, não sendo propriamente um pacifista, denunciou ao mundo o perigo do chamado “complexo militar industrial:” “Nos conselhos do Governo, temos de nos defender contra a aquisição da influência injustificada, solicitada ou não, do *complexo militar-industrial*. O potencial para o crescimento desastroso do poder ali colocado já existe entre nós e tenderá a persistir.”³³⁸

Foi justamente este paradoxo que despertou a crítica de Herbert Marcuse, em que o desenvolvimento das forças produtivas da sociedade, em termos da possibilidade de bens materiais apresentariam, simultaneamente, o perigo da mobilização de toda a sociedade igualmente posta em estado de prontidão para a destruição, mas organizada segundo um mesmo processo de consumo e produção, uma relação que seria determinante para a compreensão do capitalismo muito mais destacada do que a sua determinação pela “forma mercadoria” e pelo consumo. Toda a produção voltada para os bens de uso, pressuposto tanto do *Welfare* quanto das economias liberais poderiam ser caracterizadas como parte da integração em um mesmo processo de produção global inserido na lógica do controle em prol da segurança e da guerra.

Se tentarmos relacionar as causas do perigo com a forma pela qual a sociedade é organizada e organiza seus membros, defrontamos, imediatamente, com o fato de a sociedade industrial desenvolvida se tornar mais rica, maior e melhor ao perpetuar o perigo. A estrutura de defesa torna a vida mais fácil para um maior número de criaturas e expande o domínio do homem sobre a natureza. Em tais circunstâncias, os nossos meios de informação em massa encontram pouca dificuldade em fazer aceitar interesses particulares como sendo de todos os homens.³³⁹

A correlação entre estado, economia de guerra e capitalismo se recolocavam, não nos termos da teoria do imperialismo de que se ocuparam revolucionários socialistas do início do século XX como Lênin, Rosa Luxemburg, Bukharin e outros, mas de uma ameaça que, partindo dos estados desenvolvidos e passando pelos socialistas, envolvia toda a população do mundo numa mobilização a um estado de atenção, que não seria propriamente nem de guerra, nem de paz. Esta forma que se conjugava em parte com o desenvolvimento tecnológico descrito por Paul Virilio, voltava-se para o planejamento e organização da sociedade, como na guerra, a pensar o controle da população que passaria “do estado de sítio das guerras do

338 COOK, Fred J. **O estado Militarista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968, p. 9.

339 MARCUSE, Herbert. **A ideologia na sociedade industrial**. O homem unidimensional. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973, p. 13.

espaço ao estado de urgência da guerra do tempo, não será preciso esperar mais que algumas décadas em que a era da política do homem de estado terá desaparecido dando lugar àquela outra, apolítica, do aparelho de estado.”³⁴⁰ Foi este contexto que emergiu daquilo que teóricos como Aron batizaram de “dissensão nuclear,” a base material da paz armada no período da guerra fria, que se desdobraria em outras formas de controle social sob a ameaça sempre presente da violência organizada e universal. No entanto, tal tensão “sem guerra” igualmente foi o contexto de uma pulverização de conflitos de baixa intensidade e de aeronáutica de caças, que desapareciam do olhar filosófico e não mobilizavam um combate nacional com o emprego da população, tornada mera expectadora ou vítima de guerras entre estados, o que aparentemente abandonaria progressivamente este contexto de uma ameaça de guerra mundial e catástrofe simultânea para a uma progressiva redução do poderio de cada combate em particular, pois efetivamente nunca foi possível atualizar a potencialidade destrutiva de todos estes recursos destrutivos mobilizados em um único conflito de escala. A mobilização e a coordenação da sociedade diria mais do que seu uso efetivo.

Hannah Arendt em *Da violência*³⁴¹ procedeu com uma reflexão semelhante, mas a partir de uma crítica de análises que abstraíam as implicações do arsenal termonuclear como pivô de uma transformação da política, pois a possibilidade de emprego deste arsenal conduziria a um desafio que ultrapassa os referenciais e pressupostos materiais da sociedade, impedindo uma análise racional que tentasse apontar um sentido para este desenvolvimento tão radical das potencialidades destrutivas sob um mesmo princípio, como aqueles termos ditados pela política convencional. A política militar da era termonuclear já estaria fora, para Arendt, do alcance de seus próprios planejadores e especialistas militares. Portanto, sua verdade residiria em ser um domínio de irracionalidade conduzida em um processo sem razão sob a chave do absurdo que organizaria todo o processo produtivo e destrutivo, distinto daquilo que imaginavam os marxistas e suplantando o paradigma engelsiano, especialmente quando refletia sobre a lógica de estado, dado que esta lógica teria se tornado inaplicável.³⁴² Seriam estes termos aqueles que diriam respeito a pensar a política de uma era militar radicalmente separada da civil com meios destrutivos impensáveis.

Apesar disso, se Arendt parte de uma crítica de Engels quanto a uma finalidade geral da política, cabe lembrar que esta crítica é tributária de certos elementos de sua análise ligados ao impacto da modificação do arsenal, justificando assim parte essencial de seu

340 VIRILIO, Paul. **Velocidade e Política**. São Paulo: Estação Liberdade. 2ª.ed., 1997, p.128.

341 ARENDT, Hannah. **Crises da República**. São Paulo: Perspectiva, 2006, p.94 e p.99.

342 Idem, 2006, p.98.

método:

Como a violência – diferenciada de poder, força ou fortaleza – sempre necessita de implementos, como assinalou Engels tempos atrás, a revolução da tecnologia – uma revolução no fabrico de ferramentas – foi especialmente marcada na guerra. A essência da ação violenta é regida pela categoria meio-fim, que quando aplicada a questões humanas tem a característica de estar o fim sempre em perigo de ser sobrepujado pelos meios que ele justifica e que são necessários para atingi-lo. O fim da ação humana, em contraposição aos produtos finais de fabricação, nunca pode ser previsto com segurança; deste modo freqüentemente (deste modo no original) os meios utilizados para alcançar objetivos políticos são muitas vezes mais relevantes para o mundo futuro do que os próprios objetivos pretendidos³⁴³

No entanto, o procedimento de Arendt mostra que, se parte dos pressupostos engelsianos ajudam a compreender melhor a guerra e suas implicações, isto não evita que se torne possível abstrair parte de sua natureza, como ao abstrair as relações políticas substituindo-as por certo entendimento da tecnologia de modo separado das condições sociais de sua produção, o que permite um entendimento do impacto da tecnologia aplicada ao desenvolvimento técnico da indústria bélica na política como fenômeno transhistórico e separado do processo de sua constituição.

De outro modo, e focando nas consequências políticas da mobilização de recursos para a guerra, é possível notar como para parte do pensamento crítico ao comunismo de estado, mas de origem socialista, igualmente tratou-se de empregar a razão num sentido sempre estratégico, como o contexto da crítica de Castoriadis em *Diante da Guerra* que, de modo semelhante, baseou-se no efetivo militar da URSS (como acúmulo de desenvolvimento técnico e organizativo) para diagnosticar a necessidade de união dos socialistas dos países ocidentais na oposição aos militarismos soviéticos dominantes, onde, dentro de sua esfera de poder, seria possível encontrar ao menos algum espaço de ação política. A capacidade de destruição, induzida a seu ver pelo bloco soviético, reverteria na impossibilidade de ação política, uma reflexão que considera os meios de fazer a guerra como elemento importante para concluir a respeito de uma mudança das condições políticas de tal natureza que demandariam um posicionamento concreto distinto. No caso, adotando e optando pelas nações capitalistas como possibilidade de conquista de segurança para um futuro exercício da política.

Esta tensão extrema apresenta o que parece ser, de certo modo, um “desaparecimento do espaço civil,” visto como direito das pessoas ao espaço e à sua utilização, mas exercendo-se neste caso um poder de certa forma similar a uma barreira ideológica que teria se

343 Idem, 2006, p. 94.

desintegrado - no nível ideológico - somente no curto período após a queda do muro de Berlim, permitindo alívio às representações do mundo político e acadêmico quando sentiam que o “sonho de uma paz mundial em um contexto de cooperação internacional e da propagação o modelo democrático internacional”³⁴⁴ era algo palpável e que poderia ser lastreada pela cooperação internacional crescente sob os auspícios das Nações Unidas.

Mas, infelizmente, esta conjuntura provou ser um curto interregno, mesmo na pesquisa acadêmica sobre a sociedade, durando até a emergência de ações bélicas e massacres organizados militarmente com intensa cobertura midiática que despertaram um fetiche intenso quanto aos meios empregados, pretensamente seguros e limpos e sobre os quais se renovava um otimismo, um ânimo ou entusiasmo, mediado pela cobertura exclusiva de corporações de imprensa como a CNN na primeira guerra do Golfo e na guerra da Bósnia, cobertura esta presente nas vésperas de cada conflito e que coincidia exatamente com o momento em que ocorria uma importante mudança da *forma* destes conflitos em que reais consequências éticas e políticas eram ligadas aos meios empregados. Curiosamente, para o espectador, estas mudanças tornaram-se invisíveis. Tudo isto ocorre até que um novo acontecimento novamente obrigasse uma mobilização do pensamento filosófico reposicionado segundo a perspectiva ética em estado de urgência e novamente, em termos de combate justo ou injusto, isto é, é obrigado a justificar ou não as decisões previamente realizadas pelo estado a respeito do terrorismo ou do combate a ele no chamado “pós-11 de setembro.”

A nova configuração do poder militar, ligada a sua apresentação pública e aplicação dificultam ainda mais uma análise detalhada da guerra e suas consequências políticas, mesmo do ponto de vista civil, como o encontrado no que chamam de pacifistas, onde são possíveis várias as fundamentações possíveis para sua negação, seja “em abstrato,” seja como reflexo de posicionamentos ligados a uma posição “relativa” frente aos conflitos, como a defesa de um território, de uma cultura, de uma nação, etc. específica quando esta está em conflito com outra.

No entanto, sobre a situação geral deste posicionamento sobre a guerra, especialmente considerando o modo como de fato é realizada, talvez seja importante partir da análise evitando lançar-se incondicionalmente para um posicionamento sobre a guerra e as pré-condições obrigatórias de sociedades militarizadas, preferindo-se uma análise que se volte aos meios da guerra, “ponto forte” dos argumentos de Engels e elemento comum à análise dos

344 GROS, Frédéric. Fim da guerra clássica - novos estados de violência. In: **Mutações**: ensaios sobre as novas configurações do mundo. Rio de Janeiro; São Paulo: Agir; Edições SESC SP, 2007, p.227.

melhores analistas sobre a violência organizada, como presente em parte na conclusão de Paul Virilio sobre a guerra dos Balcãs em *Estratégia da decepção* quando escreveu que “já não se trata tanto de fazer explodir uma estrutura, mas de neutralizar a infraestrutura do inimigo, criando em seu meio e à sua volta a pane e o pânico pela interrupção vital de toda atividade coerente e coordenada.”³⁴⁵ Isto é, o formato da guerra mudou, assim como a implicação social do que significa o combate e, mais ainda, o que isto representa para as populações civis, geralmente abstraídas na avaliação daqueles que aderem a um posicionamento *a priori* sobre a guerra optando por um lado entre dois contendores.

Ao dizermos sobre “negar a guerra em abstrato,” não tratamos do direito internacional ou mesmo de posições de inspiração kantiana, cuja abordagem é um tanto mais complexa do que poderíamos reduzir em poucas linhas, mas naquilo que Noam Chomsky comenta sobre o sociólogo Charles Kadushin divisando perspectivas que abstraem ora um ora outro aspecto igualmente relevante das guerras, no caso, quanto a oposição americana à guerra do Vietnã definida como oposição “ideológica” onde a guerra seria um erro, independente da motivação de natureza “moral” dado que esta “decorre das mortes e atrocidades: a guerra é por demais sanguinolenta” ou ainda uma oposição “pragmática” quando se destaca o sentimento em particular de que não graças à análise e observação internacional não se cometerá nenhum erro ou desvio de alvo em um determinado conflito (tolerando guerras pretensamente cirúrgicas e inimigos “de verdade”), isto é, como um conflito justo, ou ainda da radical separação e isolamento do mundo civil frente ao militar, protegendo exclusivamente “não combatentes,” considerados inocentes, o que abstrairia a consideração sobre as formas diversas de conscrição, muitas vezes involuntária para aqueles que se tornam soldados, ou mesmo a crítica baseada em determinado contexto ideológico (que nega toda forma de violência), incapaz de inquirir sobre desvios e violações graves, abstraindo-as sob um mesmo juízo que acredita serem todos os conflitos intoleráveis e irracionais, o que torna, no entanto, relativamente aceitável a violência desde que voltada contra um determinado grupo social considerado intrinsecamente perigoso, e portanto, pré-disposto à condição de inimigo e sujeito exclusivamente imputável à guerra. A guerra, evento irracional pode ser inevitável e, assim, todo esforço no sentido do retorno à paz, como a repressão a rebeldes, emprego de armas em escala, ou o massacre interno de oposições torna-se justificável como condição transitória de retorno à paz, apoiada na eliminação de condutas inaceitáveis em determinados termos sobre como deveria ser a vida normal sem a guerra.

345 VIRILIO, Paul. **Estratégia da decepção**. São Paulo, Estação Liberdade, 2000, p. 65.

No entanto, o pacifismo não funciona apenas como forma abstrata e instrumental à repressão de uma violência considerada legítima, por ser a mais forte, contra outra considerada ilegal ou subversiva, pois além de uma negação distanciada da prática ou das condições que permitem a guerra na separação do mundo civil do militar (e das políticas de estado onde se decide “a grande política” frente à suas oposições internas e grupos minoritários), o pacifismo pode representar também, como vimos em Engels nos seus últimos textos, um combate político contra a guerra.

O caminho dos impasses no presente, que se pode constatar em algumas posições contemporâneas que soam paradoxais como o apoio a bombardeios humanitários na Líbia (que não atingem apenas alvos militares específicos, causando danos desumanos à população que a princípio, seriam defendidos por estes mesmos bombardeios ou ainda, optando apoiar taticamente grupos específicos de determinada linha ideológica contra outros), por pacifistas críticos, marxistas, ou ainda ao soterramento e ataque ao Líbano por Israel em nome de uma autodefesa do “povo” israelense, representados por um governo com uma linha ideológica que lucra politicamente com situações de conflito garantindo sua reprodução e abrindo frentes de ocupação em território inimigo, ao mesmo tempo em que atrai a opinião pública interna e testa novas armas, e tudo isso enquanto a esquerda israelense, judeus ortodoxos e pacifistas israelenses desertavam e protestavam nas ruas contra os ataques, arriscando suas vidas, assim como ocorria, do outro lado, o apoio ao lançamento de mísseis com ou sem ogivas destinadas a alvos aleatórios em Israel, que, certamente, poderiam atingir alvos civis igualmente não envolvidos na guerra. Em ambos os casos, notamos como no apoio a uma política tendo em vista seus resultados, abstrai-se o modo como ela é realizada e as consequências daí resultantes.

E além delas, outras que se apresentaram diretamente às esquerdas: reforma, isto é, um limite de perspectivas que pressuporia o apoio tácito à grande política dos estados nacionais, como a guerra e a colonização, ou revolução, seja como uma ruptura conquistada por violência organizada que pode resultar em efeitos tão perniciosos ou piores do que aqueles contra o qual se enfrenta desde que seus rumos se percam, seja com enfrentamentos pacíficos como nos atos e manifestações, vistos cada vez mais como uma expressão combatida com poder militar. No entanto, aquilo que foi a ferramenta principal da não-violência e do pacifismo, hoje é identificada a uma de violência inaceitável, tornando-se cada vez mais aceitáveis quaisquer formas de violência do estado, sem qualquer limite legal. Sejam ocupações irregulares, despejos, cortes de direitos e outros.

Será que em algum dia retornarão atos e manifestações em proporções maiores na esperança de desbaratar os exércitos nacionais, dividindo-os internamente e abrindo espaço para um domínio da política pelo mundo civil e pelos interesses materiais e sociais dos povos, ou restará nesta conjuntura de crise o cenário catastrófico de guerras civis divididas entre grupos milicianos e a adesão maciça das populações dos estados desenvolvidos à xenofobia e ao chauvinismo levando novamente o mundo a uma escalada de violência com o perigo de uso de arsenal nuclear? Ou ainda como deveria ser compreendido o posicionamento possível de um governo socialista ou democrático frente a seus elementos militares quando estes representariam uma ameaça de golpe de estado a partir de sua organização como grupo de interesse separado da sociedade e com coordenação internacional entre os demais exércitos do mundo sob hegemonia de forças políticas específicas, como a estadunidense nos diversos golpes realizados na América Latina e recém investigados pelas comissões da verdade? É aceitável que os quartéis sejam instituições que se identifiquem mais entre os exércitos dos diversos países do que com a própria população do país?

Foram em parte estas as questões que motivaram esta pesquisa, ao investigarmos em Engels os traços de um possível fundamento que permitisse uma reflexão a respeito da guerra sobre a partir de alguns dos aspectos apresentados de modo contraditório em diversos autores e que, longe de se resolverem, continuam em aberto. Tema que, a nosso ver, permite ainda um vasto campo de pesquisas por realizar.

9. APÊNDICE

AS TÁTICAS DE INFANTARIA DERIVADAS A PARTIR DE SUAS CAUSAS MATERIAIS 1700-1870³⁴⁶

Friedrich Engels

No século 14 a Europa Ocidental e Central conheceram a pólvora e as armas de fogo e todo menino de escola sabe que este mero desenvolvimento técnico revolucionou todas as formas da guerra. Mas esta revolução, em si, só foi possível muito lentamente. As primeiras armas de fogo eram muito toscas, sobretudo o arcabuz,³⁴⁷ e mesmo que tenham sido inventadas cada uma de uma série de melhorias – o cano raiado, a recarga traseira do rifle, o ferrolho de roda, etc., passaram-se cerca de 300 anos, até ao final dos 17, quando somente séculos depois foi estabelecido um rifle que foi adequadamente aplicado por toda a infantaria.

A infantaria dos séculos 16 e 17 estava formada em parte por piqueiros³⁴⁸ e em parte por arcabuzeiros. No começo os piqueiros decidiam os combates com armas brancas, enquanto o fogo de arcabuzes assumia a defesa. Os piqueiros combatiam em grandes massas similares à Falange grega.³⁴⁹ Os atiradores ficavam em oito por dez homens de profundidade que era o número de atiradores que podiam disparar um após o outro antes de recarregar; quem carregava saltava para frente e, depois que atirava, voltava para trás no último lugar, a fim de recarregar novamente.

O aperfeiçoamento gradual das armas de fogo alterou esta relação. Por fim, a espingarda de gatilho³⁵⁰ podia ser recarregada tão rapidamente que apenas cinco homens em uma mesma linha com cinco homens de profundidade eram necessários para manter o fogo ininterrupto. Portanto, agora com o mesmo número de mosqueteiros era possível manter uma frente de quase o dobro de largura que antes. Os piqueiros foram levados a tornar muito mais

346 Tradução feita por mim e publicada no site marxists.org. Acessado em: <http://www.marxists.org/portugues/marx/ano/mes/infantaria.htm> Último acesso: 12/10/2011

347 N.T. Arcabuz: Handbüchse é uma variação de Hakenbüchse ou Arkebüse. (retornar ao texto)

348 N.T. O pique, arma do piqueiro, era um tipo de lança de aproximadamente três metros que constituiu a base da infantaria na Idade Média.

349 N.T. altgriechischen Phalanx, a falange grega da antiguidade, ou falange hoplita era uma formação em massa compacta que atacava com lanças apontadas enquanto se defendia com os escudos cerrados lado a lado enquanto avançava, o hóplon, que lhe dá nome. Esta é a formação referida por Engels, pois, posteriormente, no período macedônico esta se tornou maior em profundidade com diversas fileiras de lanças associadas à diversas outras formações. Ela é parecida com o modo como se organizam os policiamentos de choque, como as Tropas de Choque estaduais no Brasil, ou a CRS (Companhias Republicanas de Segurança) francesas.

350 N.T. Luntenschlossgewehr, tipo de mosquete.

devastadores os efeitos dos tiros sobre massas profundas, então posicionados em linha com apenas seis por oito membros.³⁵¹ Agora, a formação de combate aproximou-se progressivamente da formação em linha, dependendo cada vez mais dos numerosos disparos decisivos dos rifles, quando então os piqueiros não mais atacavam, mas somente protegiam os atiradores apontando contra a cavalaria adversária. No fim desse período encontramos uma ordem de batalha com dois grupamentos e uma reserva,³⁵² cada grupamento em linha marchava com seis homens de profundidade com a artilharia e cavalaria, parte nos intervalos dos Batalhões e parte nos flancos, cada Batalhão de infantaria constituía-se, pelo menos, de 1/3 de Piqueiros e um mínimo de 2/3 de mosqueteiros.

No final do século 17 surgiu finalmente o mosquete de pederneira com baioneta e o carregamento através de cartuchos prontos para o uso. Com isto o pique finalmente desaparece da infantaria. A operação de carregar consumia menos tempo, o fogo mais rápido protege a si mesmo e a baioneta em caso de emergência substitui o pique. Deste modo, a profundidade da linha passa de seis para quatro e então, para três, terminando por se reduzir às vezes para dois homens, portanto, a linha se estende com quase o mesmo número de pessoas, vindo ao mesmo tempo um número cada vez maior de mosquetes em ação. Mas estas linhas finas e largas também eram sempre muito pouco manobráveis e por isso as manobras só podiam ser realizadas em ordem sobre um terreno plano e livre de obstáculos e, além disso, só poderia mover-se devagar, com 70 a 75 passos por minuto e, na planície, sobretudo, presenteavam a cavalaria com a perspectiva de ataques com êxito, principalmente nos flancos. Em parte devido à necessidade de proteger o flanco e em parte para fortalecer o ataque conjunto da linha de fogo, a cavalaria se concentrava sobre as alas de modo que a verdadeira linha de batalha ficava apenas na infantaria, com seus canhões ligeiros de Batalhão. Os canhões extraordinariamente pesados e toscos se acumulavam nos flancos e raras vezes tomavam posição durante a batalha. A infantaria marchava em dois grupamentos com suas posições em gancho e, então, entrava numa formação conjunta bem longa e oca, formando um quadrilátero. Caso esta massa bruta não tivesse que se mover como um todo, somente era divisível em três partes, o centro e ambas as alas, e todo o movimento parcial consistia em fazer avançar uma ala de um modo que superasse a do inimigo envolvendo-o enquanto se

351 N.T. Gliedern aufgestellt diz respeito a um conceito de tática linear de fogo, a Linear Taktik e em inglês, Line Formation, famosa pelo seu uso entre os séculos XVII e XVIII, principalmente durante as guerras napoleônicas.

352 N.T. Treffen - O que Engels cita como Treffen, refere-se a um grupamento no sentido da Treffentaktik em alemão ou Pike and shot em inglês que é a associação de fogos de artilharia com o pique utilizado até o final do século XVII, o detalhe é que não se utilizavam reservas nesta formação de combate, sendo assim, o que Engels parece querer apontar é o tom de novidade desta nova formação de combate.

mantinha ameaçadoramente a outra, para impedir ao inimigo a correspondente mudança de frente. A mudança completa de formação durante a batalha era tão lenta e oferecia tantas falhas ao adversário, que sua tentativa era quase sempre equivalente à derrota. Portanto, a marcha original se mantinha decisiva para toda a batalha e, uma vez que a infantaria logo estivesse sob fogo, a decisão recaía com um golpe irreparável. Todo este método de luta, desenvolvido até seu mais alto ponto por Frederico II, era o resultado inevitável da cooperação entre dois fatores materiais coincidentes: daquele exercido pelo material humano dos recrutas dos príncipes de então, instruídos com todo rigor mas de muito pouca confiança e que somente se mantinham coesos à pauladas e, às vezes, era formado por prisioneiros de guerra inimigos e, em segundo lugar, o material armamento, formado pelos torpes e pesados canhões e os mosquetes sem raia com baioneta, que disparavam rapidamente, mas mal.

Este método de luta se manteve enquanto ambos os adversários estavam no mesmo nível enquanto material humano e armamento, de tal modo que a cada um deles convinha ater-se à regra preestabelecida. Mas ao estalar a guerra norte-americana da Independência, imediatamente se enfrentaram os recrutas melhor instruídos e bandos de insurgentes que, apesar de não fazerem treinamento, sabiam atirar muito melhor, empunhavam em grande parte carabinas seguras e que, lutando por uma causa própria, não desertavam. Estes insurgentes não tinham para com os ingleses o obséquio de lutar em campo aberto, conforme todas as regras tradicionais da etiqueta guerreira, dançando com eles em passo lento o conhecido minueto do combate, mas atraíam o inimigo para os bosques espessos onde suas colunas de marcha ficavam expostas e indefesas sendo dispersadas pelo fogo de atiradores dispersos, formados em bandos soltos aproveitando cada cobertura do terreno para causar danos no inimigo, mantendo-se a causa de sua grande agilidade, a sua massa pesada, mas inalcançável. Portanto, o combate de fogo dos atiradores dispersos, que havia desempenhado já seu papel ao introduzirem-se as armas de fogo individuais, se mostrou superior também aqui, em certos casos, em particular na guerra de guerrilhas que superou a ordenação em linha.

Se então os soldados dos exércitos europeus recrutados não eram aptos para o combate disperso, o eram menos ainda para seu armamento. Não apoiavam então a arma contra o peito para disparar, como faziam os velhos mosqueteiros, mas apoiavam a arma contra o ombro, como agora. Da pontaria não havia o que falar, posto que, naquelas largas linhas cheias de obstáculos, não era possível por o olho na mira. Até 1777 não se adotou na França a disposição do fuzil de caça para a infantaria que tornava possível um fogo eficaz do atirador.

Uma segunda melhora que podemos mencionar se introduziu por Gribeauval em meados do século XVIII, com a coronha dos canhões mais ligeira e, com efeito, mais sólida, o que deu mais tarde à artilharia uma maior mobilidade.

Estava reservado à Revolução Francesa aproveitar no campo de batalha estes aperfeiçoamentos técnicos. A revolução, quando se viu atacada por toda a Europa aliada, pôs à disposição do governo toda a nação capaz de empunhar as armas. Com efeito, esta nação não teve tempo de iniciar-se tão amplamente nas manobras artificiais da tática de linha com a amplitude necessária, como para poder opor-se em formação igual à velha e adestrada infantaria prussiana e austríaca. Mas na França não faltavam somente as selvas virgens norte-americanas, mas tampouco existiam para a retirada a extensão territorial praticamente ilimitada. Era necessário derrotar o inimigo entre a fronteira e Paris, isto é, defender um determinado território e isto somente seria possível fazer, no final das contas, em uma batalha aberta de massas, a campo aberto. Se tratava, pois, de encontrar ao lado do formigueiro de atiradores outra forma em que as mais mal instruídas massas francesas pudessem enfrentar os exércitos permanentes da Europa com alguma perspectiva de êxito. E encontrou-se a forma necessária para isto na coluna cerrada, empregada então em certos casos, mas, geralmente, apenas nos campos de instrução. A coluna era mais fácil de manter em ordem que a linha [e], inclusive, quando se produzia nela alguma desordem, seguia prestando ao menos resistência passiva devido à sua densidade. Era mais fácil de manejar, se mantinha melhor nas mãos do comandante e podia mover-se com maior rapidez, a velocidade de marcha subia para 100 e mais passos por minuto. Mas o resultado mais importante era que o emprego da coluna como forma exclusiva de luta permitia às massas empregar um bloqueio pesado e único na velha ordem de batalha em linha, dotada de certa independência e dividindo sua instrução geral de acordo com as circunstâncias dadas, às quais cada uma podia estar composta pelas três armas de uma vez. Era uma tática suficientemente elástica para admitir toda combinação possível de emprego de tropas e tornava possível a utilização, ainda proibida rigorosamente por Frederico II, das aldeias e povoações rurais que, a partir de agora, ocupavam o ponto central de cada batalha. Esta tática podia aplicar-se a qualquer terreno e, por fim, era possível de um só golpe confrontar à tática de linha um método de luta em que a linha se vê neutralizada pelo emprego gradual de tropas, alargando a batalha e levando-a tão além que não podia mais fazer frente ao choque das forças combatentes mantidas em reserva até o final. Enquanto a posição de linha era igualmente forte em todos os pontos, o adversário que lutava em colunas podia ocupar uma parte da linha com ataques aparentes de forças menores e concentrar suas grandes massas

para o ataque no ponto decisivo da posição. O combate de fogo era mantido agora, preferencialmente, para os atiradores soltos, enquanto as colunas deviam atacar com a baioneta. Era, pois, uma situação parecida com a que existia antes entre os bandos de atiradores e as massas de piqueiros no começo do século XVI, com a diferença de que as colunas modernas se dissolviam a cada momento em atiradores soltos que, por sua vez, se reagrupavam em colunas.

Esta nova tática de luta, que Napoleão havia desenvolvido até seu ponto culminante, resultava tão superior à antiga, que a deixou em frangalhos. Exceto em Jena, onde as linhas prussianas torpes, lentas e inutilizáveis ante o inimigo, ante o fogo dos atiradores franceses, se derrubaram literalmente quando tinham que responder com fogo do pelotão. Mas se sucumbia a ordem de batalha em linha, isto não queria dizer que sucumbira a linha como formação de combate. Poucos anos depois que os prussianos fizeram tão mau negócio com suas linhas em Jena, Wellington comandou seus ingleses em linha frente às colunas francesas e as derrotou regularmente. Mas Wellington havia adotado precisamente toda a tática francesa, com a única exceção de que fazia lutar em linha a sua infantaria cerrada, em vez de lutar em coluna. Levava, ao fazê-lo, a vantagem de lutar embaixo do fogo de todos os seus fuzis e utilizando ao mesmo tempo todas as suas forças no ataque sob baioneta. Nesta ordem de combate lutaram os ingleses até poucos anos atrás, obtendo importantes vantagens frente a tropas superiores em número, tanto no ataque (Albuera) como na defesa (Inkermann). Bugeaud, que havia enfrentado estas linhas inglesas, preferiu-as à coluna, até o final.

E, com tudo isto, a arma de infantaria era inerentemente ruim, tão ruim que a 100 passos raras vezes podia fazer-se mira em um homem e a 300 passos era difícil fazê-la em todo um batalhão. Por isso, quando os franceses chegaram à Argélia, sofreram grandes baixas com as grandes carabinas dos beduínos, a distâncias em que seus fuzis tornavam-se ineficazes. Aí somente podiam servir para algo os fuzis raiados, mas, precisamente na França, eram considerados como armas de exceção pela lentidão com que se carregavam e a rapidez com que se engasgavam e entupiam. Mas agora, ao manifestar-se a necessidade de um fuzil recarregável, imediatamente se atingiu a solução. Aos trabalhos preliminares de Delvignes seguiram a invenção de Thouvenin e a arma de expansão de Minié, a última das quais equiparou perfeitamente o fuzil raiado com o fuzil liso no tocante à recarga, de tal modo que, a partir de agora, toda a infantaria se armou com fuzis de largo alcance e tiro preciso. Mas antes que o fuzil raiado de carga dianteira pudesse criar a tática adequada a ele, este se viu trocado por uma nova arma de guerra, o fuzil de recarga traseira, com o qual ao mesmo tempo

se desenvolveram até sua maior eficiência bélica os canhões raiados.

O armamento de toda a nação, obra da revolução, não tardou a se ver sujeita a importantes restrições. Recrutou-se para o serviço do exército permanente somente uma parte os jovens por meio de sorteio e se formou utilizando, no máximo, uma parte maior ou menor do resto dos cidadãos numa Guarda Nacional destreinada. Ou ainda, nos casos em que se aplicava rigorosamente o serviço militar obrigatório, se criava, como na Suíça, um exército de milícias que permanecia somente algumas semanas debaixo de uma bandeira. Considerações de ordem financeira obrigavam a escolher entre a conscrição e o exército de milícias. Somente um país da Europa e, além disso, um dos mais pobres, tentou-se combinar o serviço militar obrigatório e o exército permanente: referimos-nos a Prússia. E mesmo quando o serviço obrigatório geral servisse somente de base relativa a um exército permanente, por razões financeiras imperiosas, o sistema prussiano da Landwehr impôs ao governo um número importante de pessoas organizadas em quadros bem instruídos, de tal modo que a Prússia se impunha decididamente a qualquer outro país com o mesmo censo populacional.

Na guerra franco-alemã de 1870, o sistema francês da conscrição saiu derrotado pelo sistema prussiano da Landwehr. Nesta guerra, os dois beligerantes haviam se armado com fuzis de carga traseira e seguiam sendo as formas regulamentares em que as tropas se moviam e que se combatiam, essencialmente, com as mesmas armas que nos tempos dos velhos fuzis de pederneira. Principalmente deu-se maior densidade ao grupo de atiradores. Além disso, os franceses seguiam lutando nas velhas colunas de batalhão e, às vezes, também em linha, enquanto que, entre os alemães, com a introdução da Coluna de Companhia,³⁵³ se realizava ao menos uma tentativa de encontrar uma forma de luta mais adequada à nova arma. Mas, quando do assalto a Saint-Privat (18 de agosto), três brigadas da Guarda prussiana com a Coluna de Companhia Ernst³⁵⁴ tentaram-no seriamente, pondo manifesto o poder do fuzil de carga traseira. Dos cinco regimentos (15.000 homens) mais empenhados no combate, caíram quase todos os oficiais (176) e 5.114 homens, isto é, mais de um terço. Toda a infantaria da Guarda, empenhada no combate com efetivos de 28.160 homens perdeu aquele dia 8.230

353 N.T. Kompaniekolonne - A coluna de companhia, é uma formação normal da Companhia alemã, desde 1812, dividida em três subdivisões, seguidas uma atrás da outra. Esta formação existe até 1870/71 utilizada como uma formação única de combate. [Meyers Großes Konversations-Lexikon, Vol. 11. Leipzig 1907, S. 340] Esta formação, especificamente alemã, ou melhor, prussiana, marca uma formação militar de características peculiares nacionais, um equivalente visual próximo no Brasil, talvez seja a coluna de pelotão que verificamos em alguns rituais militares.

354 N.T. - Kompaniekolonne Ernst - aparentemente o nome de uma Coluna de Companhia, citada por Engels ainda na Teoria da violência em o Anti-Dühring, ambas citando esta mesma operação de fogos combinados.

homens, entre eles, 307 oficiais. A partir de então, tornou-se consagrada como forma de luta a Coluna de Companhia, na mesma medida em que na massa de batalhão ou na linha se abandonou toda a intenção de expor posteriormente qualquer tropa cerrada ao fogo de fuzil inimigo. Da parte da Alemanha, a luta acabou reduzida àqueles densos tropéis de atiradores em que até agora vinham agrupando-se por si mesmos sob as balas das colunas que, a partir de agora, se consideraram como regulares. O soldado voltava a ser mais hábil que o oficial, a única forma de combate que até agora se tinha imposto no fogo dos fuzis raiados havia sido descoberta instintivamente, e se impôs com êxito, apesar da resistência dos comandantes. Do mesmo modo, fez-se valer, também no fogo dos fuzis do campo inimigo, uma só marcha: a *marcha rápida* (no original em itálico).

BIBLIOGRAFIA

- ARANTES, Paulo Eduardo. **Extinção**, São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.
- ARANTES, Paulo. O partido da Inteligência. In: **Ressentimento da dialética**. Dialética e Experiência intelectual em Hegel, antigos Estudos sobre o ABC da Miséria Alemã. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1996.
- ARENDT, Hannah. **Crises da República**. São Paulo: Perspectiva. 2ª. ed., 2004.
- ARMANDO VIDIGAL (vice-almirante). Guerras de Unificação Alemã. In: MAGNOLI, D., (ed.) **História das Guerras**, Editora Contexto, São Paulo, 2006.
- ARON, Raymond. Pensar a guerra: Clausewitz. Vol. II a era planetária. Brasília: Edunb, 1986.
- BAKER, Alan R. H. Military Service and Migration in Nineteenth-Century France: Some Evidence from Loir-et-Cher. Transactions of the Institute of British Geographers, New Series, Vol. 23, No. 2 (1998), pp. 193-206.
- BALFOUR (Major-General). On the Military Conscription of France. **Journal of the Statistical Society of London**, Vol. 30, No. 2 (Jun., 1867), pp. 216-292. Acessado em: Stable URL: <http://www.jstor.org/stable/2338512>. Último acesso: 22/07/2012 14:26
- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
- BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 2002.
- BENSAÏD, Daniel. **Marx, o Intempestivo**. Grandezas e misérias de uma aventura crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- BERNARDO, João. **Labirintos do Fascismo: Na encruzilhada da Ordem e da Revolta**. Porto: Edições Afrontamento, 2003.
- BERNARDO, João. **O anti-eslavismo de Marx e Engels**. São Paulo/Lisboa, 2009. 16/05/2009. Acessado em: <http://passapalavra.info/?p=4140> Último acesso: 08/10/2012.
- BERNARDO, João. **Economia dos conflitos sociais**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- BERNARDO, João. **Marx crítico de Marx**. Livro primeiro: epistemologia , classes sociais e tecnologia em “O capital.” Porto: Afrontamento. V. 1, 1977a.
- BERNARDO, João. **Marx crítico de Marx**. Livro terceiro: epistemologia , classes sociais e tecnologia em “O capital.” Porto: Afrontamento. V. 3, 1977b.
- BERNARDO, João. **Para uma Teoria do Modo de Produção Comunista**. Porto: Afrontamento, 1975.
- BLACKBOURN, David. The German bourgeoisie: and introduction. In: BLACKBOURN , D.; EVANS, Richard J. Ed. **The German Bourgeoisie**. London: Routlege, 1991.

- BOURDIEU, Pierre. **A Economia das trocas linguísticas**. O que falar quer dizer. São Paulo: EdUSP, 2008.
- BOURDIEU, Pierre. **Os usos da ciência**. Por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- BURGER, Marcel. **Les manifestes: paroles de combat**. De Marx à Breton. Paris/ Lonay (Suisse): Delachaux et Niestlé, 2002.
- CARVER, Terrell. **Engels A Very Short Introduction**. New York: Oxford University Press Inc., 2003.
- CHOMSKY, Noam. **Rumo a uma nova guerra fria**. São Paulo: Record, 2007.
- CLAUSEWITZ, Carl von. **Da guerra**. São Paulo: Martins Fontes. 2. ed., 1984.
- CLAUSEWITZ, Carl von. **On War**. New York: Princeton: Oxford University Press, 2007.
- COGGIOLA, OSVALDO. **Engels: O segundo violino**. São Paulo: Xamã, 1995.
- COOK, Fred J. **O estado Militarista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- DORLING KINDERSLEY. **Weapons: A visual history of arms and armour**. London: Dorling Kindersley limited, 2006
- DRAPER, Hal. **Karl Marx's Theory of Revolution, Vol. I: State and Bureaucracy**. New York, NY: Monthly review Press, 1977.
- DRAPER, Hall; HABERKERN, E. **Karl Marx's Theory of Revolution, Vol.5: War & Revolution**. New York, NY: Monthly review Press, 2005.
- DROZ, Jacques. **Historia geral do socialismo**. Vol. II. Lisboa: Horizonte, 1972.
- ELBE, Ingo. Zwischen Marx, Marxismus und Marxismen. Lesarten der Marxschen Theorie. In: (DKNL) **Das Kapital neu lesen. Beiträge zur radikalen Philosophie**. WOLF, Frieder Otto (Org.). Münster: Westfälisches Dampfboot, 2006, p.52-71. Acessado em: http://www.rote-ruhr-uni.com/texte/elbe_lesarten.pdf Último acesso: 27/11/2012.
- ELBE, Ingo. Die Beharrlichkeit des ‚Engelsismus‘ Bemerkungen zum „Marx-Engels-Problem.“ In: **Marx-Engels-Jahrbuch 2007**. Berlin: Akademie Verlag GmbH, 2008, p. 92–105.
- ELIAS, Norbert. **Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: Jorze Zahar, 1997.
- ENGELS, Federico. **Temas Militares**. Buenos Aires: Ediciones Estudio, 1966.
- ENGELS, Friedrich. **Anti-Dühring: filosofia, economia política, socialismo**. Rio de Janeiro: paz e Terra, 1979.
- ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra segundo as observações do autor e fontes autênticas**. São Paulo: Boitempo, 2008.

ENGELS, Friedrich. **As Táticas de Infantaria Derivadas a Partir de Suas Causas Materiais 1700-1870.** Endereço:

<http://www.marxists.org/portugues/marx/ano/mes/infantaria.htm>. Acessado em: 15 de set. 2011

ENGELS, Friedrich. Bedingungen und Aussichten eines Krieges der Heiligen Allianz gegen ein revolutionäres Frankreich im Jahre 1852. In: **Karl Marx/Friedrich Engels – Werke vol.7**. Berlim/DDR: Dierz Verlag, p.468-493, 1960.

ENGELS, Friedrich. *Can Europe Desarm?* Em: **Marx and Engels Collected Works, vol. 27**. London: Lawrence & Wishart, 1990.

ENGELS, Friedrich. *Conditions and Prospects of a War of the Holy Alliance against France in 1852*. In: **Marx and Engels Collected Works, vol. 10**: 1849-1851. Moscow: Progress Publ., 1978, p.542 -545.

ENGELS, Friedrich. Einleitung zu Sigismund Borkheims Broschüre “Zur Erinnerung für die deutschen Mordspatrioten. 1806-1807.” In: **Karl Marx/Friedrich Engels - Werke**. Berlim/DDR: Dierz Verlag, 1962, p.346-351.

ENGELS, Friedrich. Introdução à Guerra Civil na França, de Karl Marx (1891). In: MARX, Karl. **Guerra civil na França**. São Paulo: Boitempo, 2011, p.187-197.

ENGELS, Friedrich. **Kann Europa abrüsten?** In: Karl Marx/Friedrich Engels - Werke. Vol. 22, 3. Berlim/DDR: Dietz Verlag, 1963, pp. 369-399.

ENGELS, Friedrich. **Marx e a “Nova Gazeta Renana” 1848/1849**. In: Obras escolhidas. São Paulo: Alfaomega, 1977, v. 3, p.144-151.

ENGELS, Friedrich. **On Rifled Cannon**. Endereço: <<http://marxengels.public-archive.net/en/ME1197en.htm>> Acesso em: 15 de set. 2011.

ENGELS, Friedrich. Po und Rhein. Disponível em:http://www.mlwerke.de/me/me13/me13_225.htm, último acesso em: 12/12/2012.

ENGELS, Friedrich. Russian Invasion. — Serbs. — Prospects for the Austrians. — From the Theatre of War (tradução do artigo da *Neue Rheinische Zeitung* de 28/02/1849). Acessado em: <http://www.marxists.org/archive/marx/works/1849/02/28.htm> último acesso: 12/11/2012 e publicada originalmente em **Collected Works of Karl Marx and Frederick Engels**. London: Lawrence & Wishart: 1976.

ENGELS, Friedrich. Taktik der Infanterie aus den materiellen Ursachen abgeleitet 1700-1870. In: MARX, Karl. e ENGELS, Friedrich. **Marx und Engels Werke (MEW), Vol. 20**. Dietz Verlag, Berlim/DDR. 1962, p. 597-603.

FAUSTO, Ruy. **Marx: lógica e política**: investigações para uma reconstituição do sentido da

dialética. São Paulo: Ed. brasiliense. 2ª. ed., v. 1, 1987(a).

FAUSTO, Ruy. **Marx: lógica e política**: investigações para uma reconstituição do sentido da dialética. São Paulo: Ed. brasiliense. 2ª. ed., v. 2, 1987(b).

FERREIRA, Muniz Gonçalves. **Mercados, diplomacia e conflitos**: uma abordagem histórica das relações internacionais a partir dos artigos publicados por Karl Marx e Friedrich Engels no New York Daily Tribune no período 1851/1862. Tese de doutoramento. Departamento de História – FFLCH/USP. 1999.

FOUCAULT, Michel. O que é um autor? Em: **Ditos e Escritos: Estética** – literatura e pintura, música e cinema (vol. III). Rio de Janeiro : Forense Universitária, 2001. p.264-298.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território, População**: curso dado no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis RJ: Vozes. 34ª. ed., 2007.

GALLIE, W.B. **Philosophers of peace and war**. Kan, Clausewitz, Marx, Engels and Tolstoy. Cambridge University Press 1978.

GAT, Azar. **A history of military thought**. From Enlightenment to the Cold War. Oxford University Press, 2001

GROS, Frédéric. **Etats de violence**: Essai sur la fin de la guerre. Paris: Editions Gallimard, 2006.

GROS, Frédéric. Fim da guerra clássica - novos estados de violência. In: **Mutações**: ensaios sobre as novas configurações do mundo. Rio de Janeiro; São Paulo: Agir; Edições SESC SP, 2007.

HAMMEN, Oscar J. Alienation, Communism, and Revolution in the Marx-Engels Briefwechsel. *Journal of the History of Ideas*, Vol. 33, No. 1 (Jan. - Mar., 1972), pp. 77-100.

HEGEL, Georg. **Linhas fundamentais da filosofia do direito ou direito natural e ciência do estado em seu traçado fundamental**. *O Estado*. Trans. M. L. Müller. (M. L. Müller, Trans.). Campinas SP: IFCH/UNICAMP. v. 32, 1998.

HENNIG, Eike. Notas introdutórias à leitura dos “Escritos Políticos” de Marx e Engels (Problemas inerentes a uma representação materialista da história). In: REICHELTL, Helmut; HENNIG, Eike; SCHÄFER, Gert; HIRSCH, Joachim. **A Teoria do Estado**. Materiais para a reconstrução da Teoria marxista do Estado. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.

HOBBSAWM, Eric J. (a) Aspectos políticos da transição do capitalismo ao socialismo. In: HOBBSAWM, Eric. J. [et al.]. **História do Marxismo vol. I**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1983.

- HOBBSBAWM, Eric. **A era do capital: 1848-1875**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 9th ed., 2002.
- HOBBSBAWM, Eric. Marx, Engels e o Socialismo Pré-marxiano (b). In: HOBBSBAWM, Eric. [et al.] **História do marxismo vol.I**. Rio de Janeiro; Paz e Terra, 1983.
- HOBBSBAWM, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1780**. Programa, mito e realidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- HOBBSBAWN, Eric. **A era das revoluções: Europa, 1789-1848**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 20a. ed., 2006.
- HOLBORN, Hajo. The Prusso-German School: Moltke and the Rise of the General Staff. Em: PARET, Peter (ed.). **Makers of modern Strategy – from Machiavelli to the Nuclear Age**. New Jersey: Princeton University Press, 1986, p. 281-295.
- HORKHEIMER, Max. **Teoria Crítica**: uma documentação. São Paulo: Perspectiva, 2006.
- HUNT, Tristram. **Comunista de Casaca**. A vida revolucionária de Friedrich Engels. Rio de Janeiro: Record, 2010.
- JAPPE, Anselm. **As Aventuras da Mercadoria para uma nova crítica do valor**. Lisboa: Antígona, 2006.
- JONES, Gareth S. Retrato de Engels. In: HOBBSBAWM, Eric. J. [et al.]. **História do Marxismo vol. I**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1983.
- JÜNGER, Ernst. A mobilização total. Em: **Natureza Humana** 4(1): 189-216, jan.-jun. 2002
- KALECKI, Michal. **Teoria da Dinâmica Econômica**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- KEEGAN, John. **Uma história da guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- KITCHEN, Martin. Friedrich Engels' Theory of War. **Military Affairs**, Vol. 41, No. 3 (Oct.,1977), pp. 119-124.
- KORSCH, Karl. **Marxisme et Contre-Revolution**. Paris: Editions du Seuil, 1975.
- KRÄTKE, Michael: Das Marx-Engels-Problem. Warum Engels das Marxsche „Kapital“ nicht verfälscht hat. In: **Marx-Engels-Jahrbuch 2006**. Berlim: Akademie Verlag GmbH, 2007, p. 142–170.
- KURZ, Robert. **A guerra contra os judeus**. Folha de S.Paulo. São Paulo, 11. Jan. 2009.
- LEIRNER, Piero de Camargo. **Meia Volta Volver**. Editora fundação Getúlio Vargas - FAPESP, Rio de Janeiro, 1997.
- LEIRNER, Piero de Camargo. **O Sistema da Guerra**. Tese de doutoramento. Departamento de Antropologia FFLCH- USP, 2001.
- LÖWY, Michael. **A teoria da revolução no jovem Marx**. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.
- LUKÁCS, Georg. **História e consciência de Classe**. Estudo sobre a dialética marxista. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

- LUKÁCS, Gyorg. **L'Âme el lês Formes**. Paris: Gallimard, 1974
- LUKÁCS, György. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social**: questões de princípios para uma ontologia hoje tornada possível. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MACHIAVELLI, Niccolo. **Comentarios sobre a primeira década de Tito Livio: discorsi**. Brasília: Universidade de Brasília. 2nd ed., 1982.
- MARCUSE, Herbert. **A ideologia na sociedade industrial**. O homem unidimensional. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.
- MARCUSE, Herbert. **Razão e Revolução**. Hegel e o advento da teoria Social. São Paulo: Paz e Terra, 2007.
- MARTINS FILHO, João Roberto. Engels & Marx: guerra e revolução. **Crítica Marxista**, v. 22, p. 154-160, 2006.
- MARX, Karl. **Rendimento e suas Fontes**: a economia vulgar. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- MARX, Karl. **A guerra civil na França**. São Paulo: Boitempo, 2011b.
- MARX, Karl. **As lutas de classe na França**. São Paulo: Boitempo, 2012.
- MARX, Karl. **Crítica da Filosofia Política de Hegel**. São Paulo, Editora Boitempo, 2005.
- MARX, Karl. **Crítica do programa de Gotha**. São Paulo: Boitempo, 2012.
- MARX, Karl. **El Capital (3 tomos)**. Fondo de Cultura Económica, Ciudad del México, 1966.
- MARX, Karl. **Formações Econômicas pré-capitalistas**. Paz e Terra, São Paulo, 1985.
- MARX, Karl. Fragment des Urtextes von Zur Kritik der politischen Okonomie, em: MARX, Karl. **Grundrisse der Kritik der politischen Okonomie**. Berlim, 1953.
- MARX, Karl. **Grundrisse der Kritik der Politischen Ökonomie**. Disponível em: <<http://www.marxists.org/archive/marx/works/1857-gru/index.htm>>. [S.l.], Acesado em: 31/01/2009
- MARX, Karl. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011a.
- MARX, Karl. **Guerra civil na França**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.
- MARX, Karl. **Para a crítica da economia política**; Salário, Preço e Lucro, O MARX,
- MARX, Karl. **Rendimento e suas Fontes**: a economia vulgar. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- Karl Marx. **O Capital**, São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda., vol. I, T, I, 1996.
- MARX, Karl. Subordination formelle et réelle du travail au capital. In: **Um Chapitre Inédit du Capital**. Ed. Union Générale d'éditions, Paris, 1971.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. "Karl Marx und Friedrich Engels Ausgewählte Werke," In Bertram, M., ed., **Digitale Bibliothek Vol 11: Marx/Engels**, Berlim, 1998. 1 CD-ROM. Produzido por: Directmedia.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. "**Letters on War and Military science 1851-1861.**" Disponível em: <http://www.marxists.org/archive/marx/letters/subject/war.htm> [S.l.], Acessado em: 31/01/2009.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Lutas de classes na Alemanha**. São Paulo: Editora Boitempo, 2010 (a).

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Editora Boitempo, 2010 (b).

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia Alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Crítica do Programa de Gotha**. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **La Nouvelle Gazette Rhénane (Die Neue Rheinische Zeitung)** T. I. Editions Sociales, Paris, 1963.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Marx und Engels Werke (MEW), Vol. 5**. Dietz Verlag, Berlim, 1959.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Marx und Engels Werke (MEW), Vol. 13**. Dietz Verlag, Berlim, 1961.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Marx und Engels Werke (MEW), Vol. 14**. Dietz Verlag, Berlim, 1961.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Marx und Engels Werke (MEW), Vol. 29**. Dietz Verlag, Berlim, 1963.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Marx and Engels Collected Works.vol. 38**. Moscow: Progress Publ. [u.a.], 1978.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Marx Engels Collected Works Volume 40**. New York: International Publishers,1983. Disponível em: <http://migre.me/cGzq3>(url encurtado) último acesso: 12/12/2012.

MAYER, Gustav. **Friedrich Engels: Eine Biographie**. Berlim: Verlag von Julius Springer, 1920 (Encadernação digitalizada dos três volumes).

MAYER, Gustav. **Friedrich Engels: una biografía**. México: Fondo de Cultura Económica, 1978.

- MCADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. Para Mapear o Confronto Político. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, v. 76, p. 11-48, 2009.
- MONTAIGNE, Michel. **Ensaio**. São Paulo: Abril Cultural. 1a. ed., 1972.
- MOSELEY, Fred 1993 (ed.), **Marx's Method in 'Capital': A Reexamination**, Atlantic Highlands: Humanities Press. Moseley, Fred & Martha Campbell (eds.) 1997, **New Investigations in Marx's Method**, Atlantic Highlands: Humanities Press.
- MÜLLER, Marcos L. A gênese Conceitual do Estado Ético. In: ROSENFELD, D. et al. **Filosofia Política**: nova série 2. Porto Alegre: L&PM, 1998. pp. 9-38.
- MÜLLER, Marcos L. Exposição e Método dialético em 'O Capital'. **Boletim SEAF (Sociedade Brasileira de Estudos e Atividades Filosóficas)**. MG. N.2, pp.17-41.
- MUSSE, Ricardo. A Dialética como Método e Filosofia no Último Engels. **Crítica Marxista** (São Paulo), São Paulo, v. 5, p. 40-54, 1997.
- MUSSE, Ricardo. A Dialética como Discurso do Método. **Tempo Social** (USP. Impresso), São Paulo, SP: USP, FFLCH, v. 17, n. 1, p. 367-389, 2005.
- MUSSE, Ricardo. **Do socialismo científico à teoria crítica**: modificações na autocompreensão do marxismo entre 1878 e 1937. Tese de doutorado, Departamento de Filosofia FFLCH - USP, São Paulo, 1998.
- MUSSE, Ricardo. Sistema e Método no Último Engels. **Discurso**. Departamento de Filosofia da FFLCH da USP, São Paulo, v. 30, p. 87-100, 1999.
- NAKAMURA, EMMANUEL Z. C. **Crítica à lei da apropriação capitalista**: a acumulação do capital e a sua zona de anomia. Dissertação apresentada ao depto. de Filosofia. IFCH-UNICAMP, Campinas: março, 2010.
- NEGT, Oscar. **Dialética e história**. Crise e renovação do marxismo. Porto Alegre: Movimento, Institutos Goethe no Brasil, 1984.
- NEIMANIS, George J. Militia vs. the Standing Army in the History of Economic Thought from Adam Smith to Friedrich Engels. In: **Military Affairs**, Vol. 44, No. 1 (Feb., 1980),
- NIGRO, Roberto. Subordination réelle et pouvoir biopolitique. Autour de Marx et Foucault. **Actuel Marx en Ligne**, n. 13, 20 nov. 2002. Disponível em: <http://netx.uparis10.fr/actuelmarx/indexm.htm>. Paris . Acesso em: 7 jun. 2007.
- POSTONE, Moishe. **Time, labor, and social domination: A reinterpretation of Marx's critical theory**. New York: Cambridge University Press, 2003.
- PUCHNER, Martin. **Poetry of the revolution**. Marx, manifestos and the avant-gardes. Princeton: Princeton University Press, 2006.
- RINGER, Fritz K. **O Declínio dos Mandarins Alemães**. São Paulo: Editora da Universidade

de São Paulo, 2000.

ROBERTSON, Priscilla. **Revolutions of 1848. A social history**. Pinceton, New Jersey: Princeton University Press, 1971.

RODRIGUES, Thiago. A guerra, condição do homem: nota sobre 'a guerra e a paz' de proudhon. **Verve**, n. 19 (2011), p.19-22.

ROTHENBERG, Gunther E. Moltke and the Doctrine of Strategic Evelopment. (ed.). **Makers of modern Strategy – from Machiavelli to the Nuclear Age**. New Jersey: Princeton University Press, 1986, p. 296-325.

ROZDOLSKI, Roman. **Gênese e estrutura de O capital de Karl Marx**. Rio de Janeiro: Contraponto. 1a. ed., 2001.

RUBEL, Maximilien. **The Legend of Marx, or “Engels the founder.”** Acessado em: <http://marxmyths.org/maximilien-rubel/article.htm> Último acesso: 19/10/2012.

RUBIN, Isaak. **A Teoria Marxista do Valor**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

SADER, Emir (org). **Karl Marx - Bibliografia** - Programa de Pós-graduação do Departamento de Sociologia - FFLCH - USP - São Paulo - 1995.

SCHMIDT, Alfred. **El concepto de naturaleza en Marx**. Madrid: Siglo XXI editores, S.A., 1977.

SEGAL, David R.; SEGAL, Mady Wechsler. **Population Bulletin**: A publication of the Population Reference Bureau, Vol. 59, nº. 4, dezembro de 2004,

SERFATI, Claude. **Imperialisme et militarisme** : actualité du XXle siècle. Lausanne: Ed. Page deux, 2004.

SHY, John. Jomini. Em: PARET, Peter (ed.). **Makers of modern Strategy – from Machiavelli to the Nuclear Age**. New Jersey: Princeton University Press, 1986, p. 143-185.

SILVA, Guilherme A.; GONÇALVES, William. **Dicionário de Relações Internacionais**. 2ª ed. Barueri:Manole, 2010.

SOUZA, Herbert de. **Como se faz análise de conjuntura**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1985.

STRACHAN, Hew. **Sobre a Guerra de Clausewitz**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 2008.

TAYLOR, A.J.P. **The Struggle for Mastery in Europe 1848-1918**. New York, N.Y.:Oxford University Press, 1971.

THOMPSON, E. P. **A Miséria da Teoria**. Ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

TILLY, Charles. **Coerção, Capital e Estados Europeus**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996(a).

TILLY, Charles. **European Revolutions**, 1492-1992. Cambridge, Massachusetts: Blackwell

Publishers, 1996(b).

TILLY, Charles. War in History. **Sociological Forum**, Vol. 7, No. 1, Special Issue: Needed Sociological Research on Issues of War and Peace (Março, 1992), pp. 187-195.

TROTSKY, Léon. **Cómo se armó la revolución**. escritos militares de León Trotsky selección(Andrea Polaco, Ed.). Buenos Aires: Ediciones del I.P.S. 1a. ed., 2006.

VELASCO E CRUZ, Sebastião C. **Educação & Sociedade**, ano XXI, n 145, Agosto/2000, p. 145-152.

VIRILIO, Paul. **Estratégia da decepção**. São Paulo, Estação Liberdade, 2000.

VIRILIO, Paul. **L'insecurité du territoire: essai**. Paris: Galilée. 2nd ed., 1993.

VIRILIO, Paul. **Velocidade e Política**. São Paulo: Estação Liberdade. 1a. ed., 1996.

WALTZ, Kenneth. **O homem, o estado e a guerra**. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 2004.

WALZER, Michael. **Guerras justas e injustas: uma argumentação moral com exemplos históricos**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

WEBER, Eugen. **La fin des terroirs**. *La modernisation de la France rurale*. Fayard, Paris, 1983.

WEIL, Simone. **Opressão e Liberdade**. São Paulo: EDUSC, 2001.